

**Jerónimo
Martins**

RELATÓRIO & CONTAS

2018

	Mensagem do Presidente	3
1.	O Grupo Jerónimo Martins	8
	1. Perfil e Estrutura	10
	2. Posicionamento Estratégico	17
	3. Prémios e Reconhecimentos	19
2.	Relatório de Gestão - Criação de Valor e Crescimento	22
	1. Factos-Chave do Ano	24
	2. Enquadramento de 2018	26
	3. Desempenho do Grupo	31
	4. Desempenho das Áreas de Negócio	45
	5. Perspectivas para os Negócios de Jerónimo Martins	58
	6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	60
	7. Política de Distribuição de Dividendos	61
	8. Proposta de Aplicação de Resultados	62
	9. Anexo ao Relatório de Gestão	63
	10. Notas Reconciliatórias	65
3.	Demonstrações Financeiras Consolidadas	68
	1. Demonstrações Financeiras Consolidadas	70
	2. Declaração do Conselho de Administração	124
	3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	125
	4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	131
4.	Governo da Sociedade	134
	Parte I – Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade	136
	Secção A – Estrutura Accionista	136
	Secção B – Órgãos Sociais e Comissões	140
	Secção C – Organização Interna	169
	Secção D – Remunerações	180
	Secção E – Transacções com Partes Relacionadas	189
	Parte II – Avaliação do Governo Societário	191
5.	Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor	202
	1. A Nossa Abordagem	204
	2. Envolvimento com os Stakeholders	206
	3. Highlights 2018	208
	4. Promover a Saúde pela Alimentação	210
	5. Respeitar o Ambiente	222
	6. Comprar com Responsabilidade	233
	7. Apoiar as Comunidades Envolventes	244
	8. Ser um Empregador de Referência	254
	9. Compromissos para 2018-2020	267
	10. Tabela de Indicadores	272
6.	Demonstrações Financeiras Individuais	282
	1. Demonstrações Financeiras Individuais	284
	2. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	319
	Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade	323

Mensagem do Presidente

2018 foi um ano que ficou claramente marcado, na esfera internacional, por uma escalada das tensões políticas e comerciais, que agravaram a incerteza e imprevisibilidade no mundo.

Nove em cada 10 líderes que responderam ao inquérito do *World Economic Forum* esperam para 2019 um agravamento dos confrontos políticos e económicos entre as principais potências. E, num horizonte de 10 anos, vêem os fenómenos climatéricos extremos e o falhanço das políticas de alteração climática como as ameaças mais fortes.

As políticas protecionistas norte-americanas e a guerra comercial EUA-China, com a imposição mútua de tarifas sobre as importações de milhares de bens e serviços, representam uma mudança profunda de paradigma nas relações económicas internacionais e terão um impacto negativo inevitável na Europa.

De facto, assistimos hoje ao que parece ser o fim do sistema comercial multilateral, baseado em regras, que se desenvolveu no pós-segunda guerra mundial e que foi responsável por um crescimento económico mundial sem precedentes.

A complexidade das cadeias de abastecimento num mundo globalizado e as inúmeras interdependências existentes entre as economias fazem com que nenhum país esteja imune aos perigos reais da desaceleração do crescimento económico e da subida dos preços.

O Fundo Monetário Internacional já veio alertar para os impactos da intensificação das tensões comerciais no crescimento das maiores potências comerciais, incluindo os próprios EUA e a China, e também a França, a Alemanha e a Inglaterra, esta última ameaçada também pela incerteza que rodeia ainda o Brexit, mais de dois anos passados sobre o referendo que lhe deu origem.

Em França, as subidas dos preços dos combustíveis e do custo de vida em geral, aliadas a uma reforma fiscal acusada de agravar as desigualdades sociais, estiveram na raiz do movimento dos “coletes amarelos”. Assumem-se como defensores de uma maior justiça económica em França, mas a violência dos seus protestos já redundou em quase 4.000 detenções, mais de 3.800 feridos – dos quais cerca de 1.000 são agentes da autoridade – e na morte de 15 pessoas.

Estando os dois principais mercados de Jerónimo Martins localizados na Europa, este cenário não pode deixar de preocupar-nos, como nos inquieta também, mesmo se de modo diferente, a situação ainda de desfecho incerto na Venezuela e o seu impacto sobre a vizinha Colômbia.

No momento em que escrevo esta nota, dezenas de países (incluindo Portugal, Polónia e Colômbia) reconheceram a legitimidade de Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional da Venezuela e auto-proclamado presidente interino, que quer conduzir o país para uma transição pacífica através de eleições livres, legais e justas. Mas a Rússia, a China, a Coreia do Norte, a Turquia e o Irão, assim como a maior parte das Forças Armadas venezuelanas, continuam a apoiar Nicolás Maduro.

Em Portugal, no terceiro ano de vigência do mandato da actual solução governativa – que junta os apoios parlamentares da esquerda composta pelo Partido Socialista, Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português – liderada pelo primeiro-ministro socialista António Costa, a envolvente política foi marcada pelo fim da chamada paz social.

Após uma primeira metade do mandato em que o Governo se focou na devolução dos rendimentos e de condições de trabalho perdidas pelos portugueses durante os anos da crise (2010-2014), alguns sectores da sociedade consideraram terem sido preteridos em relação a outros.

Antecipando a realização, em 2019, de três actos eleitorais em Portugal (as Europeias, as legislativas a nível nacional e as eleições regionais da Madeira), a contestação social subiu de tom em 2018.

Como resultado, o número de pré-avisos de greves atingiu os 733, o equivalente a dois por cada dia do ano e o valor mais alto desde 2015, tendo sido consumados em greve efectiva cerca de 90% desses avisos. Entre os sectores que mais se destacaram, contam-se os estivadores, enfermeiros, médicos, professores e auxiliares de educação, funcionários de cantinas escolares, funcionários dos vários tipos de transportes públicos, dos registos e notariados, dos centros de atendimentos telefónico, dos juízes, oficiais de justiça e outros funcionários judiciais, para mencionar apenas alguns.

Mesmo neste contexto de instabilidade, em 2018, o Grupo Jerónimo Martins voltou a bater todos os recordes de vendas, por insígnia e enquanto Grupo, reforçando as posições de liderança nos mercados onde marca presença.

Com mais de 4.000 lojas distribuídas por Portugal, Polónia e Colômbia e um universo superior a 108 mil colaboradores, voltámos a somar mais de mil milhões de euros às nossas vendas totais sobre o ano anterior e mantivemo-nos entre os maiores retalhistas do mundo, de acordo com ranking “Global Powers of Retailing 2019”, elaborado anualmente pela consultora Deloitte, e que já vai na sua 22.ª edição.

O volume de negócios consolidado do Grupo atingiu os 17,3 mil milhões de euros em 2018, mais 6,5% do que em 2017, impulsionado por um crescimento *like-for-like* (LFL) de 3,1% bem como pela abertura líquida de 277 novas lojas.

Os resultados líquidos atribuíveis a Jerónimo Martins ascenderam a 401 milhões de euros, o que representa um crescimento de 4,1% em relação a 2017.

O Grupo manteve-se como um investidor relevante nos países onde detém actividades, com o montante de capex a atingir os 658 milhões de euros, dos quais 41% foram alocados à expansão e abertura de novas lojas e Centros de Distribuição, e o restante a ser canalizado para a normal manutenção das operações e a melhoria da experiência de compra.

A Biedronka absorveu 372 milhões de euros de investimento (57% do total do capex do Grupo) na abertura de 122 lojas (77 adições líquidas) e remodelação de outras 230, bem como nos trabalhos de melhoria da infraestrutura logística da operação, tendo terminado o ano com um parque de 2.900 localizações.

A Companhia continua a ver oportunidades interessantes para abrir lojas de proximidade e acredita que tem o formato certo, com a flexibilidade de *layout* necessária, para concretizar essas oportunidades.

A nível económico, no ano em que comemorou o centenário da reconquista da sua independência, a Polónia apresentou um forte crescimento, com o respectivo Produto Interno Bruto (PIB) a crescer uns sólidos 5,1%, impulsionado pelo dinamismo do consumo interno que beneficiou dos aumentos salariais e da queda da taxa de desemprego para o mínimo histórico de 6,1%.

A Biedronka celebrou, com o país, o importante aniversário histórico, iniciando uma era de investimento social, que se traduziu, neste primeiro ano, numa parceria nacional com a Caritas Polska para distribuir mais de 5.000 cartões pré-pagos, para compra de alimentos, entre os idosos mais carenciados da Polónia.

Em termos operacionais, 2018 ficou marcado pela entrada em vigor de legislação que limita a abertura das lojas de retalho ao domingo. Com menos 21 dias de vendas no ano, a Biedronka concentrou-se em garantir a máxima transferência de vendas dos domingos encerrados para outros dias da semana, protegendo em simultâneo a eficiência das operações de loja e dos armazéns.

A insígnia ajustou também a sua actividade promocional por forma a manter a atractividade para os clientes e a aumentar o valor do seu ticket médio nos restantes dias da semana. A prova da resiliência e do acerto da estratégia implementada pela Companhia encontra-se no crescimento de 5,6% do volume de negócios para os 11,7 mil milhões de euros. Em moeda local, as vendas cresceram 5,8%, impulsionadas pelo LFL de 2,7% e pelo plano de abertura de lojas.

Em Portugal, o Retalho Alimentar cresceu e manteve-se muito competitivo e promocional, com o consumidor a reagir positivamente às campanhas realizadas.

Em linha com os anos anteriores, o Pingo Doce reforçou a sua posição de mercado, alavancando de forma inovadora a sua capacidade promocional num dos pilares estratégicos de diferenciação – os Frescos. Esta nova dinâmica introduziu um regime de promoção mensal em vez de semanal, abrangendo uma enorme variedade de produtos. Manteve-se também a dinâmica das acções temáticas ao longo do ano.

Como resultado, as vendas totais cresceram 4,6% para 3,8 mil milhões de euros, revelando um desempenho notável ao nível do crescimento de 3,5% do LFL (excluindo combustível), a que se juntou a abertura de 10 novas lojas, oito das quais sob o conceito de conveniência Pingo Doce & Go.

Já o mercado Grossista voltou a ser dinamizado pelo sector do turismo. Neste contexto, a força da proposta comercial do Recheio permitiu-lhe beneficiar igualmente de um ambiente de consumo favorável, ajudando, assim, o segmento dos Hotéis, Restaurantes e Cafés. As vendas aumentaram 4% para os 980 milhões de euros, com um LFL de 4,4%. A Companhia fechou o ano com menos uma loja, terminando o mês de Dezembro com 42 localizações.

O segmento de Food Service reafirmou-se como um dos motores de crescimento da Companhia, tendo apresentado um crescimento de mais de 15%. O projecto Amanhecer cresceu organicamente, atingindo as 329 lojas parceiras, enquanto o segmento da Exportação conseguiu alargar o seu âmbito de actuação, com a entrada em novos mercados.

No que respeita os negócios ainda não lucrativos do Grupo, e apesar do impacto significativo da proibição de comércio aos domingos e de uma presença mais forte das categorias de Saúde e Beleza nos supermercados e discounters na Polónia, a Hebe viu as suas vendas crescerem 25% em 2018. Quando convertidas em euros, as vendas aumentaram 24,7% para os 207 milhões de euros, um desempenho que confirma que a sua proposta de valor se adequa ao mercado polaco e tem potencial para entregar valor no futuro próximo.

A Hebe conseguiu assim reforçar novamente a sua quota de mercado, tendo aberto 51 novas lojas (48 adições líquidas) e terminado o ano com uma rede total de 230 localizações, sendo a cadeia com maior crescimento no sector polaco da Saúde e Beleza e Cuidado Pessoal.

Na Colômbia, onde se realizaram eleições presidenciais que elegeram Iván Duque como o sucessor de Juan Manuel Santos, os sinais de estabilidade mantêm-se. O novo Governo pretende dar continuidade à receptividade e encorajamento do investimento privado e também a um conjunto de programas sociais iniciados pelo Executivo anterior.

Ao longo do ano, a Ara focou-se em alcançar ganhos de dimensão que lhe permitam, não só maximizar o seu efeito de escala, como também conquistar uma cada vez maior relevância no mercado colombiano.

Estes passos revelam-se fundamentais para o crescimento da densidade de vendas, com a oferta de melhores produtos e de maior valor acrescentado que contribuam também para o desenvolvimento de um mix de margem mais interessante, fundamental no caminho da rentabilidade.

Assim, a nossa cadeia colombiana de lojas de proximidade abriu 143 lojas em 2018, a um ritmo de uma nova localização a cada 2 dias e meio - num investimento que totalizou os 118 milhões de euros -, tendo fechado o ano com 532 lojas.

A Ara inaugurou ainda mais um Centro de Distribuição na região da Grande Bogotá, contando já com quatro unidades logísticas na Colômbia. As suas vendas atingiram os 599 milhões de euros, 47,9% acima do verificado em 2017. A taxa de câmbio constante, as vendas cresceram 53,9%.

Em conjunto, a Ara e a Hebe registaram, ao nível do EBITDA, perdas combinadas de 80 milhões de euros, valor que compara com perdas de 85 milhões de euros no ano anterior. A Ara foi responsável por cerca de 90% das perdas geradas, tendo, em moeda local, estabilizado este valor em relação ao ano anterior.

A Hebe, tal como esperado, registou uma redução das perdas geradas ao nível do EBITDA, embora o desempenho tenha sido impactado, em 2018, pela lei que restringe as aberturas de lojas aos domingos.

O EBITDA consolidado do Grupo como um todo cresceu 4,1% para os 960 milhões de euros, com a respectiva margem a fixar-se nos 5,5%, enquanto a solidez do balanço do Grupo se manteve inquestionável, com a dívida líquida a atingir os 80 milhões de euros e que se reflecte num gearing de uns meros 3,9%.

Estes resultados assumem especial relevância se considerarmos que o Grupo continuou a rever em alta os pacotes remuneratórios e as políticas de compensação dos seus colaboradores, nos três países.

Com base nesta situação financeira, o Conselho de Administração de Jerónimo Martins proporá à Assembleia Geral de Accionistas o pagamento de um dividendo de cerca de 204 milhões de euros relativo aos lucros do exercício de 2018. Esta proposta corresponde a um payout de 50% que se encontra em linha com a política de dividendos em vigor.

No Grupo Jerónimo Martins continuamos a acreditar que a nossa primeira responsabilidade é sermos rentáveis, pois só isso nos permite criar valor em todas as frentes. Acreditamos que a rentabilidade tem de andar de mãos dadas com a responsabilidade e, por isso, conduzimos os nossos negócios por forma a serem uma força de transformação positiva nas sociedades e comunidades onde operamos.

Em 2018, e em reconhecimento do desempenho em mais de 300 indicadores sociais, ambientais e de governance, o Grupo não só manteve a inclusão no índice Euronext Vigeo-Eiris Eurozone 120, como também foi incluído, pela primeira vez, no índice Euronext Vigeo-Eiris Europe 120, sendo a única empresa portuguesa a consegui-lo.

Para além disso, manteve a sua presença nos demais índices de sustentabilidade internacionais, como o FTSE, o Ethibel, o MSCI ou o Stoxx, e entrou, pela primeira vez, para a 181.^a posição do Equileap Top 200, que reconhece as companhias cotadas com mais provas dadas em matéria de equilíbrio de género no local de trabalho e justiça económica para as mulheres.

Orgulhamo-nos de que os nossos esforços para equilibrar desempenho no curto prazo e sustentabilidade no longo prazo continuem a merecer o apoio e o reconhecimento dos nossos accionistas, e em particular do nosso accionista maioritário. A todos agradeço a confiança e, em nome da Gestão, reafirmo o nosso compromisso e dedicação à missão de, nestes tempos de incerteza e complexidade, continuar a conduzir o Grupo Jerónimo Martins no sentido do crescimento rentável e sustentável.

Por fim, uma nota de apreço aos meus colegas no Conselho de Administração que contribuem, com a sua visão, experiência e confiança, para a força do nosso desempenho e a vontade das equipas de fazerem sempre mais e melhor.

Pedro Soares dos Santos

Presidente e Administrador-Delegado

I

O GRUPO JERÓNIMO MARTINS

O Grupo Jerónimo Martins

1. Perfil e Estrutura.....	10
2. Posicionamento Estratégico.....	17
3. Prémios e Reconhecimentos	19

O presente Relatório e Contas do Grupo Jerónimo Martins abrange o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018 e inclui as áreas de Distribuição e Agro-Alimentar em Portugal e a área de Distribuição na Polónia e na Colômbia, referindo os resultados das entidades detidas directa e indirectamente por Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

1. Perfil e Estrutura

1.1. Identidade e Competências

Carteira de Activos

Jerónimo Martins é um Grupo que detém activos na área Alimentar, maioritariamente na Distribuição, com posições de liderança de mercado na Polónia e em Portugal. Alcançou, em 2018, vendas de 17,3 mil milhões de euros (67% na Polónia) e um EBITDA de 960 milhões de euros (89% na Polónia). O Grupo emprega um total de 108.560 colaboradores e terminou o ano com 6,5 mil milhões de euros de capitalização bolsista na Euronext Lisboa.



Na Polónia, a **Biedronka**, cadeia de lojas alimentares com um posicionamento que alia qualidade de sortido, ambiente de loja e localizações de proximidade com os preços mais competitivos do mercado, é líder de vendas no Retalho Alimentar, operando 2.900 lojas dispersas por todo o país. No final de 2018, a Companhia atingiu 11,7 mil milhões de euros de vendas, com cerca de 1,3 mil milhões de actos de compra registados.



Ainda na Polónia, e desde Maio de 2011, o Grupo detém, com a insígnia **Hebe**, uma cadeia no sector das drogarias, que conta com 230 lojas, 30 farmácias e 200 drogarias (das quais 21 incluem farmácia). Na base deste conceito de negócio está a oferta de um sortido de Saúde e Beleza, com aconselhamento de qualidade, a preços muito competitivos.



Em Portugal, o Grupo Jerónimo Martins ocupa uma posição de liderança na Distribuição Alimentar, tendo, em 2018, atingido uma facturação agregada de 4,8 mil milhões de euros. Opera com as insígnias **Pingo Doce** (432 supermercados, incluindo 12 Pingo Doce & Go) e **Recheio** (38 Cash & Carry e quatro plataformas, das quais três dedicadas ao Food Service), que lideram os segmentos de Supermercados e Cash & Carry, respectivamente.



O Pingo Doce incorpora em 32 das suas lojas uma área de restauração **Refeições no Sítio do Costume** e opera três cozinhas centrais que, para além destes restaurantes, abastecem também o seu Take Away. Como complemento ao negócio de Retalho Alimentar tem investido ainda nas parafarmácias **Bem-Estar**, em postos de abastecimento de combustível e também lojas de vestuário (para adulto e criança) e sapatos e acessórios, através, respectivamente, das insígnias **New Code** e **Spot**. Estas duas últimas desenvolvem-se no âmbito de parcerias com operadores especializados.



Na Colômbia, a **Ara** opera actualmente em três regiões do país: Eixo Cafeeiro, Costa do Caribe e Bogotá. Trata-se de uma cadeia de lojas alimentares de proximidade, com forte implantação nos bairros residenciais, e um posicionamento de qualidade ao melhor preço, conjugando competitividade com oportunidades promocionais em categorias-chave para o consumidor colombiano. No final do ano, a Ara operava 532 lojas.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar

A **Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)** tem como principal objectivo salvaguardar a capacidade das Companhias do Grupo, em Portugal, de se abastecerem de alguns produtos estratégicos. Actualmente opera nas áreas de Lactícínios, Agro-Pecuária (operação de engorda de carne bovina da raça Angus) e Aquacultura (robalo e dourada).



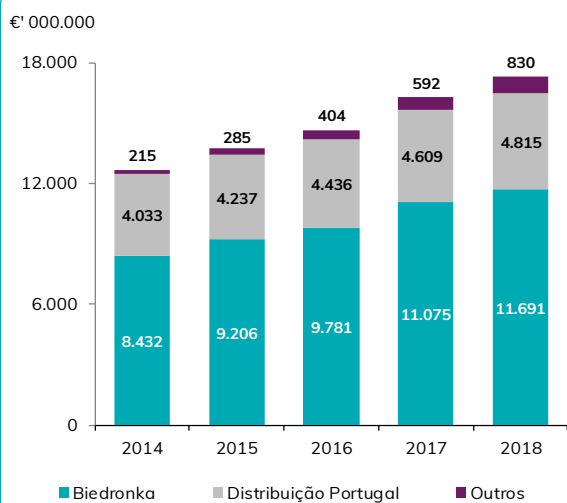
Jerónimo Martins Restauração e Serviços, que se dedica ao desenvolvimento de projectos no sector da Restauração e que, no final de 2018, operava a cadeia de quiosques e cafetarias Jeronymo, com 22 pontos de venda.



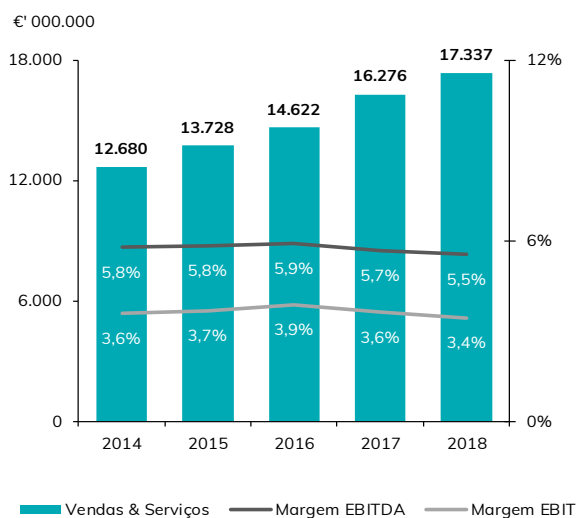
HusseL, cadeia de Retalho Especializado para comercialização de chocolates e confeitaria, contava com 24 lojas no final de 2018.

1.2. Indicadores Financeiros e Operacionais

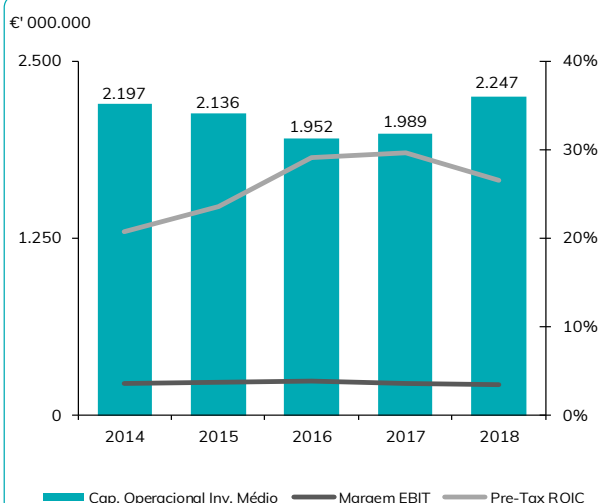
Vendas & Serviços



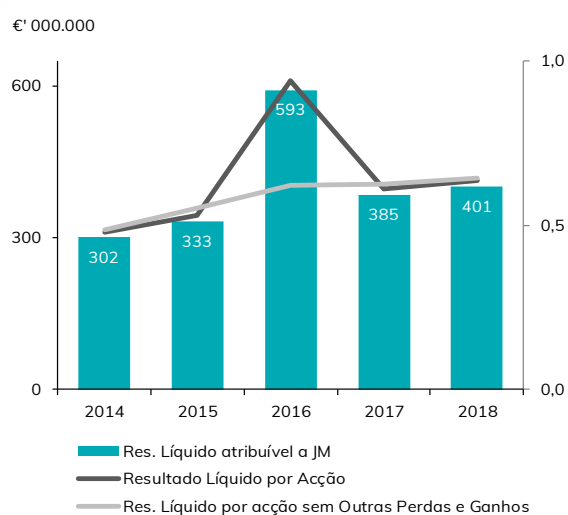
Vendas, Margem EBITDA e Margem EBIT



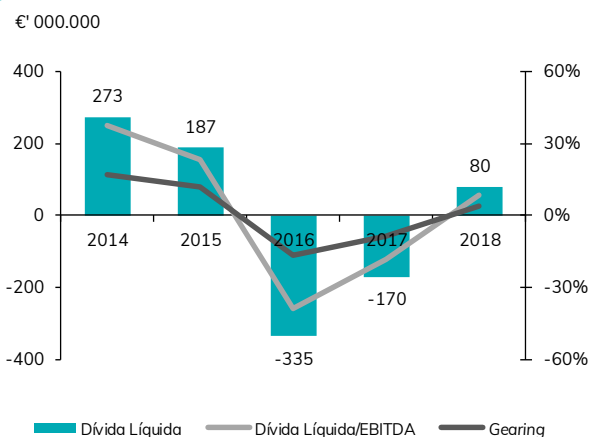
Pre-Tax ROIC



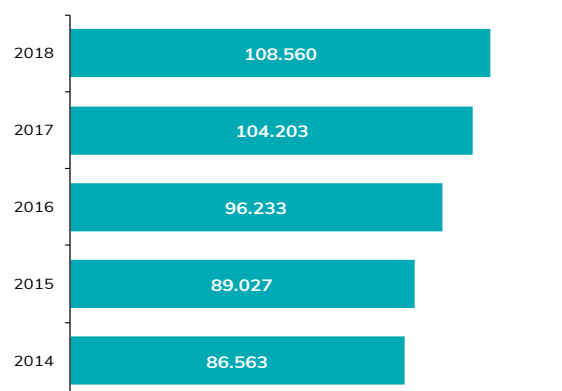
Resultado Líquido e Resultado Líquido por Acção



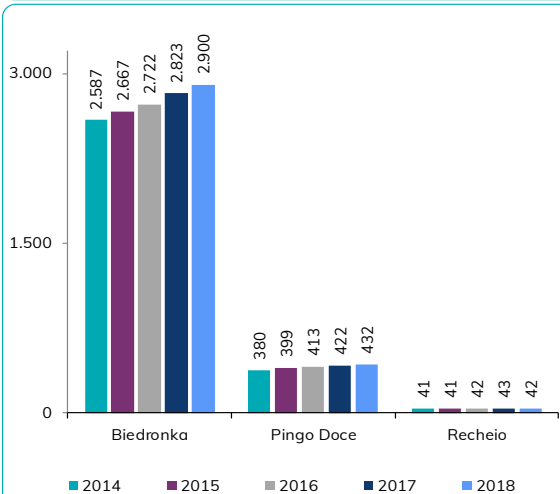
Dívida Líquida



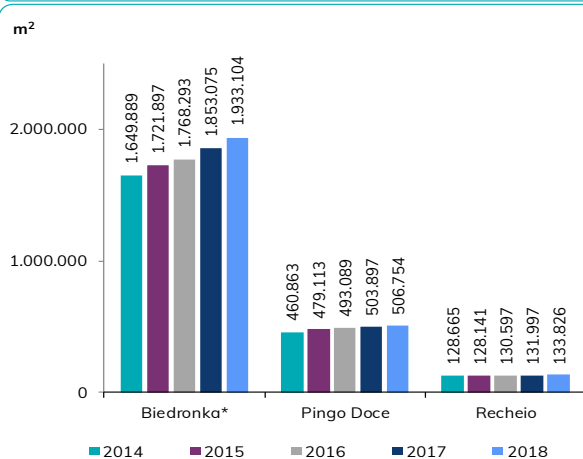
Colaboradores



Número de Lojas

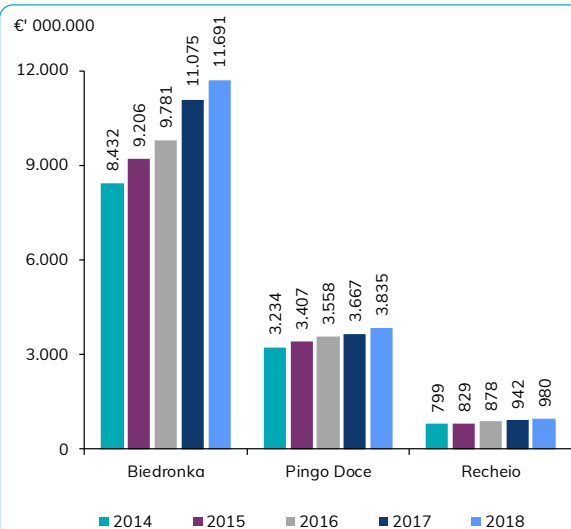


Área de Venda

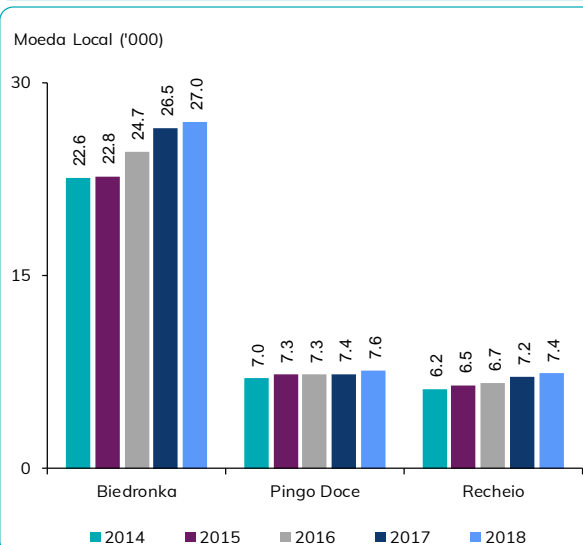


* Reclasseção do valor publicado em 2017, 1.856.992

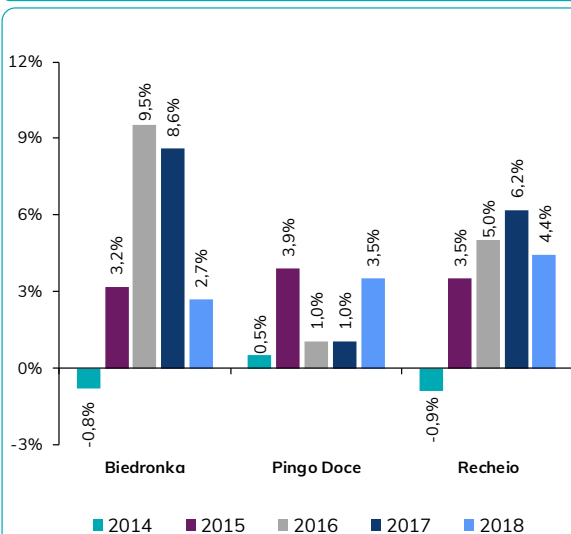
Vendas



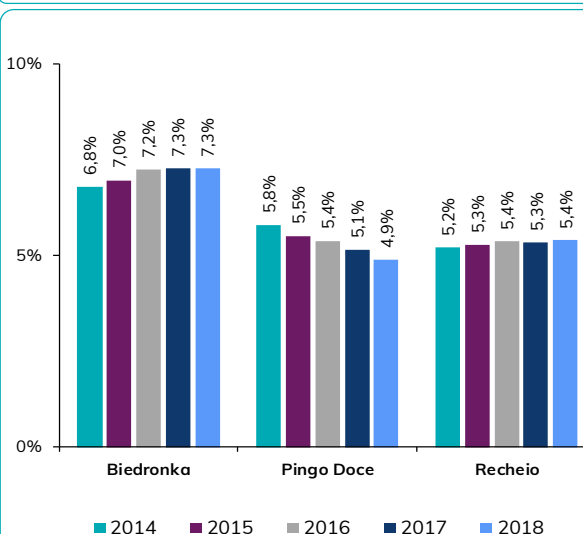
Vendas / m²



Crescimento de Vendas LFL



Margem EBITDA



1.3. Órgãos Sociais e Estrutura

1.3.1. Órgãos Sociais

Data de eleição: 14 de Abril de 2016

Composição do Conselho de Administração eleito para o triénio 2016-2018



Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos
Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado
Nascido em 7 de Março de 1960
Presidente do Conselho de Administração desde Dezembro de 2013
Administrador-Delegado do Grupo desde Abril de 2010
Membro do Conselho de Administração desde Março de 1995



Andrzej Szlezak
Nascido em 7 de Julho de 1954
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2013



António Pedro de Carvalho Viana-Baptista
Nascido em 19 de Dezembro de 1957
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2010



Artur Stefan Kirsten
Nascido em 22 de Fevereiro de 1961
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2015



Clara Christina Streit
Nascida em 18 de Dezembro de 1968
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2015
Membro da Comissão de Auditoria desde Abril de 2016



Francisco Manuel Seixas da Costa
Nascido em 28 de Janeiro de 1948
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2013



Hans Eggerstedt
Nascido em 12 de Março de 1938
Membro do Conselho de Administração desde Junho de 2001
Membro da Comissão de Auditoria desde Março de 2007



Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos
Nascido em 7 de Novembro de 1968
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2015



Sérgio Tavares Rebelo
Nascido em 29 de Outubro de 1959
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2013
Presidente da Comissão de Auditoria desde Abril de 2016

Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.
Av. República 90, 6.º, 1600 - 206 Lisboa, Portugal
representado por:

João Carlos Miguel Alves (R.O.C. n.º 896).

Suplente: **Rui Abel Serra Martins (R.O.C. n.º 1.119)**

Secretário da Sociedade

Ana Luísa Abreu Coelho Virgínia

Suplente:

Carlos Miguel Martins Ferreira

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

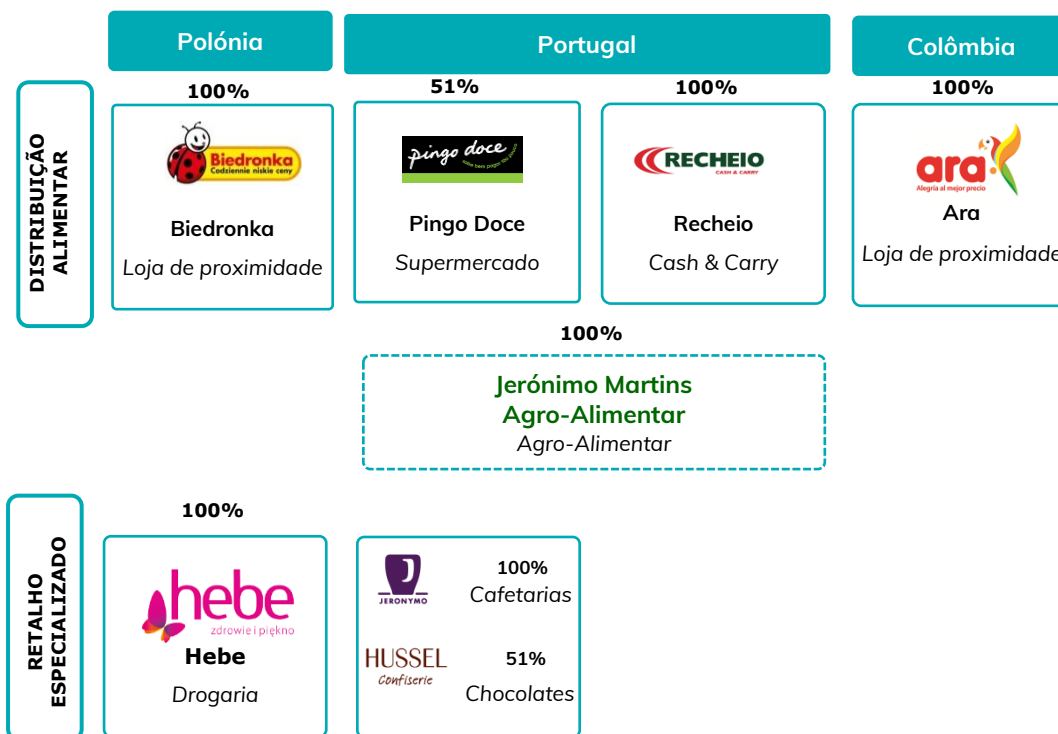
Abel Bernardino Teixeira Mesquita

Secretário da Mesa da Assembleia Geral

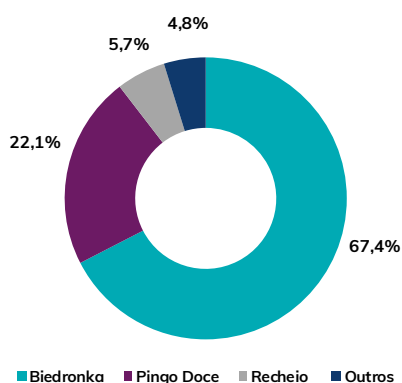
Nuno de Deus Pinheiro

1.3.2. Estrutura de Negócios

JERÓNIMO MARTINS	
Vendas 2018 17.337 milhões de euros	EBITDA 2018 960 milhões de euros



Vendas por Área de Negócio 2018



EBITDA por Área de Negócio 2018

Milhões de euros	EBITDA	% Total
Biedronka	850	88,6%
Pingo Doce	188	19,6%
Recheio	53	5,5%
Outros	-131	-13,6%
JM	960	100%

2. Posicionamento Estratégico

2.1. Missão

Jerónimo Martins é um Grupo internacional com sede em Portugal, que actua no ramo alimentar, essencialmente no sector da Distribuição, visando satisfazer as necessidades e expectativas dos seus *stakeholders* e os legítimos interesses dos seus accionistas a curto, médio e longo prazos, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento sustentável das regiões onde opera.

Jerónimo Martins assume como pilares centrais da sua missão o crescimento e a criação de valor, de uma forma contínua e sustentável, no âmbito da gestão responsável dos seus negócios.

A Responsabilidade Corporativa de Jerónimo Martins é pautada pela preservação do ambiente e dos recursos naturais, bem como pela contribuição para a melhoria da qualidade de vida das comunidades nas regiões onde o Grupo desenvolve as suas actividades, através da disponibilização de produtos e soluções alimentares saudáveis, da incorporação de preocupações ambientais e sociais na compra e na venda, da defesa dos Direitos Humanos e das condições de trabalho, e do reforço da coesão do tecido social.

2.2. Visão Estratégica

A visão estratégica do Grupo assenta na promoção do crescimento rentável e sustentável, orientada por três princípios-chave:

1. **Liderança:** insígnias e marcas fortes que permitam conquistar e consolidar posições de liderança nos mercados onde opera;
2. **Responsabilidade:** avaliação permanente do impacto do negócio no ambiente e na sociedade e contribuição activa e relevante para a melhoria de qualidade de vida das comunidades e para a sustentabilidade como um todo;
3. **Independência:** gestão cuidada do balanço e das fontes de abastecimento para assegurar continuidade das operações e autonomia na tomada de decisões estratégicas, tendo em conta os diversos *stakeholders*.

Neste contexto, as Companhias do Grupo assumem duas áreas de foco no desenvolvimento da sua actividade:

- **Consumidor**, cujas características, necessidades e preferências exigem o ajustamento e reforço progressivos da proposta de valor e contribuição contínua e relevante para o bem-estar das comunidades envolvidas das lojas;
- **Colaborador**, dotando-o de competências, instrumentos e condições de trabalho que lhe permitam ser, simultaneamente, o agente que promove o crescimento rentável através da satisfação dos consumidores e um ponto de contacto decisivo das Companhias com as comunidades em que se inserem.

2.3. Perfil Operacional

O nosso posicionamento operacional reflecte uma abordagem clara de *value food retail*, com uma orientação estratégica *mass-market*, desenvolvida especificamente para o mercado e comunidade em que se insere.

O Grupo oferece, de forma conveniente e próxima, soluções alimentares adequadas a todos os consumidores, a preços muito competitivos, o que exige operar com a máxima eficiência e com estruturas de custo lineares. Todas as nossas propostas de valor são marcadas por forte diferenciação em três vectores fundamentais: variedade e qualidade de produtos alimentares frescos, Marcas Próprias de referência e ambiente de loja.

O sucesso dos nossos formatos é alavancado na liderança de mercado, que, numa abordagem *mass-market*, é associada à dimensão, fundamental para criar economias de escala que nos permitam aumentar a eficiência logística e das operações. Só assim é possível oferecer os melhores preços e potenciar a notoriedade e a confiança essenciais à construção de relações duradouras com os parceiros de negócio estratégicos e com os consumidores que preferem as nossas lojas.

3. Prémios e Reconhecimentos

Corporativo

- O Grupo Jerónimo Martins foi reconhecido pela promoção da igualdade de género no local de trabalho, sendo a única empresa portuguesa a integrar o Top 200 Global Companies do ranking **Global Equileap Gender Equality**;
- Jerónimo Martins posiciona-se na 55.ª posição do ranking “**Global Powers of Retailing 2019**”, a melhor posição já obtida neste estudo anual da Deloitte, subindo mais de 60 posições nos últimos dez anos;
- Em reconhecimento do desempenho em mais de 300 indicadores sociais, ambientais e de governance, o Grupo manteve a inclusão no índice **Euronext Vigeo-Eiris Eurozone 120**, sendo ainda incluído, pela primeira vez, no índice **Euronext Vigeo-Eiris Europe 120**;
- Jerónimo Martins obteve a melhor classificação social e ambiental no **ISS Ethix Index**, atribuída pelo ISS - Institutional Shareholder Services. Neste índice, Jerónimo Martins registou o nível mais baixo de risco em matéria ambiental e social;
- A **ISS-Oekom**, uma das agências mundiais dedicadas à notação do investimento sustentável, atribuiu novamente a Jerónimo Martins a classificação “Prime”, um patamar que distingue as empresas líderes no seu sector;
- O Grupo foi novamente incluído nos índices **FTSE4Good Europe** e **FTSE4Good Development** e, pela primeira vez, no **FTSE4Good Developed Minimum Variance**;
- O Grupo manteve-se nos índices de sustentabilidade **ECPI Global Developed ESG Best in Class**, **Euro ESG Equity** e **World ESG Equity**, integrando quatro novos índices: **Global Livestock GD**, **Global Climate Change Liquid**, **Global Megatrend 100** e **Global Megatrend 100 Volatility Control**;
- O Grupo foi incluído no **Ethibel Sustainability Index (ESI) Excellence Europe** e no **Ethibel Investment Register Excellence**, pela associação independente **Forum Ethibel**, especialista em *rating*, auditorias independentes e certificação de produtos e serviços que cumprem as boas práticas éticas e de governance social e ambiental;
- Jerónimo Martins foi mais uma vez classificado como *Outperformer*, a um nível do patamar de Líder, na análise da **Sustainalytics**, pela sólida estratégia, políticas e programas de sustentabilidade do Grupo;
- Jerónimo Martins integrou os índices **MSCI ACWI ESG Leaders** e **MSCI ACWI SRI** que representam empresas com alto desempenho nas áreas social, ambiental e de governance. O Grupo alcançou a classificação AA, atingindo um patamar de liderança em 2018;
- O Grupo foi mais uma vez confirmado nos índices **STOXX ESG Leaders** e incluído em vários índices, tais como o **Global ESG Environmental Leaders** e o **Global ESG Impact**, que representam as empresas líderes a nível mundial nas dimensões social, ambiental e de governance.

Jerónimo Martins Polska / Biedronka

- A Jerónimo Martins Polska conquistou a 4.ª posição no ranking de “**Empregador do Ano 2017**”, uma iniciativa da Nielsen e AIESEC Poland;
- A Jerónimo Martins Polska foi também considerada o melhor pagador e o retalhista com a melhor oferta de produtos frescos, no âmbito da iniciativa “Mercado do Ano - Cadeias de Retalho 2017”, organizada pela publicação “Wydawnictwo Gospodarcze”;
- Pelo terceiro ano consecutivo, a Jerónimo Martins Polska alcançou o 2.º lugar na lista das “500 Maiores Empresas”, do jornal “Rzeczpospolita”;
- A Jerónimo Martins Polska ficou em 2.º lugar no Índice das Empresas Mais Patrióticas da Polónia, também atribuído pelo jornal “Rzeczpospolita”;
- A Jerónimo Martins Polska foi reconhecida pela publicação “Polityka Weekly”, com o “**CRS White Leaf 2018**”, pelos projetos desenvolvidos para gerir eficazmente o impacto ambiental da empresa;
- A Jerónimo Martins Polska conquistou o 4.º lugar no ranking das Maiores Empresas da Europa Central e de Leste - “**TOP 500 CEE**” -, atribuído pelo Coface Group e pelo jornal “Rzeczpospolita”;
- A Jerónimo Martins Polska venceu o “**Golden Effie**” na categoria Retalho/Canais de Venda, com a campanha “Gang dos Peluches 2”;
- A Jerónimo Martins Polska ficou em 2.º lugar na lista das 2.000 Maiores Empresas da Polónia, do jornal “Rzeczpospolita”;
- A Jerónimo Martins Polska recebeu o título “**ECOJANOSIK 2018**”, pela reciclagem e tratamento de resíduos operacionais, redução do consumo de energia elétrica, acções de proteção da biodiversidade e combate às alterações climáticas;
- A Jerónimo Martins Polska ganhou o prémio “**EAGLES of Wprost 2018**” na região da Grande Polónia, uma distinção para as empresas que obtiveram o maior lucro líquido médio nos últimos três anos, bem como o maior aumento percentual médio do lucro líquido;
- A Biedronka integrou o grupo das marcas polacas mais poderosas, vencendo na categoria “Shopping - loja de conveniência”, do Superbrands;
- A Biedronka conquistou o 2.º lugar no ranking das marcas mais valiosas da Polónia 2017, do jornal “Rzeczpospolita”;
- O Marine Stewardship Council (MSC) reconheceu o compromisso da Biedronka em promover a pesca sustentável, atribuindo a distinção “**MSC 2018**”;
- A Biedronka foi líder no Top Brand, um ranking das marcas de retalho mais populares, baseado na sua presença mediática.

Hebe

- A revista de cosmética profissional “Wiadomości Kosmetyczne” considerou a Hebe “Drugstore of the Year 2018” nas categorias “Sortido” e “Organização de Loja”;

- A Hebe ganhou um “Extra Highlight” em Qualidade de Serviço, atribuído pelo “Polski Instytut Badań Jakosci”;
- Na categoria “Drugstore”, a Hebe ganhou um “Client Service Star”, atribuído pelo Programa Polaco de Qualidade de Serviço (Polski Program Jakości Obsługi);
- A Hebe venceu a categoria de “Drugstore” no “Superbrands”.

Pingo Doce

- O Pingo Doce foi considerado “Parceiro de Mérito” pela Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores, por representar mais de 50% das vendas deste produto;
- O Pingo Doce foi distinguido pela segunda vez consecutiva com o prémio de “Maior e Melhor Criador de Emprego” nacional, atribuído pela revista “Exame” em parceria com a Informa D&B e a Deloitte com o objectivo de reconhecer as grandes empresas em Portugal que contribuem positivamente para a economia nacional;
- O Serviço de Apoio ao Cliente do Pingo Doce foi distinguido pela Associação Portuguesa de Contact Centers como o melhor contact centre do sector do Comércio e Retalho em Portugal;
- O Pingo Doce venceu o prémio “Master Retalho Alimentar 2018”, dos Masters da Distribuição, uma iniciativa promovida pela revista “Distribuição Hoje” e pela IFE by Abilways;
- 11 vinhos de Marca Própria Pingo Doce receberam 16 medalhas em dois concursos de vinho internacionais:
 - Concurso Decanter World Wines Event - sete medalhas recebidas, com destaque para Vinho Verde Alvarinho Branco Pingo Doce 75cl, merecedor da Medalha de Platina;
 - Concurso International Wine Challenge - nove medalhas recebidas, destacando-se o Vinho do Porto 10 Anos Tinto Pingo Doce 75cl, premiado com a Medalha de Ouro.

Recheio

- Pelo quarto ano consecutivo, o Consumer Choice – Centro de Avaliação da Satisfação do Consumidor - atribuiu o selo Escolha dos Profissionais ao Recheio, na categoria de “Distribuição Grossista”.



RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento

1. Factos-Chave do Ano.....	24
2. Enquadramento de 2018	26
3. Desempenho do Grupo.....	31
4. Desempenho das Áreas de Negócio	45
5. Perspectivas para os Negócios de Jerónimo Martins	58
6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço.....	60
7. Política de Distribuição de Dividendos	61
8. Proposta de Aplicação de Resultados.....	62
9. Anexo ao Relatório de Gestão	63
10. Notas Reconciliatórias.....	65

1. Factos-Chave do Ano

Biedronka

- Abertura de 122 lojas, das quais 35 para substituição de lojas encerradas, terminando o ano com 2.900 localizações
- Remodelação de 230 lojas
- Lançamento conjunto com o Pingo Doce das marcas Be Beauty e Go Bio. A primeira na categoria de cuidados pessoais e beleza e a segunda no segmento de produtos biológicos

Hebe

- Abertura de 51 lojas, terminando o ano com um total de 230 localizações (200 Drogarias e 30 Farmácias)
- O programa de fidelização atingiu cerca de três milhões de membros
- Reforço da presença digital, abrangendo no final do ano cerca de 483 mil seguidores no Facebook, 67 mil no Instagram e 806 mil visitantes na página de internet

Pingo Doce

- Abertura de 10 lojas, oito das quais no formato de conveniência Pingo Doce & Go, encerrando o ano com 432 localizações
- Remodelação integral de 29 lojas e 21 remodelações ligeiras
- Alteração da mecânica promocional do Talho e Peixaria de semanal para mensal: "Promoção o mês inteiro"

Recheio

- Relocalização da loja do Fogueteiro para Corroios, com reforço do nível de serviço aos clientes e aumento da área de Frescos como elementos estratégicos e diferenciadores
- Remodelação da loja de Óbidos, com alargamento significativo da área de Frescos
- Adesão de 15 lojas ao conceito Amanhecer, terminando o ano de 2018 com um total de 329 lojas na rede

Ara

- Abertura de 143 lojas, terminando o ano com 532 lojas a operar em três regiões da Colômbia
- Abertura do 4.º Centro de Distribuição, reforçando a capacidade logística na Região de Bogotá

Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

- Início da actividade da nova fábrica de Lacticínios em Portalegre
- Início do fornecimento regular de robalo e dourada às lojas do Grupo em Portugal

Jeronymo e Hussel

- Abertura de três lojas Jeronymo e uma loja Hussel
- Início da parceria com os gelados artesanais Davvero na Jeronymo
- Lançamento dos gelados Marca Própria da Hussel

2. Enquadramento de 2018

2.1. Polónia

Conjuntura Macroeconómica

À semelhança do ano anterior, a economia polaca apresentou um sólido crescimento de 5,1% (4,8% em 2017). O consumo interno foi o principal motor do crescimento económico, suportado por aumentos salariais e pela redução da taxa de desemprego para mínimos históricos. O investimento também contribuiu positivamente, sobretudo via investimento público, e beneficiou da utilização dos fundos da União Europeia (UE). O programa “Family 500 plus”, que teve uma importância muito relevante em 2016 e 2017 no crescimento do consumo privado foi, este ano, um elemento de abrandamento uma vez que as famílias receberam menos fundos que no ano anterior (mais crianças atingiram a idade adulta e foram efectuados alguns ajustes na atribuição deste incentivo).

A dificuldade das empresas na contratação aumentou, mesmo considerando a importante entrada de imigrantes no país. A taxa de desemprego diminuiu para 6,1% (7,3% em 2017).

Em 2018, o zloty registou uma taxa de conversão anual média⁽¹⁾ de 4,2614 face ao euro, uma desvalorização de 0,2% face aos 4,2539 de 2017, motivada em parte pela incerteza do crescimento económico mundial. A posição cambial de final do ano face ao euro apresentou também uma desvalorização de 2,9%, encerrando com uma taxa de 4,3014 (4,1770 em 2017).

O crescimento do Índice de Preços do Consumidor em 2018 foi de 1,6%, relativamente baixo, tendo em conta a crescente pressão da procura interna e o aumento dos preços dos combustíveis. Contudo, o abrandamento da inflação alimentar de 4,2% em 2017 para 2,6% este ano, contribuiu para a redução da inflação. As condições climatéricas adversas em 2017 impuseram uma inflação elevada sobretudo na categoria da Fruta, que durante este ano foi próxima de zero (de 8,0% para -0,1%). De notar também a forte deflação do açúcar (-29%) que foi determinante para a redução da inflação alimentar. Já a Carne e o Peixe tiveram inflações moderadas.

Para 2019, é expectável um crescimento económico inferior, ainda assim robusto. As dificuldades na contratação de pessoal e o previsto abrandamento geral do crescimento da zona euro, serão os principais desafios da economia polaca. Ainda assim, o consumo privado e o investimento, público e privado, deverão continuar a suportar o bom desempenho da economia.

Em relação à inflação, é expectável um aumento, explicado em parte pelos custos das empresas com salários e pela crescente pressão da procura.

Retalho Alimentar Moderno

O ano de 2018 foi muito positivo para a economia polaca, com o PIB a apresentar o melhor desempenho desde 2007. O consumo privado foi o principal responsável por este crescimento, seguido do investimento, com a utilização dos fundos da UE a permitir um aumento relevante do investimento público.

O Ministério das Finanças comunicou excedentes orçamentais recordes e a diminuição continuada dos níveis de desemprego. Esta diminuição do desemprego e as subidas salariais suportaram níveis de confiança positivos dos consumidores e do consumo. O mercado de Retalho Alimentar apresentou um aumento de 3,3% em 2018.

⁽¹⁾ Taxa de conversão anual média determinada com ponderação dos volumes de negócios das Companhias do Grupo a operar nessa moeda.

A introdução da proibição da abertura das lojas aos domingos foi o maior desafio enfrentado pelo sector em 2018. A partir de Março, a abertura das lojas passou a ser permitida, regra geral, apenas no primeiro e último domingos do mês. Os diferentes operadores estiveram focados em adaptar-se a esta nova realidade de mercado. O formato *Discount* continuou a crescer, aumentando a sua quota em cerca de 2p.p..

A adaptação a estas alterações forçou mudanças de rotina no consumidor polaco. O volume de negócios dos domingos encerrados não foi totalmente transferido para os outros dias da semana, causando alguma pressão nas insígnias de retalho na tentativa de compensar os dias de encerramento.

De acordo com a lei em vigor, em 2019, só será permitida a abertura no último domingo de cada mês e, em 2020, a proibição será alargada a todos os domingos, com algumas excepções contempladas, como antes do Natal e da Páscoa.

O Governo tem trabalhado para preencher algumas lacunas da lei aprovada em Março de 2018, como seja a das isenções de encerramento preconizada para as lojas que tenham serviços postais, que se pretende que seja aplicável apenas quando estes serviços sejam dominantes na sua actividade. Uma nova tendência tem sido o crescimento nos postos de combustível de lojas de conveniência, já que estes beneficiam de isenção na inibição dos encerramentos ao domingo.

Outro desafio para o sector do Retalho diz respeito ao imposto sobre espaços comerciais, que afectará os proprietários de centros comerciais. Além desta, foi aprovada uma nova legislação, que atribuiu às entidades locais o direito de limitar as horas de venda noturna de álcool, o que contribui para os desafios ao sector.

As mudanças nos hábitos de consumo, e a valorização por parte do cliente da experiência de compra, ambiente de loja e do tempo de compra eficientes, reforçaram a crescente popularidade do formato de conveniência. Exemplos desta evolução são a utilização dos *self checkouts*, que está a ganhar popularidade, seguidos dos aplicativos de smartphone para compras do tipo *Scan & Go* e entregas ao domicílio.

Retalho de Saúde e Beleza

De acordo com as projecções da PMR Research, o mercado polaco de Saúde e Beleza cresceu 6,7% em 2018 (6,2% em 2017), atingindo 25 mil milhões de zlotys, beneficiando do enquadramento macroeconómico favorável do país.

A introdução da obrigatoriedade de encerramento em alguns domingos impactou quer o crescimento do mercado, quer os hábitos do consumidor. Neste contexto, e por forma a atrair o consumidor nos outros dias da semana, todos os operadores reforçaram os seus investimentos promocionais. Enquanto as Farmácias e Drogarias recuperaram apenas parcialmente o seu volume de negócios devido ao encerramento aos domingos, as redes de lojas *Discount* conseguiram expandir gradualmente a sua oferta de cosméticos, tornando-se um canal cada vez mais importante nas categorias de produtos de Higiene e Cuidados Pessoais. O mercado online registou um crescimento mais acentuado do que o restante mercado (cresceu 14,9% em comparação com os 6,7% do mercado de Saúde e Beleza).

Por outro lado, também se observa uma mudança do comportamento do consumidor, cada vez mais consciente e exigente em termos de qualidade e experiência de compra, a procurar mais produtos naturais e de qualidade *premium*, e a apostar em novas tendências ou novas marcas.

De igual forma, a relação com o cliente está a mudar, com os *influencers* e as redes sociais cada vez mais presentes, sobretudo junto das gerações mais jovens, com a personalização do conceito de

beleza e com o crescimento do mercado online e multicanal. Esta tendência faz com que existam alguns operadores exclusivamente online a começar a construir a sua presença em lojas físicas.

Nos próximos anos, o mercado de Saúde e Beleza deverá continuar a crescer. A PMR Research prevê um crescimento a uma taxa média superior a 4%, com o consumidor a ser ainda mais exigente na escolha do produto mas também na experiência em loja e na facilidade de compra.

2.2. Portugal

Conjuntura Macroeconómica

Em 2018, manteve-se a trajectória de crescimento da actividade económica, a um ritmo mais brando, correspondendo a uma fase de maturação do ciclo económico, tendo o PIB aumentado 2,1%, que compara com um crescimento de 2,8% em 2017. Esta desaceleração do crescimento reflecte principalmente o menor crescimento das exportações e do investimento, em relação ao ano anterior.

As exportações, que foram a componente que mais contribuiu para a recuperação da economia portuguesa iniciada em 2013, deverão registar um crescimento de cerca de 3,6%, embora este crescimento tenha desacelerado face ao ano anterior (7,8%), influenciado pelo menor crescimento das exportações de serviços e do turismo. O abrandamento da actividade turística ao longo do ano ficará a dever-se à recuperação de alguns destinos concorrentes.

O aumento do consumo privado deverá manter-se aos níveis do ano anterior, cerca de 2%, com um crescimento relativamente estável na primeira metade do ano, e um abrandamento do crescimento no segundo semestre de 2018.

Já o nível de confiança dos consumidores registou uma redução, sobretudo nos dois últimos meses do ano.

No que respeita ao mercado de trabalho, continuou a verificar-se uma tendência de melhoria com a taxa de desemprego a reduzir para 7,0% (+8,9% em 2017), embora a um ritmo progressivamente menor face aos anos anteriores.

A inflação fixou-se em 1,0%, abaixo dos 1,4% de 2017, influenciada pela evolução mais moderada dos produtos alimentares não transformados (0,6% em 2018 vs. 1,8% em 2017). O aumento do preço dos produtos energéticos (+4,7%) não foi suficiente para evitar a diminuição da inflação em 2018.

O défice deverá ter ficado em cerca de 0,7% do PIB (3,0% em 2017), em linha com o estabelecido no programa de estabilidade.

Para 2019, a economia portuguesa continuará a enfrentar constrangimentos de crescimento, nomeadamente um menor crescimento das exportações e do consumo, apesar da redução do endividamento dos diversos sectores da economia e dos progressos realizados nos últimos anos ao nível do funcionamento dos mercados.

Retalho Alimentar Moderno

As vendas do Retalho Alimentar registaram, em 2018, um crescimento de 5,0% face ao registado no ano anterior (3,9%), tendo os Estabelecimentos Não Especializados apresentado uma evolução de 5,6% e os Estabelecimentos Especializados um decréscimo de 1,5%.

O nível de inflação foi baixo (+0,7% em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas), continuando a registar-se níveis de actividade promocional particularmente elevados o que se consubstancia, segundo a Nielsen, num perfil de consumidor “promo-lover”.

O ritmo de expansão e remodelação de lojas teve uma cadência semelhante aos anos anteriores, com particular foco nos formatos de proximidade.

Em 2019, o comportamento do consumidor deverá manter as tendências dos anos anteriores. Saúde e bem estar, experiência de compra, inovação, conveniência, simplicidade, rapidez na compra, ambiente e preço/promoção são algumas das características procuradas a destacar.

Mercado Grossista

Em 2018, a facturação dos operadores de Cash & Carry em Portugal registou uma evolução positiva (+3,8% de acordo com a Nielsen TSR Cash & Carry), para a qual contribuiu a dinâmica do canal HoReCa.

O crescimento deste canal voltou a ser impulsionado pelo desempenho do sector do turismo (entre Janeiro e Outubro de 2018, o número de hóspedes aumentou 1,3% de acordo com o INE), beneficiado sobretudo da procura interna.

De realçar a aposta relevante da Garcias (especializada na comercialização de vinhos e bebidas espirituosas) que, em 2018, conta com 10 estabelecimentos.

Ao nível do Retalho Tradicional, é de salientar a abertura continuada de lojas Amanhecer e Meu Super em resultado da aposta no comércio integrado, reforçando-se assim o número de lojas de proximidade.

Para 2019, perspectiva-se um desempenho satisfatório do canal HoReCa e a contínua revitalização do Retalho Tradicional.

2.3 Colômbia

Conjuntura Macroeconómica

Em 2018, o crescimento da economia colombiana deverá ser superior ao do ano anterior, com um PIB na ordem dos 2,7% (+1,8% em 2017). Esta evolução verificou-se num contexto de recuperação da procura interna, nomeadamente do consumo privado, mas também das exportações. Tal crescimento é, no entanto, muito inferior às estimativas do início do ano.

A actividade produtiva colombiana foi suportada pelos sectores da indústria transformadora, comércio, transportes, administração pública, defesa e outros sectores associados aos serviços. Pelo contrário, os sectores da indústria extractiva mineira e da construção registaram fortes contrações.

Na Colômbia, observou-se uma melhoria na confiança do consumidor no primeiro semestre do ano. Embora tenha havido alguma deterioração subsequente, o contexto melhorou em relação ao ano anterior.

A taxa de desemprego reflectiu o abrandamento do crescimento do PIB, atingindo 9,7% em 2018, mais 0,3p.p. face a 2017 (+9,4%).

A inflação registada em 2018 fixou-se em 3,2%, ficando em linha com o objectivo do Banco Central da Colômbia (+3,0%; $\pm 1,0$ p.p.), abaixo dos 4,3% de 2017, sendo a descida explicada essencialmente pelo menor crescimento do preço dos produtos alimentares e dos serviços. A inflação mais baixa permitiu que a taxa de juro de referência fosse reduzida em 50 pontos base durante o ano (de 4,75% para 4,25%).

Em 2018, o peso colombiano registou uma taxa de conversão anual média⁽¹⁾ de 3.489,6 face ao euro, uma desvalorização de 3,9% face aos 3.352,1 de 2017.

No decorrer de 2018, ocorreram eleições na Colômbia, tendo sido eleito um novo presidente. O novo Governo pretende dar continuidade à visão liberal sobre o investimento privado e de Estado mínimo, mas também a um conjunto de programas sociais iniciados pelo Governo anterior.

Para 2019 é esperada uma melhoria da economia colombiana, suportada no aumento de confiança dos consumidores, que deverão recuperar o seu poder de compra, através de uma inflação controlada e uma taxa de juro a níveis relativamente baixos.

Retalho Alimentar Moderno

O mercado de Retalho na Colômbia teve um crescimento de 2,8% (0,9% em volume). Apesar da conjuntura macroeconómica favorável, o consumo das famílias não atingiu o crescimento estimado no início do ano.

A diferença face às estimativas iniciais resultou de mudanças dos hábitos do consumidor colombiano, que procurou fazer compras mais eficientes, de maior conveniência e com mais informação, o que desencadeou uma mudança definitiva na percepção do custo-benefício dos produtos.

O formato *Discount* foi aquele que apresentou o maior crescimento enquanto o restante retalho organizado e o retalho independente registaram um declínio, durante o ano.

O número de aberturas em 2018 foi liderado pelas lojas de formato *Discount*, com mais de 500 novas localizações.

O peso das vendas das lojas de *Discount* no Retalho Alimentar Moderno aumentou⁽²⁾ para 7,9% (+1,6p.p. face a 2017), beneficiando de um consumidor mais focado no preço, num ambiente de fraco crescimento económico e de níveis de confiança muito baixos, em parte originado com incertezas relacionadas com o período eleitoral, bem como das discussões de alteração legislativa com agravamento das taxas de IVA.

Para 2019, é estimado um crescimento do PIB e um aumento da confiança do consumidor, que poderá beneficiar o retalho.

Ainda para o próximo ano, a Nielsen estima que o mercado cresça 4,6% (2,3% em volume), devendo os retalhistas focar a sua estratégia em dois factores fundamentais: gerar procura e criar confiança no consumidor. Estas estratégias deverão ser adaptadas e evoluir ao ritmo de um consumidor cada vez mais informado, multicanal e mais exigente em relação ao valor do produto e da experiência de compra.

Fontes Consultadas:

Eurostat; Boletins Económicos do Banco de Portugal; Ministério das Finanças de Portugal; Instituto Nacional de Estatística (INE); Boletins Económicos do Banco Nacional da Polónia; Central Statistical Office (GUS); Banco de la República (Banco Central Colombiano); Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia (DANE); Planet Retail; TNS; Nielsen e PMR Research.

⁽¹⁾ Taxa de conversão anual média determinada com ponderação dos volumes de negócios das Companhias do Grupo a operar nessa moeda.

⁽²⁾ Fonte: Nielsen Home Panel.

Realça-se que, em 2018, a Nielsen desenvolveu uma nova metodologia que inclui números para o mercado total, como base de cálculo. Esta nova abordagem, implicou uma correcção das quotas de mercado do ano anterior, as quais se baseavam apenas no Retalho Organizado. Assim, a informação divulgada no R&C 2017 não é comparável com a que está a ser reportada neste relatório.

3. Desempenho do Grupo

2018 foi um ano repleto de desafios, especialmente no principal mercado onde Jerónimo Martins opera – a Polónia – no qual o Grupo foi capaz de fortalecer as suas operações, crescer vendas e aumentar quotas de mercado em todas as geografias.

3.1. Prioridades estratégicas para 2018

Em linha com a visão estratégica definida, em 2018 o crescimento rentável manteve-se como a grande prioridade em Jerónimo Martins, tendo cada área de negócio executado os seus planos considerando as diferentes realidades de cada mercado e de cada formato.

O foco do Grupo centrou-se em: i. continuar a crescer acima dos respectivos mercados na Polónia e em Portugal; ii. mitigar o impacto em vendas e na eficiência das operações da regulamentação introduzida na Polónia relativa ao encerramento de lojas aos domingos; iii. alavancar na escala em construção da Colômbia para trabalhar o *mix* e a densidade de vendas, trilhando o caminho para a rentabilidade; iv. reforçar o investimento nas pessoas e na infraestrutura das operações.

No geral, as estratégias traçadas e os objectivos definidos foram executados e atingidos pelas Equipas de Gestão com o devido acompanhamento do Conselho de Administração que desenvolveu, sem qualquer constrangimento, a sua supervisão das actividades da gestão.

3.1.1. Crescer acima dos respetivos sectores na Polónia e em Portugal

Na Polónia, a Biedronka continuou a operar num ambiente favorável de consumo que ofereceu oportunidades para uma melhoria contínua do sortido.

A insígnia abordou com sucesso estas oportunidades através do seu sortido permanente, oferta de Marca Própria e campanhas de *in&out* que permitiram responder às aspirações do consumidor polaco.

No sortido de Marca Própria cerca de 72 produtos receberam melhorias ou foram substituídos, tendo sido lançados 109 novos produtos, que fazem parte do sortido regular, para além dos desenvolvidos para campanhas *in&out*.

No ano, foram realizadas cerca de 40 campanhas que serviram para reforçar a atractividade da oferta.

Esta boa dinâmica comercial teve sempre em consideração o reforço do posicionamento e percepção de preço da insígnia, que é um capital fundamental da proposta de valor, criado ao longo dos anos.

O Pingo Doce, tal como o Recheio, contou com um ambiente de consumo saudável em Portugal.

A insígnia de supermercados alavancou de forma inovadora a sua capacidade promocional numa das suas vantagens competitivas – os Frescos. Esta nova dinâmica introduziu um regime de promoção mensal em vez de semanal, abrangendo uma enorme variedade de produtos. Manteve-se também a dinâmica das acções temáticas ao longo do ano.

O Recheio, suportado pela qualidade da sua proposta de valor e agressividade comercial, continuou a crescer acima do mercado num contexto que se manteve benigno, alimentado pelo desempenho do consumo em geral e pela actividade turística.

A procura contínua de enriquecimento do sortido, mantendo em simultâneo uma intensa actividade de preço e promoções, conduziu as três insígnias (Biedronka, Pingo Doce e Recheio) a aumentar as respectivas quotas de mercado.

3.1.2. Mitigar o impacto da regulamentação introduzida na Polónia relativa ao encerramento de lojas aos domingos

Em Março de 2018, a entrada em vigor de nova regulamentação impôs a obrigatoriedade de encerramento das lojas aos domingos. Sendo a implementação progressiva, neste primeiro ano as lojas puderam ainda permanecer abertas no primeiro e último domingo de cada mês, em 2019 poderão abrir apenas no último domingo de cada mês e em 2020 terão que encerrar em todos os domingos com algumas exceções contempladas, nomeadamente antes do Natal e da Páscoa.

A Biedronka antecipou a alteração de comportamento dos consumidores, preparando as suas lojas e logística para dar resposta à esperada transferência de vendas dos domingos para, principalmente, sextas, sábados e segundas.

Em conjunto com este trabalho exigente de flexibilização operacional desenharam-se acções de vendas que garantissem que os consumidores teriam todos os motivos para visitar a Biedronka antes de domingo.

De forma coordenada, as várias equipas da Companhia conseguiram com sucesso, não só mitigar a perda de vendas, que se reflectiu, essencialmente, na perda das vendas de impulso, como proteger a rentabilidade da operação ao nível da loja e da logística.

No que respeita às vendas, o encerramento de 21 domingos teve um impacto estimado em cerca de 1,3p.p. no crescimento LFL do ano.

3.1.3. Alavancar na escala em construção da Colômbia para trabalhar o mix e a densidade de vendas

Em 2018 a Ara, alavancando na sua capacidade de expansão do parque de lojas, registou um aumento de relevância no mercado colombiano.

Este foi um ponto de partida para o início de um trabalho mais detalhado ao nível do mix de vendas com consequências positivas no mix de margem.

Este trabalho foi desenvolvido com os fornecedores de Marca Própria que, com a Companhia, partilham de forma mais directa os benefícios do crescimento da escala de vendas e o impacto que esta tem na eficiência das operações - tanto da Ara como destes fornecedores. Neste contexto, foram lançados 196 novos produtos de Marca Própria que vieram reforçar a oferta, já bastante completa, de artigos que formam o cabaz básico.

Com estes desenvolvimentos a Ara fortaleceu a sua oferta no mercado, apresentando um sortido mais completo, mais apelativo e que vai para além do cabaz alimentar básico. Estes passos são fundamentais para o crescimento da densidade de vendas, com a oferta de melhores produtos e de maior valor acrescentado que contribuem também para o desenvolvimento de um mix de margem mais interessante e que tem um papel fundamental no caminho para a rentabilidade.

Em simultâneo, a Companhia continuou a abrir lojas a um bom ritmo e reforçou a sua operação logística com a abertura, em Setembro, de mais um Centro de Distribuição em Bogotá (o segundo nesta região).

Fruto do trabalho realizado, a Companhia registou em 2018 uma evolução muito positiva da sua margem encontrando-se em linha com o plano de desenvolvimento traçado para aquele mercado.

3.1.4. Execução do Programa de Investimento

O programa de investimento estabelecido para cada ano é sempre um ponto fundamental da estratégia definida por conter a realização do potencial de crescimento identificado para cada insígnia, tanto orgânico como a nível do LFL, mas também por incluir os projectos necessários para melhorar continuamente a experiência de compra e proteger a eficiência de toda a operação.

Em 2018, o plano de investimento do Grupo cifrou-se em 658 milhões de euros, dos quais 41% alocados à expansão (novas lojas e Centros de Distribuição). O restante destinou-se a projectos de remodelação de lojas e Centros de Distribuição, bem como à normal manutenção das operações.

(milhões de euros)	2018			2017		
	Expansão ¹	Outros ²	Total	Expansão ¹	Outros ²	Total
Biedronka	91	281	372	113	241	354
Lojas	87	255	342	88	222	310
Logística e Estrutura Central	4	26	30	25	19	44
Pingo Doce	13	78	90	32	70	102
Lojas	12	72	85	17	66	83
Logística e Estrutura Central	0	5	6	16	3	19
Recheio	6	21	27	13	15	28
Ara	117	1	118	169	0	169
Lojas	70	1	70	129	0	129
Logística e Estrutura Central	47	0	47	40	0	40
Total Distribuição Alimentar	227	380	607	327	326	653
Hebe	8	3	12	5	1	7
Serviços e Outros	35	4	39	39	25	65
Total JM	270	388	658	372	352	724
% do EBITDA	28,2%	40,4%	68,6%	40,3%	38,2%	78,6%

¹ Novas Lojas e Centros de Distribuição.

² Remodelação, Manutenção e Outros.

Na Biedronka, o plano de investimento do ano foi de 372 milhões de euros (57% do total do capex do Grupo), e concretizou-se no programa de abertura de lojas, nas 230 remodelações e nos trabalhos de melhoria na infraestrutura logística da operação.

Em linha com o seu plano de expansão, a Biedronka abriu 122 lojas, encerrando o ano com uma rede de 2.900 localizações (77 adições líquidas). A Companhia continua a ver oportunidades interessantes para abrir lojas de proximidade e acredita que tem o formato certo, com a flexibilidade de layout necessária, para concretizar essas oportunidades.

A Hebe acelerou o ritmo de abertura e inaugurou 51 novas localizações no ano.

O Pingo Doce investiu 90 milhões de euros, incluindo em 10 novas lojas, das quais oito sob o conceito de conveniência Pingo Doce & Go.

O programa de remodelações manteve a sua relevância na estratégia da Companhia, com impacto positivo na relação com os seus consumidores e no crescimento LFL. Foram realizadas 29 remodelações profundas e 21 de natureza mais ligeira, com evidente contributo para a contínua melhoria do parque de lojas, cuja qualidade de experiência de compra é reconhecida no mercado.

O Recheio investiu um total de 27 milhões de euros, essencialmente adstritos à inauguração de uma nova loja que veio substituir outra localização encerrada, e à remodelação de uma loja.

Ainda em Portugal, na área Agro-Alimentar, o ano foi marcado pela conclusão da construção e início de actividade da nova fábrica de lacticínios.

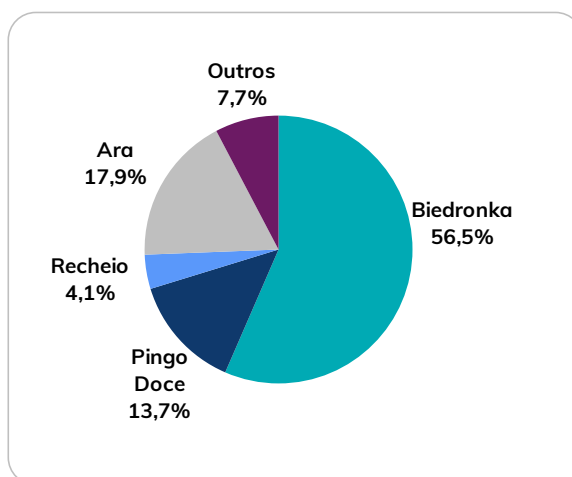
Na Colômbia, a Ara investiu um total de 118 milhões de euros, principalmente na abertura das 143 lojas que inaugurou ao longo do ano. Importa referir que o esforço de eficiência de investimento se traduziu num menor custo por localização, revelando a maior experiência e conhecimento dos processos de expansão da Companhia.

	Lojas Novas		Remodelações ¹		Lojas Fechadas	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Biedronka	122	121	230	226	45	20
Pingo Doce	10	10	29	23	0	1
Recheio	1	1	1	1	2	0
Ara	143	169	0	0	0	1
Hebe	51	30	4	0	3	1
Outros Negócios ²	4	9	0	4	4	3

¹ Exceptuando o Recheio, consideram-se apenas as lojas cuja remodelação implicou o encerramento da área de venda.

² Inclui as lojas New Code, Spot, Bem Estar, Refeições no Sítio do Costume, Postos de Combustível, Jeronymo e Hussel.

Investimento por Área de Negócio



3.2. Actividade Consolidada de 2018

3.2.1. Vendas Consolidadas

(milhões de euros)	2018		2017		Δ %		LFL
		% total		% total	excl. F/X	Euro	
Vendas e Serviços							
Biedronka	11.691	67,4%	11.075	68,0%	5,8%	5,6%	2,7%
Pingo Doce*	3.835	22,1%	3.667	22,5%		4,6%	3,5%
Recheio	980	5,7%	942	5,8%		4,0%	4,4%
Ara	599	3,5%	405	2,5%	53,9%	47,9%	n.a
Hebe	207	1,2%	166	1,0%	25,0%	24,7%	n.a
Outros & Ajustes de Consolidação	24	0,1%	20	0,1%		15,4%	n.a
Total JM	17.337	100%	16.276	100%	6,8%	6,5%	3,1%

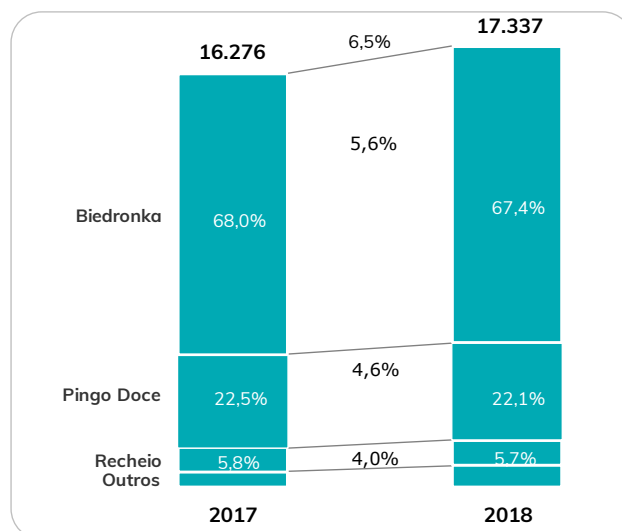
* inclui valores de vendas de loja e combustível

As vendas líquidas do Grupo cresceram 6,5% para 17,3 mil milhões de euros (+6,8% a taxas de câmbio constantes), apesar dos menos 21 dias de vendas na Polónia.

A Biedronka, o Pingo Doce e o Recheio reforçaram as suas propostas de valor e continuaram a ganhar quota de mercado, enquanto a Ara avançou no seu plano de expansão e na melhoria dos seus motores de crescimento.

Apesar dos desafios no mercado principal, registou-se um muito bom crescimento de vendas e todas as insígnias aumentaram as suas quotas de mercado.

Vendas Consolidadas (milhões de euros)



Na Polónia, o ambiente de consumo positivo proporcionou oportunidades para uma melhoria contínua na oferta.

A inflação alimentar no país permaneceu baixa ao longo do ano, influenciada quer pela deflação em matérias-primas relevantes e em produtos frescos, quer pelo ambiente altamente competitivo, agravado pela regulação do comércio ao domingo. No ano a inflação alimentar foi de 2,6%.

Num contexto exigente, a Biedronka manteve-se focada no consumidor e reforçou a sua quota de mercado. A insígnia conseguiu mitigar o impacto de menos 21 dias de vendas no ano, protegendo em simultâneo a eficiência da operação e a sua rentabilidade.

Para o desempenho acima do mercado contribuiu, para além da liderança de preço e da intensidade promocional, que aumentaram em relação ao ano anterior, a estratégia de melhoria do sortido e das campanhas de in&out.

As vendas cresceram 5,6% no ano para 11,7 mil milhões de euros. Em moeda local, o crescimento foi de 5,8%.

Numa base LFL, as vendas aumentaram 2,7%. O nível de preços no cabaz manteve-se relativamente estável, com o crescimento a ser impulsionado pelos volumes e trading up.

Estima-se que a regulamentação em vigor desde Março relativa ao encerramento aos domingos tenha impactado o LFL em cerca de 1,3p.p..

Apesar do impacto da proibição de abrir em alguns domingos, as vendas da Hebe cresceram 25,0% no ano. Em euros, as vendas aumentaram 24,7% para 207 milhões de euros. Este desempenho confirma que a actual proposta de valor se adequa ao mercado polaco e tem potencial para entregar mais no futuro próximo.

A Hebe abriu 51 novas lojas (48 adições líquidas), tendo terminado o ano com uma rede total de 230 localizações: 30 farmácias e 200 drogas (das quais 21 incluem farmácia).

Em Portugal, o ambiente de consumo permaneceu positivo ao longo do ano. A inflação alimentar no país foi de 0,7%.

O Pingo Doce inovou na sua actividade comercial e mostrou estar em boa forma competitiva. As vendas totais cresceram 4,6% para 3,8 mil milhões de euros. Com um desempenho notável, o crescimento LFL (excluindo combustível) atingiu 3,5%.

A Companhia abriu 10 novas localizações no ano, oito das quais sob o conceito de conveniência Pingo Doce & Go.

O Recheio teve mais um ano forte e alcançou vendas de 980 milhões de euros, um crescimento de 4,0% em relação ao ano anterior. Numa base LFL, as vendas aumentaram 4,4% no ano.

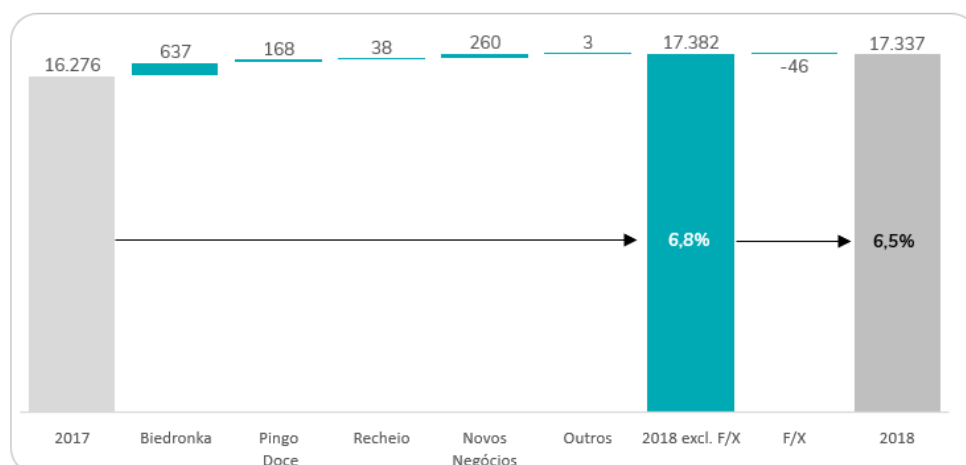
A assertividade comercial da Companhia permitiu-lhe beneficiar adicionalmente de um ambiente de consumo favorável e de uma actividade turística positiva.

Na Colômbia, observou-se uma melhoria nos níveis de confiança do consumidor, no primeiro semestre do ano, embora tenha havido alguma deterioração subsequente, o contexto melhorou em relação ao ano anterior.

A Ara registou vendas de 599 milhões de euros, 47,9% acima de 2017. A taxa de câmbio constante, as vendas cresceram 53,9%. A expansão foi a primeira prioridade da Companhia, que esteve focada em reforçar a sua presença e a relevância da oferta nas diferentes regiões.

A insígnia abriu 143 lojas em 2018, acabando o ano com uma rede de 532 localizações.

Contribuição para o crescimento de Vendas (milhões de euros)



3.2.2. Resultado Operacional Consolidado

(milhões de euros)	2018		2017		Δ %
		%		%	
Vendas Consolidadas	17.337		16.276		6,5%
Margem Total	3.760	21,7%	3.458	21,2%	8,7%
Custos Operacionais	-2.800	-16,2%	-2.536	-15,6%	10,4%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	960	5,5%	922	5,7%	4,1%
Depreciação	-364	-2,1%	-331	-2,0%	9,9%
Resultado Operacional (EBIT)	596	3,4%	591	3,6%	0,8%

Num ano com desafios relevantes no ambiente operacional no principal mercado em que o Grupo opera, houve um foco reforçado em crescimento rentável.

O EBITDA consolidado cifrou-se em 960 milhões de euros, um crescimento de 4,1% em relação ao ano anterior (+3,9% a taxas de câmbio constantes).

(milhões de euros)	2018		2017		Δ %
		% total		% total	
Biedronka	850	88,6%	805	87,3%	5,6%
Pingo Doce	188	19,6%	188	20,4%	-0,3%
Recheio	53	5,5%	50	5,5%	5,1%
Outros & Ajustes de Consolidação	-131	-13,6%	-122	-13,2%	7,5%
EBITDA Consolidado	960	100%	922	100%	4,1%

A margem EBITDA do Grupo foi de 5,5% (5,7% em 2017).

Excluindo a diluição provocado pelas perdas da Ara e da Hebe, o EBITDA cresceu 3,2% e atingiu uma margem de 6,3%.

Na Polónia, também ao nível da eficiência da operação, a Biedronka geriu com sucesso o impacto do encerramento aos domingos, preservando a rentabilidade da insígnia. A gestão cuidadosa do mix de vendas teve também um papel fundamental no desempenho do ano.

A Biedronka registou um EBITDA de 850 milhões de euros, um crescimento de 5,6% (+5,8% a taxa de câmbio constante). Este desempenho reflectiu o crescimento das vendas e a estabilidade da margem EBITDA, num ano em que a Companhia se focou em maximizar a transferência de vendas dos domingos encerrados para outros dias da semana, enquanto preparou a operação das lojas e Centros de Distribuição para lidar de forma eficiente com esta nova dinâmica.

A margem EBITDA da Biedronka foi de 7,3%, em linha com a do ano anterior.

O Pingo Doce registou um EBITDA de 188 milhões de euros, em linha com o ano anterior. A respectiva margem foi de 4,9%, ligeiramente abaixo dos 5,1% registados em 2017, refletindo o impacto da revisão dos pacotes remuneratórios realizado entre Outubro e Dezembro de 2017. Importa referir que o bom desempenho de vendas atenuou o impacto da anualização destas medidas.

O Recheio, atingiu um EBITDA de 53 milhões de euros, 5,1% acima de 2017, registando uma margem EBITDA de 5,4% (5,3% em 2017). O bom crescimento do EBITDA está alinhado com mais um ano forte de desempenho de vendas em resultado de uma estratégia comercial aguerrida num mercado marcado pela boa actividade turística.

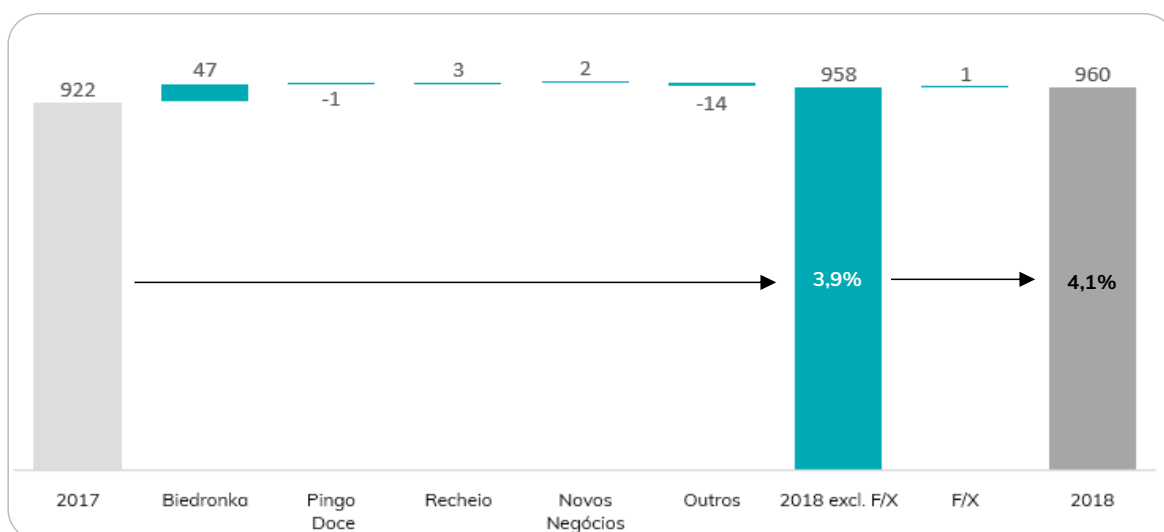
A Ara e a Hebe registaram, ao nível do EBITDA, perdas combinadas de 80 milhões de euros (85 milhões de euros em 2017).

A Ara foi responsável por cerca de 90% das perdas geradas, tendo, em moeda local, estabilizado este valor em relação ao ano anterior. Apesar do impacto significativo do plano de expansão numa base de lojas que é ainda relativamente pequena, o trabalho realizado ao nível das vendas por loja e do mix de margem permitiu, em linha com o planeado, uma evolução favorável da rentabilidade da insígnia.

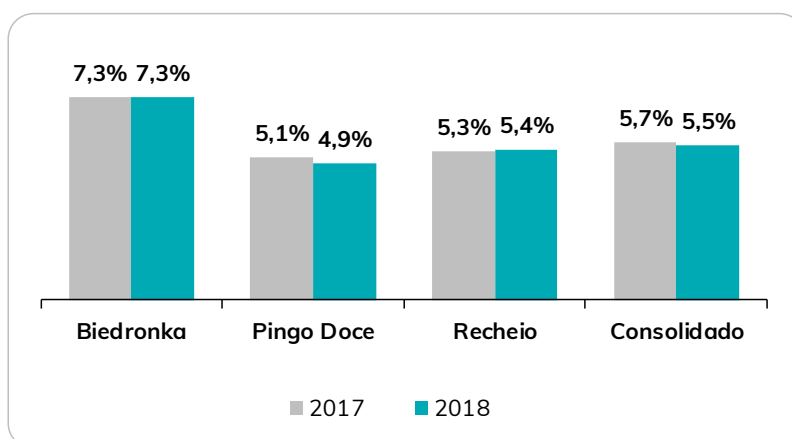
A Hebe, tal como esperado, registou uma redução das perdas geradas ao nível do EBITDA embora este desempenho tenha sido impactado, em 2018, pela lei que restringe as aberturas de lojas aos domingos.

A qualidade do desempenho das vendas em todas as insígnias permitiu o crescimento do EBITDA do Grupo, apesar da baixa inflação alimentar registada nas três geografias em que este opera.

Contribuição para o crescimento do EBITDA (milhões de euros)



Margem EBITDA



3.2.3. Resultados Líquidos Consolidados

(milhões de euros)	2018		2017		Δ%
		%		%	
Resultado Operacional (EBIT)	596	3,4%	591	3,6%	0,8%
Resultados Financeiros	-25	-0,1%	-12	-0,1%	106,4%
Ganhos em Empresas Associadas	0	0,0%	0	0,0%	n.a.
Outras Perdas e Ganhos	-9	-0,1%	-14	-0,1%	n.a.
Resultado antes de Imposto (EBT)	562	3,2%	565	3,5%	-0,5%
Impostos	-132	-0,8%	-152	-0,9%	-13,3%
Resultado Líquido	430	2,5%	413	2,5%	4,2%
Interesses que não Controlam	-29	-0,2%	-27	-0,2%	5,8%
Res. Líquido atrib. a JM	401	2,3%	385	2,4%	4,1%
Res. Líquido / acção (€)	0,64		0,61		4,1%
Res. Líquido / acção sem Outras Perdas e Ganhos (€)	0,65		0,63		3,2%

Os resultados líquidos atribuíveis a Jerónimo Martins foram de 401 milhões de euros, um crescimento de 4,1% em relação ao ano de 2017.

As outras perdas e ganhos foram de nove milhões de euros, refletindo essencialmente custos de reestruturação.

Os custos financeiros líquidos foram de 25 milhões de euros. Dentro destes, os juros líquidos foram de 20 milhões de euros, registando um aumento face ao ano anterior, em função de um maior endividamento em moeda colombiana. Esta rubrica inclui também perdas cambiais resultantes de desvalorização cambial que, em 2017, tinham apresentado um valor positivo.

A taxa efectiva de imposto, que se reduziu em relação ao ano de 2017, encontra-se afectada, em ambos os exercícios, por movimentos de sinal contrário. Em 2017, o valor de imposto foi mais elevado na sequência da regularização de alguns valores de anos anteriores e necessidade de reforço de provisões sobre processos em contencioso com decisões desfavoráveis aos interesses do Grupo. Em 2018, tendo sido reavaliados em detalhe todos os processos de contencioso fiscal, nomeadamente sobre os processos em que se aguarda decisão, atendendo às decisões entretanto proferidas pelos Tribunais em processos equivalentes ou respeitantes à mesma matéria de facto, procedeu-se a uma redução das provisões para contingências fiscais.

3.2.4. Cash Flow

(milhões de euros)	2018	2017
EBITDA	960	922
Pagamento de Juros	-24	-15
Outros Itens Financeiros	0	0
Imposto sobre o Resultado	-148	-160
Fundos gerados pelas Operações	788	747
Pagamento de Capex	-717	-662
Δ Capital Circulante	70	168
Outros	-5	-4
Cash Flow Libertado	135	249

O cash flow gerado no ano atingiu 135 milhões de euros. Comparando com o valor gerado em 2017, registou-se uma redução de 115 milhões de euros em virtude do pagamento de capex superior a 2017 e de uma menor libertação de fundos do capital circulante que, em 2017, registou uma posição particularmente favorável a nível de fornecedores no último dia do ano, dificultando o comparativo.

Os fundos gerados pelas operações cresceram 5,4% e atingiram 788 milhões de euros no ano de 2018.

3.2.5. Balanço Consolidado

(milhões de euros)	2018	2017
Goodwill Líquido	637	647
Activo Fixo Líquido	3.842	3.639
Capital Circulante Total	-2.454	-2.496
Outros	70	54
Capital Investido	2.096	1.843
Total de Empréstimos	624	529
Leasings	15	8
Juros Diferidos e Operações de Cobertura	2	4
Títulos Negociáveis e Depósitos Bancários	-562	-712
Dívida Líquida	80	-170
Interesses que não Controlam	238	225
Capital Social	629	629
Resultados Transitados	1.149	1.159
Fundos de Accionistas	2.016	2.013
Gearing	3,9%	-8,5%

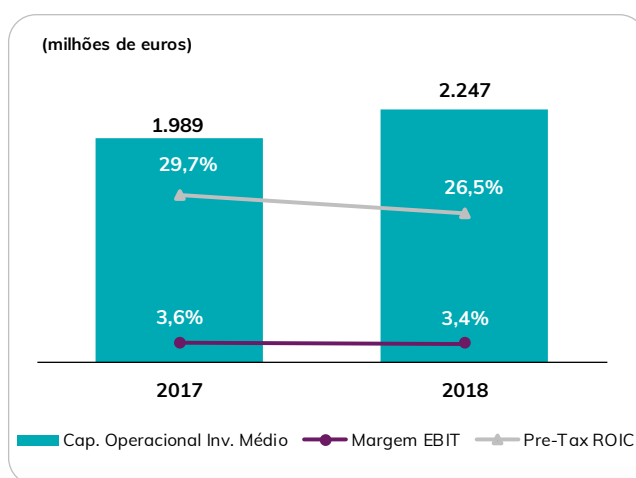
A solidez do balanço do Grupo mantém-se inquestionável, com a dívida líquida a atingir os 80 milhões de euros, evoluindo de uma posição líquida de caixa positiva em 2017.

De salientar ainda que, em Maio de 2018, foram pagos dividendos no montante de cerca de 385 milhões de euros, correspondente a um payout excepcional de 100%, cerca de o dobro do que resultaria da aplicação da política de dividendos em vigor.

3.2.6. Rentabilidade do Capital Investido

A rentabilidade do capital investido, calculado sob a forma de Pre-Tax ROIC manteve-se em níveis muito sólidos, cifrando-se em 26,5%.

A redução face aos 29,7% registados em 2017 traduz a redução da margem EBIT e a ligeira diminuição do capital turnover que se manteve elevado em todas as áreas de negócio.



3.2.7. Detalhe da Dívida

(milhões de euros)	2018	2017
Dívida de Médio Longo Prazo	278	232
% do Total de Empréstimos	44,5%	43,8%
Maturidade Média (anos)	2,9	2,4
Outros Empréstimos MLP	278	232
Dívida de Curto Prazo	347	298
% do Total de Empréstimos	55,5%	56,2%
Total de Empréstimos	624	529
Maturidade Média (anos)	1,5	1,4
Leasings	15	8
Juros Diferidos & Operações de Cobertura	2	4
Títulos Negociáveis e Depósitos Bancários	-562	-712
Dívida Líquida	80	-170
% Dívida em Euros (Dívida Financeira + Leasings)	7,8%	24,3%
% Dívida em Zlotys (Dívida Financeira + Leasings)	47,4%	44,8%
% Dívida em Pesos Colombianos (Dívida Financeira + Leasings)	44,8%	30,9%

Na composição da dívida do Grupo continuou a observar-se o crescimento do valor da dívida em pesos colombianos, tal como preconizado pela estratégia de financiamento, que favorece a cobertura natural dos investimentos em moeda estrangeira com recurso a dívida na mesma moeda.

A reestruturação da dívida na Polónia, com o objetivo de aumentar a maturidade da mesma, reflectiu-se ao nível do Grupo, num ligeiro aumento da maturidade da dívida consolidada.

3.2.8. Jerónimo Martins no Mercado de Capitais

Caracterização do Título

Bolsa em que está Cotada	Euronext Lisboa	
Data de Entrada em Bolsa	Novembro de 1989	
Capital Social (€)	629.293.220	
Valor Nominal	1,00 €	
N.º Acções Emitidas	629.293.220	
Símbolo	JMT	
Códigos	ISIN	PTJMT0AE0001
	Reuters	JMT.LS
	Bloomberg	JMT PL
	Sedol	B1Y1SQ7
	WKN	878605

As acções de Jerónimo Martins integram 70 índices, sendo os mais relevantes o PSI20 (índice de referência do Euronext Lisboa), o Euronext100 e o EuroStoxx, entre outros, e são negociadas em 35 plataformas distintas, maioritariamente nas principais praças europeias.

Estrutura de Capital

Para informação sobre a estrutura de capital de Jerónimo Martins, consultar o ponto 9. Anexo ao Relatório de Gestão, neste capítulo.

Desempenho do PSI20

O índice de referência no mercado português – PSI20 – conta com 18 acções na sua composição, tendo sofrido uma revisão em Março de 2018, na sequência da qual a Novabase foi retirada do índice tendo sido substituída pela F. Ramada.

Depois de ter valorizado 15,2% em 2017, e após uns primeiros 6 meses positivos, o PSI20 fechou 2018 a desvalorizar 12,2%, para 4.731,47 pontos, devido a um mês de Dezembro particularmente negativo, em linha com os congéneres europeus. Entre as 18 empresas cotadas, apenas três registaram um comportamento positivo no ano de 2018.

O fraco desempenho do índice acompanhou a evolução da economia europeia, com o risco decorrente do Brexit, do orçamento de Itália e, mais recentemente, da instabilidade em França a terem um impacto negativo no mercado de capitais.

O desempenho do índice bolsista português ficou em linha com a média dos principais índices europeus.

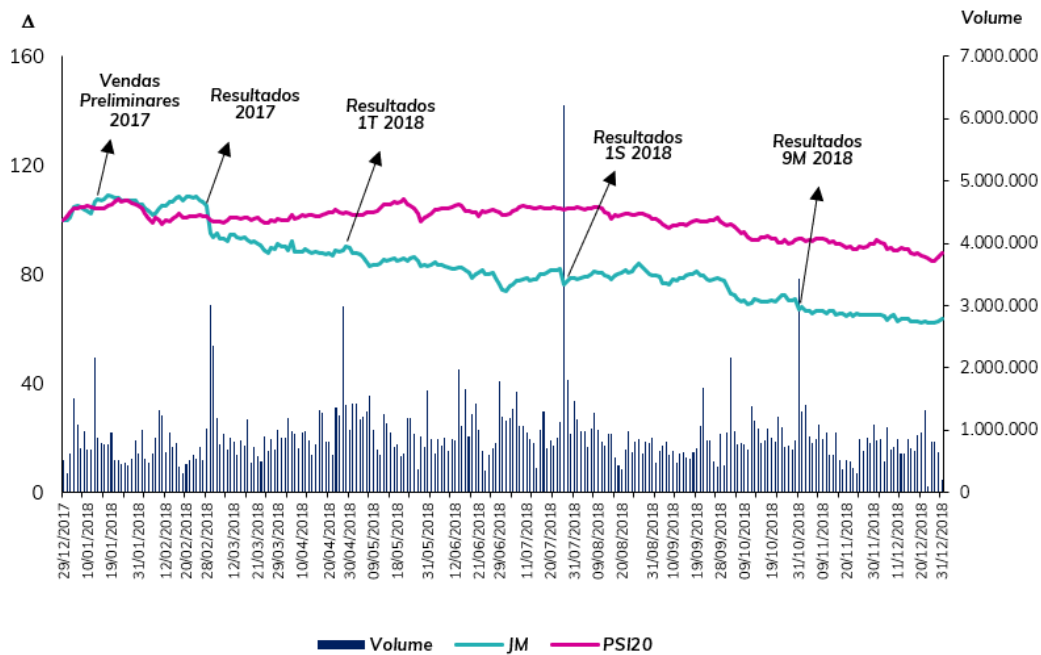
Desempenho da Acção Jerónimo Martins

Em 2018, a acção de Jerónimo Martins desvalorizou 36,2%, depois de ter registado um aumento de 9,9% no ano anterior.

Segundo a Euronext Lisboa, em 2018 Jerónimo Martins registou a quarta maior capitalização bolsista, baixando da terceira posição de 2017. A sociedade encerrou o ano com 6,5 mil milhões de euros de capitalização bolsista e um peso relativo no PSI20 de 9,9%. Jerónimo Martins é uma das três empresas portuguesas que integram o índice Euronext100, tendo mantido, no mesmo, um peso de 0,28%.

Jerónimo Martins foi um dos títulos mais transaccionados na Euronext Lisboa, com cerca de 235 milhões de acções, o que correspondeu a uma média diária de transacções de 921 mil acções (28,9% acima de 2017), a um preço médio de 13,46 euros (18,2% inferior ao registado em 2017). Em termos de volume de negócios, estas acções representaram o equivalente a 14,0% (3,2 mil milhões de euros) do volume global de acções transaccionadas no índice PSI20 em 2018 (22,6 mil milhões de euros).

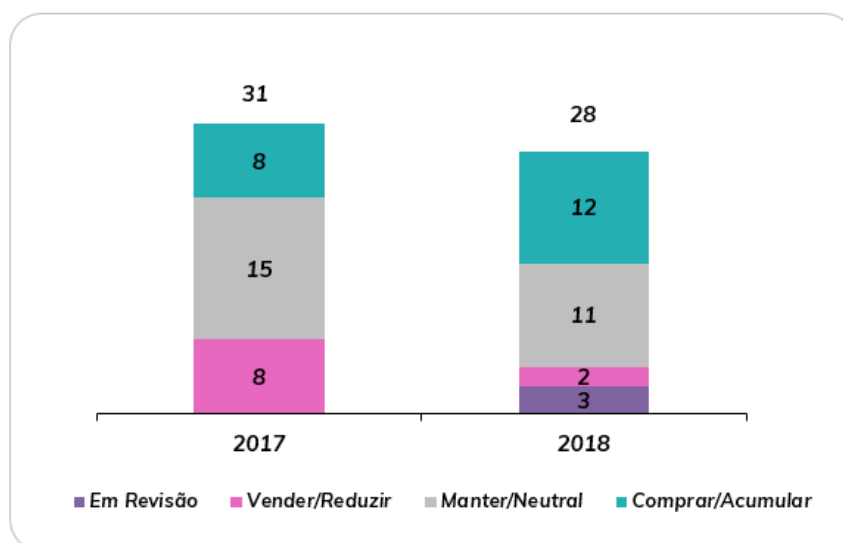
A acção Jerónimo Martins apresentou uma tendência negativa mais acentuada durante a segunda metade do ano altura em que, à incerteza associada ao impacto da regulamentação que prevê o encerramento de lojas em alguns domínios na Polónia, se adicionou uma maior pressão sobre os títulos de empresas com operações em mercados emergentes. Em termos de cotação, a acção apresentou mínimos de 10,105 euros por duas vezes, nos dias 20 e 24 de Dezembro e atingiu a cotação máxima de 17,65 euros no dia 18 de Janeiro, terminando 2018 com uma cotação de 10,34 euros.



Analistas

Em 2018, uma casa de investimento iniciou a cobertura de Jerónimo Martins (JB Capital) e outras quatro deixaram de seguir o título (Bryan Garnier & Co., Natixis, Raymond James e Redburn) por alterações da área de research destas instituições.

No final do ano, 28 analistas acompanhavam Jerónimo Martins: 12 analistas apresentavam uma recomendação positiva sobre o título, 11 uma recomendação neutra e 2 uma recomendação negativa. Existem ainda três casas de investimento (Caixa BI, Erste e Fidentis) que colocaram a acção “Em Revisão”. No final de 2018, a média dos preço-alvo dos analistas era de 13,82 euros, o que corresponde a um potencial de subida de 33,6%, face à cotação de fecho do dia 31 de Dezembro.



Desempenho Financeiro Jerónimo Martins 2014-2018

(milhões de euros)

	2018	2017	2016	2015	2014
Balanço					
Goodwill Líquido	637	647	630	640	640
Activo Fixo Líquido	3.842	3.639	3.180	3.060	2.940
Capital Circulante Total	-2.454	-2.496	-2.201	-2.001	-1.778
Outros	70	54	46	82	111
Capital Investido	2.096	1.843	1.656	1.780	1.912
Dívida Líquida	80	-170	-335	187	273
Total de Empréstimos	624	529	335	658	714
Leasings	15	8	4	0	1
Juros em Dívida	2	4	0	0	4
Títulos Negociáveis e Depósitos Bancários	-562	-712	-674	-471	-446
Interesses que não Controlam	238	225	253	252	243
Capital Próprio	1.778	1.788	1.738	1.342	1.396

Demonstração de Resultados					
Vendas Líquidas e Serviços	17.337	16.276	14.622	13.728	12.680
Cash flow Operacional (EBITDA)	960	922	862	800	733
em % vendas	5,5%	5,7%	5,9%	5,8%	5,8%
Depreciação	-364	-331	-294	-294	-277
Resultado Operacional (EBIT)	596	591	568	505	457
em % vendas	3,4%	3,6%	3,9%	3,7%	3,6%
Resultados Financeiros	-25	-12	-17	-26	-34
Ganhos em Empresas Associadas	0	0	10	17	15
Outras Perdas e Ganhos	-9	-14	184	-20	-9
Resultado antes de Imposto (EBT)	562	565	744	475	429
Impostos	-132	-152	-130	-117	-104
Resultado Líquido	430	413	614	358	325
Interesses que Não Controlam	-29	-27	-21	-25	-23
Resultado Líquido atribuído a JM	401	385	593	333	302

Indicadores Bolsistas					
Capital Social (€)	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
N.º Total de Acções	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
Acções Próprias	859.000	859.000	859.000	859.000	859.000
Capital Disperso	28,7%	28,4%	29,7%	31,7%	26,9%
EPS (€)	0,64	0,61	0,94	0,53	0,48
Dividendo por Acção (€)	0,61	0,61	0,27	0,62 *	0,31
Desempenho em Bolsa					
Máxima (€)	17,65	18,07	16,35	13,81	14,25
Mínima (€)	10,11	14,88	10,92	7,70	6,98
Média (€)	13,46	16,46	14,24	11,84	10,94
Final Ano (Fecha) (€)	10,34	16,20	14,74	12,00	8,34
Capitalização Bolsista (31 Dez) (€ 000.000)	6.507	10.191	9.276	7.548	5.245
Transacções (em volume) (1.000 acções)	234.824	182.115	251.292	344.797	274.146
Variação Anual	-36,2%	9,9%	22,9%	43,9%	-41,4%
Variação Anual - PSI20	-12,2%	15,2%	-11,9%	10,7%	-26,8%

* O valor refere-se ao pagamento do dividendo bruto de 0,245 euros por acção, realizado no dia 07 de Maio de 2015, relativo à distribuição de resultados de 2014 e à distribuição de reservas no valor bruto de 0,375 euros por acção, cujo pagamento foi realizado no dia 22 de Dezembro de 2015.

4. Desempenho das Áreas de Negócio

4.1. Distribuição Alimentar



4.1.1. Biedronka

Mensagem do Director-Geral

Num mercado que continuou a beneficiar de uma envolvente de consumo positiva, 2018 foi, para a Biedronka, um ano de continuidade estratégica e de reforço do foco no consumidor. A qualidade do sortido e da rede de lojas manteve-se no centro das prioridades da insígnia, com o sortido de Marca Própria a evidenciar uma evolução muito positiva em categorias com importância crescente no mercado polaco. Também com um contributo muito relevante para a posição competitiva e para a eficiência da Companhia, o programa de remodelações abrangeu 230 localizações no ano.

Em termos operacionais, 2018 foi marcado pela entrada em vigor de legislação que limita a abertura das lojas de retalho ao domingo. Com menos 21 dias de vendas no ano, a Biedronka concentrou-se em garantir a máxima transferência de vendas dos domingos encerrados para outros dias da semana, protegendo em simultâneo a eficiência das operações de loja e dos armazéns.

Esta adaptação foi conseguida com sucesso, tendo-se limitado o impacto da perda dos dias de vendas e, com o empenho notável das nossas equipas, a Biedronka manteve os seus níveis de eficiência enquanto cresceu a quota de mercado de forma relevante. Estes eram objectivos exigentes e que só foram possíveis atingir com o empenho e o engenho de todos aqueles que na Biedronka trabalham diariamente para ir ao encontro das preferências e desejos dos consumidores.

Para além do desempenho sólido que levou ao reforço da liderança no mercado, a Biedronka fez ainda investimentos e ajustes na sua operação que a fortalecem para continuar a crescer acima do sector.

Desempenho em 2018

Na Polónia, o ambiente de consumo permaneceu positivo ao longo do ano, continuando a beneficiar do aumento do rendimento disponível das famílias.

No sector do Retalho Alimentar, a envolvente competitiva manteve-se intensa e altamente promocional, especialmente no contexto de adaptação do mercado à proibição parcial de abertura de lojas aos domingos.

O ano ficou pois marcado pela entrada em vigor, em Março de 2018, da lei que restringe a abertura de lojas ao domingo. Ao abrigo desta nova legislação, em 2018, as lojas puderam apenas estar abertas no primeiro e último domingos de cada mês, o que se reflectiu em menos 21 dias de vendas no ano.

Foi dada especial atenção às mudanças verificadas no comportamento dos consumidores em resultado da nova regulamentação, tendo a Biedronka ajustado a operação para responder ao maior fluxo de vendas registado em certos dias da semana, à medida que os clientes transferiram as compras de domingo para outros dias. A insígnia ajustou também a sua actividade promocional de forma a manter a atractividade para os clientes e a aumentar o valor do seu ticket nos restantes dias da semana.

Neste contexto de adaptação, a Biedronka manteve-se particularmente focada em reforçar a sua posição de mercado, sem afectar a eficácia e eficiência do seu modelo de negócio.

Grande parte das vendas de domingo foram transferidas para sextas, sábados e segundas, tendo-se registado impacto nas vendas de impulso, com o consumidor ainda a habituar-se à nova realidade no mercado.

O reforço da qualidade do sortido manteve-se como prioritário e, durante o ano 2018, a Companhia continuou a apostar no desenvolvimento da Marca Própria, tendo lançado 109 novos produtos que fazem parte do sortido permanente, para além dos desenvolvidos para campanhas de *in&out*, e melhorado a embalagem de 72 artigos, de forma a torná-los mais atractivos e apelativos para os seus consumidores. Foram ainda lançados vários produtos de duas marcas exclusivas do Grupo - Be Beauty e Go Bio.

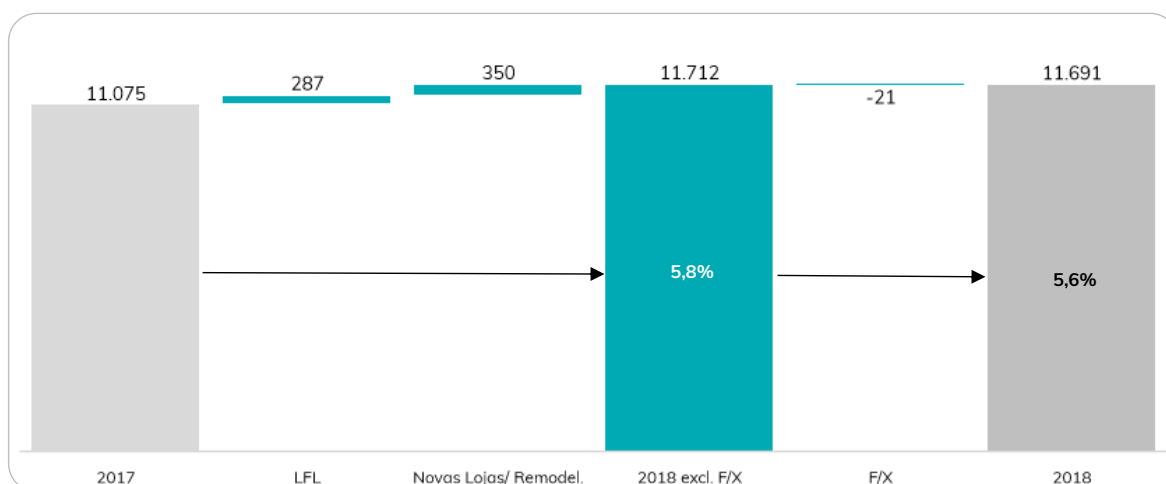
A marca Be Beauty conta com 69 produtos de cuidados pessoais e beleza, com a comunicação “the new beauty is you”, enquanto a marca Go Bio tem 78 produtos biológicos, sendo esta uma tendência clara de preocupação dos consumidores, ambas incluídas no sortido regular e usadas em campanhas *in&out*.

Neste contexto manteve-se a importância das campanhas temáticas como forma de trazer inovação e produtos aspiracionais, o que gerou atracção e permitiu, em simultâneo, aumentar o *basket*. Realizaram-se cerca de 40 campanhas ao longo do ano.

O cartão de fidelidade conta já com cerca de sete milhões de utilizadores activos e tem progressivamente sido mais utilizado pela Companhia como forma de aumentar a notoriedade das suas acções comerciais.

As vendas da Biedronka aumentaram 5,6%, atingindo 11,7 mil milhões de euros. Em moeda local as vendas cresceram 5,8%, impulsionadas pelo LFL de 2,7% e pelo plano de abertura de lojas.

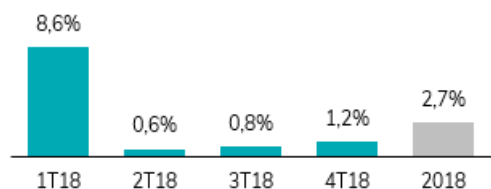
Biedronka - Vendas Líquidas (millhões de euros)



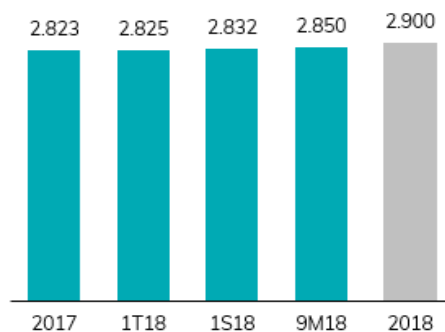
Na execução do plano de investimentos do ano, para além da abertura de 122 novas localizações (incluindo 35 substituições), é fundamental realçar o plano de remodelações de loja, que abrangeu 230 localizações em 2018.

A Biedronka considera que o investimento em remodelações é fundamental no reforço da posição competitiva da insígnia no mercado, permitindo, para além da protecção dos níveis de eficiência, uma melhoria da experiência de compra com impacto positivo no crescimento LFL.

Biedronka
Crescimento Vendas like-for-like



Biedronka
Número de Lojas



A combinação entre um mix de vendas mais favorável, a gestão das promoções e *in&outs*, a disciplina operacional e a protecção da eficiência, permitiu a estabilidade da margem EBITDA em 7,3%, apesar da evolução, já esperada, nos custos, nomeadamente dos relacionados com pessoal, e da maior pressão resultante da entrada em vigor da nova legislação relativa ao encerramento aos domingos.

O EBITDA gerado pela Companhia cresceu 5,6% (+5,8% em moeda local) para 850 milhões de euros.

4.1.2. Pingo Doce



Mensagem do Director-Geral

Num mercado muito competitivo e concorrencial, o Pingo Doce conseguiu, pelo sétimo ano consecutivo, aumentar a sua quota de mercado e conquistar, uma vez mais, a preferência dos consumidores.

Na base dos resultados alcançados esteve a aposta na melhoria da experiência de compra, com a remodelação integral de 29 lojas e a abertura de 10 novas lojas, bem como o reforço dos pilares estratégicos da nossa oferta: Frescos, Marca Própria e Meal Solutions.

Na área de Frescos, foi adoptada uma estratégia comercial inovadora para o Talho e Peixaria, com promoções durante o mês inteiro, que registou uma boa aceitação por parte dos clientes e permitiu reforçar a liderança no mercado.

2018 foi também um ano de aprofundamento da nossa política de Responsabilidade Ambiental, especialmente no que diz respeito às importantes áreas do packaging e da sustentabilidade das soluções de transporte de compras.

Acreditamos que temos uma proposta de valor sólida, e sabemos o caminho a seguir para continuarmos a ser a escolha dos portugueses. Temos estratégia, infraestruturas e, acima de tudo, temos uma equipa forte, competente e extremamente bem preparada para superar os desafios dos próximos anos, continuar a surpreender os consumidores e fazer crescer o Pingo Doce.

Desempenho em 2018

Ao longo de 2018, o mercado de Retalho Alimentar em Portugal cresceu e manteve-se muito competitivo e promocional, com o consumidor a reagir positivamente às campanhas realizadas.

Em linha com os anos anteriores, o Pingo Doce permaneceu focado em ir ao encontro das necessidades do consumidor, o que se traduziu no forte desempenho de vendas e no aumento de quota de mercado, com o respectivo reforço da sua posição competitiva.

A Companhia iniciou o ano com uma nova abordagem e uma alteração de paradigma de preço, aliando as duas maiores forças da proposta de valor do Pingo Doce: Frescos e Promoções.

Nas áreas de Talho e Peixaria, a Companhia alterou a mecânica promocional de semanal para mensal, aplicada a uma enorme variedade de artigos: “As melhores promoções na carne e no peixe duram o mês inteiro”.

Esta mudança colocou o Pingo Doce, mais uma vez, na liderança da estratégia de preços em Portugal - melhorando a experiência de compra do cliente nestas áreas cruciais, gerando uma estabilização do consumo ao longo do mês, assegurando maior disponibilidade de produto em loja, e mantendo os preços baixos a que os clientes estão habituados.

Foi igualmente assegurada uma forte dinâmica comercial, com a realização de mais de 170 campanhas promocionais e temáticas.

A meio do ano, a Companhia iniciou uma nova campanha institucional - “No Pingo Doce, o preço baixo vale mais” - reforçando toda a sua estratégia de Marca Própria ao nível da diferenciação e inovação. Além do preço baixo, o Pingo Doce destacou ter a Marca Própria preferida dos portugueses; uma experiência de quase 40 anos em Frescos e um Take Away único no mercado. Esta campanha multicanal ganhou mais notoriedade e alcance com o regresso do Pingo Doce à televisão.

Durante o ano foram lançadas, pela primeira vez em simultâneo no Pingo Doce e na Biedronka, as marcas exclusivas de Jerónimo Martins - Be Beauty e Go Bio.

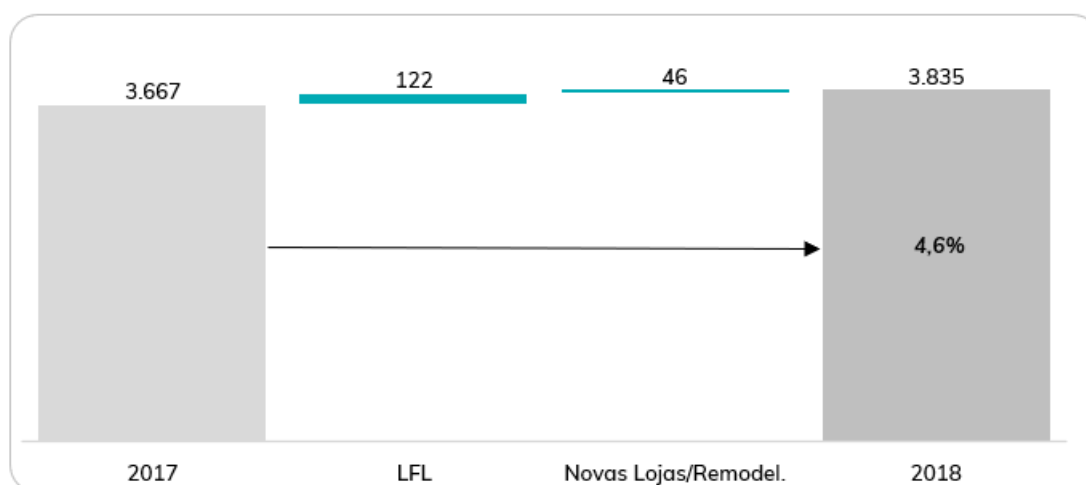
No Pingo Doce, a marca Be Beauty inclui já 29 produtos de cuidados pessoais e beleza, com a mensagem “the new beauty is you”, enquanto a marca Go Bio engloba 36 produtos biológicos, ambas incluídas no sortido regular e usadas em campanhas *in&out*.

Alinhado com os seus principais objectivos estratégicos de Marca Própria, o Pingo Doce reforçou, ao longo do ano, a inovação no sortido, lançando 250 novos artigos e reformulando outros produtos, no sentido de reduzir as quantidades de sal, açúcar e gordura incorporadas.

Também o ambiente de loja e a qualidade da experiência de compra voltaram a receber uma atenção particular, com o plano de remodelações integrais a abranger um total de 29 localizações, para além dos 21 projectos de melhoria de loja também executados no ano.

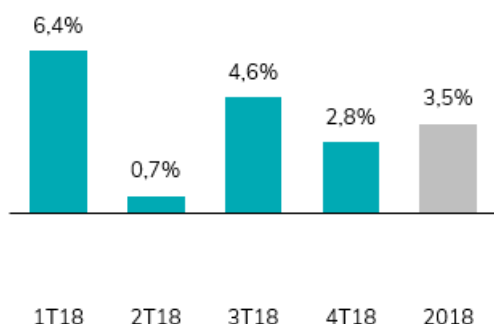
Esta estratégia consistente de investimento em múltiplas frentes levou a um crescimento de 3,5% das vendas LFL que, em conjunto com a contribuição das novas lojas, resultou num aumento de 4,6% das vendas totais para os 3,8 mil milhões de euros, resultando no reforço da quota de mercado.

Pingo Doce - Vendas Líquidas (milhões de euros)

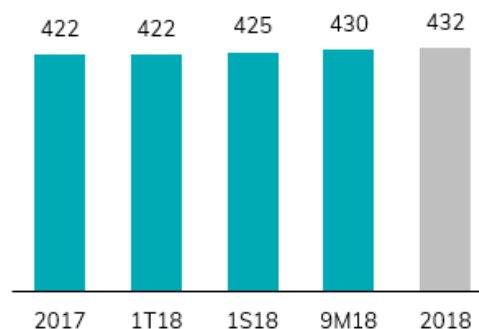


O Pingo Doce inaugurou 10 novas lojas no ano, seis das quais com contrato de agência, no âmbito do qual a gerência da loja e a propriedade dos imóveis onde esta opera são asseguradas por terceiros com experiência comprovada no sector do Retalho Alimentar de proximidade.

Pingo Doce
Crescimento Vendas like- for-like
(excl. combustível)



Pingo Doce
Número de Lojas



Finalmente, uma nota para a consolidação da política de Responsabilidade Ambiental da Companhia em 2018, com especial destaque para três projectos ligados à preservação ambiental: projecto ECO - uma solução inovadora de reenchimento de garrafas de água que permitiu, em poucos meses, a poupança de 220 mil garrafas de plástico a circular em Portugal; o reforço do programa Ecodesign que, tendo sido lançado há já largos anos, foi, no ano passado, protagonista de uma campanha televisiva na qual se revelaram os benefícios alcançados até ao momento - 15 mil toneladas de materiais retirados de embalagens de produtos da nossa Marca Própria - e ainda o desenvolvimento do novo saco de plástico para o transporte das compras, constituído com, pelo menos, 80% de plástico reciclado pós-consumo, promovendo os princípios da economia circular.

Apesar do significativo impacto da revisão dos pacotes remuneratórios das equipas de loja e dos Centros de Distribuição, com especial destaque para os aumentos salariais efectuados durante o último trimestre de 2017, o Pingo Doce atingiu um EBITDA de 188 milhões de euros, em linha com o valor registado no ano anterior, como resultado da eficácia das suas acções comerciais e da melhoria da eficiência operacional. A margem EBITDA passou de 5,1% em 2017 para 4,9% em 2018.

Mensagem do Director-Geral

Num contexto extremamente competitivo, o Recheio soube estar à altura dos desafios e, num ano em que diminuiu o seu parque de lojas, elevou as suas vendas para valores recorde, registando um valor aproximado de mil milhões de euros, com um crescimento de 4,0% (+4,4% no mesmo parque de lojas). Na base deste desempenho esteve uma clara orientação para o cliente que nos permitiu identificar áreas de desenvolvimento.

Durante o ano fechámos a loja do Regedor, realozámos a loja do Fogueteiro para Corroios e remodelámos a loja de Óbidos. No processo de remodelação tivemos como principais objectivos proporcionar uma experiência que facilite a compra ao nosso cliente, modernizar a comunicação e investir em projectos mais sustentáveis.

Ao nível da proposta de valor, o Recheio reforçou o seu posicionamento em Frescos e Marca Própria, quer através do lançamento de novo sortido, quer através de uma comunicação mais clara.

No que respeita a preço, o Recheio fez questão de manter a sua competitividade e oferta promocional, tendo ainda investido na distribuição com a adaptação da frota às tendências de mercado.

O Food Service reafirmou-se como o nosso motor de crescimento, sabendo servir as necessidades dos nossos clientes, tendo apresentado um crescimento de mais de 15%. O projecto Amanhecer cresceu organicamente atingindo as 329 lojas parceiras e na Exportação conseguimos entrar em novos mercados.

Estamos confiantes que manter o foco no cliente e assegurar a flexibilidade e capacidade de adaptação da operação continuarão a ser as características chave para o nosso sucesso.

Desempenho em 2018

No ano de 2018, o Recheio registou um aumento de vendas de 4,0% (4,4% LFL), impulsionado pelo bom desempenho de todos os segmentos em que a insígnia opera, sobre uma já forte base dos anos anteriores.

O Cash & Carry apresentou um saudável crescimento de 4,1% apesar do fecho da sua loja do Regedor, da forte pressão concorrencial que se fez sentir no Retalho Tradicional e de um ligeiro abrandamento na actividade turística, em particular na segunda metade do ano, que resultou numa menor taxa de crescimento do canal HoReCa versus o mesmo período do ano anterior.

Para este desempenho contribuiu o esforço e dedicação das equipas e a relação com os clientes que caracteriza o Recheio e que garante que, para cada segmento, se desenvolve uma proposta de valor relevante e consistente.

No ano de 2018, o Recheio reforçou o seu posicionamento tanto em Frescos, com uma clara aposta em sortido, inovação e comunicação como nas suas Marcas Próprias com o lançamento de 182 novos produtos, tendo o peso de Marca Própria nas vendas atingido 21,6%.

No que se refere à estratégia promocional, o Recheio continuou a investir em folhetos e campanhas sazonais, focados na mensagem de preços baixos para aumentar tanto o número de clientes como o valor da compra média por cliente.

Em 2018, a Companhia inaugurou uma nova loja em Corroios, em substituição da loja do Fogueteiro, e remodelou a loja de Óbidos, visando potenciar o crescimento de vendas, melhorar a resposta aos clientes e reforçar a eficiência da operação, através do aumento da área de venda e da reafirmação dos Frescos como pilar estratégico.

O Food Service teve a capacidade de acompanhar a evolução do mercado em termos de turismo, de consolidar e captar novos clientes, beneficiando da realocação da plataforma do Porto em 2017, registando no final de 2018 um crescimento de 15,4%. O desenvolvimento de um sortido especializado, o acompanhamento e apoio comercial junto dos clientes e uma distribuição eficiente têm sido chave para o sucesso deste segmento de negócio.

No que diz respeito à Exportação, verificou-se um decréscimo das vendas, contrariando a tendência de forte crescimento verificada nos anos anteriores, explicada, principalmente pelo decréscimo de vendas para Angola, devido à situação económica do país e forte desvalorização da moeda local.

As lojas abrangidas pelo projecto Amanhecer contavam, no final de 2018, com uma rede de 329 unidades parceiras, mais 15 que no ano anterior.

Apesar do investimento nas nossas equipas, nos preços e do aumento dos custos de distribuição (combustíveis e melhorias de operação logística), o bom desempenho das vendas no mesmo parque de lojas permitiu à Companhia crescer em 5,1% o seu EBITDA, para 53 milhões de euros, com a respectiva margem a atingir 5,4% das vendas.



Mensagem do Director-Geral

O modelo de loja de bairro que temos vindo a desenvolver na Colômbia demonstra ser muito bem recebido pelo consumidor colombiano – já contamos com mais de 10 milhões de visitas de clientes por mês nas nossas lojas.

O nosso foco na satisfação de um consumidor cada vez mais exigente e com cada vez mais opções assenta no desenvolvimento contínuo de uma oferta única e diferenciada, suportada na inovação das nossas marcas, na liderança de preço e no desenvolvimento de um vínculo emocional através do nosso conceito de “tienda de barrio”, aspecto particular deste país.

Para melhor satisfazer e responder, localmente, às necessidades do consumidor e à competitividade regional, implementámos uma nova estrutura organizacional que conferiu uma maior autonomia às regiões ao nível da gestão de sortido, preço e actividade promocional.

A qualidade nos processos de recrutamento, selecção e formação das nossas pessoas foi absolutamente crítico para o crescimento orgânico alcançado e para o desenvolvimento do sentido de compromisso dos nossos mais de 5.600 colaboradores que garantem todos os dias um serviço de qualidade e caloroso junto dos nossos clientes, porque são estes quem determina o nosso sucesso.

Em 2019, a Ara continuará focada no consumidor, na dinâmica das suas preferências, na inovação da sua oferta e na expansão do seu parque de lojas para chegar a cada vez mais lares colombianos.

Desempenho em 2018

No ano de 2018, a Ara abriu 143 lojas nas regiões onde opera e terminou o ano totalizando 532 localizações. O ano foi igualmente marcado pela inauguração, em Setembro, do Centro de Distribuição de Gachancipá, na região de Bogotá, que permitirá aumentar a eficiência logística e suportar a nossa expansão a mais mercados nesta importante região.

Actualmente, a Ara conta com 124 lojas no Eixo Cafeeiro, 185 lojas na Costa do Caribe e 223 lojas na região de Bogotá.

Para a liderança de preço tem sido fundamental garantir eficiências nos processos de loja e de logística onde a utilização de tecnologia tem provado ser crucial. Reconhecemos, no entanto, que os nossos standards terão que continuar a melhorar não esquecendo a “juventude” da nossa operação.

As vendas atingiram 599 milhões de euros, um crescimento de 47,9% face ao ano anterior (+53,9% a taxa de câmbio constante), tendo a Ara consolidado a sua posição de liderança no retalho moderno na região do Eixo Cafeeiro e aumentado a sua quota em todas as áreas geográficas onde está presente.

No sentido de melhor satisfazer o consumidor colombiano, continuou-se a dar prioridade ao desenvolvimento do sortido de Marca Própria, tendo-se lançado 196 novos produtos. A Marca Própria já representa cerca de 44% das vendas da Ara, contando com um total de 156 fornecedores, na sua grande maioria fornecedores locais.

A estratégia de comunicação manteve-se centrada no reforço de posicionamento e na liderança de preço, conjugando as campanhas nacionais com folhetos regionais, num diálogo permanente com os consumidores locais, dando visibilidade à oferta mas também maior notoriedade à cadeia.

O trabalho desenvolvido no mix de vendas e a escala permitiu a estabilização das perdas ao nível do EBITDA, mesmo considerando o elevado peso dos custos de expansão de lojas e logística.

4.2.1. Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

Mensagem do Director-Geral

2018 foi o quarto ano de actividade da JMA, durante o qual se assistiu ao processo de crescimento dos diversos negócios e de consolidação das estruturas e das actividades nas várias unidades operacionais.

Na área de Lacticínios a nova fábrica é já uma realidade para que em 2019 possa ser um pólo de inovação e assim ir mais além da produção de leite, natas e manteiga das Marcas Próprias do Pingo Doce e Recheio.

Na área Agro-Pecuária, 2018 foi um ano com múltiplos desafios, tendo-se iniciado, a partir da herdade Monte de Trigo, o fornecimento de leite para a fábrica em Portalegre. Na unidade do Cartaxo foi obtida a declaração ambiental, o que permitiu terminar o ano com a duplicação de animais Angus nestas instalações. Em paralelo, nesta exploração, foi também instalada a produção biológica de Angus.

Na Aquacultura iniciaram-se as vendas de dourada da Madeira e confirmou-se o sucesso do robalo da Costa Alentejana, da unidade de Sines, cuja aceitação nas lojas foi muito positiva. Com o acordo de produção de robalo e dourada, celebrado com um operador em Espanha, esperamos aumentar a capacidade instalada e preparar o futuro de forma sustentável.

Estamos hoje melhor preparados para dar resposta aos desafios das empresas do Grupo, em Portugal, e para continuar o desenvolvimento dos projectos em curso.

Desempenho em 2018

Em 2018, a JMA continuou a reforçar a sua presença nas três áreas de operação em que está a investir: Lacticínios, Produção e Engorda de carne bovina da raça Angus e Aquacultura, mantendo como missão proteger e assegurar o acesso sustentável às fontes de abastecimento, de produtos diferenciadores, garantindo a satisfação das necessidades internas do Grupo, em Portugal, em condições de custo, eficiência e qualidade competitivas.

Na área dos Lacticínios, 2018 foi um ano de transição, marcado tanto pela finalização da construção da nova fábrica e instalação dos equipamentos de processamento, como pelo início da sua produção (nomeadamente leite e natas em embalagens de cartão), reforçando a eficiência e capacidade de inovar e produzir nesta área.

Na área Agro-Pecuária, onde é desenvolvida a operação de Engorda de Angus, em 2018 foram iniciados os processos de licenciamento para a expansão de capacidade da unidade do Cartaxo, estando em curso obras de reconversão da unidade já instalada. Adicionalmente, foram também iniciados trabalhos de melhoria da exploração no Monte de Trigo, no Alentejo, onde opera uma vacaria que abastece a fábrica de leite e na qual também é desenvolvida a actividade agrícola para produção da alimentação para toda a exploração.

Quanto à área da Aquacultura foi dada continuidade à produção de robalo, pela Seaculture, na concessão localizada no porto de Sines, tendo-se registado um progresso significativa da capacidade instalada e utilizada. Ao longo do ano, a Seaculture iniciou o fornecimento de robalo para as lojas do Grupo em Portugal. No projecto na ilha da Madeira, desenvolvido em parceria, iniciou-se a pesca regular de dourada e fornecimento semanal às lojas. No final do ano, a expansão desta área ficou assegurada com a conclusão e assinatura de um contrato de produção de robalo e dourada, com um operador em Espanha, tendo sido já colocados os primeiros lotes no mar.

4.3. Retalho Especializado



4.3.1. Hebe

Mensagem do Director-Geral

Em 2018, a Hebe continuou a reforçar a sua posição no mercado polaco com um sólido crescimento de vendas, apesar do contexto competitivo extremamente desafiante. A proibição de comércio aos domingos teve um impacto negativo no mercado, mas crescemos mais do que qualquer concorrente - reforçando significativamente as nossas quotas de mercado. Este facto motiva-nos bastante, pois ainda precisamos de ganhar escala e aumentar a notoriedade.

A Hebe acelerou a sua expansão com 51 aberturas, alcançando 230 localizações no final do ano, muito focada na qualidade das localizações de forma a garantir um bom nível de produtividade.

Concluimos igualmente uma otimização significativa do sortido, que se traduziu não só em vendas substanciais e benefícios na margem, como também numa experiência melhorada para os consumidores, e também numa maior diferenciação em relação à concorrência.

Devemos igualmente salientar dois momentos importantes para o desenvolvimento da Companhia em 2018: A Hebe teve o seu primeiro anúncio televisivo e lançou o seu canal no Youtube. Para além disso, continuámos a investir nos nossos activos estratégicos e a criar capacidade para alcançar o nosso objectivo a longo prazo, mantendo ao mesmo tempo uma forte disciplina de custos ao longo do ano.

Desempenho em 2018

Num contexto altamente competitivo, a Hebe registou em 2018 um crescimento de vendas de 25,0% atingindo 883 milhões de zlotys, através do aumento contínuo da sua base de clientes e do cabaz médio. Este sólido desempenho foi alcançado apesar do impacto significativo da proibição de comércio aos domingos e de uma presença mais forte das categorias de Saúde e Beleza nos supermercados e em discounters.

Em 2018, a Hebe reforçou novamente a sua quota de mercado ao ser a cadeia com maior crescimento no sector polaco da Saúde e Beleza e Cuidado Pessoal. A Companhia aumentou a sua posição em quase todas as categorias, especialmente nas fragâncias, maquilhagem e cuidados de pele.

A Hebe abriu 51 lojas em 2018, focando-se em localizações muito movimentadas como centros e áreas comerciais, terminando o ano com um total de 230 lojas.

A Companhia continuou a aumentar as vendas de marcas exclusivas e de Marcas Próprias, que representam já quase 20% das suas vendas. A diferenciação foi acentuada com a implementação de um novo sortido e layout de loja, bem como inúmeras inovações ao nível de loja de forma a melhorar a experiência do cliente. As Marcas Próprias foram reforçadas com o lançamento da "Hebe Cosmetics" (sabonetes e gel de banho) e "By hebe" (acessórios) enquanto que a "Hebe Professional" (maquilhagem e acessórios para pés e mãos) estendeu o seu sortido a acessórios para o cabelo.

A Hebe melhorou o seu desempenho de vendas através de fortes campanhas sazonais relacionadas com o Dia dos Namorados, Dia da Mulher, Páscoa, Black Week, Natal e Ano Novo. A insígnia também lançou o seu primeiro anúncio televisivo durante o período natalício para impulsionar as vendas e a notoriedade da marca.

O programa de fidelização continuou a crescer, contando com mais de 3 milhões de membros no final do ano (22% acima do ano anterior), 95% dos quais são mulheres. Mais de 63% das vendas totais da Companhia foram realizadas a clientes titulares do cartão de fidelização, o que demonstra a relevância deste programa.

A Hebe continuou a reforçar a sua presença digital e terminou o ano com mais de 483 mil fãs no Facebook e mais de 67 mil no Instagram. Entretanto, a página de internet Hebe.pl foi visitada em média por 540 mil visitantes únicos todos os meses. A presença digital da Companhia também foi alargada com o lançamento do canal Youtube da Hebe. Estas actividades são essenciais para aumentar a notoriedade da marca.

A Companhia continuou a reduzir as suas perdas ao nível do EBITDA com um forte foco no crescimento de vendas e melhoria do mix de margem, melhorando ao mesmo tempo a sua eficiência operacional.

4.3.2. Jeronymo e Hussel



Mensagem do Director-Geral

O ano 2018 foi de mudança para a Jeronymo e para a Hussel. As alterações na operação resultaram, quer de questões mais técnicas, com a introdução de um novo sistema de informação e a sua respectiva adaptação, quer do próprio negócio, com a criação de uma parceria entre a Jeronymo e a empresa de Food Service do Recheio, tendo em vista melhorias de eficiência do supply chain.

Por outro lado, a Jeronymo continuou a apostar em novas receitas e produtos mais saudáveis para satisfazer um cliente cada vez mais exigente. Neste contexto, e de modo a responder às expectativas dos nossos consumidores, surgem as receitas desenvolvidas por um chef de cozinha em exclusivo para as nossas cafetarias.

Em 2019 continuaremos focados na expansão das duas insígnias em lojas de rua, alargando os novos sortidos a todas as lojas.

Desempenho em 2018

Em 2018 as vendas da Companhia aumentaram face ao ano anterior em ambas as insígnias - Jeronymo e Hussel - apesar de um início de verão penalizado pelas baixas temperaturas para a época.

A Jeronymo inaugurou três novas localizações, duas em Lisboa e uma em Almada, tendo mantido a aposta em novas receitas e produtos mais saudáveis que se apresentam como alternativas para clientes que tenham restrições alimentares.

Em 2018, e para melhorar o serviço ao cliente, foram criadas diversas parcerias com fornecedores estratégicos, quer ao nível de formação de equipas de loja, quer ao nível de inovação de produtos. Um exemplo é a parceria com a marca de gelados artesanais Davvero, tendo-se alargado o respectivo sortido a cerca de um terço das lojas. Adicionalmente, ao nível da eficiência operacional, procedeu-se à reestruturação e optimização do processo logístico e de abastecimento através da plataforma de Food Service do Grupo – operada pelo Recheio.

No que se refere à Hussel, e durante o ano de 2018, foi inaugurada uma nova loja na cidade de Lisboa que, sendo também a maior da cadeia, dá continuidade ao novo conceito de loja lançado no ano anterior.

Por forma a combater a sazonalidade, e após estabelecer uma parceria com a Artisanì, a Hussel lançou em 2018 gelados artesanais de Marca Própria.

Em termos de marketing, foram lançadas campanhas para potenciar as vendas nos meses menos dinâmicos e aumentar a atractividade para os clientes, continuando-se a apostar em inovação e desenvolvimento de produtos de edição limitada ao nível das campanhas regulares (Dia dos Namorados, Páscoa e Natal) e na decoração alusiva a datas especiais nas lojas.

A insígnia reforçou a sua presença nos canais digitais, nomeadamente no Facebook e Instagram, através da publicação de novidades e campanhas temáticas.

5. Perspectivas para os Negócios de Jerónimo Martins

Biedronka

A Biedronka está bem preparada para continuar a adaptar-se à implementação progressiva da proibição de abrir as lojas ao domingo, com o crescimento das vendas LFL de 2019 a ter de incorporar os efeitos de menos 13 dias de vendas e também da inflação no cabaz, que se espera que se mantenha muito baixa. ^

A Biedronka manterá o crescimento de vendas e o reforço da sua quota de mercado como prioridades estratégicas. O posicionamento e percepção de preço continuarão a ser fundamentais na estratégia da insígnia, bem como o foco permanente nas necessidades e aspirações do consumidor, através de uma melhoria permanente da oferta na proximidade.

Apesar de se antecipar que, no actual contexto, se mantenha a pressão na estrutura de custos do sector, nomeadamente custos de pessoal e energia, a Biedronka permanecerá focada em proteger a eficiência do seu modelo de negócio.

A Companhia está permanentemente a melhorar a qualidade, o mix e a penetração da sua rede de lojas. Neste contexto, e com base nos bons indicadores de desempenho das suas lojas de menor dimensão, a Biedronka irá acrescentar cerca de 50 novas localizações destas unidades mais pequenas às cerca de 100 aberturas (c.60 adições líquidas) previstas no seu formato mais comum.

Hebe

Também a Hebe terá que contar, em 2019, com o encerramento adicional das lojas em 13 domingos. A Companhia continuará focada no crescimento, beneficiando de uma proposta de valor única, onde se inclui a variedade diferenciada da sua oferta, os preços competitivos e a experiência de serviço e de compra.

A Hebe prosseguirá a expansão da sua rede de lojas (cerca de 50 novas lojas) e a melhoria da sua rentabilidade. Paralelamente, a insígnia irá avançar para o reforço da conveniência através de uma abordagem omnicanal ao mercado polaco da saúde e beleza.

A insígnia continuará a melhorar o seu sortido, nomeadamente através das suas Marcas Exclusivas e Marca Própria.

Pingo Doce

Para 2019, a prioridade da Companhia continuará a centrar-se nos pilares estratégicos já definidos e que se espera que continuem a permitir o aumento de quota de mercado – Preço, Frescos, Marca Própria, Meal Solutions e melhoria da experiência de compra.

Ao mesmo tempo irá continuar a melhorar a sua infraestrutura, com a abertura de cerca de 10 novas lojas e remodelações de lojas já existentes.

Espera-se que o ambiente concorrencial se mantenha competitivo e a Companhia continuará a reforçar a sua oferta para oferecer uma proposta de valor única, suportada na competitividade da sua política de preços e na continuidade da inovação ao nível do sortido, que a tem caracterizado, de forma a melhor servir o consumidor.

A política de Responsabilidade Social será reforçada, nomeadamente ao nível dos seguintes pilares: Respeitar o Ambiente, Promover a Saúde pela Alimentação e Apoiar as Comunidades Envolventes.

Recheio

Em 2019, a Companhia continuará a remodelar o seu parque de lojas, de forma a melhorar a experiência de compra e o nível de serviço aos seus clientes, assim como desenvolver a área de Frescos, onde é especialista, e o sortido de Marca Própria no qual se pretende diferenciar. A entrega aos clientes continuará a ser uma área de foco para melhor, e da forma mais eficiente possível, os continuar a servir.

O Food Service continuará a ser uma forte aposta do Recheio para o futuro e ao nível da exportação pretende-se consolidar as parcerias actuais e desenvolver novas. No que respeita ao projecto Amanhecer o ano de 2019 espera-se que seja um ano de consolidação.

Ara

A Ara continuará a dar prioridade à expansão da sua infraestrutura física, mantendo o ritmo de aberturas de lojas. A insígnia continuará também a trabalhar nas vendas e nas variáveis-chave de rentabilidade para inflectir a tendência das perdas geradas ao nível do EBITDA.

Durante o ano, pretende-se também continuar a desenvolver a capacidade logística da Companhia com a preparação de dois Centros de Distribuição, que irá permitir, por um lado, continuar a expansão da rede de lojas e, por outro, melhorar a eficiência e o serviço à operação.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

Em 2019 prevê-se a consolidação da expansão em todas as áreas de actuação de JM na área de Agro-Alimentar: i. arranque de novas linhas de produção e desenvolvimento de produtos de maior valor acrescentado na área de lacticínios; ii. aumento da produção e engorda de Angus nacional, através da exploração das novas unidades e iii. aumento da produção e fornecimento de robalo e de dourada e expansão da actividade de Aquacultura para outras localizações, incluindo a internacionalização da produção.

Jeronymo e Hussel

Em 2019, as duas insígnias continuarão focadas em promover o dinamismo das respectivas lojas e a eficiência nas operações como forma de reforçar a sua ligação aos consumidores.

A Jeronymo manter-se-á focada na identificação de localizações para a abertura de potenciais novas lojas, apostando na sua imagem renovada jovem e eclética, enquanto a Hussel manterá o foco na remodelação de algumas das suas lojas, adaptando-as ao novo conceito e no desenvolvimento e alavancagem dos seus processos, quer através de novas parcerias quer pela melhoria dos processos existentes.

6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

7. Política de Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração da Sociedade tem mantido uma política de distribuição de dividendos baseada nas seguintes regras:

- valor do dividendo entre 40 a 50% dos resultados consolidados ordinários;
- se da aplicação do critério acima resultar uma diminuição do dividendo de determinado ano, face ao atribuído no ano precedente, o Conselho de Administração, se considerar que tal diminuição decorre de situações anormais e meramente conjunturais, poderá propor que o anterior valor seja mantido e até mesmo utilizar para o efeito reservas livres existentes, quando tal utilização não ponha em causa os princípios adoptados em matéria de gestão de balanço.

Na Assembleia Geral de 12 de Abril de 2018, considerando a situação financeira do Grupo no final de 2017, bem como a sua capacidade de geração de caixa, e por não afectar a solidez do seu balanço ou as suas futuras oportunidades de expansão, seguindo a proposta do Conselho de Administração, foi deliberado distribuir dividendos no valor total de 385,2 milhões de euros.

Esta deliberação traduziu-se num dividendo bruto de 0,613 euros por acção, pagos em Maio de 2018, equivalente a aproximadamente 100% do resultado consolidado de 2017 que, excepcionalmente correspondeu ao dobro do que resultaria da aplicação da política de dividendos do Grupo.

Considerando o montante dos resultados líquidos consolidados de 2018 e em linha com a política de dividendos em vigor, o Conselho de Administração irá propor na Assembleia Geral Anual de Accionistas, a distribuição de 204,2 milhões de euros em dividendos.

Esta proposta corresponde a um dividendo bruto de 0,325 euros por acção (excluindo as 859.000 acções próprias em carteira) e representa um payout de c.50% dos resultados consolidados ordinários.

A proposta de distribuição de dividendos deixa ao Grupo total flexibilidade para acelerar os seus planos de expansão e aproveitar qualquer potencial oportunidade de crescimento não orgânica, mantendo em simultâneo um nível reduzido de dívida líquida.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício de 2018, Jerónimo Martins, SGPS, S.A. apresentou um lucro consolidado de 401.043.571,60 euros e um lucro nas contas individuais de 759.485.273,07 euros.

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

- Reservas Livres 555.244.151,57 euros;
- Dividendos 204.241.121,50 euros.

Esta proposta de distribuição de resultados representa o pagamento de um **dividendo bruto de 0,325 euros** por acção, excluindo-se as acções próprias em carteira.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2019

O Conselho de Administração

9. Anexo ao Relatório de Gestão

Informação sobre a Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Empresa

(De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31.12.17		Acréscimos no exercício		Diminuições no exercício		Posição em 31.12.18	
	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações
Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos	274.805	-	-	-	-	-	274.805	-
Andrzej Szlezak	-	-	-	-	-	-	-	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	-	-	-	-	-	-	-	-
Artur Stefan Kirsten	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Artigo 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
Clara Christina Streit	800	-	-	-	-	-	800	-
Francisco Manuel Seixas da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-
Hans Eggerstedt	19.700	-	-	-	-	-	19.700	-
Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos	26.455 ²	-	-	-	-	-	26.455 ²	-
Sérgio Tavares Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

² Das quais 1.500 acções são detidas pelo cônjuge.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., não detinha quaisquer acções ou obrigações de Jerónimo Martins, SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2018, não tendo realizado, durante este ano, transacções com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de Dezembro de 2018

(De acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do artigo 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008.)

Accionista	N.º de Acções detidas	% Capital	N.º Direitos de Voto	% dos Direitos de Voto *
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. Através da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.	353.260.814	56,136%	353.260.814	56,136%
Heerema Holding Company Inc. Através da Sociedade Asteck, S.A.	31.464.750	5,000%	31.464.750	5,000%
BlackRock, Inc. Através de Fundos de Investimento por si geridos	13.871.405	2,204%	13.871.405	2,204%
BNP Paribas Asset Management Holding S.A. Através de Fundos de Investimento por si geridos	21.775.581	3,460%	17.893.668	2,843%
De entre os quais, através de BNP Paribas Asset Management France S.A.S.	6.526.465	1,037%	12.610.360	2,004%
Genesis Asset Managers, LLP	15.359.533	2,441%	12.613.387	2,004%
T. Rowe Price Group, Inc. Através de T. Rowe Price International Ltd	12.821.174	2,037%	12.694.305	2,017%

Fonte: Últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

* Calculado com base na totalidade das acções de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários.

10. Notas Reconciliatórias

(Seguindo as orientações da ESMA de Outubro de 2015 sobre Medidas Alternativas de Desempenho)

Demonstração dos Resultados

Demonstração dos Resultados (no Relatório de Gestão)	Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
Vendas e Prestação de Serviços	Vendas e prestação de serviços
Margem	Margem
Custos Operacionais	Inclui linhas de Custos de distribuição; Custos administrativos; Outros custos operacionais, assim como, exclui valor de €-363,7 milhões relativo a Depreciações
EBITDA	
Depreciação	Valor reflectido na nota Outros custos operacionais por natureza
EBIT	
Custos Financeiros Líquidos	Custos financeiros líquidos
Ganhos em <i>Joint Ventures</i> e Associadas	Ganhos (perdas) em <i>joint ventures</i> e associadas
Outras Perdas e Ganhos	Inclui linhas de Outras perdas e ganhos operacionais; Ganhos na alienação de negócios (quando aplicável) e Ganhos (perdas) em outros investimentos
EBT	
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	Imposto sobre o rendimento do exercício
Resultados Líquidos	
Interesses que não Controlam	Interesses que não controlam
Resultados Líquidos atribuíveis a JM	

Balanço

Balanço (no Relatório de Gestão)	Balanço Consolidado (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
Goodwill Líquido	Valor reflectido na nota de Activos intangíveis
Activo Fixo Líquido	Inclui as linhas de Activos tangíveis e intangíveis excluindo valor de Goodwill líquido (€637,5 milhões)
Capital Circulante Total	Inclui as linhas de Devedores, acréscimos e diferimentos correntes; Existências; Activos biológicos; Credores, acréscimos e diferimentos; Benefícios de empregados, assim como, valor de €3,8 milhões relativo a Caixa e equivalentes de caixa (nota - Caixa e equivalentes de caixa) e o valor de €-12,7 milhões relativo a Outros valores de natureza operacional. Exclui o valor de €-1,8 milhões relativo a Acréscimos e diferimentos de juros (nota - Dívida financeira)
Outros	Inclui as linhas de Propriedades de investimento, Partes de capital em joint ventures e associadas; Outros investimentos financeiros; Devedores, acréscimos e diferimentos não correntes; Impostos diferidos activos e passivos; Impostos sobre o rendimento a receber e a pagar e Provisões para riscos e encargos. Exclui o valor de €19,4 milhões relativo a Depósitos colaterais associados a Dívida financeira (nota – Devedores, acréscimos e diferimentos), assim como o valor de €-12,7 milhões relativo a outros valores de natureza operacional
Capital Investido	
Total de Empréstimos	Inclui as linhas de Empréstimos obtidos excluindo Leasings
Leasings	Valor reflectido na nota de Empréstimos obtidos
Juros Diferidos & Operações de Cobertura	Inclui a linha de Instrumentos financeiros derivados, assim como inclui o valor de €-1,8 milhões relativo a Acréscimos e diferimentos de juros (valor reflectido na nota - Dívida financeira)
Títulos Negociáveis e Depósitos Bancários	Inclui a linha de Caixa e equivalentes caixa, assim como inclui o valor de €19,4 milhões relativo a Depósitos colaterais associados à Dívida financeira (reflectido na nota de Devedores) e exclui o valor de €3,8 milhões relativo a Caixa e equivalentes de caixa (reflectido na nota - Caixa e equivalentes de caixa)
Dívida Líquida	
Interesses que não Controlam	Interesses que não controlam
Capital Social	Capital social
Reservas e Resultados Retidos	Inclui as linhas de Prémio de emissão; Acções próprias; Outras reservas e Resultados retidos
Fundos de Accionistas	

Cash Flow

Cash Flow (no Relatório de Gestão)	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
EBITDA	Incluído na linha de Caixa gerada pelas operações
Pagamento de Juros	Inclui a linha de Juros pagos e a linha de Juros recebidos
Outros Itens Financeiros	Dividendos recebidos
Imposto sobre o Resultado	Imposto sobre o rendimento pago
Fundos gerados pelas Operações	
Pagamento de Capex	Inclui as linhas de Alienação de activos fixos tangíveis; Alienação de activos intangíveis; Alienação de outros investimentos financeiros e propriedades de investimento; Aquisição de activos fixos tangíveis; Aquisição de activos intangíveis; Aquisição de outros investimentos financeiros e propriedades de investimento
Variação de Capital Circulante	Incluído na linha de Caixa gerada pelas operações
Outros	Inclui a linha de Alienação de negócios (quando aplicável) e o remanescente incluído na linha de Caixa gerada pelas operações
Cash Flow Libertado	



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	70
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017	
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS	70
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017	
BALANÇO CONSOLIDADO	71
Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017	
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	72
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017	
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	73
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017	

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	Página
1 Actividade	74
2 Políticas contabilísticas	74
3 Rédito de contratos com clientes e reporte por segmentos de actividade	88
4 Custos operacionais por natureza	91
5 Empregados.....	92
6 Custos financeiros líquidos.....	94
7 Imposto reconhecido na demonstração dos resultados.....	94
8 Activos fixos tangíveis	97
9 Activos intangíveis	99
10 Propriedades de investimento.....	102
11 Instrumentos financeiros derivados	103
12 Existências.....	105
13 Devedores, acréscimos e diferimentos	106
14 Caixa e equivalentes de caixa	107
15 Caixa gerada pelas operações	108
16 Capital e reservas.....	108
17 Resultado por acção.....	109
18 Empréstimos obtidos	109
19 Provisões	111
20 Credores, acréscimos e diferimentos.....	111
21 Garantias	112
22 Locação operacional	112
23 Compromissos de capital.....	113
24 Contingências, activos contingentes e passivos contingentes	113
25 Partes relacionadas	115
26 Companhias subsidiárias.....	117
27 Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam	118
28 Interesses em joint ventures e associadas	118
29 Riscos financeiros.....	118
30 Informações adicionais exigidas por diplomas legais	122
31 Eventos subsequentes à data do balanço	123

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	Notas	2018	2017	Valores expressos em milhares de euros	
				4.º Trimestre 2018	4.º Trimestre 2017
Vendas e prestação de serviços	3	17.336.708	16.276.150	4.536.775	4.350.003
Custo das vendas	4	(13.576.829)	(12.817.884)	(3.545.993)	(3.418.896)
Margem		3.759.879	3.458.266	990.782	931.107
Custos de distribuição	4	(2.874.490)	(2.605.993)	(747.266)	(694.678)
Custos administrativos	4	(289.299)	(261.139)	(87.353)	(72.989)
Outras perdas e ganhos operacionais	4	(9.376)	(13.940)	(2.300)	(2.654)
Resultados operacionais		586.714	577.194	153.863	160.786
Custos financeiros líquidos	6	(25.112)	(12.166)	(5.660)	(3.221)
Ganhos (perdas) em joint ventures e associadas		188	(13)	55	(10)
Ganhos (perdas) em outros investimentos		-	(198)	-	(200)
Resultados antes de impostos		561.790	564.817	148.258	157.355
Imposto sobre o rendimento do exercício	7	(131.930)	(152.236)	(29.672)	(51.008)
Resultados líquidos		429.860	412.581	118.586	106.347
(antes de interesses que não controlam)					
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		28.816	27.225	9.642	6.250
Aos Accionistas de Jerónimo Martins		401.044	385.356	108.944	100.097
Resultado básico e diluído por ação - Euros	17	0,6382	0,6132	0,1734	0,1593

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo. Os montantes relativos aos trimestres não se encontram auditados.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	Notas	2018	2017	Valores expressos em milhares de euros	
				4.º Trimestre 2018	4.º Trimestre 2017
Resultados líquidos		429.860	412.581	118.586	106.347
Outros rendimentos integrais:					
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregados	5.2	224	(1.385)	224	(1.385)
Imposto relacionado	7.3	(50)	312	(50)	312
Itens que não serão reclassificados para resultados		174	(1.073)	174	(1.073)
Diferenças de conversão cambial		(29.436)	62.154	(7.482)	28.218
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa		(285)	527	(86)	26
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de operações estrangeiras		3.589	(16.550)	(102)	(2.602)
Imposto relacionado		195	(375)	(43)	(128)
Itens que poderão ser reclassificados para resultados		(25.937)	45.756	(7.713)	25.514
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		(25.763)	44.683	(7.539)	24.441
Total de rendimentos integrais		404.097	457.264	111.047	130.788
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		28.864	27.177	9.690	6.202
Accionistas de Jerónimo Martins		375.233	430.087	101.357	124.586
Total de rendimentos integrais		404.097	457.264	111.047	130.788

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo. Os montantes relativos aos trimestres não se encontram auditados.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2018	2017
Activo			
Activos fixos tangíveis	8	3.687.053	3.474.835
Activos intangíveis	9	792.514	811.040
Propriedades de investimento	10	11.676	13.714
Activos biológicos		3.398	-
Partes de capital em joint ventures e associadas		3.245	1.557
Outros investimentos financeiros		1.321	1.417
Devedores, acréscimos e diferimentos	13	84.713	111.383
Instrumentos financeiros derivados	11	-	227
Impostos diferidos activos	7.3	114.840	106.025
Total de activos não correntes		4.698.760	4.520.198
Existências	12	970.653	841.565
Activos biológicos		3.790	5.498
Imposto sobre o rendimento a receber		5.035	5.094
Devedores, acréscimos e diferimentos	13	435.642	387.833
Instrumentos financeiros derivados	11	59	294
Caixa e equivalentes de caixa	14	545.988	681.333
Total de activos correntes		1.961.167	1.921.617
Total do activo		6.659.927	6.441.815
Capital próprio e passivo			
Capital		629.293	629.293
Prémios de emissão		22.452	22.452
Ações próprias		(6.060)	(6.060)
Outras reservas		(77.046)	(51.109)
Resultados retidos	16	1.209.259	1.193.319
		1.777.898	1.787.895
Interesses que não controlam		238.356	225.298
Total do capital próprio		2.016.254	2.013.193
Empréstimos obtidos	18	288.390	237.762
Credores, acréscimos e diferimentos	20	774	779
Instrumentos financeiros derivados	11	62	-
Benefícios concedidos a empregados	5.2	65.069	66.482
Provisões para riscos e encargos	19	26.565	29.308
Impostos diferidos passivos	7.3	75.627	71.579
Total de passivos não correntes		456.487	405.910
Empréstimos obtidos	18	350.814	299.505
Credores, acréscimos e diferimentos	20	3.794.411	3.662.293
Instrumentos financeiros derivados	11	159	2.805
Imposto sobre o rendimento a pagar		41.802	58.109
Total de passivos correntes		4.187.186	4.022.712
Total do capital próprio e passivo		6.659.927	6.441.815

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expressos em milhares de euros

	Capital próprio atribuível aos Accionistas de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.						Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
	Capital	Prémios de emissão de acções	Acções próprias	Outras Reservas		Resultados retidos			Total
				Cobertura fluxos de caixa	Reservas cambiais				
Balanzo em 1 de Janeiro de 2017	629.293	22.452	(6.060)	(237)	(96.628)	1.189.191	1.738.011	252.500	1.990.511
Variações no Capital Próprio em 2017									
Diferença de conversão cambial				(6)	61.885		61.879		61.879
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa				427			427		427
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras					(16.550)		(16.550)		(16.550)
Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado						(1.025)	(1.025)	(48)	(1.073)
Outros rendimentos integrais	-	-	-	421	45.335	(1.025)	44.731	(48)	44.683
Resultado do exercício						385.356	385.356	27.225	412.581
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	421	45.335	384.331	430.087	27.177	457.264
Dividendos						(380.203)	(380.203)	(54.379)	(434.582)
Balanzo em 31 Dezembro de 2017	629.293	22.452	(6.060)	184	(51.293)	1.193.319	1.787.895	225.298	2.013.193
Balanzo em 1 de Janeiro de 2018	629.293	22.452	(6.060)	184	(51.293)	1.193.319	1.787.895	225.298	2.013.193
Variações no Capital Próprio em 2018									
Diferença de conversão cambial				(3)	(29.292)		(29.295)		(29.295)
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa				(231)			(231)		(231)
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras					3.589		3.589		3.589
Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado						126	126	48	174
Outros rendimentos integrais	-	-	-	(234)	(25.703)	126	(25.811)	48	(25.763)
Resultado do exercício						401.044	401.044	28.816	429.860
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	(234)	(25.703)	401.170	375.233	28.864	404.097
Dividendos (nota 16.3)						(385.230)	(385.230)	(15.806)	(401.036)
Balanzo em 31 Dezembro de 2018	629.293	22.452	(6.060)	(50)	(76.996)	1.209.259	1.777.898	238.356	2.016.254

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2018	2017
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		19.549.814	18.346.499
Pagamentos aos fornecedores		(17.092.462)	(15.980.545)
Pagamentos ao pessoal		(1.434.545)	(1.277.994)
Caixa gerada pelas operações	15	1.022.807	1.087.960
Juros pagos		(26.446)	(18.456)
Imposto sobre o rendimento pago		(147.772)	(160.050)
Fluxos de caixa de actividades operacionais		848.589	909.454
Actividades de investimento			
Alienação de activos fixos tangíveis		1.919	1.723
Alienação de activos fixos intangíveis		12	-
Alienação de outros invest. financeiros e de propriedades de investimento		2.096	187
Juros recebidos		2.101	3.488
Dividendos recebidos		46	79
Aquisição de activos fixos tangíveis		(710.056)	(648.619)
Aquisição de activos intangíveis		(9.703)	(13.067)
Aquisição de outros invest. financeiros e de propriedades de investimento		-	(602)
Aquisição de joint ventures e associadas		(1.500)	(1.570)
Depósitos colaterais associados a dívida financeira		15.000	-
Fluxos de caixa de actividades de investimento		(700.085)	(658.381)
Actividades de financiamento			
Variação líquida de empréstimos obtidos	18	128.322	205.908
Pagamento de dividendos	16.3	(401.036)	(434.582)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		(272.714)	(228.674)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(124.210)	22.399
Movimentos de caixa e equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		681.333	643.512
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(124.210)	22.399
Efeito das variações cambiais		(11.135)	15.422
Caixa e equivalentes de caixa no final de Dezembro	14	545.988	681.333

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO INTERCALAR

Valores expressos em milhares de euros

	2018	2017	4.º Trimestre 2018	4.º Trimestre 2017
Fluxos de caixa de actividades operacionais	848.589	909.454	339.523	360.223
Fluxos de caixa de actividades de investimento	(700.085)	(658.381)	(173.706)	(192.876)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento	(272.714)	(228.674)	43.338	(4.274)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(124.210)	22.399	209.155	163.073

Os montantes relativos aos trimestres não se encontram auditados.

1 Actividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JM) é a empresa-mãe de Jerónimo Martins (Grupo), que inclui as Companhias detalhadas nas notas 26 e 28. As actividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2018 encontram-se detalhados no Capítulo II deste Relatório Anual.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa

Capital Social: 629.293.220 euros

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500100144

A JMH está cotada na Euronext Lisboa desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 26 de Fevereiro de 2019.

2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Consolidadas. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (m EUR).

Os montantes relativos aos trimestres, bem como as correspondentes variações, não se encontram auditados.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia (UE), à data de 31 de Dezembro de 2018.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita a propriedades de investimento, instrumentos financeiros derivados, activos biológicos e activos financeiros ao justo valor através de resultados, os quais se encontram registados ao respectivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e assunções que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e assunções adoptadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos (nota 2.6).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de apresentação:

2.1.1 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pelo Grupo

Entre Outubro de 2016 e Março de 2018 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adoptados pelo Grupo desde 1 de Janeiro de 2018:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1905/2016	IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes (nova)	Maio 2014	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 2067/2016	IFRS 9 Instrumentos Financeiros (nova)	Julho 2014	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 1987/2017	IFRS 15 Rédito dos Contratos com Clientes: Clarificações (alterações)	Abril 2016	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 1988/2017	IFRS 4 Contratos de Seguro: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro (alterações)	Setembro 2016	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 182/2018	Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 1 Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 289/2018	IFRS 2 Pagamento com Base em Acções: Classificação e mensuração das transacções (alterações)	Junho 2016	1 Janeiro 2018

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 400/2018	IAS 40 Propriedade de Investimento: Transferências (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 519/2018	IFRIC 22 Transacções em moeda estrangeira e pagamentos antecipados (nova)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018

O Grupo implementou as alterações e a interpretação, não havendo qualquer impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Grupo adoptou pela primeira vez as novas normas IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes e IFRS 9 Instrumentos Financeiros, não tendo havido reexpressão das Demonstrações Financeiras comparativas. Conforme requerido pelas normas, a natureza e o efeito destas alterações são os seguintes:

IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes

A IFRS 15 vem substituir a IAS 11 Contratos de Construção, IAS 18 Rédito e Interpretações relacionadas e aplica-se a todo o rédito que resulta de contratos com clientes, excepto para os contratos abrangidos por outras normas. A nova norma vem estabelecer um modelo de cinco passos para o reconhecimento de rédito resultante de contratos celebrados com clientes. De acordo com o previsto na norma, o rédito é reconhecido pelo valor que a entidade espera receber do cliente em troca dos bens ou serviços prestados.

O Grupo adoptou esta nova norma a partir de 1 de Janeiro de 2018, usando o método retrospectivo modificado, sendo o efeito cumulativo da adopção desta norma reconhecido nos Resultados transitados do Grupo a essa data. Da adopção não resultou qualquer efeito nos Resultados transitados do Grupo a essa data.

A informação comparativa não foi reexpressa e continua a ser reportada de acordo com a IAS 11, IAS 18 e Interpretações relacionadas.

De acordo com o método retrospectivo modificado, a IFRS 15 foi aplicada apenas para os contratos que não se encontravam completados na data de adopção, não tendo sido utilizado o expediente prático relativo a modificações contratuais.

Na adopção da IFRS 15, o Grupo considerou os seguintes aspectos relevantes:

i. Venda de bens

Na maioria das vendas de bens efectuadas pelo Grupo, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens ao cliente.

Uma obrigação de desempenho corresponde a um compromisso de entregar aos clientes, bens ou serviços que sejam distintos entre si.

Quando existem campanhas promocionais que oferecem aos clientes obrigações de desempenho que se vencem em momento futuro, o Grupo difere a parte do rédito relativa a essa obrigação futura, sendo o rédito reconhecido em resultados apenas quando a obrigação futura é satisfeita ou expira.

O Grupo implementou ainda programas de fidelização através da utilização de cartão cliente. O Grupo estima, para as vendas efectuadas com recurso ao cartão cliente, o justo valor dos benefícios atribuídos aos clientes, sendo diferido o rédito até ao momento em que o benefício é satisfeito ou expira.

O rédito diferido relativo às obrigações de desempenho que se vencem em momento futuro é apresentado no Balanço na linha "Credores, acréscimos e diferimentos", sendo detalhado numa linha autónoma nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas designada por "Responsabilidades em contratos com clientes". Esta linha inclui também as quantias recebidas pela venda de cartões presente aos clientes, sendo o rédito reconhecido no momento em que os cartões presente são redimidos ou expiram.

Algumas vendas a clientes incluem direitos relativos a descontos comerciais de volume. O Grupo reconhece o rédito da venda dos bens já líquido da estimativa do desconto comercial que se espera que o cliente venha a atingir na totalidade do ano. A responsabilidade com os descontos comerciais de volume que se espera entregar aos clientes em momento futuro é também apresentada no Balanço na linha "Credores, acréscimos e diferimentos", sendo detalhada numa linha autónoma nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas designada por "Responsabilidades com reembolsos a clientes".

A aplicação da IFRS 15 não alterou de forma significativa a forma como o Grupo reconhece o rédito das vendas de bens a clientes.

ii. Direitos à devolução

Com a aplicação da IFRS 15, nas vendas a clientes são estimados os bens que poderão ser devolvidos pelos clientes, sendo reconhecida: a) uma responsabilidade de devolução, representada pela obrigação de entregar ao cliente a quantia relativa aos bens devolvidos; e b) um activo de devolução – com ajustamento do custo das vendas – pelo direito a receber os bens devolvidos pelo cliente.

As devoluções de bens cuja responsabilidade é assumida directamente pelo Grupo, não apresenta materialidade e não teve qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

iii. Obrigações relativas a garantias

Na venda de bens, o Grupo presta as garantias, em conjunto com os seus fornecedores, que decorrem da Lei, não vendendo extensões de garantias que devam ser reconhecidas como obrigação de desempenho separadas. Este tipo de garantias de fiabilidade continuam a ser contabilizadas de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes.

Desta forma, a adopção da IFRS 15 não teve qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

iv. Actuação do Grupo como Principal ou Agente

O Grupo opera em algumas lojas fora dos grandes centros urbanos através de contratos de Mandato Comercial, celebrados com entidades terceiras, actuando o Grupo como principal, reconhecendo nessa medida a totalidade do rédito das vendas destas lojas.

A aplicação da IFRS 15 não alterou a designação do Grupo como principal, pelo que continuou a reconhecer a totalidade do rédito das vendas deste conjunto de lojas.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A nova norma IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, tem como enfoque os seguintes aspectos: i. Classificação e mensuração; ii. Imparidade; e iii. Contabilidade de cobertura.

O Grupo adoptou esta nova norma seguindo o método retrospectivo a partir de 1 de Janeiro de 2018, data em que a norma se tornou efectiva, sem reexpressão da informação comparativa, nem qualquer efeito reconhecido nos Resultados Transitados do Grupo a essa data. A informação comparativa continua a ser reportada de acordo com a IAS 39.

i. Classificação e mensuração

A aplicação dos novos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 não teve qualquer impacto material nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

ii. Imparidade

A IFRS 9 requiere que o Grupo reconheça imparidades sobre créditos comerciais a receber, com base no modelo de perdas de crédito esperadas (quer numa base de perdas de crédito esperadas a 12 meses ou perdas de crédito esperadas na totalidade da vida dos créditos a receber), em substituição do modelo de perdas incorridas previsto na IAS 39. O Grupo aplicou a abordagem simplificada para os créditos comerciais a receber, reconhecendo a estimativa de perdas de crédito para a totalidade da vida dos saldos a receber.

Na medida em que a maioria das vendas do Grupo são realizadas a pronto pagamento, a aplicação deste novo modelo de reconhecimento de imparidades não teve qualquer impacto material nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

iii. Contabilidade de cobertura

O Grupo determinou que todas as relações de cobertura que eram designadas como de cobertura pela aplicação da IAS 39 continuaram a qualificar como contabilidade de cobertura com a aplicação da IFRS 9, pelo que, a aplicação dos requisitos de cobertura da IFRS 9 não teve qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.2 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pela UE mas sem aplicação efectiva aos exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2018 e não aplicadas antecipadamente

A UE adoptou entre Novembro de 2017 e Outubro de 2018 um conjunto de normas, interpretações e alterações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1986/2017	IFRS 16 Locações (nova)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 498/2018	IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Elementos de pré-pagamento com compensação negativa (alterações)	Outubro 2017	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 1595/2018	IFRIC 23 Incertezas quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento (nova)	Junho 2017	1 Janeiro 2019

Esta nova norma, interpretação e alterações são de aplicação efectiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo, excepto no que respeita a nova norma IFRS 16 Locações, conforme abaixo detalhado.

IFRS 16 Locações

A nova norma IFRS 16 elimina a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme previsto na IAS 17. Ao invés, introduz um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento actual que é dado às locações financeiras nas contas dos locatários.

Este modelo único prevê, para o locatário, o reconhecimento de: i. activos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os activos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação) no Balanço; e ii. depreciação dos activos locados e juros separadamente na Demonstração dos Resultados.

O Grupo irá adoptar esta norma a partir de 1 de Janeiro de 2019, tendo decidido aplicar o método retrospectivo modificado nas contas consolidadas, pelo que não irá reexpressar as contas comparativas no primeiro ano de adopção. Na transição, o direito de uso vai ser mensurado pela mesma quantia das responsabilidades com locações.

O Grupo vai aplicar as exceções previstas pela norma para as locações com termo inferior a 12 meses na data da primeira aplicação e para os contratos de locação cujo activo subjacente é de reduzido valor. Optou-se ainda por separar as locações das componentes que não são locação (serviço) e considerar apenas a componente de locação na aplicação desta norma.

Durante o ano de 2018, analisou os efeitos da adopção da norma e espera que estes venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo, como resultado do registo de activos que se encontram atualmente relevados como locações operacionais e respetivas responsabilidades.

As locações operacionais do Grupo dizem respeito principalmente a contratos de arrendamento de lojas e armazéns. No que respeita aos compromissos actuais com locações operacionais, Jerónimo Martins estima reconhecer direitos de uso e responsabilidades por locação de aproximadamente m EUR 2.400.000 em 1 de Janeiro de 2019 no seu Balanço Consolidado.

No que respeita aos compromissos actuais com locações financeiras, os valores contabilísticos dos activos e passivos por locação a 31 de Dezembro de 2018 (m EUR 14.211 e m EUR 15.149, respectivamente) serão apresentados como direitos de uso e responsabilidades por locação de acordo com a IFRS 16 a 1 de Janeiro de 2019.

Por comparação com as mesmas rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados, caso não fosse adoptada esta norma, estima-se que o EBITDA (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) apresente um valor superior, uma vez que não são reconhecidos os custos operacionais das locações. Por sua vez, os resultados líquidos deverão apresentar um valor inferior, por incorporar as amortizações dos direitos de uso e os juros sobre o total das responsabilidades apuradas a 1 de Janeiro de 2019.

Não há nenhuma alteração ao nível dos fluxos de caixa para o Grupo.

2.1.3 Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adoptadas pela UE

O IASB emitiu entre Maio de 2017 e Outubro de 2018 a seguinte norma e alterações que se encontram ainda em processo de adopção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	Maio 2017	1 Janeiro 2021
IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Interesses de longo prazo em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	Outubro 2017	1 Janeiro 2019
Ciclo 2015-2017 de melhoria às normas IFRS: IFRS 3 Concentração de Actividades Empresariais; IFRS 11 Acordos Conjuntos; IAS 12 Impostos sobre o Rendimento e IAS 23 Custos de Empréstimos (alterações)	Dezembro 2017	1 Janeiro 2019
IAS 19 Benefícios dos Empregados: Alteração, redução ou cancelamento do plano (alterações)	Fevereiro 2018	1 Janeiro 2019
Alterações às Referenciações à Estrutura Conceptual nas normas IFRS (alterações)	Março 2018	1 Janeiro 2020
IFRS 3 Combinações de Negócios: Definição de Negócio (alterações)	Outubro 2018	1 Janeiro 2020
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alteração de Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Material (alterações)	Outubro 2018	1 Janeiro 2020

A Gestão está a avaliar o impacto da adopção futura desta nova norma e alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.4 Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, o Grupo não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2018, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores que obriguem à reexpressão das Demonstrações Financeiras.

2.2 Bases de consolidação

Datas de referência

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2018, incluem os activos, os passivos e os resultados das Companhias do Grupo, entendido como o conjunto da JMH e das suas subsidiárias, empresas controladas conjuntamente (*joint ventures*) e associadas, as quais são apresentadas nas notas 26 e 28, respectivamente.

Concentração de actividades empresariais

No registo de transacções de concentração que envolvam entidades que se encontram sob controlo do Grupo, os activos e passivos são valorizados ao seu valor contabilístico, não havendo lugar ao apuramento de impactos em resultados.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle cessa.

O Grupo aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos activos entregues, passivos assumidos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pelo Grupo. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer activo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os activos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição. Os custos directamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Nos casos em que não é detido 100% do capital das subsidiárias, é reconhecido um interesse que não controla relativo à parcela dos resultados e do valor líquido de activos atribuível a terceiros.

Quando o Grupo perde o controlo sobre uma subsidiária, são desreconhecidos os activos e os passivos da subsidiária, e quaisquer interesses que não controlam e outras componentes do capital próprio. Qualquer ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Qualquer interesse retido na entidade é mensurado pelo justo valor quando o controle é perdido.

As políticas contabilísticas seguidas pelas subsidiárias no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, sempre que necessário, foram corrigidas no processo de consolidação por forma a assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Participações financeiras em associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem uma influência significativa, mas não o controle, geralmente correspondentes a uma participação entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou prejuízos da associada depois da data da aquisição. A parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição é reconhecida na demonstração dos resultados e a parte nos movimentos pós-aquisição ocorridos em outros rendimentos integrais da associada é reconhecida também em outros rendimentos integrais com o correspondente ajustamento de contrapartida reconhecido na quantia registada do investimento. O investimento do Grupo em associadas inclui o *Goodwill* identificado na aquisição.

Quando a parte do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o investimento na associada, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efectuado pagamentos em nome da associada.

As políticas contabilísticas das associadas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Participações financeiras em acordos conjuntos

Acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui. O Grupo avaliou a natureza dos seus acordos conjuntos (ver nota 2.6) e para aqueles que determinou como sendo *joint ventures*, os mesmos foram contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os interesses em *joint ventures* são reconhecidos inicialmente pelo custo e ajustados depois para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição e outras variações em outros rendimentos integrais. Numa *joint-venture*, quando a parte do Grupo nas perdas é igual ou excede os seus interesses no empreendimento conjunto (que inclui todos os interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido do Grupo na *joint venture*), o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou efectuado pagamentos em nome da *joint venture*.

As políticas contabilísticas das *joint ventures* são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Goodwill

Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do exercício.

O Grupo realiza testes de imparidade ao *Goodwill* numa base anual ou mais frequentemente, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam uma potencial imparidade. O valor reconhecido de *Goodwill* é comparado com o valor recuperável, que é o valor mais elevado entre o valor de uso e o justo valor menos os custos de vender. Sempre que o valor contabilístico do *Goodwill* exceder o seu valor recuperável, a imparidade é reconhecida imediatamente como um gasto e não é posteriormente revertida (nota 2.5.1).

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa entidade, excepto quando o negócio a que esse *Goodwill* está associado continue a gerar benefícios para o Grupo.

Interesses que não controlam

Interesses que não controlam correspondem à proporção do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das subsidiárias adquiridas que não são directa, ou indirectamente, atribuíveis a JMH.

Transacções com interesses que não controlam que não resultem na perda do controle são contabilizadas como transacções de capital - isto é, como transacções com os proprietários na sua qualidade de proprietários. A diferença entre o justo valor de qualquer montante pago e a parcela relevante adquirida do valor contabilístico dos activos líquidos da subsidiária é registada nos capitais próprios. Os ganhos ou perdas nas alienações para interesses que não controlam também são registados nos capitais próprios.

Perda de controlo ou influência significativa

Quando o Grupo deixa de ter controlo ou influência significativa, qualquer participação residual nos capitais próprios é remensurada para o seu valor de mercado, com as alterações a serem reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor é o valor contabilístico inicial para efeitos de subsequente tratamento contabilístico dessa participação como activo financeiro.

Conversão das Demonstrações Financeiras em moeda estrangeira

As Demonstrações Financeiras das entidades estrangeiras são convertidas para euros utilizando o câmbio de fecho para os activos e passivos e os câmbios históricos para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respectivas transacções.

A diferença cambial decorrente da conversão é registada directamente nos capitais próprios, líquida do efeito gerado pelo instrumento de cobertura (ver política contabilística descrita na nota 11).

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O Goodwill e os ajustamentos ao justo valor, originados na aquisição de uma entidade estrangeira, são tratados como activos e passivos da entidade estrangeira e convertidos ao câmbio de fecho. As correspondentes diferenças cambiais são reconhecidas em outros rendimentos integrais.

Saldos e transacções entre Empresas do Grupo

As transacções inter-companhias, os saldos e os ganhos não realizados entre subsidiárias e entre estas e a Empresa-Mãe são anulados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas, salvo se o custo não puder ser recuperado.




Ganhos não realizados decorrentes de transacções com empresas associadas ou joint ventures são eliminados de acordo com a parcela de interesse do Grupo nas associadas ou joint ventures. As perdas não realizadas são da mesma forma eliminadas, salvo se proporcionarem prova de imparidade do activo transferido.

2.3 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (euro) à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, excepto quando se tratam de activos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa ou cobertura de investimentos em entidades estrangeiras, para os quais as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios ou quando estas respeitem a outros investimentos financeiros, que sejam instrumentos de capital próprio.

As principais taxas de câmbio consideradas a esta data foram as indicadas abaixo:

Taxas de câmbio de referência do euro (x de moeda estrangeira por 1 euro)	 Zloty Polaco (PLN)	 Franco Suíço (CHF)	 Peso Colombiano (COP)
Taxa em 31 de Dezembro de 2018	4,3014	1,1269	3.751,2000
Taxa média do ano	4,2614	-	3.489,6000
Taxa em 31 de Dezembro de 2017	4,1770	1,1702	3.546,3400
Taxa média do ano	4,2539	-	3.352,1100

2.4 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um activo financeiro numa entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital noutra entidade.

Os instrumentos financeiros são compensados e a sua quantia líquida é apresentada no Balanço Consolidado se existir um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de pagar numa base líquida, realizando os activos e liquidando os passivos em simultâneo.

2.4.1 Activos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os activos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, justo valor através de outros rendimentos integrais (ORI), justo valor através de resultados, ou derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efectiva, conforme apropriado.

A classificação dos activos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do activo financeiro e do modelo adoptado pelo Grupo para os gerir. Com excepção das contas a receber, o Grupo inicialmente mensura um activo financeiro pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação, no caso de um activo financeiro que não esteja ao justo valor através de resultados. Os custos de transação de activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos directamente em resultados. Créditos comerciais a receber são mensuradas pelo preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

Para que um activo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de ORI, é necessário que ele possua fluxos de caixa que sejam 'apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros' (conhecido por "Solely Payments of Principal and Interest" ou "SPPI") sobre a quantia principal em aberto. Esta avaliação é designada por teste SPPI e é executada ao nível do instrumento. O modelo adoptado pelo Grupo para gerir activos financeiros refere-se à forma como os seus activos financeiros são geridos para obtenção dos fluxos de caixa. O modelo adoptado determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratuais, da venda dos activos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos activos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Activos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os activos financeiros ao custo amortizado se forem detidos dentro do modelo adoptado, com o objectivo de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do activo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Os activos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa de juro efectiva e são sujeitos a testes de imparidade. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando o activo é desreconhecido, modificado ou com imparidades.

Os activos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem principalmente créditos comerciais a receber.

ii. Activos financeiros ao justo valor através de outros rendimentos integrais (ORI)

O Grupo mensura os activos financeiros ao justo valor através de ORI se forem detidos dentro do modelo adoptado, com o objectivo comum de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e para venda, e os termos contratuais do activo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Para instrumentos de dívida ao justo valor através de ORI, rendimento de juros, reavaliação cambial e perdas ou reversões de imparidades são reconhecidas na demonstração dos resultados e tratadas da mesma maneira que os activos financeiros ao custo amortizado. O restante justo valor é reconhecido em ORI. Após o desreconhecimento, o justo valor acumulado reconhecido anteriormente em ORI é reciclado para os resultados.

O Grupo não detém quaisquer activos financeiros nesta categoria.

iii. Activos financeiros designados ao justo valor através de ORI (instrumentos de capital)

Depois do reconhecimento inicial, o Grupo pode decidir classificar de forma irrevogável instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI quando eles cumprem a definição de capitais próprios e não são detidos para negociação. A classificação é determinada numa base instrumento-a-instrumento.

Ganhos ou perdas nestes activos financeiros reconhecidos anteriormente em ORI nunca são reciclados para resultados. Os dividendos são reconhecidos como proveitos financeiros na demonstração de resultados quando o direito ao seu recebimento for estabelecido. Instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI não são sujeitos a testes de imparidade.

O Grupo elegeu classificar de forma irrevogável os seus instrumentos de capital não cotados dentro desta categoria. Os instrumentos de capital são reconhecidos pelo custo quando o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade.

iv. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria corresponde aos activos financeiros que não cumprem com os critérios para custo amortizado ou justo valor através de ORI e incluem os activos financeiros detidos para negociação, activos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados ou activos financeiros requeridos que sejam mensurados ao justo valor.

Os activos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem adquiridos com o objectivo de serem vendidos ou recomprados num curto prazo. Derivados, incluindo derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam designados como instrumentos de cobertura efectiva. Activos financeiros com fluxos de caixa que não sejam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, independentemente do modelo adoptado. Activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos no Balanço pelo seu justo valor, com as alterações líquidas do justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Esta categoria inclui os instrumentos derivados não considerados para contabilidade de cobertura.

Desreconhecimento

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: i. os direitos contratuais do Grupo a receber fluxos de caixa expiram; ii. o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse; ou iii. não obstante reter uma parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse, o Grupo transferiu o controlo desses activos.

2.4.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumentos de cobertura, conforma apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos, financiamentos e contas a pagar, líquidos de custos de transacção directamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem credores comerciais e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, incluindo descobertos bancários e instrumentos financeiros derivados.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos financeiros detidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se eles forem incorridos com o objectivo de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui também instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo que não sejam designados como instrumentos de cobertura numa relação de cobertura tal como definido na IFRS 9. Ganhos ou perdas nos passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

ii. Passivos financeiros ao custo amortizado

Depois do reconhecimento inicial, credores e outras contas a pagar, empréstimos remunerados e financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efectiva.

O custo amortizado é calculado tendo em consideração qualquer desconto ou prémio na aquisição e comissões ou custos que sejam parte integral da taxa de juro efectiva. A amortização da taxa de juro efectiva é incluída nos custos financeiros na demonstração dos resultados.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada com o passivo é dispensada ou cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal

troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o respectivo valor contabilístico é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.5 Imparidade

2.5.1 Imparidade de activos não financeiros

Exceptuando propriedades de investimento (nota 10), existências (nota 12) e impostos diferidos activos (nota 7.3), os activos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a detectar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do activo é avaliado.

Independentemente de existirem indicadores de imparidade ou não, para o Goodwill, para activos intangíveis em curso e para outros activos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos activos do Grupo para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de activos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos de vender e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida relativa a Goodwill não é revertida.

As perdas por imparidade relativas a outros activos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2 Imparidade de activos financeiros

Clientes, devedores e outros activos financeiros

O Grupo reconhece imparidades para perdas de crédito esperadas (PCE) em activos financeiros não mantidos ao justo valor através de resultados. As PCE são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados de acordo com a estimativa da taxa de juro efectiva original. Os fluxos de caixa estimados incluem os fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que façam parte integral dos termos contratuais.

As PCE são reconhecidas em duas etapas. Para exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as PCE são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de incumprimento possíveis de ocorrer nos próximos 12 meses (PCE de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento do incumprimento (PCE considerando a vida do activo).

Para as contas a receber, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das PCE, não atendendo às alterações no risco de crédito, mas reconhecendo uma provisão para perdas com base nas PCE considerando a totalidade da vida do activo em cada data de reporte. Na realização da avaliação da provisão para perdas, o Grupo tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e factores prospectivos específicos dos devedores e da envolvente económica.

O Grupo considera um activo financeiro em incumprimento quando o prazo contratual de pagamento ultrapassou os 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo considera também um activo financeiro em incumprimento quando informação interna ou externa indica que é improvável que o Grupo receba integralmente as quantias contratuais pendentes, antes de considerar quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um activo financeiro é anulado quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

A determinação do justo valor de propriedades de investimento, assim como as vidas úteis dos activos, é baseada em estimativas da Gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes activos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes activos (incluindo Goodwill) é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Caso os pressupostos de fluxos de caixa se reduzam em 10%, face ao estimado, ou sendo considerada uma taxa de desconto superior em 100 p.b., de acordo com as projecções actuais das diferentes áreas de negócio, ainda assim todo o Goodwill é recuperável, não existindo qualquer risco de imparidade (ver nota 9.4).

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado activo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado (ver nota 11).

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor para as Empresas do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1p.p., o impacto nas contas do Grupo seria o seguinte:

	Impacto nas contas do Grupo	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Portugal	1.840	66
Polónia	(337)	158

Um montante positivo significa um ganho nas contas do Grupo.

Imparidade de clientes e devedores

A Gestão mantém um ajustamento para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a reflectir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efectuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente, mudanças nos termos de pagamento do cliente e factores prospectivos específicos dos devedores e da envolvente económica. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva yield para corresponder com o termo expectável das responsabilidades com estes planos de benefício.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva *yield* requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, a qualidade das obrigações e a identificação dos dados atípicos a ser excluídos.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, o Grupo definiu os seguintes intervalos:

Portugal

- Intervalo restrito [1,20% - 1,60%]
- Intervalo alargado [1,0% - 1,80%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos actuários externos, decidiu aumentar a taxa de desconto de 1,30% para 1,40%.

Polónia

- Intervalo restrito [2,60% - 3,00%]
- Intervalo alargado [2,40% - 3,20%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos actuários externos, decidiu reduzir a taxa de desconto de 3,10% para 2,80%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido do Grupo, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Impacto nas responsabilidades com benefício definido				
	Pressuposto utilizado		Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
	PT	PL			
Taxa de desconto	1,40%	2,80%	0,50%	(2.356)	2.507
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3% / 4%	0,50%	1.735	(1.642)
Taxa de crescimento das pensões	3,00%		0,50%	733	(686)
Esperança média de vida	TV 88/90	GUS 2015	1 ano	1.266	(1.191)

Um montante positivo significa um aumento de responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável, ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando o Grupo espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como actuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afectar significativamente os resultados futuros.

Investimento em associadas

A Gestão avaliou o nível de influência que o Grupo tem na Novo Verde – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A., com uma percentagem de controlo de 30% e uma percentagem de interesse de 15,3%. Atendendo ao regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de resíduos, que impossibilita a distribuição de reservas e de resultados retidos por este tipo de sociedades aos seus accionistas, não poderá este investimento ser classificado nas contas do Grupo enquanto uma associada, sendo por isso classificado como outros investimentos financeiros.

Investimento em acordos conjuntos

O Grupo detém 51% dos direitos de voto no acordo conjunto da JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A. (JMR). Com base nos acordos contratuais com o outro Investidor, o Grupo tem o poder de nomear e destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente todos os quadros superiores com poderes para dirigir as actividades relevantes da JMR são colaboradores de uma outra sociedade detida a 100% por Jerónimo Martins. Por essas razões, a Gestão concluiu que o Grupo tem capacidade prática para dirigir as actividades relevantes da JMR e, portanto, detém o controlo sobre a Companhia. Nestes termos, JMR é classificada como uma subsidiária, assim como as entidades que a JMR controla directamente.

2.7 Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado activo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transacções actuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência (nível 1). No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns dos activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como derivados, instrumentos financeiros detidos para venda e activos biológicos ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam por exemplo curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado (nível 2). No caso dos instrumentos financeiros derivados, o Grupo utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Caixa e equivalentes de caixa, devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Outros investimentos financeiros

Os activos financeiros cotados encontram-se reflectidos no balanço ao seu justo valor. Os instrumentos de capital estão mensurados ao custo deduzidos de imparidade uma vez que não é possível determinar o justo valor com fiabilidade.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa esperados a serem pagos. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro actuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.8 Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os activos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de Dezembro, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados activos e líquidos à data de referência do balanço;
- Nível 2: o justo valor não é determinado com base em cotações de preço obtidas em mercados activos incluídos no nível 1, mas sim com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado activo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se os activos biológicos e os derivados over-the-counter contratados pelo Grupo, cujas avaliações são fornecidas pelas respectivas contrapartes;
- Nível 3: o justo valor não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se as propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes.

2018	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	11.676	-	-	11.676
Activos biológicos				
Activos biológicos consumíveis	5.188	-	5.188	-
Activos biológicos de produção	2.000	-	2.000	-
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de Negociação	33	-	33	-
Derivados de cobertura	26	-	26	-
Total de activos	18.923	-	7.247	11.676
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de Negociação	31	-	31	-
Derivados de cobertura	190	-	190	-
Total de passivos	221	-	221	-

2017	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	13.714	-	-	13.714
Activos biológicos				
Activos biológicos consumíveis	3.738	-	3.738	-
Activos biológicos de produção	1.760	-	1.760	-
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de Negociação	294	-	294	-
Derivados de cobertura	227	-	227	-
Total de activos	19.733	-	6.019	13.714
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de Negociação	269	-	269	-
Derivados de cobertura	2.536	-	2.536	-
Total de passivos	2.805	-	2.805	-

2.9 Instrumentos financeiros por categoria

	Activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados designados como instrumentos de cobertura	Activos financeiros ao custo amortizado	Outros activos financeiros	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total activos e passivos financeiros	Activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2018								
Activos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	545.988	-	-	545.988	-	545.988
Outros investimentos financeiros	-	-	-	1.321	-	1.321	-	1.321
Devedores, acréscimos e diferimentos	-	-	436.672	-	-	436.672	83.683	520.355
Instrumentos financeiros derivados	33	26	-	-	-	59	-	59
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	-	-	5.592.204	5.592.204
Total de activos	33	26	982.660	1.321	-	984.040	5.675.887	6.659.927
Passivos								
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	639.204	639.204	-	639.204
Instrumentos financeiros derivados	31	190	-	-	-	221	-	221
Credores, acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	3.493.499	3.493.499	301.686	3.795.185
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-	209.063	209.063
Total de passivos	31	190	-	-	4.132.703	4.132.924	510.749	4.643.673

Como o Grupo adoptou a nova norma IFRS 9 em 1 de Janeiro de 2018 sem reexpressão da informação comparativa, o quadro seguinte segue a classificação dos instrumentos financeiros aplicada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2017:

	Activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados designados como instrumentos de cobertura	Empréstimos e contas a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total activos e passivos financeiros	Activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2017								
Activos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	681.333	-	-	681.333	-	681.333
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1.417	-	1.417	-	1.417
Devedores, acréscimos e diferimentos	-	-	395.744	-	-	395.744	103.472	499.216
Instrumentos financeiros derivados	294	227	-	-	-	521	-	521
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	-	-	5.259.328	5.259.328
Total de activos	294	227	1.077.077	1.417	-	1.079.015	5.362.800	6.441.815
Passivos								
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	537.267	537.267	-	537.267
Instrumentos financeiros derivados	269	2.536	-	-	-	2.805	-	2.805
Credores, acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	3.409.641	3.409.641	253.431	3.663.072
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-	225.478	225.478
Total de passivos	269	2.536	-	-	3.946.908	3.949.713	478.909	4.428.622

3 Rédito de contratos com clientes e reporte por segmentos de actividade

3.1 Rédito de contratos com clientes

O Grupo opera principalmente na área da Distribuição Alimentar, com lojas em Portugal, Polónia e Colómbia. O rédito de contratos com clientes é reconhecido quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para os clientes considerando uma quantia que reflecte o montante que o Grupo espera ter direito a receber na troca por esses bens ou serviços.

Venda de bens

Na maioria das vendas de bens efectuadas pelo Grupo, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens ao cliente. Uma obrigação de desempenho corresponde a um compromisso de entregar bens ou serviços aos clientes que sejam distintos entre si.

Quando existem campanhas promocionais que oferecem aos clientes obrigações de desempenho que se vencem em momento futuro, o Grupo difere a parte do rédito relativa a essa obrigação futura, sendo este reconhecido em resultados apenas quando a obrigação futura é satisfeita ou expira.

O Grupo implementou ainda programas de fidelização através da utilização de cartão cliente. Para as vendas efectuadas com recurso ao cartão cliente, o Grupo estima o justo valor dos benefícios atribuídos aos clientes, sendo diferido o rédito até ao momento em que o benefício é satisfeito ou expira.

Algumas vendas a clientes incluem direitos relativos a descontos comerciais de volume. O Grupo reconhece o rédito da venda dos bens líquido da estimativa do desconto comercial que se espera que o cliente venha a atingir na totalidade do ano.

Activos com direito à devolução e responsabilidades com o direito à devolução

Nas vendas a clientes, o Grupo estima os bens que poderão ser devolvidos pelos clientes, sendo reconhecida: i. uma responsabilidade de devolução, representada pela obrigação de entregar ao cliente a quantia relativa aos bens devolvidos; e ii. um activo de devolução – com ajustamento do custo das vendas – pelo direito a receber os bens devolvidos pelo cliente.

Obrigações relativas a garantias

Na venda de bens, o Grupo presta as garantias em conjunto com os fornecedores, que decorrem da Lei, não vendendo extensões de garantias que devam ser reconhecidas como obrigação de desempenho separadas.

Actuação do Grupo como Principal ou Agente

O Grupo concluiu de forma genérica que actua como principal nos seus acordos de rédito, excepto para alguns serviços de agenciamento, dado que tipicamente controla os bens ou serviços antes destes serem transferidos para os clientes.

O Grupo opera em algumas lojas através de contratos de Mandato Comercial, celebrados com entidades terceiras, actuando o Grupo como principal, reconhecendo nessa medida a totalidade do rédito das vendas destas lojas.

Créditos comerciais a receber

Créditos comerciais a receber representam os direitos do Grupo a quantias que são incondicionais (apenas a passagem do tempo é requerida até que o pagamento do valor seja devido).

Activos e responsabilidades do contrato

Um activo do contrato é um direito a um valor em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente. Se o Grupo transferir bens ou serviços para um cliente antes do cliente pagar a quantia ou antes do pagamento ser devido, um activo do contrato é reconhecido pela quantia devida, que é condicional.

Uma responsabilidade do contrato é uma obrigação de transferir bens ou serviços para um cliente, para a qual o Grupo já recebeu a quantia (ou o valor já é devido) do cliente. Se o cliente pagar a quantia antes do Grupo lhe transferir os bens ou serviços, uma responsabilidade do contrato é reconhecida com a realização do pagamento ou o pagamento se torna devido (o que ocorrer primeiro). A responsabilidade do contrato é reconhecida como rédito quando o Grupo executa o contrato.

Serviços prestados e outros rendimentos

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço. Os proveitos relativos a descontos comerciais obtidos nas compras de mercadorias são reconhecidos à medida que as mesmas são vendidas, como dedução ao custo das mercadorias vendidas.

3.1.1 Saldos dos contratos comerciais

	2018
Créditos comerciais a receber (nota 13)	58.417
Responsabilidades em contratos com clientes (nota 20)	3.722
Responsabilidades com reembolsos a clientes (nota 20)	1.041

Créditos comerciais a receber não são sujeitos a juros e são geralmente concedidos com prazo entre 30 e 90 dias.

Não existem quantias reconhecidas relativas a Activos dos contratos.

As responsabilidades em contratos com clientes incluem o rédito diferido relacionado com obrigações de performance futura e as quantias recebidas relativas à venda de cartões presente a cliente, as quais vão ser reconhecidas apenas como rédito quando os cartões presente forem redimidos ou expirarem.

Responsabilidades com reembolsos a clientes estão relacionadas com descontos de volume retrospectivos, relativos a vendas que incluem descontos comerciais baseados em quantidades anuais adquiridas.

Não existem quantias reconhecidas relativas a activos com direito à devolução e responsabilidades com o direito à devolução, considerando que as devoluções de activos cuja responsabilidade é assumida directamente pelo Grupo não é material no contexto das Demonstrações Financeiras do Grupo.

3.2 Reporte por segmentos de actividade

Os segmentos operacionais são reportados consistentemente com o reporting interno que é produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão, nomeadamente à Direcção Executiva e ao Conselho de Administração. Com base nesse reporte, os Órgãos de Gestão avaliam o desempenho de cada segmento e procedem à alocação dos recursos disponíveis.

A Gestão efectua o acompanhamento do desempenho das suas operações numa perspectiva geográfica e de acordo com a natureza do negócio. Considerando esta última perspectiva, foram identificados os segmentos de Retalho Portugal, Cash & Carry Portugal e Retalho Polónia. Para além destes, existem ainda outros negócios, que, no entanto, pela sua reduzida materialidade, não são reportados isoladamente.

A Gestão avalia o desempenho dos segmentos com base na informação sobre resultados antes de juros e impostos (EBIT). Esta mensuração exclui os efeitos de outras perdas e ganhos operacionais (ver nota 4.1).

As transacções entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, conforme descrito na nota 25.1, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo no tratamento de transacções com entidades não relacionadas.

Os segmentos operacionais identificados foram:

- Retalho Portugal: inclui a unidade de negócio JMR (supermercados Pingo Doce);
- Cash & Carry Portugal: inclui a unidade de negócio por grosso do Recheio;
- Retalho Polónia: contém a unidade de negócio da insígnia Biedronka;
- Outros, eliminações e ajustamentos: inclui i. as unidades de negócio de menor materialidade (Cafetarias e lojas de chocolates, negócio Agro-Alimentar em Portugal, Retalho de Saúde e Beleza na Polónia e o negócio do Retalho na Colômbia); ii. as empresas que compõem a Holding do Grupo; e iii. os ajustamentos de consolidação do Grupo.

Informação detalhada referente aos segmentos operacionais em Dezembro de 2018 e 2017

	Retalho Portugal		Cash & Carry Portugal		Retalho Polónia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Vendas e prestação de serviços	4.269.640	4.060.684	980.590	945.166	11.691.177	11.074.700	395.301	195.600	17.336.708	16.276.150
Inter-segmentos	426.535	385.852	3.238	4.853	1.379	1.449	(431.152)	(392.154)	-	-
Clientes Externos	3.843.105	3.674.832	977.352	940.313	11.689.798	11.073.251	826.453	587.754	17.336.708	16.276.150
Cash flow operacional (EBITDA)	187.890	188.465	52.876	50.309	849.959	804.961	(130.899)	(121.735)	959.826	922.000
Depreciações e amortizações	(97.897)	(97.530)	(15.037)	(13.695)	(217.084)	(194.100)	(33.718)	(25.541)	(363.736)	(330.866)
Resultados antes de juros e impostos (EBIT)	89.993	90.935	37.839	36.614	632.875	610.861	(164.617)	(147.276)	596.090	591.134
Outras perdas e ganhos operacionais									(9.376)	(13.940)
Resultados financeiros									(24.924)	(12.377)
Imposto sobre o rendimento do exercício									(131.930)	(152.236)
Resultado líquido atribuível a JM									401.044	385.356
Total de activos	1.755.330	1.789.365	754.050	399.904	3.885.422	3.743.785	265.125	508.761	6.659.927	6.441.815
Total de passivos	1.272.571	1.335.184	735.172	389.210	2.805.321	2.762.900	(169.391)	(58.672)	4.643.673	4.428.622
Investimento em activos tangíveis e intangíveis	90.359	101.780	27.198	28.453	371.867	353.850	167.039	238.199	656.463	722.282

Reconciliação entre EBIT e resultados operacionais

	2018	2017
EBIT	596.090	591.134
Outras perdas e ganhos operacionais	(9.376)	(13.940)
Resultados operacionais	586.714	577.194

Activos financeiros com risco de crédito por segmento

O quadro abaixo apresenta a exposição do Grupo de acordo com os valores de balanço dos activos financeiros, caracterizados por segmentos operacionais.

	Retalho Portugal		Cash & Carry Portugal		Retalho Polónia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	39.587	71.587	22.625	23.096	422.585	460.053	61.191	126.597	545.988	681.333
Outros investimentos financeiros	183	279	1.133	1.133	-	-	5	5	1.321	1.417
Devedores, acréscimos e diferimentos	101.550	89.927	55.519	47.429	314.941	283.718	(35.338)	(25.330)	436.672	395.744
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	33	227	26	294	59	521
Total	141.320	161.793	79.277	71.658	737.559	743.998	25.884	101.566	984.040	1.079.015

Informação por geografia

No quadro abaixo são apresentadas as vendas e prestações de serviços e os activos não correntes por geografia:

	Vendas e prestações de serviços		Activos não correntes ⁽¹⁾	
	2018	2017	2018	2017
Portugal	4.838.804	4.629.877	1.646.092	1.609.587
Polónia	11.898.484	11.240.890	2.493.965	2.410.932
Colômbia	599.420	405.383	354.584	279.070
Total	17.336.708	16.276.150	4.494.641	4.299.589

(1) Incluem Activos fixos tangíveis, Activos intangíveis, Propriedades de investimento e Activos biológicos

4 Custos operacionais por natureza

Custos operacionais por natureza

Os custos operacionais por natureza incluem:

- custo das mercadorias vendidas, deduzido de rappel de fornecedores e descontos obtidos relacionados com a actividade comercial e com publicidade em loja. Inclui ainda as matérias-primas consumidas no fabrico de produtos pelas companhias;
- custos de distribuição relacionados com a actividade principal de retalho em loja, logística e armazenagem;
- custos administrativos, relativos às actividades de suporte nos escritórios;
- outras perdas e ganhos operacionais.

Outras perdas e ganhos operacionais

Incluem outras perdas e ganhos operacionais que pela sua materialidade ou natureza possam distorcer o desempenho financeiro do Grupo, bem como a sua comparabilidade, sendo por isso apresentados em linha separada da Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções. Estas perdas ou ganhos são excluídas dos indicadores de desempenho operacional adoptados pela Gestão.

	2018	2017
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	13.569.503	12.798.905
Variacão de produção	(19.998)	(4.430)
Descontos pronto pagamento líquidos e juros pagos a fornecedores	(27.340)	(23.621)
Comissões sobre meios de pagamento electrónicos	32.957	28.962
Outros custos suplementares	4.650	3.078
Fornecimentos e serviços externos	634.639	594.822
Publicidade	111.799	114.748
Rendas e alugueres	390.262	359.515
Custos com pessoal	1.470.027	1.306.131
Depreciações e amortizações	363.736	330.910
Ganhos/perdas com activos tangíveis e intangíveis	3.897	10.028
Custos de transporte	187.649	169.046
Outras naturezas de ganhos e perdas	28.213	10.862
Total	16.749.994	15.698.956

4.1 Outras perdas e ganhos operacionais

Os custos operacionais por natureza incluem as seguintes outras perdas e ganhos operacionais consideradas materiais, as quais são excluídas dos indicadores de desempenho do Grupo por forma a permitir uma maior comparabilidade entre os vários períodos:

	2018	2017
Custos com programas de reestruturação organizacional	(7.936)	(7.442)
Write-off de activos e ganhos/perdas na alienação de activos fixos	(3.562)	(3.836)
Alterações aos planos de benefícios de empregados e pressupostos actuariais	2.122	338
Donativos para mecenato educacional	-	(3.000)
Total	(9.376)	(13.940)

5 Empregados

5.1 Custos com pessoal

	2018	2017
Ordenados e salários	1.116.591	1.002.167
Segurança Social	231.529	208.443
Benefícios de empregados (nota 5.2)	7.096	7.998
Outros custos com pessoal	114.811	87.523
Total	1.470.027	1.306.131

Os outros custos com pessoal englobam, entre outros, seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação, contratações ocasionais e indemnizações.

O número médio de empregados do Grupo ao longo do ano foi de 105.514 (2017: 98.729).

O número de empregados no final do ano foi de 108.560 (2017: 104.203).

5.2 Benefícios dos empregados

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais o Grupo efectua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração fixa e variável auferida pelos empregados incluídos no plano, a qual se encontra definida no Regulamento do mesmo e que varia apenas em função da antiguidade dos seus beneficiários.

O Grupo incentiva os seus empregados a participar na sua própria reforma. Assim sendo, os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas pelo Grupo sobre as mesmas.

As contribuições do Grupo para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais o Grupo garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respectivas responsabilidades asseguradas directamente pelo Grupo.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por actuários independentes, usando o método das rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de juro de obrigações corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos actuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração de resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas actuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e nas alterações de pressupostos actuariais são debitados ou creditados nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefícios definidos atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Outros benefícios

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em algumas empresas do Grupo engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo actuarial, efectuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas actuariais).

Valores reflectidos em balanço na rubrica de benefícios concedidos a empregados:

	2018	2017
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	18.146	19.707
Prémios de antiguidade	46.923	46.775
Total	65.069	66.482

Valores reflectidos na demonstração dos resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações reflectidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2018	2017	2018	2017
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	735	697	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	245	264	(224)	1.385
Prémios de antiguidade	6.116	7.037	-	-
Total	7.096	7.998	(224)	1.385

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no activo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Saldo em 1 de Janeiro	-	-	19.707	19.636	46.775	42.187
Custos com juros	-	-	245	264	1.110	1.030
Custos dos serviços correntes	735	697	-	-	7.128	6.414
(Ganhos)/perdas actuariais						
Alterações em pressupostos demográficos	-	-	-	-	316	12
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	(144)	922	(2.658)	1.011
Alterações de experiência	-	-	(80)	463	220	(1.430)
Contribuições ou reformas pagas	(735)	(697)	(1.582)	(1.578)	(5.344)	(3.550)
Diferenças de conversão cambial	-	-	-	-	(624)	1.101
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	18.146	19.707	46.923	46.775

Pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	Portugal		Polónia	
	2018	2017	2018	2017
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	GUS 2015	GUS 2015
Taxa de desconto	1,40%	1,30%	2,80%	3,10%
Taxa de crescimento das pensões e dos salários	3,00%	3,00%	3% - 4%	4% - 6%

Os pressupostos de mortalidade utilizados correspondem aos usualmente adoptados em Portugal e na Polónia, tendo sido baseados em aconselhamento dos actuários e de acordo com estatísticas publicadas e a experiência de cada geografia. A análise de sensibilidade aos pressupostos está descrita na nota 2.6.

Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos 10 anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	1.427	5.038	4.477
Prémios de antiguidade	2.598	20.287	38.829
Total	4.025	25.325	43.306

6 Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, dividendos, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de activos financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados e, custos e proveitos com operações de financiamento. Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

Dividendos a receber

Os dividendos a receber são reconhecidos como proveitos quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

	2018	2017
Juros suportados	(21.745)	(15.157)
Juros obtidos	2.113	3.512
Dividendos	46	79
Diferenças de câmbio	(969)	3.923
Outras perdas e ganhos financeiros	(4.407)	(4.078)
Justo valor de investimentos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos financeiros derivados (nota 11)	(150)	(445)
Total	(25.112)	(12.166)

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado, bem como os juros de derivados de cobertura de justo valor e de cobertura de fluxos de caixa (nota 11).

Os outros custos e proveitos financeiros incluem, entre outros, custos com a emissão de dívida do Grupo, reconhecida em resultados através do método da taxa de juro efectiva.

7 Imposto reconhecido na demonstração dos resultados

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevadas em outros rendimentos integrais ou directamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre o Goodwill e sobre as diferenças de reconhecimento inicial de um activo e passivo quando não são afectados, nem o resultado contabilístico, nem o fiscal.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual o Grupo estima, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que é esperado vigorar no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

Para todas as transacções que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal e para todos os processos de contencioso fiscal, procede-se a uma avaliação da probabilidade de desfecho, constituindo-se provisões para os montantes que se estima possam representar desembolsos futuros (sempre a probabilidade de ocorrência seja superior a 50%), ou, procedendo-se ao seu pagamento, sempre que se entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo.

7.1 Imposto sobre rendimento do exercício

	2018	2017
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	(145.757)	(165.818)
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	(1.937)	762
	(147.694)	(165.056)
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	4.531	24.989
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	91	(494)
	4.622	24.495
Outros ganhos/perdas relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas ao contencioso fiscal	11.142	(11.675)
	11.142	(11.675)
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	(131.930)	(152.236)

Os outros ganhos relativos a impostos registados em 2018 incluem os juros de mora e compensatórios recebidos relativos a processos de contencioso decididos a favor do Grupo.

À semelhança dos anos anteriores foram reavaliados em detalhe todos os processos de contencioso fiscal. Atendendo às decisões entretanto proferidas pelos Tribunais em processos equivalentes ou respeitantes à mesma matéria de facto, procedeu-se, em 2018, a uma redução das provisões, no montante de m EUR 6.826.

7.2 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2018		2017	
Resultados antes de imposto		561.790		564.817
Imposto calculado à taxa aplicável em Portugal	22,5%	(126.403)	22,5%	(127.084)
Efeito fiscal gerado por:				
Diferença de taxa de imposto aplicável noutros países	(5,8%)	32.662	(6,1%)	34.452
Resultados não tributados ou não recuperáveis	7,0%	(39.381)	7,2%	(40.769)
Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	(2,0%)	11.142	2,1%	(11.675)
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	0,6%	(3.347)	0,3%	(1.526)
Correcção da estimativa de anos anteriores	0,3%	(1.937)	(0,1%)	762
Equivalência patrimonial	(0,0%)	42	-	-
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	(0,1%)	626	(0,0%)	58
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação	0,9%	(5.334)	1,1%	(6.454)
Imposto sobre o rendimento do exercício	23,5%	(131.930)	27,0%	(152.236)

Em 2018 e 2017, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 9% para lucros fiscais superiores a m EUR 1.500, m EUR 7.500 e m EUR 35.000, respectivamente (em 2017, a taxa de derrama estadual era de 7% para lucros fiscais superiores a m EUR 35.000).

Na Polónia, para 2018 e 2017, a taxa de imposto sobre o rendimento aplicada aos lucros fiscais foi de 19%.

Na Colômbia, a taxa de imposto sobre o rendimento foi de 33% em 2018 (34% em 2017). Não havendo resultados fiscais positivos, é aplicada uma taxa de imposto de 3% sobre o valor do património líquido, nos termos do acordo de estabilidade fiscal celebrado.

7.3 Impostos diferidos activos e passivos

	2018	2017
Saldo inicial	34.446	10.014
Diferenças de conversão cambial	141	(275)
Reavaliações e reservas	4	212
Resultado do exercício (nota 7.1)	4.622	24.495
Saldo final	39.213	34.446

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	2018	2017
Impostos diferidos activos	114.840	106.025
Impostos diferidos passivos	(75.627)	(71.579)
	39.213	34.446

2018	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos activos					
Provisões além dos limites legais	59.209	12.577	(12)	(1.649)	70.125
Actualização de activos para o justo valor	4.979	(64)	-	-	4.915
Benefícios concedidos a empregados	10.123	(297)	(50)	-	9.776
Outras diferenças temporárias	31.714	(1.611)	12	(91)	30.024
	106.025	10.605	(50)	(1.740)	114.840
Impostos diferidos passivos					
Actualização de activos para o justo valor	653	(119)	-	-	534
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	55.591	7.258	-	(1.515)	61.334
Diferenças de critérios contabilísticos em outros países	12.682	-	-	(367)	12.315
Instrumentos de cobertura	43	-	(54)	(1)	(12)
Outras diferenças temporárias	2.610	(1.156)	-	2	1.456
	71.579	5.983	(54)	(1.881)	75.627
Variação líquida de imposto diferido	34.446	4.622	4	141	39.213
2017					
	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos activos					
Provisões além dos limites legais	48.083	8.558	-	2.568	59.209
Actualização de activos para o justo valor	4.934	45	-	-	4.979
Benefícios concedidos a empregados	9.504	307	312	-	10.123
Outras diferenças temporárias	7.235	24.296	-	183	31.714
	69.756	33.206	312	2.751	106.025
Impostos diferidos passivos					
Actualização de activos para o justo valor	663	(10)	-	-	653
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	44.518	8.715	-	2.358	55.591
Diferenças de critérios contabilísticos em outros países	12.011	-	-	671	12.682
Instrumentos de cobertura	(56)	-	100	(1)	43
Outras diferenças temporárias	2.606	6	-	(2)	2.610
	59.742	8.711	100	3.026	71.579
Variação líquida de imposto diferido	10.014	24.495	212	(275)	34.446

7.4 Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais de sociedades nas quais não se estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. O montante de imposto diferido activo que não foi reconhecido é apresentado no quadro seguinte:

Limite de reporte de prejuízos fiscais	Imposto	
	2018	2017
2018	-	3.231
2019	4.857	5.006
2020	6.785	7.050
2021	6.762	6.905
2022	5.356	3.123
2023 ou posterior	109.177	84.192
Total	132.937	109.507

8 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja directamente atribuível à aquisição do activo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem. O custo com grandes reparações e remodelações de lojas é incluído no valor contabilístico do activo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos adicionais. Aquando da sua capitalização, a vida útil estimada do activo tem em consideração as características da remodelação. Se a loja estiver arrendada, a vida útil não irá exceder o período do contrato de arrendamento.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Terrenos	Não depreciados
Edifícios e outras construções	2-4
Equipamento básico	10-20
Equipamento de transporte	12,5-25
Equipamento administrativo	10-25

As vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas se necessário, à data do balanço. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção do Grupo utilizar os activos até ao final da sua vida económica.

8.1 Movimentos ocorridos no exercício

2018	Terrenos e recursos naturais *	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte e outros	Activos em curso e adiantamentos	Total
Custo						
Saldo Inicial	495.017	3.227.785	1.715.787	254.097	410.306	6.102.992
Diferenças cambiais	(7.994)	(67.560)	(30.277)	(5.148)	(8.081)	(119.060)
Aumentos	12.331	356.046	315.904	32.837	(70.357)	646.761
Alienações e abates	-	(13.566)	(68.495)	(6.179)	(898)	(89.138)
Transferências e reclassificações	15.482	110.270	35.892	25.024	(184.963)	1.705
Saldo final	514.836	3.612.975	1.968.811	300.631	146.007	6.543.260
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	1.249.282	1.183.793	195.082	-	2.628.157
Diferenças cambiais	-	(20.069)	(15.705)	(3.104)	-	(38.878)
Aumentos	-	162.095	163.640	24.533	-	350.268
Alienações e abates	-	(14.340)	(63.956)	(6.051)	-	(84.347)
Transferências e reclassificações	-	56	(1.592)	1.531	-	(5)
Perdas por imparidade	-	435	546	31	-	1.012
Saldo final	-	1.377.459	1.266.726	212.022	-	2.856.207
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2018	495.017	1.978.503	531.994	59.015	410.306	3.474.835
Em 31 de Dezembro de 2018	514.836	2.235.516	702.085	88.609	146.007	3.687.053

*O saldo inicial de terrenos e recursos naturais é apresentado líquido de imparidades

2017	Terrenos e recursos naturais *	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte e outros	Activos em curso e adiantamentos	Total
Custo						
Saldo Inicial	446.754	2.833.353	1.571.798	232.671	289.153	5.373.729
Diferenças cambiais	12.325	73.243	35.753	4.794	54	126.169
Aumentos	29.510	248.090	161.449	16.815	253.351	709.215
Alienações e abates	(44)	(24.287)	(71.699)	(6.914)	(1.991)	(104.935)
Transferências e reclassificações	6.472	97.386	18.486	6.731	(130.261)	(1.186)
Saldo final	495.017	3.227.785	1.715.787	254.097	410.306	6.102.992
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	1.091.934	1.081.465	176.970	-	2.350.369
Diferenças cambiais	-	27.953	22.354	3.895	-	54.202
Aumentos	-	149.476	146.473	21.621	-	317.570
Alienações e abates	-	(19.758)	(66.731)	(6.826)	-	(93.315)
Transferências e reclassificações	-	(323)	232	(578)	-	(669)
Saldo final	-	1.249.282	1.183.793	195.082	-	2.628.157
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2017	446.754	1.741.419	490.333	55.701	289.153	3.023.360
Em 31 de Dezembro de 2017	495.017	1.978.503	531.994	59.015	410.306	3.474.835

*O saldo inicial de terrenos e recursos naturais é apresentado líquido de imparidades

Os aumentos de activos fixos tangíveis correspondem aos investimentos do Grupo em expansão de novas lojas e centros de distribuição, e em remodelações do parque de lojas existente. O programa de investimentos encontra-se melhor detalhado no Relatório Consolidado de Gestão.

As perdas por imparidade registadas em 2018 (m EUR 1.012), encontram-se reflectidas na linha da Demonstração dos resultados "Outros custos e perdas operacionais". Na nota 4.1 está incluído na linha de "Write-off de activos e ganho/perdas na alienação de activos fixos".

Não existem encargos financeiros capitalizados no valor dos activos fixos tangíveis.

8.2 Garantias

Não foram dados quaisquer activos tangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

8.3 Activos fixos tangíveis em curso

Estão considerados em activos tangíveis em curso essencialmente valores referentes à construção e remodelação de lojas e de centros de distribuição.

8.4 Testes de imparidade

Conforme referido na nota 2.5.1, o Grupo analisa à data de cada balanço se existem indicadores de eventuais perdas por imparidade em activos fixos tangíveis.

Havendo indicadores de eventuais perdas por imparidade num activo ou unidade geradora de caixa, o Grupo calcula o seu valor de uso de acordo com o método de *Discounted Cash Flow* (DCF).

Os valores de uso são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, sendo elaboradas projecções, a cinco anos, de *cash flows* futuros para cada um dos activos ou unidades geradoras de caixa, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Essas estimativas são elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

Áreas de Negócio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Retalho Portugal	8,3% (2017: 8,3%)	1% (2017:1%)
Cash & Carry Portugal	8,3% (2017: 8,3%)	1% (2017:1%)
Retalho Polónia	8,5% (2017: 8,5%)	1,5% (2017:1,5%)
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	10,1% (2017: 10,1%)	1,5% (2017:1,5%)
Retalho Especializado Portugal	8,3% a 10,5% (2017: 8,3% a 10,5%)	1,7% (2017:1%)
Retalho Colômbia	11,7% (2017: 11,7%)	1,5% (2017:1,5%)

A taxa de desconto adoptada corresponde ao custo médio ponderado do capital (WACC) estimado para cada um dos segmentos operacionais das diferentes geografias.

As taxas de crescimento na perpetuidade foram consideradas 1% para mercados maduros como é o caso de Portugal, e de 1,5% para o mercado Polaco e Colombiano, onde ainda é considerado existir um potencial de crescimento.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio.

9 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade (nota 2.5).

Os custos associados a *Goodwill* e Marcas Próprias gerados internamente são registados na conta de resultados à medida que são incorridos.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas incluem custos de materiais utilizados e de mão-de-obra directa.

As licenças de software de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esses custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Outros activos intangíveis

Despesas na aquisição de *trespasses*, marcas, patentes e licenças são capitalizadas sempre que se estime a obtenção de benefícios económicos futuros e seja expectável a sua utilização pelo Grupo.

Activos intangíveis de vida útil indefinida

A marca Pingo Doce, para além do Goodwill, é o único activo intangível de vida útil indefinida, para o qual não existe um limite temporal a partir do qual se espere que deixe de gerar benefícios económicos para o Grupo. O Goodwill e os activos intangíveis com vida útil indefinida são testados para efeitos de imparidade à data do balanço e sempre que um determinado evento ou circunstância indique que o seu valor contabilístico possa não ser recuperável.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos activos intangíveis, excepto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Software de computador	33,33
Trespases	5-6,66

Sempre que considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço.

9.1 Movimentos ocorridos no exercício

2018	Goodwill	Despesas de desenvolv.	Software e prop. industrial e out. direitos	Trespases	Activos em curso	Total
Custo						
Saldo Inicial	646.632	37.014	126.807	139.055	10.549	960.057
Diferenças cambiais	(9.146)	(751)	(3.129)	(2.776)	(141)	(15.943)
Aumentos	-	2.270	2.077	2.332	3.023	9.702
Alienações e abates	-	-	(13)	(559)	-	(572)
Transferências e reclassificações	-	3.193	1.021	55	(5.974)	(1.705)
Saldo final	637.486	41.726	126.763	138.107	7.457	951.539
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	32.297	20.906	95.814	-	149.017
Diferenças cambiais	-	(675)	(371)	(1.877)	-	(2.923)
Aumentos	-	2.539	2.756	8.173	-	13.468
Alienações e abates	-	-	(2)	(549)	-	(551)
Transferências e reclassificações	-	-	5	-	-	5
Perdas por imparidade	-	-	-	9	-	9
Saldo final	-	34.161	23.294	101.570	-	159.025
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2018	646.632	4.717	105.901	43.241	10.549	811.040
Em 31 de Dezembro de 2018	637.486	7.565	103.469	36.537	7.457	792.514

2017	Goodwill	Despesas de desenvolv.	Software e prop. industrial e out. direitos	Trespases	Activos em curso	Total
Custo						
Saldo Inicial	629.902	32.416	119.102	132.789	4.684	918.893
Diferenças cambiais	16.730	1.293	5.483	4.956	227	28.689
Aumentos	-	2.414	1.634	2.323	6.696	13.067
Alienações e abates	-	-	-	(981)	(103)	(1.084)
Transferências e reclassificações	-	891	588	(32)	(955)	492
Saldo final	646.632	37.014	126.807	139.055	10.549	960.057
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	29.285	17.488	85.137	-	131.910
Diferenças cambiais	-	1.196	465	3.084	-	4.745
Aumentos	-	1.816	2.953	8.571	-	13.340
Alienações e abates	-	-	-	(953)	-	(953)
Transferências e reclassificações	-	-	-	(25)	-	(25)
Saldo final	-	32.297	20.906	95.814	-	149.017
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2017	629.902	3.131	101.614	47.652	4.684	786.983
Em 31 de Dezembro de 2017	646.632	4.717	105.901	43.241	10.549	811.040

O Grupo identificou como activos intangíveis de vida útil indefinida, para além do Goodwill, a marca Pingo Doce, com valor líquido de m EUR 9.228.

As despesas de desenvolvimento são relativas à implementação de sistemas de informação.

9.2 Garantias

Não foram dados quaisquer activos intangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

9.3 Activos intangíveis em curso

Estão considerados em activos intangíveis em curso valores referentes à implementação de projectos de simplificação de processos, direitos de usufruto e trespases.

9.4 Testes de imparidade do Goodwill e outros intangíveis

O Grupo tem o Goodwill alocado por cada área de negócio, sendo este composto da seguinte forma:

Áreas de Negócio	2018	2017
Retalho Portugal	246.519	246.519
Cash & Carry Portugal	83.836	83.836
Retalho Polónia	298.112	306.989
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9.019	9.288
Total	637.486	646.632

Como consequência da conversão cambial dos activos dos negócios da Polónia:

- o Goodwill afecto ao negócio da Polónia (Biedronka), no montante de m PLN 1.282.278, sofreu uma actualização no valor de m EUR 8.877 negativos;
- o Goodwill afecto ao negócio do Retalho de Saúde e Beleza na Polónia (Hebe), no montante de m PLN 38.796, sofreu uma actualização no valor de m EUR 269 negativos.

As unidades geradoras de caixa utilizadas na realização dos testes de imparidade do Goodwill, correspondem aos segmentos de negócio, sendo esse o mais baixo nível pelo qual o Goodwill é monitorizado pela Gestão.

Em 2018 foram efectuadas avaliações com base no valor de uso calculado de acordo com o método de DCF, que sustentam a recuperabilidade do valor de Goodwill.

Os valores das avaliações são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, tendo sido elaboradas projecções, a cinco anos, de cash flow futuros para cada um dos negócios, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração, elaboradas com base na performance histórica de cada unidade de negócio, incorporando os impactos esperados dos seus planos de investimento, ponderados pelos riscos a que os negócios se encontram expostos.

A marca Pingo Doce não está a ser amortizada sendo sujeita anualmente a testes de imparidade, com os mesmos pressupostos que são utilizados para o Goodwill. O mesmo se aplica para os activos intangíveis em curso.

Estas avaliações foram elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

Áreas de Negócio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Retalho Portugal	8,3% (2017: 8,3%)	1% (2017:1%)
Cash & Carry Portugal	8,3% (2017: 8,3%)	1% (2017:1%)
Retalho Polónia	8,5% (2017: 8,5%)	1,5% (2017:1,5%)
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	10,1% (2017: 10,1%)	1,5% (2017:1,5%)

A taxa de desconto adoptada corresponde ao WACC estimado para cada uma das áreas de negócio das diferentes geografias.

As taxas de crescimento na perpetuidade foram consideradas, de 1% para mercados maduros como é o caso de Portugal, e de 1,5% para o mercado Polaco, onde ainda é considerado existir um potencial de crescimento.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio de acordo com os seus planos de negócio futuros.

A nota 2.6 apresenta a informação relativa à análise de sensibilidade aos testes de imparidade ao Goodwill.

10 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de activos desta natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transaccionar o activo.

A metodologia adoptada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o activo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transaccionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transacções conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infra-estruturas existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transacções ocorridas, é utilizado o método de rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor actual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma yield que reflecte o risco de mercado em que o activo se insere, assim como as características do próprio activo objecto de avaliação. Assim, os pressupostos utilizados na avaliação de cada activo variam de acordo com a sua localização e características técnicas tendo sido utilizada em média uma yield entre 8% e 9%.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos/perdas em outros investimentos, na medida em que se trata de activos detidos para valorização.

Sempre que, por alteração do uso dos activos fixos tangíveis, estes sejam transferidos para a rubrica propriedades de investimento, os activos são mensurados ao justo valor e qualquer excesso apurado face ao valor contabilístico é registado como excedente de revalorização. Os ganhos e perdas subsequentes de revalorização (justo valor) são registados em resultados, de acordo com a IAS 40.

Se uma propriedade de investimento passar a ser utilizada nas actividades operacionais do Grupo, a mesma é transferida para activos fixos tangíveis e o justo valor à data da transferência passa a ser o seu custo de aquisição para efeitos contabilísticos.

	2018	2017
Saldo Inicial	13.714	13.952
Variações de justo valor	(38)	(238)
Alienações	(2.000)	-
Saldo Final	11.676	13.714

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios inicialmente adquiridos para uso nas operações do Grupo e outros que foram efectivamente utilizados nessas operações durante um certo período de tempo, mas que se tornaram redundantes por não ser possível neles construir unidades geradoras de caixa, ou por se tornarem desnecessários para as operações devido a reestruturações das mesmas.

Encontram-se ainda nesta categoria terrenos adquiridos recentemente cujo destino ainda não foi definido, sendo que nestes termos se encontram para valorização.

Estão considerados como activos não correntes todos os activos para os quais não é expectável a sua alienação no período inferior a 12 meses.

Em 2018, o montante de rendimentos obtidos com propriedades de investimento ascendeu a m EUR 74 (m EUR 74 em 2017), tendo sido reconhecidos custos no montante de m EUR 28 (m EUR 29 em 2017).

11 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o único objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposto. De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo não utiliza derivados para especulação.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados directamente na demonstração dos resultados, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxo de caixa e cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras, cuja variação do justo valor é registada em capitais próprios, em outros rendimentos integrais. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Derivados não designados como instrumentos de cobertura

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IFRS 9. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

No início da relação de cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura e o objectivo da gestão dos riscos e a estratégia para realização da cobertura. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item coberto, a natureza dos riscos que estão a ser cobertos e como o Grupo irá medir se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de eficácia da cobertura. A relação de cobertura apenas qualifica para efeitos de contabilidade de cobertura se cumprir com todos os requisitos de eficácia seguintes:

- (i) Existe uma “relação económica” entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- (ii) O efeito do risco do crédito não “domina as alterações do valor” que resultam dessa relação económica;
- (iii) O rácio de cobertura da relação de cobertura é a mesma que resulta da quantidade do item coberto que o Grupo efectivamente cobre e a quantidade de instrumento de cobertura que o Grupo efectivamente usa para cobrir essa quantidade de item coberto.

As coberturas que cumprirem com todos os critérios de enquadramento para contabilidade de cobertura são registados conforme descrito abaixo:

Risco de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados. Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira existente de derivados, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais, na reserva de cobertura de fluxos de caixa. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afectam os resultados (por exemplo, quando uma transacção ou evento previsto que foi coberto se realiza). No entanto, tratando-se de uma cobertura de uma transacção futura que resulta no reconhecimento de um activo não financeiro (por exemplo: Existências), os ganhos ou perdas previamente diferidos em capital próprio são transferidos e incluídos na valorização inicial do activo.

Os ganhos ou perdas relacionados com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados.

Risco de taxa de câmbio (cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras)

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamento em moeda local sempre que as condições de mercado (nomeadamente o nível das taxas de juro) o aconselhem.

A flutuação cambial associada a empréstimos em moeda estrangeira contraídos com o objectivo de cobertura de um investimento numa operação estrangeira é reconhecida directamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais em outros rendimentos integrais (nota 2.2).

Os swaps cambiais contratados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras que qualifiquem como instrumentos de cobertura são registados no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos swaps cambiais são reconhecidas directamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais (nota 2.2). Os ganhos e perdas acumulados em outros rendimentos integrais são transferidos para resultados do exercício quando as entidades estrangeiras são alienadas.

	Notional	2018				Notional	2017			
		Activo		Passivo			Activo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de negociação										
Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/EUR)	68 milhões EUR	33	-	31	-	28 milhões EUR	-	-	269	-
Forwards cambiais - empréstimos intercompanhias (PLN/EUR)	-	-	-	-	-	75 milhões EUR	294	-	-	-
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa										
Swap taxa de juro (PLN)	177 milhões PLN	-	-	-	62	189 milhões PLN	-	227	-	-
Derivados designados como cobertura de investimentos em operações estrangeiras										
Forwards cambiais (PLN)	567 milhões PLN	26	-	128	-	600 milhões PLN	-	-	2.536	-
Total de derivados de negociação		33	-	31	-		294	-	269	-
Total de derivados designados como cobertura		26	-	128	62		-	227	2.536	-
Total de derivados activos/passivos		59	-	159	62		294	227	2.805	-

Em Dezembro de 2018, estão incluídos nos valores apresentados os juros a receber ou a pagar vencidos até à data relativos a estes instrumentos financeiros no montante líquido a pagar de m EUR 0 (2017: m EUR 0).

Instrumentos financeiros derivados de negociação

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição inerente à compra de mercadorias em moeda estrangeira. Para esse efeito, o Grupo contratou em 2018 forwards cambiais em zlotys, com vencimentos no primeiro trimestre de 2019, com um notional de m EUR 67.600.

O Grupo procedeu ainda à cobertura económica do risco cambial de empréstimos concedidos a subsidiárias em moeda estrangeira. Para esse efeito, o Grupo contratou em 2017 forwards cambiais em zlotys, com vencimentos no primeiro trimestre de 2018, com um notional de m EUR 75.038.

Cobertura de fluxos de caixa

Swaps de taxa de juro

O Grupo procede à fixação de uma parte dos pagamentos futuros de juros de empréstimos, através da contratação de swaps de taxa de juro. O risco coberto é o indexante da taxa variável associada aos empréstimos. O objectivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa. O risco de crédito do empréstimo não se encontra coberto. No entanto, a avaliação efectuada ao risco de crédito da JMH e a sua incorporação no justo valor dos instrumentos financeiros derivados registados em balanço resultaria num impacto imaterial a 31 de Dezembro de 2018 e 2017. Estão contratados swaps de taxa de juro em zlotys.

Em resumo:

	Moeda	Montante financiamento	Montante coberto	Indextante coberto	Revisão de taxa	Maturidade financiamento e cobertura
JMNK/2020	PLN	354.868	177.434	Wibor 3 meses	Março	Junho 2020

Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição ao zloty. Para esse efeito, o Grupo contratou forwards cambiais, com vencimento em Abril de 2019.

Reflexos nas Demonstrações Financeiras

	2018	2017
Justo valor dos instrumentos financeiros em 1 de Janeiro	(2.284)	667
(Recebimentos) /pagamentos efectuados no exercício	(971)	13.575
Variação do justo valor de derivados de negociação (resultados)	(150)	(445)
Variação do justo valor de derivados de negociação (diferenças cambiais)	(1)	-
Variação do justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa (outras reservas)	(285)	527
Variação do justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa (diferenças cambiais)	(4)	(7)
Variação do justo valor de derivados de cobertura de invest. líquidos em entidades estrang. (reservas cambiais)	3.589	(16.550)
Custo com juros de derivados de cobertura (resultados)	(56)	(51)
Justo valor dos instrumentos financeiros em 31 de Dezembro	(162)	(2.284)

12 Existências

As existências são valorizadas ao menor, entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal das actividades, deduzido dos custos directamente associados à venda.

A sua valorização segue em geral o último preço de aquisição, sendo o método de custeio utilizado no registo das saídas de inventário o FIFO (*First In, First Out*).

Os produtos acabados e em vias de fabrico incluem na sua valorização as matérias-primas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

	2018	2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.855	5.847
Mercadorias	1.017.590	883.667
Produtos acabados e intermédios	2.945	435
	1.028.390	889.949
Ajustamento para o valor de realização	(57.737)	(48.384)
Existências líquidas	970.653	841.565

Ajustamentos em existências para o valor de realização:

	2018	2017
Saldo em 1 de Janeiro	(48.384)	(36.167)
Constituição, reforço e transferências	(10.330)	(10.994)
Redução e reversões	35	2
Diferença cambial	942	(1.225)
Saldo em 31 de Dezembro	(57.737)	(48.384)

Não foram consignadas existências como garantia no cumprimento de obrigações contratuais.

13 Devedores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de clientes e devedores são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pelo Grupo no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, deduzidos de perdas por imparidade (notas 2.4.1 e 2.5).

	2018	2017
Não correntes		
Outros devedores	63.522	74.664
Depósitos colaterais associados a dívida financeira	19.367	34.367
Custos diferidos	1.824	2.352
Total	84.713	111.383
Correntes		
Clientes comerciais	58.417	56.424
Outros devedores	128.523	122.316
Outros impostos a recuperar	7.945	16.019
Acréscimos de proveitos e custos diferidos	240.757	193.074
Total	435.642	387.833

Do total da rubrica de outros devedores não correntes, m EUR 61.904 (m EUR 73.544 em 2017) respeitam a liquidações adicionais de imposto, bem como adiantamentos por conta de imposto, cujo reembolso foi já solicitado (nota 24).

O Grupo detém depósitos remunerados junto de instituições financeiras, no montante de m EUR 19.367 (m EUR 34.367 em 2017), com disponibilidade limitada sujeita a condições específicas, estando a ser usados como garantia colateral em empréstimos financeiros à subsidiária Jerónimo Martins Colombia, SAS. Estes depósitos serão libertados aquando do reembolso dos empréstimos.

Os acréscimos de proveitos correspondem essencialmente ao reconhecimento de proveitos suplementares contratados com fornecedores, no montante de m EUR 229.383 (m EUR 182.494 em 2017).

A rubrica de custos diferidos é composta por m EUR 6.169 de rendas pagas antecipadamente, m EUR 933 de custos com seguros e m EUR 5.115 de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2018, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

Devedores correntes com valores vencidos são sujeitos a uma análise de probabilidade de perdas futuras, com base em informação histórica, atendendo à natureza da relação comercial estabelecida, bem como às garantias reais e seguros de crédito existentes, sendo reconhecidos reforços/reversões dos ajustamentos para perdas por imparidade quando tal se justifique (ver nota 29.2.1).

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

	2018	2017
Saldos devedores não considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	25.965	26.789
Vencidos há mais de 3 meses	7.835	17.622
Total	33.800	44.411
Saldos devedores considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	731	1.100
Vencidos há mais de 3 meses	14.168	17.670
Total	14.899	18.770

Dos valores vencidos a receber sem imparidade acima mencionados, m EUR 1.190 (2017: m EUR 1.368) encontram-se cobertos por garantias e seguros de crédito.

Os movimentos na imparidade registada para saldos devedores foram os seguintes:

	2018	2017
Saldo em 1 de Janeiro	24.195	23.714
Constituição, reforço e transferências	2.214	2.286
Redução e reversões	(4.324)	(1.968)
Diferença cambial	(276)	471
Utilização	(1.698)	(308)
Saldo em 31 de Dezembro	20.111	24.195

As perdas e reversões por imparidade relativas a outros devedores encontram-se incluídas na nota 4 - Custos operacionais por natureza, nas rubricas de "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas" no que diz respeito a disputas comerciais com fornecedores, no montante de m EUR 2.166 (2017: m EUR (1.517)), e na rubrica de "Outras naturezas de ganhos e perdas" quando relativas a clientes e outros devedores, no montante de m EUR (56) (2017: m EUR 1.199).

14 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior. No balanço do Grupo, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	2018	2017
Depósitos à ordem	394.279	460.235
Aplicações de tesouraria	147.870	217.199
Caixa e equivalentes de caixa	3.839	3.899
Total	545.988	681.333

Os depósitos à ordem correspondem a valores em bancos para fazer face a necessidades correntes de tesouraria bem como a recebimentos de clientes em trânsito.

As aplicações de tesouraria correspondem a depósitos de curto prazo aplicados em instituições financeiras.

Os ratings associados aos depósitos à ordem e aplicações de tesouraria encontram-se detalhados na nota 29.2.1.

15 Caixa gerada pelas operações

	2018	2017
Resultados líquidos	401.044	385.356
Ajustamentos para:		
Interesses que não controlam	28.816	27.225
Impostos	131.930	152.236
Depreciações e amortizações	363.736	330.910
Provisões e outros custos e proveitos operacionais	16.251	13.003
Custos financeiros líquidos	25.112	12.166
Ganhos/perdas em empresas associadas	(188)	13
Ganhos/perdas em outros investimentos	-	198
Ganhos/perdas em activos fixos tangíveis e intangíveis	3.897	10.039
	970.598	931.146
Variações de capital circulante:		
Existências	(160.150)	(117.051)
Devedores, acréscimos e diferimentos	1.898	(9.593)
Credores, acréscimos e diferimentos	210.461	283.458
Total	1.022.807	1.087.960

16 Capital e reservas

Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das acções ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de acções excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas acções são reconhecidos directamente nesta rubrica, líquidos do respectivo imposto.

As acções próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas acções são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos directos de transacção e respectivo imposto, é reconhecido directamente em capital próprio.

Dividendos a pagar

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras do Grupo no período em que são aprovados pelos accionistas para distribuição.

16.1 Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 acções ordinárias (2017: 629.293.220).

Os detentores de acções ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada acção detida, não existindo acções preferenciais. Os direitos relativos às acções detidas em carteira pelo Grupo encontram-se suspensos até essas acções serem de novo colocadas no mercado.

No exercício não se verificaram movimentos em prémios de emissão de acções, mantendo-se o valor de m EUR 22.452.

16.2 Acções próprias

À data de 31 de Dezembro de 2018 o Grupo detinha 859.000 acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção, não tendo existido quaisquer transacções no exercício de 2018.

16.3 Dividendos

Os montantes distribuídos em 2018, de m EUR 401.036, correspondem a dividendos pagos aos accionistas da JMH no valor de m EUR 385.230 e aos interesses que não controlam que participam em Companhias do Grupo, no montante de m EUR 15.806.

16.4 Outras reservas e resultados retidos

Nas contas individuais da sociedade JMH é dada devida nota de todos os condicionalismos na utilização das reservas a distribuir e que compõem a situação patrimonial da Companhia, pelo que se recomenda a leitura expressa dessa informação.

17 Resultado por acção

O cálculo do resultado líquido por acção - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias.

17.1 Resultado básico e diluído por acção

	2018	2017
Acções ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Acções próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
N.º médio ponderado de acções ordinárias	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias	401.044	385.356
Resultado básico e diluído por acção – Euros	0,6382	0,6132

18 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transacção incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transacção incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo (nota 2.4.2).

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que o Grupo tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Os custos financeiros de empréstimos genéricos ou específicos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de activos qualificáveis, que levam necessariamente um período substancial de tempo para ficar disponíveis para o uso pretendido, são adicionados ao custo de tais activos, até ao momento em que os activos ficam efectivamente prontos para o uso pretendido.

Os rendimentos obtidos com o investimento temporário de empréstimos específicos ainda não utilizados nos activos qualificáveis são deduzidos aos custos de empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos.

O Grupo tem contratados programas de papel comercial no montante total de m EUR 335.000, dos quais m EUR 135.000 são de tomada firme. As emissões são remuneradas à taxa Euribor para o prazo de emissão respetivo, adicionada de spreads variáveis.

Ao longo do ano foram realizadas diversas emissões de papel comercial sempre por prazos curtos, com vista a colmatar necessidades de tesouraria pontuais decorrentes da actividade normal do Grupo. A sua utilização à data de 31 de Dezembro de 2018 era de m EUR 50.000 (m EUR 30.000 em 2017).

Em 2018 foi contratada uma linha de Money Market, nas empresas Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e JMR, SGPS, S.A., com um limite de m EUR 70.000, a qual tem sido utilizada com regularidade.

Para as empresas polacas foram renegociadas algumas das linhas de crédito já existentes, tendo resultado na redução de custos e aumento dos limites num valor total superior a m PLN 500.000.

As linhas de financiamento que a Jerónimo Martins Colombia, SAS detém junto de bancos locais, foram aumentadas em mais m COP 675.000.000, cerca de m EUR 180.000, com maturidade média de 1 ano.

18.1 Empréstimos correntes e não correntes

2018	Saldo inicial	Cash flows	Transfer.	Diferenças cambiais	Saldo final
Empréstimos não correntes					
Empréstimos bancários	231.508	133.226	(79.390)	(7.820)	277.524
Responsabilidades com locação financeira	6.254	10.487	(5.649)	(226)	10.866
Total	237.762	143.713	(85.039)	(8.046)	288.390
Empréstimos correntes					
Descobertos bancários	6	(6)	-	-	-
Empréstimos bancários	297.526	(12.125)	79.390	(18.260)	346.531
Responsabilidades com locação financeira	1.973	(3.260)	5.649	(79)	4.283
Total	299.505	(15.391)	85.039	(18.339)	350.814

2017	Saldo inicial	Cash flows	Transfer.	Diferenças cambiais	Saldo final
Empréstimos não correntes					
Empréstimos bancários	111.823	132.822	(18.254)	5.117	231.508
Responsabilidades com locação financeira	3.006	5.464	(2.440)	224	6.254
Total	114.829	138.286	(20.694)	5.341	237.762
Empréstimos correntes					
Descobertos bancários	-	6	-	-	6
Empréstimos bancários	73.622	219.098	18.254	(13.448)	297.526
Empréstimos por obrigações	150.000	(150.000)	-	-	-
Responsabilidades com locação financeira	959	(1.482)	2.440	56	1.973
Total	224.581	67.622	20.694	(13.392)	299.505

18.2 Termos e prazo de reembolso dos empréstimos

2018	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Papel Comercial em EUR		50.000	-	50.000	-
Empréstimos em PLN		288.097	80.744	207.353	-
Empréstimos em COP		285.958	265.787	20.171	-
Responsabilidades com locações financeiras		15.149	4.283	10.232	634
Total	3,17%	639.204	350.814	287.756	634

2017	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Papel Comercial em EUR		30.000	30.000	-	-
Empréstimos em EUR		100.002	100.002	-	-
Empréstimos em PLN		233.678	8.354	225.324	-
Empréstimos em COP		165.354	159.170	6.184	-
Descobertos bancários		6	6	-	-
Responsabilidades com locações financeiras		8.227	1.973	6.019	235
Total	3,06%	537.267	299.505	237.527	235

O aumento dos empréstimos resulta essencialmente do nível de investimentos em 2018 no retalho na Polónia (Biedronka) e no retalho na Colômbia (Ara), cujo financiamento em moeda local (zloty e peso Colombiano, respectivamente) explicam o incremento na taxa média de financiamento.

18.3 Dívida financeira líquida

Tendo o Grupo contratado diversas operações de cobertura cambial e de taxa de juro, bem como efectuado algumas aplicações financeiras de curto prazo, o montante líquido da dívida financeira consolidada à data do balanço é o seguinte:

	2018	2017
Empréstimos não correntes (nota 18.1)	288.390	237.762
Empréstimos correntes (nota 18.1)	350.814	299.505
Instrumentos financeiros derivados (nota 11)	162	2.284
Acréscimos e diferimentos de juros	1.750	2.019
Depósitos à ordem (nota 14)	(394.279)	(460.235)
Aplicações de tesouraria (nota 14)	(147.870)	(217.199)
Depósitos colaterais associados a dívida financeira (nota 13)	(19.367)	(34.367)
Total	79.600	(170.231)

19 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição de recursos, incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, seja exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado pelo Grupo e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de activos.

Provisão para processos em contencioso

Provisões relacionadas com processos em contencioso envolvendo Empresas do Grupo são constituídas de acordo com as avaliações de risco efectuadas pelo Grupo, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

2018	Saldo inicial	Constituição, reforço e transferências	Redução e reversões	Diferença cambial	Utilização	Saldo final
Impostos	18.019	233	(6.826)	-	(1.113)	10.313
Processos judiciais em curso	4.328	3.489	(853)	(107)	(208)	6.649
Outros	6.961	2.927	(248)	(37)	-	9.603
	29.308	6.649	(7.927)	(144)	(1.321)	26.565

2017	Saldo inicial	Constituição, reforço e transferências	Redução e reversões	Diferença cambial	Utilização	Saldo final
Impostos	11.076	7.493	(550)	-	-	18.019
Processos judiciais em curso	3.566	1.690	(791)	119	(256)	4.328
Outros	6.940	837	(809)	-	(7)	6.961
	21.582	10.020	(2.150)	119	(263)	29.308

A rubrica de provisões para impostos destina-se a cobrir os eventuais desembolsos futuros resultantes dos processos em contencioso fiscal descritos na nota 24. Tratam-se na sua globalidade de processos que se encontram em disputa em diversos tribunais, sobre os quais não existe uma data previsível para a sua conclusão.

À semelhança dos anos anteriores, em 2018, foram reavaliados todos os processos de contencioso fiscal. Atendendo às decisões entretanto proferidas pelos Tribunais em processos equivalentes ou respeitantes à mesma matéria de facto, procedeu-se a uma redução das provisões, no montante de m EUR 6.826.

Os processos judiciais em curso para os quais o Grupo constitui provisões, dizem essencialmente respeito a disputas comerciais, laborais e regulamentares, das quais se estima poderem resultar desembolsos futuros. Por se tratar de muitos processos de montante relativamente reduzido e respeitantes a diferentes períodos, o seu pagamento deverá ocorrer de forma faseada ao longo do tempo, mediante a conclusão dos mesmos em tribunal.

A provisão constituída para outros processos de contencioso, destina-se a cobrir a estimativa de desembolsos futuros, relativos a responsabilidades assumidas pelo Grupo em resultado de transacções efectuadas no passado, como sejam garantias prestadas com venda de negócios. Por se tratarem de eventos que na sua maioria não se encontram ainda em disputa com a contraparte, a probabilidade de desembolso no curto prazo é considerada remota.

20 Credores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com pagamento de mercadorias ou serviços adquiridos no curso normal das suas actividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo (nota 2.4.2).

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Não sendo, eles são apresentados como passivo não corrente.

	2018	2017
Não correntes		
Outros credores comerciais	37	17
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	737	762
Total	774	779
Correntes		
Outros credores comerciais	3.039.806	2.913.196
Outros credores não comerciais	233.232	302.020
Outros impostos a pagar	113.996	92.920
Responsabilidades em contratos com clientes	3.722	-
Responsabilidades com reembolsos a clientes	1.041	-
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	402.614	354.157
Total	3.794.411	3.662.293

A rubrica de acréscimos de custos correntes, num total de m EUR 392.741, é composta essencialmente por remunerações a liquidar ao pessoal de m EUR 190.169, juros a pagar no valor de m EUR 50.346 e custos suplementares com a distribuição e promoção de produtos de consumo no valor de m EUR 16.035. Os restantes m EUR 136.191 correspondem a diversos custos (*utilities*, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2018, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

A rubrica de proveitos diferidos correntes num total de m EUR 9.873 é composta maioritariamente por proveitos suplementares de m EUR 5.463 recebidos antecipadamente e imputáveis a exercícios futuros.

21 Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2018	2017*
Garantias prestadas a fornecedores	29.127	23.450
Garantias a favor da Autoridade Tributária	93.353	93.236
Garantias bancárias sobre financiamentos	-	-
Outras garantias a favor do Estado	4.672	5.254
Outras garantias prestadas	6.501	5.259
Total	133.653	127.199

* Reexpresso. As garantias bancárias sobre financiamentos apresentadas em 2017 foram excluídas pelo facto de estarem a cobrir financiamentos de empresas subsidiárias, os quais estão já refletidos nas responsabilidades com empréstimos bancários (nota 18)

22 Locação operacional

Locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios de posse são retidos pelo locador são classificados como locações operacionais. Os pagamentos efectuados ao abrigo destes contratos são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base linear ao longo do período de duração dos mesmos.

O Grupo mantém como responsabilidades de médio e longo prazo alguns contratos, com cláusula de penalização em caso de cancelamento.

Os pagamentos futuros associados à totalidade dos contratos são os seguintes:

	2018	2017
Pagamentos até 1 ano	378.882	345.208
Pagamentos entre 1 e 5 anos	1.204.567	1.154.998
Pagamentos a mais de 5 anos	1.480.130	1.328.053
Total	3.063.579	2.828.259

Estes valores, na sua grande maioria, respeitam a contratos de arrendamento de lojas e armazéns, sendo a durabilidade inicial desses contratos entre os cinco e os 20 anos, com opção de os renegociar após esse período. Os pagamentos são actualizados anualmente, reflectindo valores da inflação e/ou de mercado.

Conforme referido, todos estes contratos são canceláveis, a maioria dos quais mediante o pagamento de uma penalização. As responsabilidades inerentes a estas penalizações correspondem maioritariamente às rendas

vincendas até ao término dos contratos, as quais ascendiam no final de 2018 a m EUR 2.213.430 (2017: m EUR 1.896.388).

As rendas e alugueres reconhecidos como custo, encontram-se discriminados da seguinte forma:

	2018	2017
Imóveis	357.277	327.588
Equipamento básico	13.254	12.000
Equipamento de transporte	14.598	15.952
Equipamento informático	727	641
Outros	4.217	3.147
Total	390.073	359.328

A diferença para os custos com rendas e alugueres apresentados na nota 4 respeitam a custos ocasionais com alugueres no montante de m EUR 189 (2017: m EUR 187).

23 Compromissos de capital

Os compromissos relativos a investimentos a realizar, à data do balanço, são de m EUR 123.535 (m EUR 83.776 em 2017) e respeitam a obras não concluídas, contratos de empreitada e a contratos-promessa de aquisição de terrenos, edifícios e equipamentos celebrados e cujas escrituras irão ocorrer oportunamente.

Não existem quaisquer compromissos de capital assumidos pelo Grupo em relação às joint ventures e associadas.

24 Contingências, activos contingentes e passivos contingentes

Activos contingentes são potenciais activos do Grupo que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras Consolidadas quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo do Grupo. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Activos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

- No montante reconhecido em devedores não correntes (nota 13), encontram-se incluídos m EUR 61.242 (m EUR 72.689 em 2017) relativos a liquidações adicionais de imposto apresentadas pela Administração Tributária.

A Administração do Grupo, com o apoio dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entende que lhe assiste razão e mantém as reclamações e impugnações judiciais que apresentou contra essas liquidações, mantendo a expectativa quanto à recuperação integral desse montante.

Neste contexto, o Grupo solicitou de imediato o reembolso da totalidade das importâncias pagas, bem como dos juros indemnizatórios à taxa legal, pelo período decorrido entre a data do seu pagamento e da sua efectiva restituição.

Em 2012, foi proferido um Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS), relativo a uma das impugnações judiciais apresentadas no âmbito deste processo, o qual julgou totalmente procedente, ordenando a anulação das referidas liquidações e o pagamento de juros indemnizatórios e indemnização pelas garantias prestadas. O Grupo procedeu ao reconhecimento do valor dos juros indemnizatórios sobre este crédito.

Em 2018, o Grupo foi reembolsado em m EUR 13.006, relativa a importâncias pagas em anos anteriores.

Passivos contingentes

- A Lei do Orçamento de Estado Português de 2016 inclui uma norma transitória que poderá vir a ter um impacto significativo para o Grupo e, em particular, para as suas subsidiárias JMR-Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A. (JMR SGPS) e Recheio SGPS, S.A. (Recheio SGPS).

A referida norma prevê que 1/4 (um quarto) de todas as mais-valias geradas em operações internas (i.e. transacções efectuadas entre empresas pertencentes ao mesmo grupo fiscal) - que, de acordo com o quadro legal anterior não eram tributadas a menos que: i. se realizasse uma transacção com terceiros; ou ii. o grupo fiscal fosse dissolvido - sejam adicionadas à matéria colectável em 2016 e sujeitas a IRC.

No final dos anos noventa a JMR SGPS e o Recheio SGPS e as suas respectivas subsidiárias passaram por um importante processo de reestruturação, na sequência de várias operações de aquisição e da decisão de organizar os activos do Grupo. As operações entre as várias empresas dentro dos grupos JMR e Recheio foram realizadas de acordo com o quadro jurídico existente e, em linha, com as melhores práticas de mercado (a valores de mercado), tendo gerado mais-valias internas suspensas.

Considerando que todas as transacções foram internas, as mais-valias resultantes foram, obviamente, eliminadas no processo de consolidação, estando, no entanto, reflectidas nas contas individuais.

As Leis do Orçamento de Estado Português para 2017, 2018 e 2019 vieram, novamente, incluir normas de cariz idêntico, as quais podem vir a ter um impacto similar para o Grupo. Até à data não foi recebida nenhuma notificação.

Com base na avaliação dos nossos consultores jurídicos e fiscais, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que o Grupo conteste as referidas normas. Assim, não se incorporou o montante em causa, que resulta da aplicação destas normas transitórias de 2016, 2017, 2018 e 2019 - c. m EUR 200.000 em impostos -, nos resultados do Grupo Jerónimo Martins.

- Para além de diversas situações de litígio, próprias dos negócios em que o Grupo opera, estão pendentes de resolução as seguintes questões com maior relevância, para as quais a Administração, suportada pela opinião dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima podem representar desembolsos futuros, ou, procedendo ao seu pagamento (ver nota 19), sempre que entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo:

- a) A Autoridade Tributária informou a Recheio SGPS que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 81.952, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2000 a 2003. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Na sequência daquela informação, veio a Autoridade Tributária liquidar o correspondente valor de imposto de m EUR 20.888, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 19.581. Tendo, entretanto, sido julgada improcedente uma das impugnações judiciais, a Administração recorreu da mesma;
- b) A Autoridade Tributária procedeu a algumas correcções em sede de IRC em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade JMR SGPS, as quais originaram liquidações adicionais de imposto, relativamente aos anos de 2002 a 2014, no montante total de m EUR 81.304, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 73.444. Entretanto, o Tribunal Tributário emitiu sentenças para os anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2007, as quais tendo sido parcialmente favoráveis ao Grupo foram já contestadas para instância superior;
- c) A Autoridade Tributária liquidou, relativamente aos anos de 2002 a 2004, ao Feira Nova – Hipermercados, S.A. (Feira Nova) e ao Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A. (Pingo Doce), o montante de m EUR 4.845. Estas liquidações são respeitantes a valores registados por estas Companhias como quebras (perdas em existências resultantes de deterioração ou roubo), que não foram aceites como custos fiscais em IRC, assim como ao IVA em falta, decorrente da inexistência de evidência que os bens não foram vendidos. Entretanto, o Tribunal Tributário de Lisboa deu razão a Feira Nova relativamente a todas as liquidações de IVA, as quais ascendiam a cerca de m EUR 2.813. Os restantes processos correm os seus trâmites em sede judicial;
- d) A Autoridade Tributária informou a Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH), de que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 10.568, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2004 e de 2005. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de

IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Esta correcção deu origem a um valor de imposto em disputa de m EUR 3.065;

- e) A Autoridade Tributária procedeu à correcção de taxas de IVA aplicadas a determinados bens vendidos por algumas Companhias do Grupo. Com estas correcções o montante total de liquidações, relativamente aos anos de 2005 a 2014 no Pingo Doce, Feira Nova e Recheio ascende a m EUR 1.820, m EUR 1.300 e m EUR 551, respectivamente;
- f) A Autoridade Tributária procedeu a algumas correcções em sede de IRC, em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade Recheio, SGPS, as quais originaram liquidação adicional de imposto, relativamente aos anos de 2007 a 2014, no montante total de m EUR 16.580, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 15.829. O Tribunal Tributário de Lisboa pronunciou-se, entretanto relativamente ao exercício de 2008, dando total vencimento às pretensões da Recheio SGPS, tendo, no entanto, tal decisão sido recorrida pela Autoridade Tributária;
- g) A Autoridade Tributária informou a Jerónimo Martins, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de m EUR 24.660, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correcção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de m EUR 6.800;
- h) A Sociedade Ponto Verde (SPV) reclamou em acção intentada contra o Pingo Doce, em Setembro de 2014, o pagamento da quantia de m EUR 3.397 (juros incluídos) pela gestão de embalagens secundárias e terciárias. O Pingo Doce contestou alegando que a SPV não gere essas embalagens e que, por isso, o dinheiro não lhe é devido, tendo ganho a causa em 1.ª Instância. No entanto, a SPV apresentou recurso e ganhou o mesmo na Relação de Lisboa. Pingo Doce apresentou, entretanto, recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual, com base na matéria de facto fixada pela Relação de Lisboa, confirmou o decidido por esta instância, condenando assim Pingo Doce no pedido, embora absolvendo-o de cerca de m EUR 70 por estarem prescritos. O pagamento, no valor de m EUR 3.246, foi efectuado ainda em 2018, tendo o processo terminado;
- i) A Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária reclamou de Pingo Doce, Recheio e Hüssel as quantias de m EUR 16.257, m EUR 1.547 e m EUR 36, respectivamente, correspondente a liquidações da Taxa de Segurança Alimentar Mais (TSAM) relativas aos anos de 2012 a 2018. As referidas liquidações foram impugnadas judicialmente, por entender-se que as mesmas são indevidas, uma vez que, para além do mais, o diploma legal que criou a TSAM se encontra ferido de inconstitucionalidade. Os processos de impugnação continuam a correr. Apesar de, em quatro deles, terem sido já proferidas decisões que não consideram a taxa inconstitucional, as sociedades do Grupo mantêm o seu entendimento, tendo já apresentado recurso para tribunais superiores. Num dos casos, referente à 2.ª prestação de 2012 e primeira de 2013, o tribunal de recurso (Tribunal Central Administrativo do Sul) manteve a condenação. Pingo Doce reclamou da decisão por não apreciação de uma questão suscitada e mantém em aberto a possibilidade de recorrer para o Tribunal Constitucional.

Activos contingentes

Existindo decisões tomadas pelos tribunais competentes, parcialmente favoráveis aos interesses do Grupo, sobre alguns dos processos que haviam sido pagos em 2016, e apesar de a Autoridade Tributária ter recorrido dessas decisões para tribunais superiores, entende a Administração do Grupo que existe uma probabilidade significativa de o Grupo vir a obter reembolsos futuros. No entanto, conforme política acima descrita, a divulgação de eventuais montantes relativos a activos contingentes será efectuada quando se torne quantificável o seu recebimento.

25 Partes relacionadas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com o Grupo, incluindo as que possuem ou estão sujeitas a influência ou controlo do Grupo.

25.1 Saldos e transacções com partes relacionadas

O Grupo é participado em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V. (SFMS), não tendo existido transacções directas entre esta e qualquer outra companhia do Grupo no exercício de 2018.

Não se encontram, à data de 31 de Dezembro de 2018, quaisquer valores a pagar ou a receber entre elas.

Os saldos e transacções de Companhias do Grupo com partes relacionadas são as seguintes:

	Joint ventures		Outras entidades relacionadas (*)	
	2018	2017	2018	2017
Vendas e prestação serviços	-	-	198	184
Juros obtidos	32	-	-	-
Compras de mercadorias e fornecimentos de serviços	1.601	-	121.085	119.186

	Joint ventures		Outras entidades relacionadas (*)	
	2018	2017	2018	2017
Devedores, acréscimos e diferimentos	28	-	58	237
Credores, acréscimos e diferimentos	518	-	2.484	3.735

(*) As outras entidades relacionadas dizem respeito a outros investimentos financeiros, a sociedades controladas pelo accionista maioritário de Jerónimo Martins, e sociedades detidas ou controladas por membros do Conselho de Administração do Grupo.

Todas as transacções com partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado, ou seja, os valores das transacções correspondem aos que seriam praticados com Empresas não relacionadas.

Os saldos que se encontram por liquidar entre as Companhias do Grupo e as partes relacionadas, por resultarem de acordos comerciais, são liquidados em dinheiro e estão sujeitos aos mesmos prazos de pagamento que são aplicados aos demais acordos celebrados pelas Companhias do Grupo com os seus fornecedores.

Não existem provisões para créditos duvidosos e não foram reconhecidos custos, durante o exercício, relacionados com dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa, com essas partes relacionadas.

25.2 Remunerações dos Administradores e Quadros Superiores

Os custos incorridos com remunerações fixas e variáveis e contribuições para planos de pensões atribuídas aos Administradores e Quadros Superiores foram:

	2018	2017
Salários e outros benefícios de curto prazo	22.924	20.963
Indemnizações	540	413
Plano de benefícios pós-emprego	562	551
Outros benefícios	1.225	1.488
Total	25.251	23.415

O Conselho de Administração é composto por nove elementos no final do ano de 2018, sendo o número médio de Quadros Superiores do Grupo de 90 (2017: 78).

Consideram-se como Quadros Superiores os Membros das Direcções Executivas e equipas dirigentes das unidades de negócio do Grupo e os Directores do Centro Corporativo.

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no Capítulo IV - Governo da Sociedade.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores e Quadros Superiores, fazendo parte do plano de contribuições definidas descrito na nota 5.2.

Os custos incorridos com outros benefícios correspondem a benefícios de longo prazo, os quais se encontram descritos na nota 5.2.

26 Companhias subsidiárias

O controlo do Grupo é assegurado pela Empresa-mãe, Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as subsidiárias do Grupo, consolidadas pelo método integral.

Comp_Subsidiárias	Actividade	Sede	% Capital detido
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	-
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	Gestão de recursos humanos de topo do Grupo	Lisboa	100,00
New World Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Origins - Agro Business Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Warta - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Desimo - Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.	Gestão e administração de bens imóveis e marcas comerciais	Lisboa	100,00
Friedman - Sociedade Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	Prestação de serviços de natureza contabilística e económica	Funchal	100,00
Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A.	Cafetarias	Lisboa	100,00
Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A.	Venda a retalho de chocolates, confeitaria e afins	Lisboa	51,00
Jerónimo Martins Colombia S.A.S.	Comercialização e distribuição de bens de consumo	Bogotá (Colômbia)	100,00
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	Outras actividades de serviços de apoio prestados às empresas	Lisboa	100,00
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	Agricultura e produção animal	Lisboa	100,00
Terra Alegre Lacticínios, S.A.	Indústrias do leite e derivados	Portalegre	100,00
Seaculture - Aquicultura, S.A.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Lisboa	100,00
JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais na área da distribuição retalhista	Lisboa	51,00
JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A.	Gestão, consultoria e logística de actividades retalhistas	Lisboa	51,00
Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Lisboa	51,00
Imoretalho - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	51,00
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	Formação profissional	Lisboa	51,00
EVA - Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	Prestação de serviços nas áreas económica, financeira e gestão de investimentos	Funchal	51,00
Lidosol II - Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Funchal	51,00
Lidininvest - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de imóveis	Funchal	51,00
Jerónimo Martins Retail Services SA in liquidation	Exploração de marcas comerciais	Klosters (Suíça)	51,00
Jerónimo Martins Finance Company (2), Designated Activity Company	Sociedade de serviços financeiros	Dublin (Irlanda)	51,00
Recheio, SGPS, S.A.	Gestão de participações financeiras na área da distribuição por grosso e a retalho	Lisboa	100,00
Recheio - Cash & Carry, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Lisboa	100,00
Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	100,00
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	100,00
Masterchef, S.A.	Comércio a retalho e/ou por grosso de produtos alimentares ou não alimentares	Lisboa	100,00
Caterplus - Comercialização e Distribuição de Produtos de Consumo, Lda.	Comércio por grosso de outros produtos alimentares	Lisboa	100,00
João Gomes Camacho, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Funchal	100,00
Jerónimo Martins Polska S.A.	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Kostrzyn (Polónia)	100,00
JM Nieruchomosci - Sp. z o.o.	Prestação de serviços na área da distribuição por grosso e a retalho	Kostrzyn (Polónia)	100,00
JM Nieruchomosci - Sp. Komandytowo-akcyjna	Gestão e administração de imóveis	Kostrzyn (Polónia)	100,00
Jerónimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.	Comércio a retalho de produtos de saúde e beleza	Kostrzyn (Polónia)	100,00
Bliska Sp. z o.o.	Venda a retalho de produtos farmacêuticos, ortopédicos e de saúde	Varsóvia (Polónia)	100,00

Em 17 de Julho de 2018 ocorreu a fusão da companhia Belegginsmaatschappij Tand B.V. na Warta - Retail & Services Investments B.V., da qual não resultou qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

Em 30 de Novembro de 2018 ocorreu a fusão da companhia Optimum Mark Sp. z o.o. na Jerónimo Martins Polska S.A., da qual não resultou qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

As empresas Jerónimo Martins Retail Services SA in liquidation e a Jerónimo Martins Finance Company (2), Designated Activity Company, encontram-se em processo de liquidação, que se prevê estar concluído no primeiro semestre de 2019.

27 Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam

Os interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2018 eram de m EUR 238.356 (2017: m EUR 225.298), dos quais m EUR 237.757 (2017: m EUR 224.733) relativos ao Grupo JMR (segmento Retalho Portugal – ver nota 3), onde o Grupo Ahold Delhaize detém uma participação de 49%.

As Demonstrações Financeiras relativas a esta área de negócio, integradas no consolidado pelo método integral, incluem os seguintes montantes relativos aos activos, passivos e resultados:

	2018	2017
Activos não correntes	1.389.192	1.407.578
Activos correntes	366.138	381.787
Passivos não correntes	(95.049)	(42.274)
Passivos correntes	(1.177.522)	(1.292.910)
Capital próprio	482.759	454.181
Vendas e prestações de serviços	4.269.640	4.060.684
Resultados líquidos	60.663	57.559
Outros rendimentos integrais	97	(99)
Total de rendimentos integrais	60.760	57.460

28 Interesses em joint ventures e associadas

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as empresas controladas conjuntamente (joint ventures) e empresas associadas, consolidadas pelo método da equivalência patrimonial:

Companhia	Actividade	Sede	% Capital detido
Marismar - Aquicultura Marinha, Lda.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Funchal	50,00

29 Riscos financeiros

Jerónimo Martins encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: i. risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial; ii. risco transaccional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e iii. risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos tais como, taxa de juro, crédito, cambial, inflação, político e fiscal.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro do Grupo.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

29.1 Risco de preço

29.1.1 Risco cambial

A principal fonte de exposição a risco cambial advém das operações que Jerónimo Martins desenvolve na Polónia e também na Colômbia.

Além dessas exposições, o Grupo adquire, no âmbito das actividades comerciais das suas subsidiárias, mercadorias designadas em moeda estrangeira, primordialmente zloty e dólares americanos, no caso das operações Portuguesas em euros e dólares americanos no caso das operações Polacas e Colombianas. Regra geral, são transacções de montante reduzido e com exposição temporal muito curta. Os riscos cambiais associados às importações são cobertos por compras a prazo da moeda de pagamento.

A gestão de risco cambial das Companhias operacionais está centralizada na Direcção de Operações Financeiras do Grupo. Sempre que possível, as exposições são geridas através de operações de cobertura natural, nomeadamente através da contratação de dívida financeira em moeda local. Quando tal não se revela possível, são contratadas operações, mais ou menos estruturadas tais como: swaps, forwards ou opções.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio em instrumentos financeiros reconhecidos dentro e fora de balanço, em 31 de Dezembro de 2018, era a seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2018	Euro	Zloty	Peso colombiano	Total
Activos				
Caixa e equivalentes de caixa	84.702	430.454	30.832	545.988
Outros investimentos financeiros	1.321	-	-	1.321
Devedores, acréscimos e diferimentos	101.617	320.549	14.506	436.672
Instrumentos financeiros derivados	33	26	-	59
Total de activos financeiros	187.673	751.029	45.338	984.040
Passivos				
Empréstimos obtidos	50.000	303.246	285.958	639.204
Instrumentos financeiros derivados	31	190	-	221
Credores, acréscimos e diferimentos	1.080.569	2.274.216	138.714	3.493.499
Total de passivos financeiros	1.130.600	2.577.652	424.672	4.132.924
Posição financeira líquida em balanço	(942.927)	(1.826.623)	(379.334)	(3.148.884)
Em 31 de Dezembro de 2017				
Total de activos financeiros	243.562	800.367	35.086	1.079.015
Total de passivos financeiros	1.142.446	2.509.585	297.682	3.949.713
Posição financeira líquida em balanço	(898.884)	(1.709.218)	(262.596)	(2.870.698)

Considerando a posição dos activos e passivos financeiros em balanço a 31 de Dezembro de 2018, uma depreciação do zloty face ao euro na ordem dos 10% teria um impacto positivo nos resultados de m EUR 6.782 e um impacto positivo de m EUR 179.221 nos capitais próprios (2017: um impacto positivo de m EUR 162.018 nos capitais próprios). Em relação ao peso colombiano, uma depreciação face ao euro de 10% teria um impacto positivo nos capitais próprios de m EUR 34.485 (2017: um impacto positivo de m EUR 23.872 nos capitais próprios).

29.1.2 Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Todos os passivos financeiros estão, de forma directa ou indirecta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe o Grupo a risco de cash flow. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe o Grupo a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma contínua. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas forward, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro. O Grupo está exposto, fundamentalmente, à curva de taxa de juro do euro, do zloty e do peso Colombiano.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afectam proveitos ou custos de juros de instrumentos financeiros negociados a taxas de juro variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os proveitos ou custos de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos ao justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afectam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores actuais líquidos, utilizando taxas de mercado no momento da avaliação.

Para cada análise, qualquer que seja a moeda, são utilizadas as mesmas alterações às curvas de taxa de juro. As análises são efectuadas para a dívida líquida, ou seja, são deduzidos os depósitos e aplicações em instituições financeiras e instrumentos financeiros derivados. As simulações são efectuadas tendo por base os valores

líquidos de dívida e o justo valor dos instrumentos financeiros derivados às datas de referência e a respectiva alteração nas curvas de taxa de juro.

Baseado nas simulações realizadas em 31 de Dezembro de 2018, ignorando o efeito dos derivados de taxa de juro, uma subida de 50 pontos base nas taxas de juro teria um impacto negativo, mantendo tudo o resto constante, de m EUR 397 (2017: positivo em m EUR 863). Estas simulações são realizadas no mínimo uma vez por trimestre, mas são revistas sempre que ocorrem alterações relevantes, tais como: emissão, resgate ou reestruturação de dívida, variações significativas nas taxas directoras e na inclinação das curvas de taxa de juro.

O risco de taxa de juro é gerido com recurso a operações envolvendo derivados financeiros contratados a custo zero no momento da contratação.

29.2 Risco transaccional

29.2.1 Risco de crédito

O Grupo gere de forma centralizada a sua exposição a riscos de crédito sobre os seus depósitos bancários, aplicações financeiras e derivados contratados junto de instituições financeiras, competindo às Direcções Financeiras das Unidades de Negócio a gestão do risco de crédito sobre os seus clientes e outros devedores.

Relativamente às instituições financeiras, o Grupo selecciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

Permite-se que o banco onde cada Companhia deposita as suas receitas de lojas possa ter uma notação de rating inferior ao definido na política geral, na condição, porém, de o valor máximo de exposição não poder ultrapassar dois dias de vendas dessa empresa operacional.

A seguinte tabela apresenta um resumo, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, da qualidade de crédito dos depósitos bancários, aplicações e instrumentos financeiros derivados de curto prazo com justo valor positivo:

Instituições financeiras	Rating	Saldo	
		2018	2017
Standard & Poor's	[A+ : AA]	38.728	48.382
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	194.991	176.595
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	78.997	85.821
Standard & Poor's	[B+ : BB]	604	266
Standard & Poor's	[B]	-	76
Moody's	[Caa2 : Caa1]	618	869
Moody's	P -1	69.330	71.987
Fitch	[A- : A+]	63.648	215.642
Fitch	[BBB- : BBB+]	93.812	76.632
Fitch	[B- : BB-]	320	683
	Não disponível	1.160	1.002
Total		542.208	677.955

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Standard & Poor's. Nos casos em que as mesmas não estão disponíveis recorre-se às notações da Moody's e da Fitch.

Em relação a clientes, o risco está essencialmente circunscrito aos negócios de Cash & Carry, já que os demais negócios operam numa base de venda a dinheiro ou com recurso a cartões bancários (débito e crédito). Este risco é gerido com base na experiência e conhecimento individual do cliente, bem como através de seguros de crédito e imposição de limites de crédito, cuja monitorização é feita mensalmente e revista anualmente pela Auditoria Interna.

A seguinte tabela apresenta uma análise da qualidade de crédito dos saldos a receber de clientes e outros devedores sem incumprimento, nem imparidade:

Qualidade de crédito dos activos financeiros		
	2018	2017
Saldos de novos clientes (menos de seis meses)	803	958
Saldos de clientes sem histórico de incumprimento	51.680	47.386
Saldos de clientes com histórico de incumprimento	7.029	11.019
Saldos de outros devedores com garantias prestadas	3.172	3.270
Saldos de outros devedores sem garantias prestadas	140.073	136.270
Total	202.757	198.903

A seguinte tabela apresenta uma análise da concentração de risco de crédito de valores a receber de clientes e outros devedores, tendo em conta a sua exposição para com o Grupo:

Concentração de risco de crédito dos activos financeiros				
	2018		2017	
	N.º	Saldo	N.º	Saldo
Cientes com saldo superior a 1.000.000 euros	5	7.860	5	9.190
Cientes com saldo entre 250.000 e 1.000.000 euros	17	6.699	18	8.338
Cientes com saldo inferior a 250.000 euros	8.500	42.725	8.241	41.344
Outros devedores com saldo superior a 250.000 euros	48	74.594	44	70.937
Outros devedores com saldo inferior a 250.000 euros	6.234	70.879	4.438	69.094
Total	14.804	202.757	12.746	198.903

A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de Dezembro de 2018 e 2017, é o respectivo valor de balanço dos activos financeiros.

29.2.2 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam não apenas garantir o desenvolvimento normal das actividades do Grupo, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques exógenos à actividade.

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo (realizado diariamente), tendo subjacente os planos anuais, que são revistos de forma regular durante o ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados. Adicionalmente, é de realçar que todos os instrumentos financeiros derivados que o Grupo contrata são liquidados pelo seu valor líquido.

Exposição ao risco de liquidez			
2018	Menos de		
	1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos			
Locações financeiras	4.283	10.232	634
Papel comercial	71	50.365	57
Outros empréstimos	364.229	237.991	-
Instrumentos financeiros derivados	48	23	-
Credores	3.273.038	-	-
Responsabilidades com locações operacionais	366.402	1.192.833	1.443.752
Total	4.008.071	1.491.444	1.444.443

2017	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos			
Locações financeiras	1.973	6.019	235
Papel comercial	30.124	259	-
Outros empréstimos	283.334	239.045	-
Instrumentos financeiros derivados	223	306	-
Credores	3.215.216	-	-
Responsabilidades com locações operacionais	345.208	1.154.998	1.328.053
Total	3.876.078	1.400.627	1.328.288

Os fluxos de caixa apresentados para os programas de papel comercial incluem despesas fixas incorridas com estes programas, independentemente de estarem a ser utilizados ou não.

O Grupo, no âmbito da emissão de dívida de médio e longo prazo, contratou alguns covenants usuais neste tipo de financiamentos.

Estes covenants incluem:

- Limitações em vendas e no penhor de activos, acima de determinados limites;
- Limitações nas fusões e/ou cisões quando as mesmas impliquem a saída de activos do perímetro de consolidação;
- Limitação no pagamento de dividendos das subsidiárias que emitiram a dívida;
- Cláusula de manutenção do controlo da sociedade emitente pelo actual accionista;
- Um limite nos rácios de Dívida Líquida/EBITDA e de EBITDA/Resultados Financeiros.

Em alguns casos, o não cumprimento destes rácios pode implicar o vencimento antecipado da dívida associada. Em Dezembro de 2018 o Grupo cumpria com todos os covenants assumidos na dívida que tinha emitida.

29.3 Gestão de risco de capital

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a continuidade e desenvolvimento da sua actividade, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus accionistas e a optimização do custo de capital.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (Gearing), calculado de acordo com a seguinte fórmula: Dívida Líquida / Fundos de accionistas, e pelo rácio Dívida líquida/EBITDA. O Conselho de Administração estabeleceu como alvo um nível de Gearing inferior a 100%, consistente com uma notação de rating de investimento (investment grade) e um rácio Dívida líquida/EBITDA inferior a 3.

Os referidos rácios, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

	2018	2017
Capital investido	2.095.853	1.842.961
Dívida líquida	79.600	(170.231)
Fundos de accionistas	2.016.254	2.013.193
Gearing	3,9%	(8,5%)
EBITDA	959.825	922.000
Dívida líquida / EBITDA	0,1	(0,2)

30 Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto nos termos do artigo 508.º-F do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes que não se encontrem reflectidas no balanço ou descritas no seu anexo;

- b) O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2018 foi de m EUR 821, dos quais m EUR 787 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que dos restantes, no montante de m EUR 34 foram relativos a serviços de garantia de fiabilidade no âmbito de legislação aplicável nos países em que o Grupo opera, serviços de apoio em matéria de recursos humanos e serviços de formação prestada a colaboradores em programas não especificamente preparados para o Grupo;
- c) A nota 25 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

31 Eventos subsequentes à data do balanço

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2019

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Declaração do Conselho de Administração

Nos termos previstos na alínea c), número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i) a informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação; e
- ii) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2019



Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos
(Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado)



Andrzej Szlezak
(Membro do Conselho de Administração)




António Pedro de Carvalho Viana-Baptista
(Membro do Conselho de Administração)



Artur Stefan Kirsten
(Membro do Conselho de Administração)



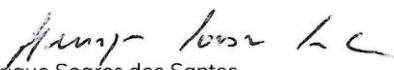
Clara Christina Streit
(Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)



Francisco Seixas da Costa
(Membro do Conselho de Administração)



Hans Eggerstedt
(Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)



Henrique Soares dos Santos
(Membro do Conselho de Administração)



Sérgio Tavares Rebelo
(Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Jerónimo Martins, SGPS, SA

Rua Actor António Silva, 7, 1649-033 Lisboa • Portugal • T.: +351 21 753 20 00

www.jeronimomartins.com

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 6.659.927 milhares de euros e um total de capital próprio de 2.016.254 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo de 401.044 milhares de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções, a Demonstração Consolidada dos Rendimentos Integrais, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Valorização de lojas próprias (ativos fixos tangíveis) e lojas arrendadas (direito de utilização)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo opera um número significativo de lojas em três países diferentes: Portugal, Polónia e Colómbia.</p> <p>O valor contabilístico das lojas, incluindo os ativos a si associados, é relevante para a nossa auditoria pela materialidade do seu valor (superior a 2.700 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018), mas também pelo julgamento envolvido na identificação de indícios de imparidade e caso existam na</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Procedemos à compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de investimento em ativos tangíveis;▶ Avaliámos as políticas e os procedimentos definidos pelo Grupo para a identificação de indícios de imparidade de ativos relacionados com lojas com um desempenho abaixo do esperado e verificámos a revisão efetuada pela Gestão ao desempenho financeiro das unidades geradoras de caixa;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

avaliação subsequente da recuperabilidade dos montantes escriturados.

A Gestão avalia anualmente a existência de indícios de imparidade, focando-se principalmente no desempenho futuro das lojas, o qual depende de fatores externos tais como o tráfego da loja, o valor médio das compras e a existência de concorrência significativa.

Adicionalmente e devido à adoção da IFRS 16 - Locações ("IFRS 16") a partir de 01 de janeiro de 2019, o Grupo iniciou em 2018 um plano de implementação detalhado para a adoção desta nova norma. O Grupo pretende aplicar a abordagem retrospectiva modificada, não efetuando a reexpressão dos comparativos das demonstrações financeiras.

A implementação da IFRS 16 elimina a classificação de locações como locações operacionais ou locações financeiras para locatários, conforme exigido pela IAS 17 e, em alternativa, introduz um modelo contabilístico único, semelhante ao tratamento atual que é dado às locações financeiros nas contas de locatários. O direito estimado de uso e correspondente responsabilidade, divulgados na Nota 2.1.2 das Demonstrações Financeiras consolidadas ascende a 2.398 milhões de euros.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ▶ Obtivemos os pressupostos utilizados para a análise de imparidade e efetuamos uma validação dos mesmos, através da verificação dos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, assim como através da análise de tendências passadas, de forma a determinar a capacidade da Gestão em efetuar, com exatidão, uma estimativa dos pressupostos, nomeadamente a taxa de desconto calculada pelo Grupo;
- ▶ Efetuamos, para uma amostra de unidades geradoras de caixa, a reexecução dos cálculos aritméticos dos testes de imparidade, comparando o valor de uso com o valor contabilístico;
- ▶ Compreendemos e avaliámos os procedimentos realizados pelo Grupo relacionados com a adoção da IFRS 16;
- ▶ Revimos os pressupostos definidos pela Gestão, utilizados na avaliação dos contratos de arrendamento, incluindo a avaliação dos contratos fora de âmbito;
- ▶ Efetuamos, para uma amostra de contratos, teste de detalhes para concluir sobre a precisão dos dados recolhidos referentes aos contratos de arrendamento;
- ▶ Obtivemos a lista completa dos contratos de arrendamento e procedemos ao teste da integralidade da informação utilizada pela Gestão; e
- ▶ Realizamos, para uma amostra de contratos, o cálculo do direito de uso e comparámos com os valores apurados pelo Grupo.

Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a validação da informação qualitativa e quantitativa referente à IFRS 16 de acordo com os normativos aplicáveis.

2. Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

O Grupo recebe vários tipos de descontos de fornecedores (ou "ganhos suplementares"), que se encontram reconhecidos no custo das vendas conforme divulgado nas notas 4, 12 e 13 das notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estes descontos estão associados a contratos de fornecimento de fornecedores e assumem várias formas de créditos e descontos. Estes descontos obtidos em contratos com fornecedores devem ser

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:
- ▶ Procedemos à compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de descontos de fornecedores;
 - ▶ Procedemos à compreensão e testes ao interface que efetua a ligação entre o Sistema de Contabilidade e o Sistema utilizado para controlo dos Ganhos Suplementares;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

considerados como uma componente do custo do inventário e são reconhecidos em resultados no momento da venda dos produtos (de acordo com a IAS 2 - Inventários).

O valor a ser deduzido ao custo das vendas depende da quantidade de produtos que estavam incluídos no acordo com o fornecedor que, à data de balanço, já tenham sido vendidos. Uma vez que o processo de cálculo e contabilização de alguns descontos que são materiais envolve processos manuais que são mais suscetíveis à ocorrência de erros nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos este assunto como uma Matéria Relevante de Auditoria.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ▶ Testámos, para uma amostra de contratos de ganhos suplementares, a exatidão dos principais indicadores colocados no Sistema, e efetuámos o recálculo dos valores contabilizados;
- ▶ Efetuámos uma análise dos saldos devedores de fornecedores, nomeadamente quanto à validação das notas de crédito subsequentemente emitidas e avaliação de indícios de imparidade;
- ▶ Obtivemos confirmação externa de fornecedores para uma amostra de descontos (confirmação de transações);
- ▶ Obtivemos o suporte para os principais ajustamentos manuais, de forma a verificar a exatidão dos montantes contabilizados e verificar que se encontravam registados no período correto;
- ▶ Efetuamos procedimentos detalhados de revisão analítica, nomeadamente análise mensal, variação face ao ano anterior, análise de rácios de descontos sobre as vendas e descontos sobre as compras; e
- ▶ Realizámos procedimentos de corte de operações para verificar que os montantes se encontram contabilizados no período correto.

Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

3. Litígios e contingências fiscais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

O risco associado aos assuntos fiscais e às disputas com a Autoridade Fiscal são monitorizados, de forma constante, pela Gestão e pela Comissão de Auditoria. Tendo por base a opinião expressa pelos consultores jurídicos e fiscais do Grupo, assim como o parecer de advogados externos sobre questões fiscais específicas, e de acordo com o julgamento da Gestão, os litígios com a Autoridade Fiscal são reconhecidos como passivo ou divulgados como passivo contingente de acordo com a IAS 37 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes).

Com referência a 31 de dezembro de 2018, o total de contingências fiscais, líquido de

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Procedemos à compreensão e avaliação dos processos de monitorização de contingências fiscais;
- ▶ Obtivemos, através do envio de carta com pedido de detalhe dos processos em curso, o entendimento dos advogados que representam o Grupo sobre os temas fiscais;
- ▶ Efetuamos a leitura das atas das reuniões da Gestão e indagámos a Gestão, o departamento legal e o departamento fiscal sobre o curso das principais contingências fiscais; e
- ▶ Analisámos os processos fiscais que se encontram em curso com o apoio de especialistas fiscais internos.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

provisões e pagamentos efetuados ao abrigo de regimes especiais, ascende a aproximadamente 32,9 milhões de Euros.

O Grupo divulga um risco, que resulta da Lei do Orçamento de Estado para 2016, 2017, 2018 e 2019, relacionado com a tributação dos ganhos de anos anteriores resultantes de transações internas, o qual ascende 50 milhões de euros de imposto a pagar por cada ano.

Considerando a complexidade e o grau de julgamento inerente a estas questões fiscais, assim como o nível de incerteza associado ao resultado final, consideramos que este tópico é uma Matéria Relevante de Auditoria.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Conforme previsto no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

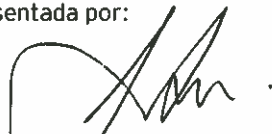
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato em curso correspondente aos exercícios de 2017 e 2018;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria do Grupo em 25 de fevereiro de 2019; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 7 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)
Registado na CMVM com o n.º 20160515

Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Senhores Accionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do número 1 do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o nosso relatório sobre as actividades de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório de gestão e documentos de prestação de contas consolidadas e individuais de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e ainda sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração.

Actividade de fiscalização

Ao longo do exercício, esta Comissão efectuou o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade, tendo para tal realizado reuniões regulares com os Administradores e Directores das áreas funcionais do centro corporativo, com os membros da Direcção Executiva, com o Secretário da Sociedade e com o Revisor Oficial de Contas, que também exerce as funções de Auditor Externo, dos quais recebeu total colaboração.

Esta Comissão obteve acesso a toda a documentação societária que considerou relevante, nomeadamente as actas da Direcção Executiva e da Comissão de Controlo Interno, assim como de toda a documentação conexas que julgou relevante, no sentido de avaliar o cumprimento dos seus regulamentos e dos normativos legais aplicáveis.

Do Auditor Externo e dos responsáveis pela preparação da informação financeira consolidada e individual da Sociedade, com quem também reuniu regularmente, obteve a informação necessária e suficiente para aferir a exactidão dos documentos de prestação de contas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade, assegurando, dessa forma, que os mesmos correspondem a uma correcta avaliação dos resultados e da situação patrimonial da Sociedade.

A Comissão acompanhou, em particular, o desenvolvimento dos processos de contencioso fiscal e legal que envolvem as companhias do Grupo, tendo obtido dos serviços da Sociedade todos os esclarecimentos necessários para a cabal aferição das provisões existentes e das contingências a que o Grupo se encontra exposto.

Atendendo à relevância do tema, revisitou os procedimentos contabilísticos e mecanismos de controlo adoptados pela Sociedade, bem como pelos responsáveis da auditoria interna e do Auditor Externo, no que respeita aos ganhos suplementares, tendo obtido os esclarecimentos solicitados.

Antecipando a entrada em vigor em 2019, da nova norma contabilística IFRS 16 Leases, reuniu com os responsáveis pela área financeira, tendo acompanhado, ao longo do ano, e emitido o seu parecer relativamente à metodologia e opções da sua adopção. Obteve os esclarecimentos considerados necessários e as análises dos impactos esperados das alterações nas Demonstrações Financeiras da Sociedade e nos seus indicadores de performance financeira.

No cumprimento da Política de Gestão de Risco Financeiro, acompanhou em particular as operações de cobertura dos fluxos de dividendos a pagar pelas suas subsidiárias Polacas e aos critérios que devem despoletar uma alteração na actuação em termos de cobertura do risco de taxa de juro, contando, para tal, com a colaboração da Direcção de Operações Financeiras, tendo verificado a adequação das acções tomadas pela Sociedade, em cumprimento das políticas emanadas pelo Conselho de Administração.

Obteve dos diversos serviços da Sociedade, nomeadamente dos responsáveis pela área financeira, pela gestão de risco e pela auditoria interna, e dos representantes do Auditor Externo, todas as informações e esclarecimentos solicitados, que lhe permitiram verificar a adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

Acompanhou de perto os trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Auditoria Interna, seguindo o seu plano anual de actividades, as conclusões dos relatórios dos trabalhos realizados, assim como as acções implementadas pela Sociedade em resultado das recomendações emitidas, quer por este departamento, quer pelo Auditor Externo, e que se encontram vertidas nos relatórios por este emitidos. Esta Comissão aprovou ainda o plano de actividades para o ano de 2019, bem como a alocação dos recursos necessários à sua prossecução.

Acompanhou a evolução das questões suscitadas pelo Revisor Oficial de Contas, assim como as conclusões do trabalho de auditoria por este efectuado que originaram a emissão da certificação legal de contas sem qualquer reserva.

No âmbito das suas competências a Comissão de Auditoria verificou a independência e competência com que foram desempenhadas as funções do Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

Procedeu à verificação e aprovação de todos os serviços distintos dos de auditoria prestados pelo Auditor Externo às empresas do Grupo, assegurando que os mesmos, para além de terem sido prestados por funcionários que não participaram nos trabalhos de auditoria, corresponderam a serviços não proibidos nos termos da lei. Garantiu ainda que os montantes pagos por estes serviços em nada prejudicam a independência do trabalho desenvolvido nem condicionam a opinião do Auditor Externo.

Por fim, verificou ainda, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, que o Relatório de Governo da Sociedade inclui todos os elementos referidos no artigo 245.º -A do Código dos Valores Mobiliários.

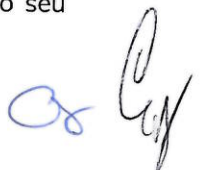
Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, dos serviços da Sociedade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada e Individual, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais; e
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de Responsabilidade

De acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria, abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:



- i) a informação constante do Relatório de Gestão, das Contas Anuais, da Certificação Legal de Contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação.
- ii) o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 7 de Março de 2019



Sérgio Tavares Rebelo
(Presidente da Comissão de Auditoria)



Clara Christina Streit
(Vogal)



Hans Eggerstedt
(Vogal)



GOVERNO DA SOCIEDADE

Governo da Sociedade

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE	136
Secção A - ESTRUTURA ACCIONISTA	136
Subsecção I - Estrutura de Capital	136
Subsecção II - Participações Sociais e Obrigações Detidas	138
Secção B - ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	140
Subsecção I - Assembleia Geral	140
A. Composição da Mesa da Assembleia Geral	140
B. Exercício do Direito de Voto	140
Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração)	142
A. Composição	142
B. Funcionamento	158
C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado	161
Subsecção III - Fiscalização (Comissão de Auditoria)	163
A. Composição	163
B. Funcionamento	165
C. Competências e Funções	166
Subsecção IV - Revisor Oficial de Contas	166
Subsecção V - Auditor Externo	167
Secção C - ORGANIZAÇÃO INTERNA	169
Subsecção I – Estatutos	169
Subsecção II - Comunicação de Irregularidades	169
Subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos	169
Subsecção IV - Apoio ao Investidor	176
Subsecção V - Sítio de Internet	178
Secção D – REMUNERAÇÕES	180
Subsecção I - Competência para a Determinação	180
Subsecção II - Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos	180
Subsecção III - Estrutura das Remunerações	181
Subsecção IV - Divulgação das Remunerações	186
Subsecção V - Acordos com Implicações Remuneratórias	187
Subsecção VI - Planos de Atribuição de Acções ou Opções sobre Acções (“Stock Options”)	188
Secção E - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	189
Subsecção I - Mecanismos e Procedimentos de Controlo	189
Subsecção II - Elementos Relativos aos Negócios	190
PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	191
1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adoptado	191
2. Análise de Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adoptado	191
3. Outras Informações	201

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

Secção A ESTRUTURA ACCIONISTA

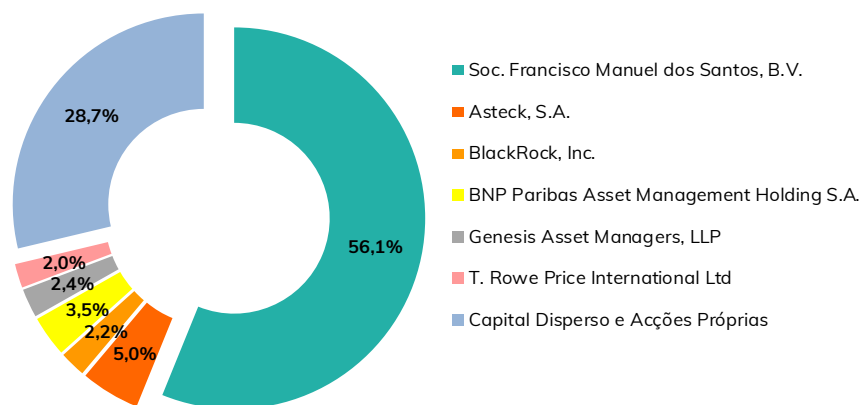
Subsecção I Estrutura de Capital

1. Estrutura de Capital (Capital Social, Número de Acções, Distribuição do Capital Pelos Accionistas, etc), Incluindo Indicação das Acções Não Admitidas à Negociação, Diferentes Categorias de Acções, Direitos e Deveres Inerentes às Mesmas e Percentagem de Capital que Cada Categoria Representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários - CVM)

O capital social da Sociedade é de 629.293.220 euros, está integralmente subscrito e realizado e é dividido em seiscentos e vinte e nove milhões duzentos e noventa e três mil duzentas e vinte acções no valor nominal de um euro cada uma.

Todas as acções são ordinárias, não existem diferentes categorias de acções, estando todas as acções admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa.

A distribuição do capital da Sociedade é a seguinte, com referência a 31 de Dezembro de 2018*:



* De acordo com as últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

2. Restrições à Transmissibilidade das Acções, Tais Como Cláusulas de Consentimento Para a Alienação, ou Limitações à Titularidade de Acções (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b) CVM)

As acções de Jerónimo Martins são livremente transmissíveis, não existindo restrições à respectiva transmissibilidade.

3. Número de Acções Próprias, Percentagem de Capital Social Correspondente e Percentagem de Direitos de Voto a Que Corresponderiam as Acções Próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a) CVM)

A Sociedade mantém em carteira 859 mil acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção (preço ajustado pela renominalização do capital social) e representativas de 0,14% deste, que corresponderia a igual percentagem dos direitos de voto.

4. Acordos Significativos de Que a Sociedade Seja Parte e Que Entrem Em Vigor, Sejam Alterados ou Cessem em Caso de Mudança de Controlo da Sociedade Na Sequência de uma Oferta Pública de Aquisição, Bem Como os Efeitos Respective, Salvo se, Pela Sua Natureza, a Divulgação dos Mesmos For Seriamente Prejudicial Para a Sociedade, Excepto se a Sociedade for Especificamente Obrigada a Divulgar Essas Informações Por Força de Outros Imperativos Legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j) CVM)

Não existem acordos significativos (incluindo contratos de financiamento) de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

5. Regime a Que se Encontre Sujeita a Renovação ou Revogação de Medidas Defensivas, em Particular Aquelas que Prevejam a Limitação do Número de Votos Susceptíveis de Detenção ou de Exercício Por um Único Accionista de Forma Individual ou em Concertação com Outros Accionistas

Não foram adoptadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do Órgão de Administração e que sejam susceptíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do Órgão de Administração, ou que prevejam a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

6. Acordos Parassociais Que Sejam do Conhecimento da Sociedade e Possam Conduzir a Restrições em Matéria de Transmissão de Valores Mobiliários ou de Direitos de Voto (Art. 245.º-A, n.º 1, al. g) CVM)

No seguimento da comunicação relativa a participação qualificada efectuada à Sociedade, em 2 de Janeiro de 2012, foi a mesma informada da existência de acordo parassocial relativo ao exercício do direito de voto, nos seguintes termos:

“Mais se informa que, em conformidade com o disposto no Artigo 21.º, n.º 2, alíneas b) e c), do Código dos Valores Mobiliários, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*] domina a Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., por poder exercer os correspondentes direitos de voto nos termos de acordo parassocial.

De harmonia com o estabelecido no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, mormente na alínea b) do seu n.º 1, por força do sobredito acordo parassocial, os direitos de voto inerentes às acções de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. objecto da compra e venda anteriormente mencionada permanecem imputados à Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*].

A Sociedade desconhece, contudo, a existência de eventuais restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

* Denominação social alterada em 2015 para "Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.".

Subsecção II Participações Sociais e Obrigações Detidas

7. Identificação das Pessoas Singulares ou Colectivas que, Directa ou Indirectamente, São Titulares de Participações Qualificadas (Art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) CVM e art. 16.º CVM), com Indicação Detalhada da Percentagem de Capital e de Votos Imputável e da Fonte e Causas de Imputação

Os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do n.º 1 do Artigo 20.º CVM, com base na totalidade das acções de acordo com a alínea b) do n.º 3 do Artigo 16.º CVM, a 31 de Dezembro de 2018, são identificados na tabela abaixo.

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de Dezembro de 2018*

(De acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Accionista	N.º de Acções detidas	% Capital	N.º Direitos de Voto	% dos Direitos de Voto
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. Através da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.	353.260.814	56,136%	353.260.814	56,136%
Heerema Holding Company Inc. Através da Sociedade Asteck, S.A.	31.464.750	5,000%	31.464.750	5,000%
BlackRock, Inc. Através de Fundos de Investimento por si geridos	13.871.405	2,204%	13.871.405	2,204%
BNP Paribas Asset Management Holding S.A. Através de Fundos de Investimento por si geridos	21.775.581	3,460%	17.893.668	2,843%
De entre os quais, através de BNP Paribas Asset Management France S.A.S.	6.526.465	1,037%	12.610.360	2,004%
Genesis Asset Managers, LLP	15.359.533	2,441%	12.613.387	2,004%
T. Rowe Price Group, Inc. Através de T. Rowe Price International Ltd	12.821.174	2,037%	12.694.305	2,017%

* Fonte: Últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

8. Indicação Sobre o Número de Acções e Obrigações Detidas por Membros dos Órgãos de Administração e De Fiscalização

(De acordo com o disposto no n.º 5 do Artigo 447.º CSC)

Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31.12.17		Acréscimos no exercício		Diminuições no exercício		Posição em 31.12.18	
	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações
Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos	274.805	-	-	-	-	-	274.805	-
Andrzej Szlezak	-	-	-	-	-	-	-	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	-	-	-	-	-	-	-	-
Artur Stefan Kirsten	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Artigo 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
Clara Christina Streit	800	-	-	-	-	-	800	-
Francisco Manuel Seixas da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-
Hans Eggerstedt	19.700	-	-	-	-	-	19.700	-
Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos	26.455 ²	-	-	-	-	-	26.455 ²	-
Sérgio Tavares Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.; Ver Ponto 20.

² Das quais 1.500 acções são detidas pelo cônjuge.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. confirmou não deter quaisquer acções ou obrigações, em 31 de Dezembro de 2018, e não ter realizado, durante 2018, transacções com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

9. Poderes Especiais do Órgão de Administração, nomeadamente no que Respeita a Deliberações de Aumento de Capital (Art. 245.º-A, n.º 1, al. i) CVM), com Indicação, Quanto a Estas, da Data em Que Lhe Foram Atribuídos, Prazo Até ao Qual Aquela Competência Pode Ser Exercida, Limite Quantitativo Máximo do Aumento do Capital Social, Montante Já Emitido ao Abrigo da Atribuição de Poderes e Modo de Concretização dos Poderes Atribuídos

Qualquer aumento de capital carece de deliberação prévia da Assembleia Geral de accionistas.

10. Informação Sobre a Existência de Relações Significativas de Natureza Comercial entre os Titulares de Participações Qualificadas e a Sociedade

Face à política que tem vindo a ser seguida pela Sociedade sobre este tema, não se realizaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os Titulares de Participação Qualificada ou entidades que com estes estejam em qualquer relação, fora das condições normais de mercado.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada.

Secção B ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

Subsecção I Assembleia Geral

A. Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e Cargo dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e Respetivo Mandato (Início e Fim)

No dia 14 de Abril de 2016 foram eleitos, para o triénio 2016-2018, Abel Bernardino Teixeira Mesquita e Nuno de Deus Pinheiro, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Secretário, respectivamente.

B. Exercício do Direito de Voto

12. Eventuais Restrições em Matéria de Direito de Voto, Tais Como Limitações ao Exercício do Voto Dependente da Titularidade de um Número ou Percentagem de Acções, Prazos Impostos Para o Exercício do Direito de Voto ou Sistemas de Destaque de Direitos de Conteúdo Patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f) CVM)

A Sociedade e o seu Conselho de Administração valorizam particularmente os princípios da livre transmissibilidade das acções e da livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do Órgão de Administração.

Assim, o Artigo Vigésimo Quarto dos Estatutos da Sociedade estabelece a regra de que a cada acção corresponde um voto.

Nesta linha, a Sociedade não estabeleceu mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada acção ordinária, designadamente não estão estatutariamente atribuídos direitos especiais a accionistas ou previstos limites ao exercício do direito de voto, nem existe nenhuma regra estatutária especial sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De igual forma, a presença na Assembleia Geral não se encontra condicionada à detenção de um número mínimo de acções.

De acordo com o Artigo Vigésimo Sexto dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral poderá funcionar em primeira convocatória, desde que se ache presente ou representado mais de 50% do capital social.

Participação em Assembleia Geral

Nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários e no Artigo Vigésimo Terceiro dos Estatutos da Sociedade puderam participar e votar, nas reuniões da Assembleia Geral, os accionistas que reuniram as seguintes condições:

- i. Na Data de Registo, correspondente às 00:00 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, eram titulares de acções da Sociedade que lhes conferiam pelo menos um voto;
- ii. Até ao final do dia anterior ao da Data de Registo, declararam, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao respectivo intermediário financeiro a sua intenção de participar na reunião;
- iii. Até ao final do dia da Data de Registo, o respectivo intermediário financeiro enviou ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral informação sobre o número de acções registadas em nome do referido accionista na Data de Registo.

Voto por Correspondência

De acordo com o número três do Artigo Vigésimo Quinto dos Estatutos, é ainda admitido o voto por correspondência. Estatutariamente, os votos por correspondência contam para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral e cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar a sua autenticidade e regularidade, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação. Em caso de presença do accionista ou do seu representante na Assembleia Geral, considera-se revogado o voto por correspondência emitido.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas depois da data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

A Sociedade disponibiliza no seu sítio institucional um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Como os seus estatutos são omissos nesta matéria, a Sociedade fixou em 48 horas antes da realização da Assembleia Geral o prazo para a recepção do voto por correspondência, acolhendo e, de certa forma, indo mais longe do que o disposto na recomendação da CMVM sobre esta matéria.

Voto por Meios Electrónicos

A Sociedade reconhece também que a utilização de meios informáticos potencia o exercício dos direitos dos accionistas e, nesse sentido, adopta, desde 2006, os mecanismos adequados para que estes possam votar por meios electrónicos nas Assembleias Gerais. Assim, os accionistas deverão manifestar a intenção de exercer o seu direito por esta via ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, junto da sede social ou através do sítio institucional de Jerónimo Martins, em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>. Na referida manifestação de interesse, os accionistas deverão indicar a morada do intermediário financeiro de registo dos valores mobiliários para a qual, subsequentemente, será enviada uma carta registada, que contém o endereço electrónico a usar para exercício do direito de voto e um código identificador, a referir na mensagem de correio electrónico, com que o accionista poderá exercer o mesmo.

13. Indicação da Percentagem Máxima dos Direitos de Voto Que Podem Ser Exercidos Por Um Único Accionista ou Por Accionistas Que Com Aquele Se Encontrem em Alguma das Relações do n.º 1 do Art. 20.º CVM

A Sociedade não definiu regras que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

14. Identificação das Deliberações Accionistas Que, Por Imposição Estatutária, Só Podem Ser Tomadas Com Maioria Qualificada, Para Além Das Legalmente Previstas e Indicação Dessas Maiorias

Não existe nenhuma regra estatutária especial sobre quóruns deliberativos.

Subsecção II Administração e Supervisão (Conselho de Administração)

A. Composição

15. Identificação do Modelo de Governo Adoptado

A Sociedade adoptou o modelo de governo Anglo-Saxónico correspondente à modalidade prevista na alínea b) do Artigo 278.º CSC em que a administração e fiscalização da Sociedade se encontram estruturadas através de um Conselho de Administração, que compreende a Comissão de Auditoria, e um Revisor Oficial de Contas.

16. Regras Estatutárias Sobre Requisitos Procedimentais e Materiais Aplicáveis à Nomeação e Substituição dos Membros do Conselho de Administração (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h) CVM). Política de Diversidade.

O Artigo primeiro do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade prevê que este órgão tenha a composição que venha a ser deliberada em Assembleia Geral nos termos previstos no número um do Artigo Décimo Segundo do Pacto Social, sendo presidido pelo respectivo Presidente, escolhido em Assembleia Geral.

O número três do Artigo nono do referido Regulamento do Conselho de Administração prevê que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer dos seus membros, o Conselho de Administração procederá à cooptação, cabendo à Comissão de Auditoria, se tal não ocorrer no prazo de 60 dias a contar da falta, designar o substituto.

Política de Diversidade

No ordenamento jurídico-societário português cabe exclusivamente aos accionistas a competência para seleccionar e designar ou eleger os membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades comerciais.

Assim sendo, uma vez que os accionistas não se confundem com a Sociedade, não se afigura que a esta seja juridicamente possível definir ou aplicar uma política de diversidade nos moldes previstos na al. r), do n.º 1, do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de Julho.

O facto de não ter ocorrido qualquer Assembleia Geral electiva desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 89/2017 não permitiu ainda aos accionistas ponderar e, querendo, levar em conta, de forma expressa, nos processos electivos, considerações de diversidade que subjazem ao normativo em apreço (a primeira assembleia geral electiva da Sociedade, após a data de entrada em vigor do diploma referido, só terá lugar em 2019).

Isto não significa, porém, que na selecção dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade (respectivamente, Conselho de Administração e Comissão de Auditoria), os accionistas não relevem critérios de diversidade que procuram combinar os atributos individuais de cada um dos membros, como a independência, a integridade, a experiência e a competência, com as especificidades da Sociedade, designadamente o seu modelo de governo, a sua dimensão, a sua estrutura accionista e o seu modelo de negócio.

Pode-se mesmo afirmar que, na actual composição do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, os accionistas salvaguardaram a diversidade de género (sem prejuízo do cumprimento da legislação que, a propósito, a Sociedade terá de observar a partir de 2019), a diversidade etária, a diversidade de habilitações e a diversidade de antecedentes profissionais, conforme se pode verificar dos pontos 1.3.1. do Capítulo I, e dos pontos 17 a 19, e 26 do Capítulo IV deste Relatório.

Acresce que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do Art. 289.º CSC, as propostas para a eleição dos Administradores (e demais órgãos sociais) indicaram as qualificações profissionais e as actividades profissionais exercidas, nos últimos cinco anos, das pessoas cuja eleição foi proposta pelos accionistas da Sociedade. Tais elementos constituíram fundamentação suficiente a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo, à função a desempenhar pelos referidos candidatos.

17. Composição do Conselho de Administração, com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efectivos, Data da Primeira Designação e Data do Termo de Mandato de Cada Membro

Nos termos dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de sete e um máximo de onze membros, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos. Ao longo do ano de 2018, o Conselho teve a composição indicada abaixo, contando actualmente com nove membros efectivos, eleitos em Assembleia Geral realizada em 14 de Abril de 2016 para o triénio 2016-2018:

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos

- Presidente do Conselho de Administração desde 18 de Dezembro de 2013
- Administrador-Delegado
- Primeira designação em 31 de Março de 1995
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Andrzej Szlezak

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 9 de Abril de 2010
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Artur Stefan Kirsten

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em Abril de 2010 (cessação de mandato em Fevereiro de 2011)
- Nova designação em 9 de Abril de 2015.
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Clara Christina Streit

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 9 de Abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Francisco Manuel Seixas da Costa

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Hans Eggerstedt

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 29 de Junho de 2001
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 9 de Abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Sérgio Tavares Rebelo

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

18. Distinção dos Membros Executivos e Não Executivos do Conselho de Administração e, Relativamente aos Membros Não Executivos, Identificação dos Membros Que Podem Ser Considerados Independentes

A Sociedade procura um equilíbrio na composição do Conselho de Administração através da integração de Administradores Não-Executivos e de Administradores Independentes a par do Administrador Executivo, no âmbito de delegação de competências, encontrando-se efectuada supra no n.º 17, para onde se remete, a respectiva discriminação. O critério de distinção utilizado pela Sociedade coincide com o da Recomendação 2005/162/CE, da Comissão da União Europeia, de 15 de Fevereiro de 2005, considerando-se Administradores Executivos aqueles que sejam encarregados da gestão corrente e, a contrario sensu, Administradores Não-Executivos aqueles que o não sejam.

O Conselho de Administração integra, assim, Administradores Não-Executivos, em particular Administradores Independentes dotados de um conjunto de competências técnicas diversificadas, redes de contactos e ligações com entidades nacionais e internacionais que permitem enriquecer e otimizar a gestão da Sociedade numa óptica de criação de valor e de adequada defesa dos interesses de todos os seus accionistas e restantes stakeholders, o que assegura uma efectiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da actividade dos restantes membros do Conselho de Administração.

De acordo com os princípios pelos quais a Sociedade se rege, embora os Administradores respondam perante todos os accionistas por igual, a independência da actuação do Conselho de Administração face a estes é ainda reforçada pela existência de Administradores Independentes.

De acordo com as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018), doravante referidas como “Recomendações IPCG 2018”, e atendendo ao disposto na recomendação III.4, que estabelece os critérios da avaliação da independência feita pelo órgão de administração, são considerados Administradores Independentes os Administradores Francisco Seixas da Costa, António Viana Baptista, Clara Christina Streit e Sérgio Rebelo.

De notar que os Administradores Clara Christina Streit, Sérgio Rebelo e Hans Eggerstedt são igualmente membros da Comissão de Auditoria, ficando, assim, sujeitos aos critérios de independência previstos no n.º 5 do Artigo 414.º CSC, sendo que, também por referência a estes últimos o Administrador Hans Eggerstedt não poderá ser considerado independente. Qualquer dos membros da Comissão de Auditoria cumpre também as regras de incompatibilidade previstas no Artigo 414.º-A, n.º 1 CSC com excepção da prevista na alínea b).

Sendo o número de independentes de acordo com os critérios supra explanados de quatro, de entre um total de nove Administradores, afigura-se cumprida a recomendação III.4 (Recomendações IPCG 2018).

19. Qualificações Profissionais e Outros Elementos Curriculares Relevantes de Cada Um dos Membros do Conselho de Administração

Pedro Soares dos Santos, de nacionalidade portuguesa, ingressou, em 1983, na Direcção de Operações do Pingo Doce. Em 1985, integrou o Departamento de Vendas e Marketing da Iglo/Unilever e, cinco anos mais tarde, assume funções como Director Adjunto das Operações Recheio. Em 1995, é nomeado Director-Geral desta Companhia. Entre 1999 e 2000, assume a responsabilidade pelas operações na Polónia e no Brasil. Em 2001, passa também a ser responsável pelas operações da área de Distribuição em Portugal. É Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. desde 31 de Março de 1995, sendo Administrador-Delegado desde 9 de Abril de 2010 e Presidente do Conselho de Administração desde 18 de Dezembro de 2013.

Andrzej Szlezak tem nacionalidade polaca e é licenciado em Filologia Inglesa e em Direito pela Adam Mickiewicz University em Poznan, Polónia, tendo sido aprovado no exame judicial em 1981 e admitido na Chamber of Legal Advisors (Poznan Chapter) em 1994. Em 1979, iniciou o seu percurso académico na referida universidade, no qual obteve os graus de doutoramento e pós-doutoramento ("Habilitation Doctor") em Direito, em 1985 e 1992, respectivamente. Em 1994, foi-lhe atribuído o cargo de Professor da Adam Mickiewicz University (Law School) que exerceu até 1996. Actualmente é Professor na Warsaw School of Social Sciences and Humanities. Em 1991, juntou-se à sociedade de advogados Soltysinski, Kawecki & Szlezak ("SK&S"), da qual se tornou sócio em 1993 e sócio senior em 1996. Durante a sua prática na SK&S prestou aconselhamento jurídico em numerosas transacções de privatização e reestruturação em diversos sectores da economia polaca (principalmente em projectos de M&A, societário e greenfield). Desde 1999, tem sido árbitro no Tribunal Arbitral na Câmara do Comércio Polaca (KIG) em Varsóvia, exercendo actualmente funções de Deputy Chairman do Board de Arbitragem deste Tribunal. Tem igualmente sido nomeado como árbitro em diversos processos (nacionais e internacionais) perante a ICC International Court of Arbitration em Paris e em processos ad hoc conduzidos de acordo com as regras de arbitragem UNCITRAL. É ainda autor de várias publicações, incluindo em língua estrangeira, nas áreas de direito civil, comercial e arbitragem. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

António Viana-Baptista tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (1980), possui Pós-Graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1981) e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau, 1983). Entre 1985 e 1991, foi Sócio (Principal Partner) da McKinsey & Co. nos escritórios de Madrid e Lisboa. Entre 1991 e 1998, exerceu o cargo de Administrador no Banco Português de Investimento. Entre 1998 e 2002, foi Chairman e CEO da Telefónica International. Entre 2002 e 2006, foi Presidente Executivo (Chairman & CEO) da Telefónica Móviles S.A. Entre 2006 e 2008, foi Presidente Executivo (Chairman & CEO) da Telefónica España. Entre 2000 e 2008, foi membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Portugal Telecom. Entre 2011 e 2016 foi CEO do Crédit Suisse AG para Espanha e Portugal, mantendo-se actualmente como consultor desta instituição. É Administrador Não-Executivo da Semapa, SGPS, S.A. e da Atento, S.A., acumulando também funções de Administrador da Alter Venture Partners G.P., SARL. É Administrador Não-Executivo da Sociedade desde, 9 de Abril de 2010.

Artur Stefan Kirsten tem nacionalidade alemã e obteve o seu mestrado em Economia e Informática, entre 1981 e 1986, na FernUniversität Hagen e na Georg-August-Universität Göttingen. Em 1991, obteve o seu Doutoramento (Dr. rer. pol.), ao que se seguiu o Stanford Executive Program na Graduate School of Business da Universidade de Stanford, na Califórnia. Desde 1995, lecciona em diferentes universidades alemãs e no estrangeiro. Em 2001, foi nomeado Professor Catedrático na Westfaelische University em Gelsenkirchen. Foi, entre 2011 e 2018, Director Financeiro (CFO) da Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE") onde desempenhou igualmente funções como membro do Conselho de Gestão desde 1 de Janeiro de 2011. Foi membro do Conselho de Administração da Sociedade no período compreendido entre Abril de 2010 e Fevereiro de 2011 e é actualmente membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos BV. Os seus cargos anteriores foram como Administrador-Delegado (CEO) da Majid Al Futtaiim Group LLC, uma sociedade de promoção imobiliária com negócios focados no imobiliário, retalho e empreendimentos nos Emirados, e como Director Financeiro (CFO) da Metro AG e da ThyssenKrupp AG na Alemanha. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 9 de Abril de 2015.

Clara Christina Streit tem dupla nacionalidade, norte-americana e alemã, e tem um Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de St. Gallen, na Suíça. É professora assistente nas Universidades Nova e Católica de Lisboa e Administradora Não-Executiva independente em várias empresas europeias. Começou a sua carreira como Consultora na McKinsey & Company de onde saiu em 2012 como Senior Partner, após mais de 20 anos de experiência como conselheira de instituições financeiras. De 2013 a 2017, assumiu funções como membro do Conselho de Supervisão e Presidente da Comissão de Nomeações da companhia de seguros holandesa Delta Lloyd N.V.. É Administradora do Bank Vontobel AG, desde 2011, onde também é membro da Comissão de Nomeações e Remunerações. É, desde 2013, membro do Conselho de Supervisão da empresa imobiliária alemã Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE"). Entre Maio de 2015 e Abril de 2018 assumiu funções como membro do Conselho de Administração, da Comissão de Controlo Interno, Risco e Governo da Sociedade e da Comissão de Recursos Humanos e de Nomeações da empresa Unicredit S.p.A, sediada em Milão. Em 2017, foi nomeada membro do Conselho de Supervisão, do Comité de Risco, e do Comité de Nomeações e Corporate Governance do NN Group, N.V.. É Administradora Não-Executiva da Sociedade, desde 9 de Abril de 2015.

Francisco Seixas da Costa tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Técnica de Lisboa. Inicia a sua carreira diplomática em 1975 como diplomata do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 1995 e 2001, foi Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, tendo tido várias funções oficiais, entre outras, negociador português do Tratado de Amesterdão, de 1995 a 1997, Coordenador português da negociação do quadro financeiro plurianual da UE, de 1997 a 1999, e Presidente do Conselho de Ministros do Mercado Interno da União Europeia, em 2000. De 2001 a 2002 foi Embaixador, Representante permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, e de 2002 a 2004 foi Embaixador, Representante permanente de Portugal junto da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, em Viena. Entre 2004 e 2008, foi Embaixador no Brasil, em Brasília e, entre 2009 e 2013, foi Embaixador em França e Representante Permanente junto da UNESCO (desde 2012), em Paris. Desde 2013, é membro do Conselho Consultivo da Fundação Calouste Gulbenkian e membro do Conselho Estratégico da Mota-Engil, SGPS, S.A. Desde 2014, é docente da Universidade Autónoma de Lisboa. Em Abril de 2016, foi eleito Administrador e membro da Comissão de Nomeações e Retribuições da EDP Renováveis e, em 2017, foi nomeado membro do Conselho Geral Independente da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.. É colunista e colaborador de diversas publicações e autor de várias obras sobre questões internacionais e de segurança. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

Hans Eggerstedt tem nacionalidade alemã, é licenciado em Economia pela Universidade de Hamburgo e ingressou, em 1964, na Unilever, onde desenvolveu toda a sua carreira. Entre outros cargos, foi Director de Operações de Retalho e de Gelados e Congelados na Alemanha, Presidente e CEO da Unilever Turquia, Director Regional para a Europa Central e de Leste e Director Financeiro e de Informação e Tecnologia da Unilever. É nomeado para o Conselho de Administração da Unilever N.V.

e Unilever PLC em 1985, cargo que manteve até 1999. Entre 2003 e 2012 foi Administrador Não-Executivo da COLT Telekom Group S.A., Luxemburgo. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 29 de Junho de 2001.

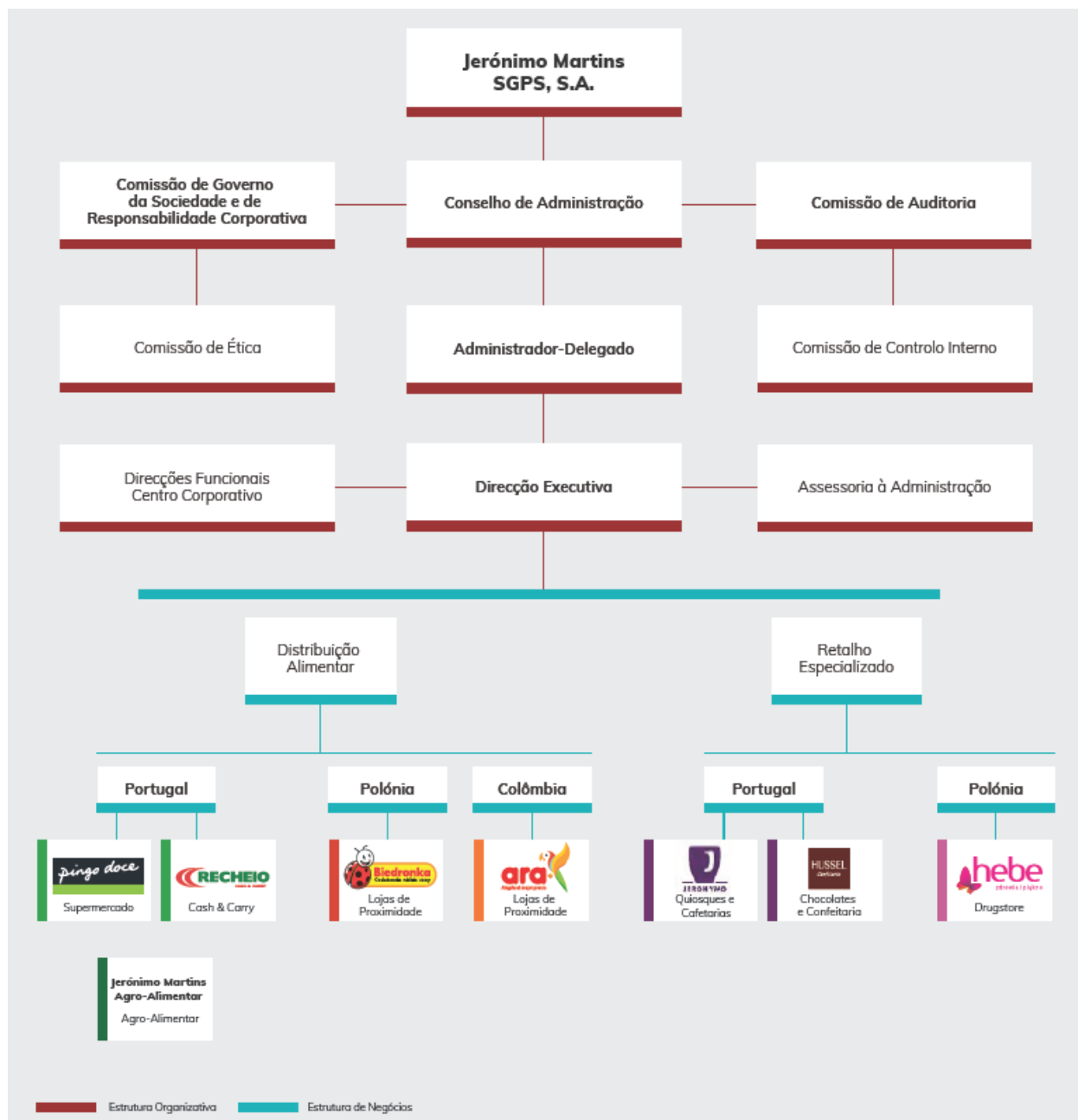
Henrique Soares dos Santos tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão e Alumni do INSEAD. Começou a sua carreira em 1993 como Trainee em Contabilidade de Gestão na Fima - Produtos Alimentares S.A. e, um ano depois, era Assistente do Director de Contabilidade de Gestão. Foi Controlador de Orçamento de Jerónimo Martins, SGPS, S.A., entre 1996 e 1997, ano em que se tornou Gestor de Tesouraria da Eurocash Sp z.o.o na Polónia até 1998. No ano seguinte, passou a desempenhar as funções de Controller Financeiro de Jerónimo Martins Retail Activity Polska Sp z.o.o.. Em 2001, foi Vice-Controlador do Grupo e, no mesmo ano, foi nomeado Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração, cargo que ocupou até 2002. Foi Secretário da Sociedade e Director de Segurança de Informação de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Waterventures – Consultoria, Projectos e Investimentos, S.A. É membro do Conselho de Administração de Jerónimo Martins - Serviços, S.A., da Arica Holding B.V., da Sindcom – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. assim como da Nesfia - Sociedade Imobiliária, S.A. e Sociedade Francisco Manuel dos Santos, II, S.A. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 9 de Abril de 2015.

Sérgio Tavares Rebelo tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Tem um M.Sc. em Investigação Operacional pelo Instituto Superior Técnico, bem com um M.A. e um Ph.D. em Economia pela University of Rochester. Iniciou a sua carreira académica como assistente na Universidade Católica Portuguesa, em 1981. Em 1988, ingressa como Assistant Professor of Finance na Northwestern University, passando a Associate Professor of Finance, em 1991. Entre 1992 e 1997, é Associate Professor do Department of Economics da University of Rochester e, desde Julho de 1997, é Tokai Bank Distinguished Professor of International Finance, Kellogg School of Management, da Northwestern University. Publica, desde 1982, inúmeros artigos e livros na área da economia e finanças. Desde Abril de 2012, é Membro do Advisory Council to the Global Markets Institute na Goldman Sachs e, entre 2015 e 2018, assumiu funções como Administrador Não-Executivo da Integrated DNA Technologies. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

20. Relações Familiares, Profissionais ou Comerciais, Habituais e Significativas, dos Membros do Conselho de Administração com Accionistas a Quem Seja Imputável Participação Qualificada Superior a 2% dos Direitos de Voto

Membro do Órgão de Administração	Tipo de Relação	Titular de Participação Qualificada
Artur Stefan Kirsten	Administrador	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

21. Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade



Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, para além da representação institucional da Sociedade, desempenha funções de especial responsabilidade na direcção das respectivas reuniões, no acompanhamento da execução das deliberações tomadas por este Órgão, na participação nas reuniões das restantes comissões emanadas do Conselho de Administração e na definição da estratégia global da Sociedade.

Delegação de Poderes e Coordenação de Administradores Não Executivos

O Conselho de Administração, mediante deliberação, delegou em um Administrador-Delegado diversas competências no âmbito da gestão corrente da Sociedade, o qual, nesses termos, pode:

- a. gerir os negócios sociais e efectivar as operações relativas ao objecto social, compreendidas no âmbito da sua gestão corrente, enquanto sociedade gestora de participações sociais;
- b. representar a Sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, e comprometer-se em arbitragens, podendo, para o efeito, designar mandatários, assim como transigir, confessar e desistir das mesmas;
- c. contrair empréstimos e outras operações financeiras, no mercado financeiro nacional ou estrangeiro, emitir valores mobiliários representativos de dívida no âmbito da competência do Conselho de Administração e aceitar a fiscalização das entidades mutuantes, sempre até ao montante de €50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros) e com integral respeito pelo disposto nos Estatutos da Sociedade;
- d. decidir sobre a prestação, pela Sociedade, de apoio técnico e financeiro, incluindo através da concessão de empréstimos às sociedades de cujas acções, quotas ou partes sociais seja, no todo ou em parte, titular;
- e. decidir sobre a alienação ou locação de bens móveis ou imóveis, incluindo acções, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer desinvestimentos, até ao montante de €50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros) ou, independentemente de tal limite, quando tal alienação ou locação se encontre prevista nos Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovados pelo Conselho de Administração;
- f. decidir sobre a aquisição ou tomada em locação de quaisquer bens móveis ou imóveis, incluindo acções, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer investimentos, até ao montante de €50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros), ou, independentemente de tal limite, quando tal aquisição ou tomada em locação se encontre prevista em Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovado pelo Conselho de Administração;
- g. designar as pessoas a propor às Assembleias Gerais das sociedades referidas na alínea d) supra, para preenchimento de cargos nos respectivos órgãos sociais, indicando aquelas a quem caberá exercer funções executivas;
- h. aprovar políticas e normas transversais às sociedades do Grupo Jerónimo Martins, tais como manuais de procedimentos, regulamentos e ordens de serviço, maxime no que diz respeito a (i) Recursos Humanos, (ii) Controlo Operacional, (iii) Segurança Alimentar e Controlo de Qualidade e (iv) Reporte e Investimentos;
- i. aprovar os planos de expansão respeitantes às actividades de cada uma das áreas de negócio, bem como das sociedades do Grupo não abrangidas em áreas de negócios;
- j. aprovar a estrutura orgânica das sociedades do Grupo;
- k. decidir as instruções ou orientações a dar pela Sociedade às administrações das sociedades suas subsidiárias, quanto às matérias referidas nesta delegação de poderes, nos termos e com observância do disposto na lei aplicável.

Para efeitos do disposto na delegação de poderes, consideram-se como previstos nos Planos de Médio e Longo Prazo, (entendidos estes como planos de actividades, de investimentos e projecções financeiras a três anos), as aquisições, alienações, investimentos ou desinvestimentos cujo montante não exceda em mais de 10% a respectiva rubrica constante desses Planos.

Em 2018, manteve-se em funções a Direcção Executiva, órgão consultivo que, conforme referido no ponto 29, tem como objectivo fundamental coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe forem delegadas pelo Conselho, no âmbito da gestão corrente dos negócios que constituem o objecto social da Sociedade.

Contudo, o Conselho de Administração retém, nos termos do respectivo Regulamento Interno, poderes sobre as matérias estratégicas de gestão do Grupo, em particular as que se prendem com a definição de políticas gerais da Sociedade e da estrutura empresarial do Grupo e as que, devido à sua importância e natureza especiais, podem impactar substancialmente a actividade deste último.

Ao Administrador-Delegado estão também vedadas as matérias a que se refere o n.º 4 do Artigo 407.º CSC.

Para além dos poderes sobre matérias estratégicas para a gestão do Grupo, o Conselho de Administração exerce um controlo efectivo na orientação da vida societária ao procurar sempre informar-se devidamente e ao assegurar a supervisão da gestão da Sociedade, encontrando-se implementados mecanismos nesse sentido.

Neste contexto, em cada reunião do Conselho de Administração, o Administrador-Delegado apresenta informação relativa à actividade desenvolvida pela Sociedade desde a última reunião, disponibilizando-se para prestar os esclarecimentos complementares que os Administradores Não-Executivos entendam necessários. Em 2018, toda a informação solicitada pelos Administradores Não-Executivos foi completa e tempestivamente fornecida pelo Administrador-Delegado.

Adicionalmente, e considerando que o Administrador-Delegado é, simultaneamente, Presidente do Conselho de Administração, foi aprovado por deliberação do dito Conselho um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos da Sociedade, o qual, aliás, encontra acolhimento na recomendação II.1.10 do Código de Governo das Sociedades da CMVM (2013).

Tal Mecanismo explicita que os membros do Conselho de Administração que não integrem uma Comissão Executiva ou que não sejam Administradores-Delegados mantêm responsabilidade, nos termos fixados pelo Artigo 407.º, n.º 8 CSC, pela vigilância sobre a actuação da Comissão Executiva ou dos Administradores-Delegados e, bem assim, pelos prejuízos causados por actos ou omissões destes, quando, tendo conhecimento de tais actos ou do propósito de os praticar, não provoquem a intervenção do Conselho de Administração para tomar as medidas adequadas.

A actividade de supervisão e fiscalização dos Administradores Não-Executivos é também exercida no seio das Comissões Especializadas, e grupos de trabalho da Sociedade em que aqueles participem e nos órgãos societários das sociedades subsidiárias de que façam parte.

Ainda nos termos de tal Mecanismo, os Administradores-Delegados ou o Presidente da Comissão Executiva, consoante aplicável, bem como os Administradores a quem tenha sido atribuído um encargo especial ao abrigo do Artigo 407.º, n.ºs 1 e 2 CSC, deverão:

- a) sempre que tal se mostre necessário, prestar aos Administradores com funções não executivas informação relevante relativamente à execução dos poderes que lhes tenham sido delegados ou do encargo especial que lhes tenha sido atribuído;
- b) satisfazer, em prazo razoável, qualquer pedido de informação que lhes seja submetido por qualquer dos Administradores com funções não executivas, para efeitos do desempenho das respectivas funções, devendo a referida informação ser igualmente disponibilizada aos demais membros do Conselho de Administração.

Prevê-se no dito Mecanismo que os Administradores com funções não executivas possam realizar reuniões *ad hoc*, por iniciativa de quaisquer dois deles, cabendo a respectiva convocatória ao Secretário da Sociedade (que da mesma dará conhecimento ao Presidente do Conselho de Administração), nos termos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Com vista a permitir uma participação independente e informada dos Administradores com funções não executivas nas reuniões do Conselho de Administração ou nas reuniões das Comissões

Especializadas, de grupos de trabalho ou de Órgãos Societários de sociedades de que façam parte, atrás referidos, prevê o Mecanismo competir ao Secretário da Sociedade disponibilizar-lhes a agenda definitiva dos trabalhos e a respectiva documentação preparatória nos termos e com observação dos prazos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Compete ainda ao Secretário da Sociedade, de acordo com o Mecanismo implementado, diligenciar pela remessa aos Administradores que o solicitem de cópia das actas da Direcção Executiva, bem como de quaisquer actas dos Órgãos Sociais ou das Comissões Especializadas criadas pelo Conselho de Administração, e prestar-lhes, no âmbito das suas competências, quaisquer informações respeitantes a deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva ou a quaisquer decisões dos Administradores-Delegados.

Estrutura Organizativa e Repartição de Competências

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. é a *Holding* do Grupo e, como tal, é responsável pelas grandes linhas orientadoras das várias áreas de negócio, bem como por assegurar a coerência entre os objectivos definidos e os recursos disponíveis. Os serviços da *Holding* integram um conjunto de Direcções Funcionais que constituem, simultaneamente, áreas de apoio ao Centro Corporativo e de prestação de serviços às Áreas Operacionais das sociedades do Grupo, nas diferentes geografias em que estas operam.

Em termos operacionais, Jerónimo Martins encontra-se organizada em dois segmentos de negócio: i. Distribuição Alimentar e ii. Retalho Especializado, estando o seu foco maior no primeiro. A Distribuição – Alimentar e o Retalho Especializado - estão, por sua vez, organizados por Áreas Geográficas e Áreas Operacionais (estas com diferentes insígnias e formatos). A Sociedade tem ainda operações na área Agro-Alimentar que servem, essencialmente, de suporte à Distribuição Alimentar, para já, apenas em Portugal, garantindo o abastecimento e diferenciação em categorias relevantes.

Direcções Funcionais da Holding

À *Holding* cabe: i. a definição e a implementação da estratégia de desenvolvimento do portefólio do Grupo; ii. o planeamento e controlo estratégico dos vários negócios e a manutenção da sua consistência com os objectivos globais; iii. a definição de políticas financeiras e o respectivo controlo; e iv. a definição de políticas de Recursos Humanos, assumindo directamente a implementação da Política de Desenvolvimento de Quadros (*Management Development Policy*).

As Direcções Funcionais da Holding estão organizadas da seguinte forma:



Ambiente – Define a estratégia, políticas e procedimentos transversais em todas as geografias onde o Grupo Jerónimo Martins está presente, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos e procurando identificar oportunidades de minimização dos impactos ambientais negativos, directos e indirectos, decorrentes das suas operações e produtos, sobre a cadeia de valor.

Tendo por base a avaliação de riscos ambientais, as tendências, a informação científica disponível e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas, a estratégia ambiental do Grupo tem como prioridades o combate às alterações climáticas, a protecção da biodiversidade e a correcta gestão de resíduos, tendo sido estabelecidos objectivos, programas e metas específicos no âmbito da gestão de cada uma destas prioridades.

Os principais compromissos e acções desenvolvidas em 2018, bem como os resultados alcançados, podem ser encontrados no Capítulo V (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”), destacando-se, no ano:

- A apresentação pública do manual de Jerónimo Martins sobre Agricultura Sustentável;

- O cálculo do desperdício alimentar do Grupo, seguindo o *Food Loss and Waste Protocol*, do World Resources Institute, bem como a definição de plano de acção para reduzir em 50% esse valor (sendo 2016 o ano de referência) até 2025.

Assuntos Jurídicos – Assegura assistência jurídica permanente à Sociedade, elaborando contratos, pareceres e estudos, assessorando o Conselho de Administração na tomada de decisão, implementando políticas de planeamento de risco e dando apoio às restantes Direcções Funcionais. Assegura ainda a necessária coordenação entre os departamentos jurídicos das sociedades subsidiárias nas diversas jurisdições em que operam.

Em 2018, a Direcção em causa continuou a centrar a sua actividade no acompanhamento da evolução das regras e recomendações societárias, nas diversas operações de reorganização do Grupo e no apoio ao Conselho de Administração e às diversas Direcções Funcionais, entre outras matérias, nos projectos de expansão internacional do Grupo.

Desempenhou ainda um papel activo em matéria de prevenção de litígios, através do aconselhamento jurídico e da formação interna.

Auditoria Interna – Avalia a qualidade e eficácia dos sistemas (operacionais e não operacionais) de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, assegurando a sua conformidade com os procedimentos do Grupo, bem como os de cada unidade de negócio, zelando pelo cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis às respectivas operações.

Esta Direcção reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e funcionalmente à Comissão de Auditoria. As actividades desenvolvidas encontram-se referidas no ponto 50.

Comercial - Responsável pela definição, coordenação e implementação de estratégia e políticas comerciais globais comuns às várias geografias onde o grupo opera.

Tem como principal missão liderar a coordenação e integração das áreas comerciais das diferentes companhias operacionais na prossecução dos seguintes principais objectivos:

- Actividades de *procurement* e negociações conjuntas com produtores e fornecedores internacionais de Marcas Próprias, Frescos e Non-Food;
- Promover a partilha de *know-how* e informação entre as diferentes geografias;
- Incentivar e operacionalizar a inovação comum associada às Marcas Próprias;
- Desenvolvimento de marcas globais (a utilizar por diferentes companhias operacionais do Grupo) em categorias específicas;
- Potenciar e coordenar todas as outras sinergias comerciais entre companhias.

Comunicação e Responsabilidade Corporativas – Assegura a gestão estratégica da marca Jerónimo Martins e é responsável por preservar e desenvolver o capital reputacional do Grupo. Esta missão é prosseguida pelo envolvimento num contínuo diálogo com os vários stakeholders externos não-financeiros e pela promoção da integração de preocupações ambientais, sociais e éticas nas decisões do dia-a-dia ao longo da cadeia de valor. Funciona também como agente de integração inter-departamental, desenvolvendo esforços para garantir o alinhamento das mensagens e práticas com os valores e objectivos do Grupo.

A Direcção operacionalizou o apoio do Grupo às celebrações em Portugal do centenário da reconquista da independência da Polónia, em colaboração com a Embaixada da República da Polónia em Lisboa, tendo ainda a Direcção participado activamente na definição da parceria celebrada, na Polónia, entre a Biedronka e a Caritas Polska com vista ao auxílio financeiro a mais de 5.000 idosos em situação de grande vulnerabilidade socioeconómica.

Com o objectivo de continuar a promover um maior e mais alargado conhecimento do Grupo e da sua história, a Direcção lançou uma biblioteca digital - Our Library – que disponibiliza todas as publicações que o Grupo produz e patrocina.

O Grupo foi o principal parceiro do Sustainable Retail Summit 2018, uma iniciativa do Consumer Goods Forum que se realizou pela primeira vez em Portugal, em Outubro, e em cuja concretização a Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas se empenhou fortemente.

No âmbito do apoio às Comunidades Envolventes, a Direcção lançou, em parceria com o Pingo Doce e duas instituições privadas de solidariedade social, o “Mercado Social”. Este projecto-piloto visa fomentar o empreendedorismo social e a sustentabilidade financeira de instituições do terceiro sector.

Em resultado do trabalho desenvolvido pela Direcção de aplicação do *Food Waste & Loss Protocol* à realidade das Companhias do Grupo, Jerónimo Martins foi, em 2018, o primeiro retalhista em Portugal a publicar a sua pegada de desperdício alimentar.

Controlo Financeiro – É responsável pela prestação de informação financeira de suporte à tomada de decisão pelos Órgãos de Governo da Sociedade. Agrega as áreas de Consolidação e Contabilidade, Planeamento e Controlo Financeiro.

A área da Consolidação e Contabilidade prepara a informação financeira consolidada que serve de base ao cumprimento das obrigações legais e estatutárias, e apoia o Conselho de Administração, através da implementação e monitorização das políticas e dos princípios contabilísticos adoptados pelo Grupo.

Procede ainda à supervisão da conformidade do reporte financeiro das diversas sociedades do Grupo com estes normativos, apoiando as Companhias na avaliação contabilística de transacções não usuais, assim como nas operações de reestruturação e expansão.

A área de Planeamento e Controlo coordena e suporta o processo de criação dos Planos Estratégicos de Jerónimo Martins que servem de base à tomada de decisão estratégica pelos Órgãos de Governo da Sociedade.

Desenvolve uma função de controlo, monitorizando o desempenho das diferentes unidades de negócio do Grupo e apurando eventuais desvios face aos planos. Deste modo, disponibiliza à Direcção Executiva de Jerónimo Martins informações e propostas para assegurar medidas correctivas que permitam alcançar os objectivos estratégicos definidos.

Efectua ainda a avaliação financeira de todos os projectos de investimento relevantes para o Grupo, suportando a Direcção Executiva na sua aprovação e acompanhamento posterior.

Em 2018, deu continuidade à implementação de projectos de reorganização societária visando a simplificação organizacional e eficiência administrativa. Iniciou os trabalhos necessários à implementação da norma contabilística IFRS 16 – Leases. Manteve o acompanhamento e monitorização da *performance* das unidades de negócio e apoio ao desenvolvimento de planos estratégicos de médio e longo prazo do Grupo.

Desenvolvimento de Negócio – Responsável por projectos de desenvolvimento do negócio focados em oportunidades e desafios que estão directamente relacionados com o negócio das Companhias do Grupo.

Ao longo de 2018, esta Direcção coordenou projectos de natureza transversal e suportou as principais Companhias do Grupo em projectos estratégicos de desenvolvimento do negócio, bem como em reflexões estratégicas.

Estratégia e Expansão Internacional – Responsável pela prospecção e avaliação de oportunidades de desenvolvimento do portefólio de negócios do Grupo Jerónimo Martins e pela condução de projectos de natureza estratégica que envolvam fusões e aquisições.

No âmbito do desenvolvimento do portefólio de negócios, tem como responsabilidade a pesquisa, análise e avaliação de oportunidades de expansão e valorização do Grupo, através de novos mercados e negócios que potenciem o desenvolvimento de unidades de negócio com materialidade para integrarem o portefólio Jerónimo Martins.

Durante 2018, liderou e apoiou diversos projectos estratégicos e continuou a desenvolver a actividade de prospecção de novos mercados e negócios.

Fiscalidade – Presta assessoria em matéria tributária a todas as Sociedades do Grupo, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e a optimização, do ponto de vista fiscal, das acções de gestão das unidades de negócio. Procede, igualmente, à gestão do contencioso fiscal e do relacionamento do Grupo com consultores e advogados externos, bem como com as Autoridades Fiscais.

Em 2018, prestou o suporte técnico necessário em todas as operações de reestruturação societária. Acompanhou a implementação no Grupo da legislação europeia/mundial relativa ao *Country-by-Country Report* e *Master File*. Através das associações, nacionais e internacionais, representativas do sector assegurou a defesa dos interesses do Grupo, quer pela colaboração prestada na clarificação e implementação de nova legislação, quer no debate público de novas normas legislativas.

Gestão de Risco – Responsável pela implementação das políticas e procedimentos de gestão de risco do Grupo, bem como pela prestação do necessário suporte aos Órgãos de Governo da Sociedade na identificação dos riscos que possam comprometer a estratégia definida pelo Grupo, assim como os seus objectivos de negócio.

As actividades desenvolvidas na área de Gestão de Risco encontram-se detalhadas nos números 52 a 55 deste Relatório.

Logística e Supply Chain - O seu objetivo é inovar e promover a eficiência dos modelos de negócio do Grupo, em todas as dimensões da respectiva Cadeia de Abastecimento, facilitando o desenvolvimento e crescimento dos diversos negócios nas diferentes geografias.

Tendo esta missão em mente, a Direcção trabalhou em 2018 quatro pilares estratégicos, que se irão manter nos próximos anos:

- Desenhar uma infraestrutura física, moderna e tecnologicamente avançada, com centros de distribuição de referência na indústria, prestando nessas plataformas um nível de serviço de excelência às lojas;
- Planear e definir com cada área de negócio, os modelos da Cadeia de Abastecimento que melhor se adaptam à evolução de cada mercado;
- Contribuir para a evolução dos modelos de abastecimento dos fornecedores, por forma a que se traduza em melhorias de escala, e ganhos de produtividade na cadeia de valor;
- Promover e fomentar as boas práticas, e o aumento de sinergias, entre as equipas das diversas geografias.

Marketing e Consumidor - Departamento responsável pela visão estratégica da área de Marketing assente numa perspectiva *consumer centric*, com especial foco na área digital.

É prioridade desta área desenvolver o conhecimento aprofundado dos clientes, de forma a melhorar a experiência que os mesmos têm com cada uma das insígnias do Grupo, recorrendo, para tal, a metodologias e ferramentas na área de *Data* e *Insights* de Consumidor que permitam estabelecer uma interação relevante e uma melhor experiência em pontos de contacto.

Em 2018, esta Direcção desenvolveu a implementação da Ferramenta de Analytics, desenvolveu o conceito da Loja Laboratório na Universidade Nova de Lisboa em Carcavelos, e apoiou as Companhias do Grupo em actividades de Marketing, Comunicação e Digital.

Operações Financeiras – Integra as áreas de Gestão de Risco Financeiro, Gestão de Tesouraria e de Seguros, sendo a actividade da primeira objecto de uma descrição detalhada nos pontos 52 a 55.

A Gestão de Tesouraria tem como responsabilidade gerir a relação com as instituições financeiras que desenvolvem ou têm potencial para desenvolver negócio com o Grupo Jerónimo Martins, garantindo que cumprem os critérios estabelecidos para tal, e assegurando igualmente a negociação das melhores condições possíveis para o Grupo. Efectua ainda o planeamento de tesouraria com o objectivo de negociar e implementar, para todas as Companhias do Grupo, as fontes de financiamento mais adequadas à respectiva geração de cash flow, ou aplicar os excedentes de modo a maximizar o retorno minimizando o risco.

Grande parte das actividades de tesouraria de Jerónimo Martins está centralizada na *Holding*, sendo esta a estrutura que presta serviços às restantes sociedades do Grupo. São igualmente centralizados nesta direcção os serviços de negociação e gestão das apólices de seguros do Grupo, tendo ainda a responsabilidade pela gestão da relação com os corretores e seguradores que trabalham com o Grupo.

Dando cumprimento às actividades atrás descritas, durante o ano 2018, foi emitida nova dívida, para refinanciamento da entretanto vencida. No que respeita aos seguros, foi efectuada nova negociação, reforçando uma abordagem mais integrada de todas as geografias onde o Grupo opera.

Qualidade e Desenvolvimento Marca Própria – Responsável pela definição, planeamento, implementação e controlo das políticas, procedimentos, metodologias e regras nas diversas geografias onde Jerónimo Martins opera, garantindo desta forma a aplicação e transversalidade das melhores práticas nesta área.

Em 2018, as principais actividades desenvolvidas centraram-se:

- na concretização das actividades de controlo dos produtos e fornecedores;
- na melhoria contínua dos produtos das Marcas Próprias através da reformulação de produtos existentes – onde podemos destacar o esforço para a substituição ou remoção do óleo de palma em alguns produtos de forma a melhorar o seu perfil nutricional;
- no incremento de controlos anti-fraude e ingredientes OGM (Organismos Geneticamente Modificados);
- na manutenção das certificações em Qualidade e Segurança Alimentar;
- no roll-out da ferramenta informática QMS (Quality Management System) para todas as geografias;
- na revisão dos *Guidelines* Corporativos para Produtos Marca Própria – Perecíveis, Alimentar e Não Alimentar;
- no início de implementação de um programa de melhoria de fornecedores na Colômbia, com o objectivo de aumentar a respectiva produtividade e a segurança alimentar dos produtos fornecidos.

Qualidade das Operações e Segurança Alimentar – Responsável por, nas três geografias, garantir a qualidade e segurança alimentar dos produtos perecíveis e processos, ao longo de toda a cadeia de abastecimento, em todas as suas etapas: produtores e fornecedores, recepção e armazenamento, lojas, cozinhas e fábrica de massa fresca.

Para tal define, planeia, implementa, e controla as políticas, regras e requisitos do Grupo, para produtos e fornecedores, promovendo o alinhamento das estruturas locais e a partilha das melhores práticas, sempre com vista à melhoria contínua da Qualidade e Segurança Alimentar dos seus produtos, e à satisfação dos clientes.

Recursos Humanos – Alicerçada na cultura e valores de Jerónimo Martins, esta área de abrangência corporativa tem por missão definir e implementar a estratégia e as políticas globais de Recursos Humanos ao nível dos seus principais pilares – Recrutamento, Formação, Desenvolvimento, Compensação e Benefícios – zelando pelo respectivo cumprimento, salvaguardando as particularidades das diferentes geografias onde o Grupo opera e as singularidades das suas Companhias.

As actividades desenvolvidas por esta Direcção Funcional, em 2018, encontram-se detalhadas no Capítulo V (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”), subcapítulo 8 – Ser um Empregador de Referência.

Relações com Investidores – Responsável pela comunicação com os investidores – accionistas ou não, institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título Jerónimo Martins. É igualmente da responsabilidade desta Direcção a coordenação de todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

As actividades desenvolvidas por esta Direcção Funcional encontram-se detalhadas nos pontos 56 e 58.

Segurança – Responsável pela implementação de uma estratégia de segurança com a finalidade de garantir a protecção dos colaboradores, dos clientes, dos valores e dos activos do Grupo Jerónimo Martins. Neste âmbito, a Direcção de Segurança define e coordena os procedimentos em termos de prevenção de segurança de pessoas e património das companhias, intervindo sempre em situações de furtos, roubos e outras actividades ilícitas e/ou violentas perpetradas nas instalações do Grupo.

Em 2018 centrou a sua actividade na implementação da Política de Segurança Corporativa e da base de dados de informação de segurança, visando a simplificação organizacional e eficiência administrativa. No plano operacional foram efectuados diagnósticos e auditorias de segurança às lojas no sector de retalho, retalho especializado e grossista. Procedeu-se ao reforço no acompanhamento das ocorrências de segurança em loja e armazéns e foi promovido, em Dezembro, um inquérito sobre as condições de segurança em loja.

Segurança de Informação – Responsável pelo planeamento, implementação e manutenção de um sistema de gestão de segurança da informação e de cibersegurança em todas as Companhias do Grupo. Tem ainda a responsabilidade pela preparação da resposta a incidentes de segurança, bem como a respectiva gestão, e apoio na recuperação dos sistemas em caso de interrupção das operações.

Reportam a esta Direcção Corporativa os *Information Security Officers (ISO)* de cada país, que asseguram a implementação da estratégia de segurança de informação, a conformidade com as Políticas e Normas de Segurança da Informação em vigor e prestam apoio às respectivas áreas de negócio e de suporte.

Em 2018, destacam-se a implementação de vários sistemas de segurança, nomeadamente para a protecção de dados, de servidores e de computadores, o programa de sensibilização de segurança para os colaboradores de todas as geografias e implementação de melhorias no processo de gestão de acessos.

Sistemas de Informação – Tem como missão assegurar o alinhamento da estratégia de Sistemas de Informação do Grupo com a das diferentes unidades de negócio que incorporam o respectivo portefólio.

Assim, assegura a criação de valor e através da disponibilização e implementação de soluções que promovam a eficácia, eficiência e inovação, suportando o crescimento do portefólio e respectivos negócios de forma sustentável.

Esta Direcção é responsável por definir e implementar a Estratégia Global de Sistemas de Informação do Grupo, por promover a inovação com recurso à tecnologia e por harmonizar e garantir sinergias de sistemas, políticas e processos de gestão de Sistemas de Informação.

Áreas Operacionais

O modelo de organização de Jerónimo Martins tem como principal objectivo assegurar a especialização nos vários negócios do Grupo, através da criação de áreas geográficas e áreas operacionais que garantam a proximidade necessária aos diversos mercados.

O negócio de Distribuição Alimentar está dividido por áreas geográficas – Portugal, Polónia e Colômbia – e, dentro destas, por áreas operacionais. Em Portugal, existem duas áreas operacionais: Pingo Doce (Supermercados) e Recheio (Cash & Carry) que integra também a divisão de Food Service através da Caterplus. Na Polónia conta com a unidade operacional Biedronka (lojas alimentares) e na Colômbia com a Ara (lojas alimentares).

No portefólio do Grupo encontra-se ainda um segmento de negócio dedicado ao Retalho Especializado, contando em Portugal com as áreas operacionais Jeronymo (cafetarias) e Hussel (lojas de chocolates e confeitaria) e na Polónia com a Hebe (drogarias).

O Grupo tem vindo a efectuar investimentos na área Agro-Alimentar, iniciando actividade nas áreas dos Lacticínios, Agro-Pecuária e Aquacultura, com o principal foco na protecção e diferenciação da cadeia de abastecimento das operações de Distribuição Alimentar em Portugal.

B. Funcionamento

22. Existência e Local Onde Pode ser Consultado o Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração

O Regulamento do Conselho de Administração encontra-se disponível no sitio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

23. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade de Cada Membro do Conselho de Administração às Reuniões Realizadas

O Conselho de Administração, cujas competências se encontram descritas no Artigo Décimo Terceiro do Pacto Social, reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, com qualquer um dos seus Administradores a poder fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro Administrador, mediante carta dirigida ao Presidente.

Durante o ano 2018, o Conselho de Administração reuniu seis vezes e em todas as reuniões foram elaboradas as respectivas actas. O número de reuniões anuais deste órgão encontra-se também divulgado no sítio da Sociedade, mencionado no *link* mencionado no ponto 62 (“Endereços Relevantes”).

Os Administradores que não compareceram pessoalmente nas reuniões do Conselho de Administração fizeram-se representar nos termos estatutários, tendo o grau de assiduidade de cada Administrador às referidas reuniões, durante o exercício das respectivas funções, sido o seguinte:

Pedro Soares dos Santos	100%
Andrzej Szlezak	100%
António Viana-Baptista	100%
Artur Stefan Kirsten ¹	67%
Clara Christina Streit ¹	83%
Francisco Seixas da Costa	100%
Hans Eggerstedt	100%
Henrique Soares dos Santos	100%
Sérgio Rebelo	100%

¹ Sempre que não compareceu pessoalmente fez-se representar nos termos estatutários.

24. Indicação dos Órgãos da Sociedade Competentes Para Realizar a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

A avaliação do desempenho dos Administradores Executivos encontra-se cometida à Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral (ver infra pontos 66 e seguintes).

Efectivamente, cabe à Comissão de Vencimentos, no âmbito da Política de Remunerações definida, apreciar o desempenho individual e colectivo dos Administradores Executivos, ponderar a sua influência e impacto nos negócios de Jerónimo Martins e aferir o respectivo alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade.

Conforme referido infra (ver ponto 27), não existem actualmente na Sociedade comissões compostas exclusivamente por Administradores. Não obstante, o desempenho dos Administradores Executivos que integram comissões de composição mista (i.e., composta também por não Administradores) é avaliado, nos mesmos termos já referidos, pela Comissão de Vencimentos.

Todos os anos, em Novembro, a discussão no seio do Conselho de Administração dos planos estratégicos do Grupo e das diferentes áreas de negócio tem inerente a avaliação do desempenho no exercício do Conselho de Administração e do seu Administrador Delegado, tendo em conta, não só aspectos qualitativos, por comparação com os planos e orçamento aprovados, mas também os principais projectos em curso, incluindo os de expansão do portefólio. Esta avaliação do ano é depois complementada aquando da aprovação do Relatório de Gestão e das contas do exercício.

25. Critérios Pré-Determinados Para a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

Os critérios pré-determinados para a avaliação dos Administradores Executivos resultam do estabelecido na Política de Remunerações descrita infra no ponto 69.

26. Disponibilidade de Cada um dos Membros do Conselho de Administração, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Actividades Relevantes Exercidas pelos Membros Daquele Órgão no Decurso do Exercício

No decurso do exercício, os membros do Órgão de Administração desempenharam também funções em outras sociedades, a saber:

Pedro Soares dos Santos

Administrador da Jerónimo Martins Serviços, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins Polska, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.*
Administrador da Jerónimo Martins Colombia, SAS*
Administrador da Recheio, SGPS, S.A.*
Administrador da JMR – Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.*
Administrador da Arica Holding B.V.
Presidente do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
Presidente do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

Andrzej Szlezak

Presidente do Conselho de Supervisão da Agora, S.A.
Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*

António Viana-Baptista

Administrador da Semapa, SGPS, S.A.
Administrador (Não-Executivo) da Atento, S.A.
Administrador da Alter Venture Partners G.P., SARL

Artur Stefan Kirsten

Presidente do Conselho de Supervisão da Vonovia Finance B.V.
Membro do Conselho de Supervisão da AVW Versicherungsmakler GmbH¹
Vice-Presidente do Conselho de Supervisão da BUWOG AG
Administrador da Movendo Capital, B.V.
Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
Membro do Conselho de Supervisão da Flaschenpost SE

¹ Termo do mandato em 31.12.2018

Clara Christina Streit

Administrador (Não-Executivo) da Vontobel Holding AG, Vontobel Bank AG (Zurique)
Membro do Conselho de Supervisão da Vonovia SE
Membro do Conselho de Supervisão do NN Group N.V.

Francisco Seixas da Costa

Membro do Conselho Consultivo da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Presidente do Conselho Consultivo Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian
Administrador (Não-Executivo) da Mota-Engil, SGPS, S.A.
Membro do Conselho Consultivo Estratégico da Mota-Engil, SGPS, S.A.
Administrador (Não-Executivo) da EDP Renováveis, S.A.
Membro da Comissão de Nomeações e Retribuições da EDP Renováveis, S.A.
Administrador (Não-Executivo) da Mota-Engil Engenharia e Construções África, S.A.
Membro da Comissão de Auditoria da Mota-Engil Engenharia e Construções África, S.A.
Membro do Conselho Geral Independente da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.
Presidente do Conselho Fiscal da PMM – SGPS, S.A.
Presidente do Conselho Assessor da A. T. Kearney Portugal, Consultadoria de Gestão, Lda.

Hans Eggerstedt

Administrador da Arica Holding B.V.

Henrique Soares dos Santos

Administrador da Nesfia – Sociedade Imobiliária, S.A.
Administrador da Jerónimo Martins - Serviços, S.A.*

Administrador da Arica Holding B.V.
Administrador da Sindcom – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, II, S.A.

Sérgio Tavares Rebelo

Membro do Conselho Consultivo do *Global Markets Institute* da Goldman Sachs
Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
Membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

As funções exercidas noutras sociedades não afectaram a disponibilidade dos Administradores para acompanhar os assuntos da Sociedade, como aliás decorre do grau de assiduidade constante do ponto 23.

C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado

27. Identificação das Comissões Criadas no Seio do Conselho de Administração, e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento de Funcionamento

Não existem, actualmente, na Sociedade comissões compostas exclusivamente por Administradores, sem prejuízo da Comissão de Auditoria referida nos pontos 30 a 33, cujo regulamento se encontra disponível no sítio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

Foram, contudo, criadas comissões na Sociedade, integradas por membros do Conselho de Administração e também por outras pessoas que não são Administradores, analisadas no ponto 29.

28. Identificação de Administrador-Delegado

O Conselho de Administração designou um Administrador-Delegado, responsável pela execução das decisões estratégicas tomadas pelo Conselho, de acordo com a respectiva delegação de competências, e uma Direcção Executiva, responsável por coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração.

O cargo de Administrador-Delegado é desempenhado por Pedro Soares dos Santos.

29. Indicação das Competências de Cada Uma das Comissões Criadas e Síntese das Actividades Desenvolvidas no Exercício Dessas Competências

Direcção Executiva

A Direcção Executiva da Sociedade, cujo mandato coincide com o mandato do Conselho de Administração que a designar, é constituída pelo Administrador-Delegado, Pedro Soares dos Santos, que a preside, por Carlos Martins Ferreira, Luís Araújo, Marta Lopes Maia, Nuno Abrantes, Pedro Leandro e Sara Miranda. De acordo com o respectivo regulamento, à Direcção Executiva cabe aconselhar o Administrador-Delegado, no âmbito da respectiva delegação de poderes, no exercício das seguintes funções:

- controlo da implementação, pelas Sociedades do Grupo, da orientação estratégica e das políticas definidas pelo Conselho de Administração;
- controlo financeiro e contabilístico do Grupo e das Sociedades que o integram;

* Sociedades que integram o Grupo

- coordenação superior das actividades operacionais a cargo das diversas sociedades do Grupo, integradas ou não em áreas de negócio;
- lançamento de novos negócios e acompanhamento dos mesmos até à sua implementação e integração nas respectivas áreas de negócio;
- implementação da política de gestão de Recursos Humanos definida para os quadros superiores de todo o Grupo.

Em 2018, a Direcção Executiva reuniu para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido elaboradas actas das respectivas reuniões, as quais foram entregues ao Presidente do Conselho de Administração e ao Secretário da Sociedade.

Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC)

A CGSRC é constituída por um mínimo de três e um máximo de nove membros, não obrigatoriamente Administradores, designados pelo Conselho de Administração, sendo um deles o Presidente.

O Conselho de Administração designou para Presidente da CGSRC o actual Presidente do Conselho de Administração, Pedro Soares dos Santos, integrando de igual forma esta Comissão Andrzej Szlezak, Artur Santos Silva, José Soares dos Santos e Maria de Fátima Barros.

No desempenho da sua missão, a CGSRC colabora com o Conselho de Administração, avaliando e submetendo-lhe as propostas de orientação estratégica no domínio da Responsabilidade Corporativa, assim como acompanhando e supervisionando de modo permanente as matérias relativas: i. ao governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética; ii. à sustentabilidade dos negócios do Grupo; iii. aos códigos internos de ética e de conduta; e iv. aos sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, nomeadamente no que respeita a relações entre a Sociedade e os seus accionistas ou outros stakeholders.

Em particular, no que tange ao governo societário, cabe-lhe acompanhar, rever e avaliar a adequação do modelo de governo da Sociedade e a sua consistência com as recomendações, padrões e melhores práticas nacionais e internacionais de governo societário, dirigindo ao Conselho de Administração as recomendações e propondo as alterações tidas por adequadas.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética de Jerónimo Martins é composta por três a cinco membros nomeados pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa. Actualmente, é constituída por Susana Correia de Campos, Adriana Olarte e Patrícia Farinha. A Comissão de Ética tem como missão acompanhar, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta do Grupo em todas as sociedades que o integram.

No desempenho das suas atribuições, compete à Comissão de Ética: i. estabelecer os canais de comunicação com os destinatários do Código de Conduta de Jerónimo Martins e recolher as informações que lhe sejam dirigidas a este propósito; ii. zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno do cumprimento deste Código, ao proceder, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes destas acções de controlo; iii. apreciar as questões que, igualmente no âmbito do cumprimento deste Código de Conduta, lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, pela Comissão de Auditoria e pela CGSRC, e, ainda, analisar, em abstracto, aquelas que sejam levantadas por qualquer colaborador, cliente ou parceiro de negócio; iv. submeter à CGSRC a adopção de quaisquer medidas que considere convenientes, onde se incluem a revisão de procedimentos internos e propostas de alteração do próprio Código de Conduta; e, por fim; v. elaborar um relatório anual, a apresentar à CGSRC, sobre as actividades desenvolvidas.

A Comissão de Ética reporta funcionalmente à CGSRC, que tem atribuições em matéria de governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética, incluindo as relativas aos códigos internos de ética e de conduta. Das reuniões realizadas em 2018, para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, foram lavradas as respectivas actas.

Comissão de Controlo Interno

A Comissão de Controlo Interno (CCI), nomeada pelo Conselho de Administração e reportando à Comissão de Auditoria, tem como competências específicas a avaliação da qualidade e fiabilidade do sistema de controlo interno e do processo de preparação das demonstrações financeiras, assim como a avaliação da qualidade do processo de monitorização em vigor nas sociedades do Grupo, com vista a assegurar o cumprimento das leis e regulamentos a que estas estão sujeitas. No desempenho desta última atribuição, compete à CCI obter informações regulares sobre as contingências, de natureza legal ou fiscal, que afectam as Companhias do Grupo.

A CCI reúne mensalmente, em regra, para exercício das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido lavradas actas de tais reuniões. É composta por um Presidente (Alan Johnson) e quatro Vogais (Francisco Martins, Jerónimo David Duarte, Madalena Mena e Henrique Soares dos Santos). Nenhum dos elementos é Administrador Executivo da Sociedade.

Em 2018, a CCI prosseguiu as suas actividades de supervisão e avaliação dos riscos e processos críticos, tendo apreciado os relatórios preparados pelo Departamento de Auditoria Interna. Uma vez que nestas reuniões é convidado a participar um representante da equipa de Auditoria Externa, são também dadas a conhecer a esta Comissão as conclusões dos trabalhos de auditoria externa que têm lugar ao longo do ano.

Subsecção III Fiscalização (Comissão de Auditoria)

A. Composição

30. Identificação do Órgão de Fiscalização (Comissão de Auditoria) Correspondente ao Modelo Adoptado

O órgão de fiscalização da Sociedade consiste na Comissão de Auditoria, em consequência do modelo de governo anglo-saxónico adoptado.

Para além das competências que lhe são atribuídas por lei, prevê o Regulamento da Comissão de Auditoria competir a esta, no desempenho das suas atribuições:

- fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos, podendo, para este efeito, recorrer à colaboração da CCI, que lhe reportará regularmente os resultados do seu trabalho, evidenciando as situações que deverão ser analisadas pela Comissão de Auditoria;
- avaliar regularmente a auditoria externa;
- aprovar os planos de actividade no âmbito da gestão de risco e acompanhar a sua execução, procedendo, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes das acções de auditoria e das revisões de procedimentos efectuadas;
- zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno de gestão de risco nas sociedades de que Jerónimo Martins seja titular de acções, quotas ou partes sociais, controlando o efectivo cumprimento dos seus objectivos;

- aprovar os programas de actividades de auditoria interna, cujo respectivo Departamento lhe reportará funcionalmente, e externa;
- seleccionar, sob proposta da Direcção Executiva, o prestador de serviços de auditoria externa;
- fiscalizar a revisão legal de contas;
- apreciar e fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente quando este preste serviços adicionais à Sociedade;
- emitir parecer prévio sobre negócios de relevância significativa entre a Sociedade e os seus accionistas titulares de participação qualificada – ou entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, estabelecendo os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância.

Para o cabal desempenho das suas funções, a Comissão de Auditoria solicita e aprecia toda a informação de gestão que considere necessária, bem como tem acesso irrestrito à documentação produzida pelos auditores da Sociedade, podendo-lhes solicitar qualquer informação que entenda necessária e sendo a primeira destinatária dos relatórios finais elaborados pelos auditores externos.

Durante o ano que passou, a Comissão de Auditoria prestou particular atenção à gestão do risco financeiro, nomeadamente no que concerne à cobertura de risco cambial, à evolução dos processos judiciais pendentes, ao processo de adopção de novas normas contabilísticas e à análise dos relatórios e controlo das medidas de correcção propostas pela Auditoria Interna.

31. Composição da Comissão de Auditoria, Com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efectivos, Data da Primeira Designação, e Data do Termo de Mandato de Cada Membro. Política de Diversidade.

Nos termos dos Estatutos, a Comissão de Auditoria é composta por três membros do Conselho de Administração, um dos quais será o seu Presidente.

Os membros da Comissão de Auditoria são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos designados em simultâneo com os membros do Conselho de Administração, devendo as listas propostas para este último Órgão discriminar os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria, os quais não podem exercer funções executivas na Sociedade.

A composição da Comissão de Auditoria ao longo do período em análise, foi a seguinte:

Sérgio Tavares Rebelo

- Presidente da Comissão de Auditoria
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Clara Christina Streit

- Primeira designação em 14 de Abril de 2016
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Hans Eggerstedt

- Primeira designação em 30 de Março de 2007
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Política de Diversidade

Aplica-se, a este respeito, o referido no ponto 16.

32. Identificação dos Membros da Comissão de Auditoria Que se Considerem Independentes, nos Termos do Art. 414.º, n.º 5 CSC

Todos os membros da Comissão de Auditoria cumprem o regime das incompatibilidades previsto no n.º 1 do Artigo 414.º-A CSC, com excepção da alínea b). Sérgio Tavares Rebelo e Clara Christina Streit cumprem ainda os critérios legais de independência estabelecidos no Artigo 414.º, n.º 5 CSC, remetendo-se para o referido no n.º 18 quanto ao vogal Hans Eggerstedt.

33. Qualificações Profissionais de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria e Outros Elementos Curriculares Relevantes

As qualificações profissionais dos membros da Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 19 (“Qualificações Profissionais dos Membros do Conselho de Administração”).

Refira-se apenas em termos adicionais que a larga experiência dos elementos que integram a Comissão em cargos estatutários, bem como a sua competência técnica nesta matéria, têm constituído uma especial mais-valia para a Sociedade.

O Presidente da Comissão de Auditoria, Sérgio Tavares Rebelo, é reconhecido internacionalmente como um dos melhores economistas da actualidade, distinguindo-se enquanto professor de Finanças Internacionais na Kellogg School of Management. Tendo sido consultor de inúmeras instituições financeiras, que incluem, entre outros, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco de Portugal, ocupou também vários cargos em organizações sem fins lucrativos. A sua ímpar formação académica e os seus conhecimentos em matérias de gestão de risco, nomeadamente, financeiro, para além da sua assertividade e discernimento no levantamento de questões sobre os negócios e os países onde operam, garantem uma especial competência para assegurar a presidência do órgão de fiscalização da Sociedade.

B. Funcionamento

34. Existência e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento da Comissão de Auditoria

O Regulamento da Comissão de Auditoria encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

35. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade às Reuniões Realizadas de Cada Membro da Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria reúne, pelo menos, uma vez a cada três meses e tem como competências a fiscalização da administração da Sociedade, exercendo as competências que lhe são atribuídas por lei e pelo Artigo Vigésimo dos Estatutos.

Durante o ano 2018, a Comissão de Auditoria reuniu seis vezes e de todas as reuniões foram elaboradas as respectivas actas. O número de reuniões anuais deste órgão encontra-se também divulgado no sítio da Sociedade, mencionado no *link* indicado no ponto 62 (“Endereços Relevantes”). O grau de assiduidade de cada membro da Comissão de Auditoria às reuniões, aferido em termos da sua presença física, durante o exercício das respectivas funções, foi o seguinte:

Sérgio Rebelo	100%
Clara Christina Streit	100%
Hans Eggerstedt	100%

36. Disponibilidade de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Actividades Relevantes Exercidas Pelos Membros Daquele Órgão no Decurso do Exercício

Os membros da Comissão de Auditoria mostraram-se sempre disponíveis para o exercício das suas funções ao longo de 2018, participando na vida societária sempre que tal se revelou necessário ou em que consideraram adequada a sua intervenção.

As funções que os membros da Comissão de Auditoria exercem em outras sociedades encontram-se descritas no ponto 26 ("Funções que os Membros do Conselho de Administração Exercem em Outras Sociedades").

C. Competências e Funções

37. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis À Intervenção do Órgão de Fiscalização Para Efeitos de Contratação de Serviços Adicionais ao Auditor Externo

De acordo com o disposto na Lei n.º 148/2015 de 9 de Setembro, a prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria, fica sujeita à verificação de adequação (sob o ponto de vista das ameaças à independência e das medidas de salvaguarda eventualmente necessárias) e aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

38. Outras Funções dos Órgãos de Fiscalização

As competências atribuídas à Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 30.

Subsecção IV Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada por João Carlos Miguel Alves, ROC n.º 896 ou por Rui Abel Serra Martins, ROC n.º 1.119.

40. Indicação do Número de Anos Em Que o Revisor Oficial de Contas Exerce Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

O Revisor Oficial de Contas exerce funções junto da Sociedade há cerca de dois anos, tendo iniciado as suas funções no dia 6 de Abril de 2017.

41. Descrição de Outros Serviços Prestados Pelo Revisor Oficial de Contas à Sociedade

O Revisor Oficial de Contas exerce também as funções de Auditor Externo da Sociedade, conforme referido no ponto 42, sendo feita referência no ponto 46 a outros trabalhos efectuados pelo Revisor Oficial de Contas para a Sociedade.

Subsecção V Auditor Externo

42. Identificação do Auditor Externo Designado Para os Efeitos do Art. 8.º CVM e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa no Cumprimento Dessas Funções, Bem Como o Respectivo Número de Registo na CMVM

O Auditor Externo da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada por João Carlos Miguel Alves, ROC n.º 896 ou por Rui Abel Serra Martins, ROC n.º 1.119.

No âmbito das suas funções, durante o ano 2018, o Auditor Externo acompanhou a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, participando nas reuniões da Comissão de Controlo Interno, reportando quaisquer deficiências detectadas no exercício da sua actividade, bem como apresentando as recomendações necessárias relativamente aos processos e mecanismos analisados.

O Auditor Externo pôde verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, através da análise das actas das reuniões da Comissão de Vencimentos, da política de remuneração em vigor e da demais informação contabilístico-financeira necessária para o efeito.

43. Indicação do Número de Anos em que o Auditor Externo e o Respectivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções Exercem Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

A Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., bem como o sócio que a representa, exercem funções de Auditor Externo junto da Sociedade há cerca de dois anos, tendo iniciado as suas funções no dia 6 de Abril de 2017.

44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo e do Respectivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções

A Sociedade não tem definida política específica quanto à periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respectivo Revisor Oficial de Contas. A mesma segue, no entanto, o previsto no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, que prevê no n.º 2 do seu artigo 54.º, que o período máximo para o exercício de funções do sócio responsável pela revisão legal de contas é de sete anos, sendo que a sociedade de revisores oficiais de contas poderá, nos termos do n.º 3 do supra citado artigo, ser nomeada como Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, para o exercício máximo de dois mandatos com a duração de quatro anos, ou de três mandatos com a duração de três anos.

45. Indicação do Órgão Responsável Pela Avaliação do Auditor Externo e Periodicidade com que Essa Avaliação é Feita

A Comissão de Auditoria é o órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo, o que faz anualmente.

46. Identificação de Trabalhos, Distintos dos de Auditoria, Realizados pelo Auditor Externo Para a Sociedade e/ou Para Sociedades que com ela se Encontrem em Relação de Domínio, Bem Como Indicação dos Procedimentos Internos Para Efeitos de Aprovação da Contratação de Tais Serviços e Indicação das Razões para a sua Contratação

Os serviços que não são de revisão legal de contas e auditoria externa, solicitados por Sociedades do Grupo ao Auditor Externo e a outras entidades pertencentes à mesma rede, no montante total de 34.224 euros, dizem respeito a serviços de garantia de fiabilidade no âmbito de legislação aplicável nos países em que o Grupo opera, serviços de apoio em matéria de recursos humanos e serviços de formação prestada a colaboradores em programas não especificamente preparados para o Grupo.

Todos estes serviços foram necessários à regular actividade das Sociedades do Grupo, sendo que, após devida ponderação, o Auditor Externo e/ou as entidades pertencentes à mesma rede foram considerados como aqueles que melhor poderiam prestá-los. Para além de terem sido prestados por funcionários que não participam em qualquer trabalho de auditoria no Grupo, estes serviços são laterais aos trabalhos dos auditores, não afectando, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, a independência do Auditor Externo no exercício da sua função.

Conforme resulta do procedimento referido no ponto 37, todos os serviços acima mencionados foram sujeitos a aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

47. Indicação do Montante da Remuneração Anual Paga Pela Sociedade e/ou por Pessoas Colectivas em Relação de Domínio ou de Grupo ao Auditor e a Outras Pessoas Singulares ou Colectivas Pertencentes à Mesma Rede e Discriminação da Percentagem Respeitante aos Seguintes Serviços

Relativamente a 2018, o total de remunerações pagas ao Auditor Externo e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede, foi de 820.752 euros.

Em termos percentuais, o valor referido divide-se da seguinte forma:

	Valor	%
Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	89.927	11,0%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	10.000	1,2%
Por entidades que integrem o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	696.601	84,9%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	2.700	0,3%
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	21.524	2,6%

Secção C ORGANIZAÇÃO INTERNA

Subsecção I Estatutos

48. Regras Aplicáveis à Alteração dos Estatutos da Sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h) CVM)

Não estão estatutariamente definidas quaisquer regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade, pelo que a esta matéria se aplicam os termos definidos por Lei.

Subsecção II Comunicação de Irregularidades

49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades Ocorridas na Sociedade

Desde 2004, a Comissão de Ética de Jerónimo Martins implementou um sistema de comunicação bottom-up que garante a possibilidade de todos os colaboradores, independentemente da sua função, reportarem eventuais irregularidades ocorridas no Grupo, bem como quaisquer outros comentários que entendam fazer, em particular no que diz respeito ao cumprimento do Código de Conduta.

No Código de Conduta estão definidos os princípios e valores do Grupo Jerónimo Martins, designadamente o respeito pela lei, a integridade e a responsabilidade social corporativa e um conjunto de normas de conduta como a não-discriminação e igualdade de oportunidades, a lealdade nas negociações com fornecedores, a prevenção de conflitos de interesses, entre outras.

A Comissão de Ética fez divulgar junto de todos os colaboradores do Grupo, através dos canais de comunicação internos, o seu endereço de e-mail e o teor do Código de Conduta, do qual é entregue um exemplar a cada colaborador aquando da sua admissão em qualquer das Companhias do Grupo. Sem prejuízo do contacto para o e-mail da Comissão de Ética, os colaboradores podem sempre consultar a sua chefia hierárquica caso necessitem de qualquer esclarecimento a respeito do Código de Conduta ou pretendam reportar qualquer irregularidade, podendo ainda utilizar o Serviço de Atendimento ao Colaborador, um canal interno disponível em cada um dos países em que o Grupo se encontra presente.

A Comissão de Ética salvaguarda o tratamento confidencial dos contactos que são direccionados para o seu endereço de e-mail.

Subsecção III Controlo Interno e Gestão de Riscos

50. Pessoas, Órgãos ou Comissões Responsáveis pela Auditoria Interna e/ou Pela Implementação de Sistemas de Controlo Interno

Cabe ao Departamento de Auditoria Interna avaliar a qualidade e eficácia dos sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Os objectivos do Controlo Interno passam por assegurar a eficiência das operações, a fiabilidade dos relatórios financeiros e operacionais e o respeito pelas leis e regulamentos. Para a sua validação e com

base na avaliação dos riscos operacionais e dos processos críticos de cada Companhia, é definido o plano de actividades do Departamento de Auditoria Interna.

Os resultados das auditorias são mensalmente avaliados na Comissão de Controlo Interno e reportados à Direcção Executiva do Grupo. Trimestralmente, os mesmos são disponibilizados à Comissão de Auditoria. Com a mesma regularidade, é efectuado um ponto de situação das recomendações acordadas com os responsáveis das áreas auditadas.

Durante o exercício de 2018, realizaram-se, entre outras, auditorias a processos de gestão de stocks, recolha de fundos, gestão de contas a pagar e a receber, proveitos suplementares, qualidade e segurança alimentar, investimentos e sistemas de informação.

51. Explicitação das Relações de Dependência Hierárquica e/ou Funcional Face a Outros Órgãos ou Comissões da Sociedade

O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado e, funcionalmente, à Comissão de Auditoria. O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna é também vogal da Comissão de Controlo Interno que, por sua vez, reporta à Comissão de Auditoria.

Ver organograma constante do ponto 21.

52. Existência de Outras Áreas Funcionais com Competências no Controlo de Riscos

a) Sistema Corporativo de Gestão de Risco

O Grupo, e em particular o seu Conselho de Administração, presta grande atenção aos riscos que afectam o negócio e seus objectivos e está dedicado a assegurar que a Gestão do Risco é uma componente efectiva e fundamental da estratégia, cultura e do processo de criação de valor do Grupo.

O enquadramento da Gestão de Risco encontra-se detalhado na Política de Gestão de Risco do Grupo, na qual se define o Sistema Corporativo de Gestão de Risco e se estabelecem as funções e responsabilidades pela sua execução.

a.1) Objectivos da Gestão de Risco

O Sistema Corporativo de Gestão de Risco não pretende eliminar completamente o risco das actividades do Grupo, mas sim assegurar que são desenvolvidos todos os esforços para que o risco seja gerido de forma adequada, maximizando as oportunidades potenciais e minimizando os seus efeitos adversos.

O Sistema Corporativo de Gestão de Risco do Grupo tem por objectivo estruturar e organizar consistentemente a forma como o Grupo identifica e avalia os riscos, assegurando que estes são analisados de forma abrangente, considerando as dependências e correlações entre as várias áreas de risco, promovendo o alinhamento do processo em toda a organização. Neste estabelece-se, também, os procedimentos para reporting, com vista a assegurar a adequada monitorização e o acompanhamento das medidas de mitigação e de controlo dos riscos.

Devido à dimensão e dispersão geográfica das actividades de Jerónimo Martins, uma Gestão de Risco bem-sucedida depende da activa participação de todos os colaboradores, os quais devem assumir essa preocupação como parte integrante das suas funções, em particular através da identificação,

reporte e mitigação dos riscos associados à sua área de responsabilidade. Todas as actividades têm assim de ser desenvolvidas com a compreensão da natureza do risco e a consciência do potencial impacto de eventos inesperados sobre a Companhia e a sua reputação.

O Grupo está empenhado em assegurar que todos os colaboradores recebem orientações e formação adequada sobre os princípios de Gestão de Risco, sobre os critérios e processos definidos na Política de Gestão de Risco e sobre as suas responsabilidades individuais na gestão efectiva dos riscos.

a.2) Organização da Gestão de Risco

O modelo de Governo da Gestão de Risco encontra-se definido de forma a assegurar a eficácia da Estrutura da Gestão de Risco (*Risk Management Framework*), encontrando-se alinhado com o Modelo das Três Linhas de Defesa, que distingue entre três grupos (ou linhas) que envolvem uma Gestão de Risco efectiva, e que são:

- Primeira Linha de Defesa (Operações de Negócio: Responsáveis pelo Risco) – responsável pelas actividades quotidianas de Gestão do Risco, alinhadas com a estratégia de negócio, os procedimentos internos existentes e a política de Gestão de Risco;
- Segunda Linha de Defesa (Funções de Supervisão / Compliance: Gestores de Risco Corporativo e de Unidade de Negócio) – responsável pela análise e reporting da Gestão de Risco, bem como pelo desenvolvimento de políticas com vista a melhorar a eficiência dos processos de Gestão de Risco. Esta segunda linha também inclui funções como o Controlo Financeiro, Segurança, Qualidade e Segurança Alimentar, entre outras áreas corporativas;
- Terceira Linha de Defesa (Supervisão Independente: Auditoria Interna e Auditoria Externa) – responsável por garantir a eficácia dos mecanismos de governo, Gestão de Risco e de controlo interno, incluindo a forma como as primeiras e segundas linhas de defesa asseguram os objectivos de controlo e Gestão de Risco.

A estrutura organizacional da Gestão de Risco considera as seguintes funções e responsabilidades:

- o Conselho de Administração é responsável pela definição da estratégia e da Política de Gestão de Risco e pela definição dos objectivos em matéria de assunção de riscos, cabendo-lhe ainda providenciar para que sejam criados os sistemas de controlo necessários, com vista a garantir que os riscos incorridos estão em conformidade com os objectivos fixados;
- a Comissão de Auditoria aprova os planos de actividade da área de Gestão de Risco, acompanhando a sua execução e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos;
- o Administrador-Delegado, coadjuvado pela Direcção Executiva, assegura a implementação da estratégia e da Política de Gestão de Risco definida pelo Conselho de Administração, bem como promove uma cultura atenta ao risco na organização, assegurando que a Gestão de Risco se encontra embutida em todos os processos e actividades;
- o Comité de Risco assiste e aconselha a Direcção Executiva, enquanto órgão coadjuvante do Administrador-Delegado, na avaliação e monitorização de medidas de mitigação dos diferentes tipos de risco e garantir a existência de uma estrutura de Gestão de Risco eficaz, que assegura que os níveis de exposição ao risco se encontram alinhados com os objectivos e estratégias aprovadas pelo Conselho de Administração;
- a Direcção de Gestão de Risco Corporativo (GRC) é responsável pela implementação da estrutura de Gestão de Risco e pela coordenação de todas as actividades de Gestão de Risco, oferecendo suporte à Direcção Executiva e ao Comité de Risco na identificação de exposição

a riscos que possam comprometer a estratégia e os objectivos do Grupo. A GRC é também responsável pela coordenação e alinhamento das práticas seguidas pelas Companhias nos Planos de Continuidade de Negócio (PCN);

- o Gestor de Risco da Unidade de Negócio é responsável pela implementação das iniciativas de Gestão de Risco ao nível das Companhias e pelo suporte das actividades dos respectivos Responsáveis pelo Risco;
- os Responsáveis pelo Risco compreendem todos os colaboradores que tenham a seu cargo a execução e/ou controlo de um determinado processo ou actividade, dentro de uma unidade de negócio ou da estrutura corporativa, sendo responsáveis pela gestão dos riscos envolvidos nessas actividades;
- o Departamento de Auditoria Interna baseia o seu trabalho no conjunto de riscos significativos, conforme identificados pela gestão, auditando os processos de Gestão de Risco em toda a Organização, de forma a garantir a eficácia e eficiência na Gestão de Risco e a prestar suporte activo no processo de Gestão de Risco.

53. Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Actividade

Riscos Estratégicos

A gestão de riscos estratégicos envolve a monitorização de factores como as tendências sociais, políticas e macroeconómicas: a evolução demográfica, as preferências dos consumidores, o ciclo de vida dos negócios, a dinâmica dos mercados (financeiros, de trabalho, de recursos naturais e energéticos), a situação geopolítica, a actividade da concorrência, a inovação tecnológica, a disponibilidade de recursos, as alterações ao nível legal e regulatório e o escrutínio social a que as actividades do Grupo se encontram expostas.

Esta informação é utilizada pela equipa de gestão para compreender as necessidades de mercado e, assim, identificar ameaças e oportunidades nas indústrias e sectores em que desenvolve actividade, nomeadamente em termos de potencial de rentabilidade e crescimento, mas também em termos de alinhamento estratégico e adequação do seu modelo de negócio às condições de mercado actuais e futuras.

Riscos Operacionais

Resulta da condução das normais funções do negócio constantes da cadeia de valor do Grupo, focando-se nos riscos que resultam dos processos operacionais das suas unidades.

A classe de riscos operacionais considera os riscos relacionados com a gestão de categorias e *sourcing*, gestão de stocks, gestão de fundos, logística e *supply chain* e na eficiência e segurança na utilização de recursos e activos.

Os riscos de fraude, branqueamento de capitais e corrupção são igualmente considerados na avaliação das actividades operacionais mais relevantes e a adequabilidade e alcance dos controlos e das medidas de mitigação são, também, revistas e reconsideradas sempre que necessário.

Riscos de Segurança Alimentar¹

O Grupo procura disponibilizar produtos e soluções alimentares mais saudáveis, assegurando e impondo medidas de segurança alimentar em estrita observância com os standards de segurança alimentar.

As Direcções de Qualidade e Segurança Alimentar das diferentes Companhias do Grupo têm sob sua responsabilidade a: i. prevenção, através de auditorias de selecção, avaliação e acompanhamento de fornecedores; ii. monitorização, através do acompanhamento do produto ao longo de todo o fluxo logístico para análise do cumprimento de requisitos de boas práticas e de certificação; iii. monitorização, através da análise de produto na avaliação do cumprimento dos requisitos de qualidade e segurança alimentar; e iv. formação, através da realização periódica de simulacros e acções de sensibilização.

As Companhias são continuamente monitorizadas por técnicos de controlo de qualidade, para assegurar a implementação de procedimentos e avaliar a eficiência dos processos de formação e a adequabilidade das instalações e equipamento.

Riscos Ambientais²

Assegurar a gestão eficiente de recursos, ao mesmo tempo que se promove a preservação ambiental, é fundamental para o crescimento sustentado dos negócios do Grupo Jerónimo Martins. Dada a dimensão das suas Companhias, têm sido realizados estudos sobre os impactos dessas actividades nos ecossistemas e serviços e recursos que estes proporcionam nos seguintes âmbitos: i. Impactos da actividade das Companhias do Grupo na biodiversidade e dependência dos serviços dos ecossistemas; ii. Práticas de gestão agrícola com foco no consumo de água e energia, biodiversidade e gestão económica; iii. Análise de Risco sobre o Pescado comercializado nas unidades do Grupo; iv. Análise de riscos e oportunidades associadas aos impactos decorrentes das alterações climáticas nas actividades do Grupo; e v. Mapeamento das commodities de desflorestação, suas origens e métodos de produção nos produtos de Marcas Próprias e Perecíveis.

Como resultado dos estudos associados à gestão da biodiversidade, foram identificados eixos prioritários de actuação cuja acção passa pela formação, parcerias com fornecedores e investigação e desenvolvimento.

No que se refere quer aos riscos decorrentes das alterações climáticas, quer aos associados às commodities de desflorestação, foram identificadas as seguintes tipologias:

- Regulamentar, podendo representar um aumento de custos resultantes do cumprimento de legislação ambiental;
- Física, podendo resultar na escassez de alguns recursos naturais, como os produtos agrícolas, ou na disrupção da cadeia de abastecimento associada a fenómenos climáticos;
- Reputacional, associados às expectativas dos stakeholders para que o Grupo reduza as suas emissões de carbono e contribua para o combate à desflorestação.

¹ As acções desenvolvidas em 2018 pelo Grupo Jerónimo Martins em matéria de qualidade e segurança alimentar são detalhadas no Capítulo V ("Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"), subcapítulo 4 - "Promover a Saúde pela Alimentação".

² As acções desenvolvidas em 2018 pelo Grupo Jerónimo Martins em matéria de protecção do ambiente são detalhadas no Capítulo V ("Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5 - "Respeitar o Ambiente".

A probabilidade de ocorrência destas situações e o seu nível de impacto, incluindo financeiro, bem como a gestão das mesmas, é analisada pelo Grupo como parte dos processos de avaliação de risco. Considerando os riscos decorrentes das alterações climáticas, em particular, o Grupo divulga esta avaliação na resposta anual ao CDP (Carbon Disclosure Project), nos programas *Climate* e *Forest*, ambos disponíveis para consulta na área “Responsabilidade” no website www.jeronimomartins.com e no website <https://www.cdp.net>.

Riscos de Segurança Física e de Pessoas

A Direcção de Segurança tem a responsabilidade de assegurar a existência de condições que garantam a integridade física das pessoas e das instalações.

A gestão do risco de segurança física e de pessoas envolve a definição e divulgação de normas e instruções de trabalho, a realização de acções de sensibilização e formação de colaboradores, de auditorias realizadas às lojas, a elaboração da avaliação de riscos de todos os estabelecimentos e a execução de simulacros de emergência.

Riscos de Sistemas de Informação

Os riscos associados a Sistemas de Informação são analisados considerando as suas diferentes componentes: planeamento e organização, desenvolvimento, inovação, gestão de operações, segurança de informação e continuidade.

A componente de Segurança de Informação no Grupo está a cargo de uma Direcção dedicada em exclusivo a essa matéria e consiste na implementação e manutenção de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação que garanta a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação crítica para o negócio, desenvolvendo actividades de monitorização e controlo no sentido de identificar e mitigar potenciais vulnerabilidades.

Riscos de Regulamentação

O cumprimento da legislação é assegurado pelos Departamentos Jurídicos das Companhias do Grupo.

Ao nível da *Holding*, a Direcção de Assuntos Jurídicos garante, igualmente, a coordenação e a implementação de estratégias para a protecção dos interesses de Jerónimo Martins em caso de litígio, gerindo ainda o aconselhamento externo.

O *compliance* em matéria de dados pessoais é acompanhado pelo Encarregado de Protecção de Dados Pessoais, suportado pelo Departamento de Privacidade, e em estreita colaboração com a Direcção de Assuntos Jurídicos da *Holding*, com os Departamentos Jurídicos das Companhias e com o Departamento de Segurança de Informação.

No sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de natureza fiscal, a Direcção de Fiscalidade da *Holding* presta assessoria às sociedades do Grupo, para além de supervisionar também o contencioso fiscal destas.

Riscos Financeiros

Factores de Risco

Jerónimo Martins encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial; risco transaccional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos tais como, taxa de juro, crédito, cambial, inflação, político e fiscal.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Sociedade.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A informação sobre os riscos financeiros aos quais o Grupo se encontra exposto encontra-se detalhada na nota 29 – Riscos Financeiros, do Capítulo III do Relatório e Contas.

54. Descrição do Processo de Identificação, Avaliação, Acompanhamento, Controlo e Gestão de Riscos

A Estrutura de Gestão de Risco assume um processo contínuo de avaliação de riscos, sendo parte integral do processo normal de decisão e dos processos de gestão.

O processo de Gestão de Risco do Grupo encontra-se alinhado com as recomendações do standard internacional ISO 31000 e visa principalmente distinguir o que é irrelevante do que é material, requerendo uma gestão activa, que envolve para tal a consideração das fontes de risco, da probabilidade de ocorrência de determinado evento e das consequências da sua manifestação no contexto do ambiente de controlo.

O Grupo prepara e mantém um perfil de risco agregado, listando todos os riscos operacionais e estratégicos com relevo e os respectivos mecanismos de mitigação e de controlo implementados, o qual é actualizado regularmente com informação resultante dos processos correntes de avaliação de risco.

Como parte dos processos de planeamento Estratégico e Operacional é realizada uma revisão anual global, com a coordenação da Direcção de Gestão de Risco Corporativa, para que a informação relativa aos principais riscos seja devidamente actualizada e considerada durante o planeamento. Desta forma, despoleta o desenvolvimento das opções em análise, bem como a identificação de novas acções que reforcem a defesa dos objectivos a desenvolver.

55. Principais Elementos dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco Implementados na Sociedade Relativamente ao Processo de Divulgação de Informação Financeira (Art. 245.º-A, n.º 1, al. m) CVM)

O Conselho de Administração está altamente empenhado em assegurar a fiabilidade do reporte financeiro do Grupo, nomeadamente, garantindo que o Grupo tem implementadas políticas adequadas, que garantem de forma razoável que as transacções são registadas e reportadas com respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites (GAAP - Generally Accepted Accounting Principles), e que as despesas são só realizadas quando devidamente autorizadas.

Os riscos que envolvem o reporte financeiro encontram-se mitigados, através da segregação de responsabilidades e pela implementação de controlos de prevenção e detecção, os quais envolvem a limitação de acesso a sistemas de IT, e um sistema abrangente de monitorização do desempenho.

Controlos adicionais resultam da supervisão desenvolvida pela Comissão de Auditoria e das avaliações de fiabilidade asseguradas pela Comissão de Controlo Interno a respeito da preparação e divulgação de informação financeira e ainda das actividades de monitorização desenvolvidas pelo Departamento de Planeamento e Controlo do Grupo, relativamente ao desempenho das diferentes unidades de negócio e da análise dos desvios face aos planos aprovados.

Subsecção IV Apoio ao Investidor

56. Serviço Responsável pelo Apoio ao Investidor, Composição, Funções, Informação Disponibilizada Por Esses Serviços e Elementos Para Contacto

Composição

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins tem a seguinte composição:

Responsável: Cláudia Falcão

Equipa: Ana Maria Marcão, Hugo Fernandes e Teresa Balsas

Principais Funções

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins é responsável pela comunicação com todos os investidores – institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título da Sociedade. São igualmente da responsabilidade do Gabinete todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Política de Comunicação de Jerónimo Martins com o Mercado de Capitais

A política de comunicação de Jerónimo Martins com o mercado de capitais visa assegurar um fluxo regular de informação relevante - descrição histórica, desempenho actual e perspectivas futuras - que, com respeito pelos princípios da simetria e da simultaneidade, crie uma imagem fiel do desempenho dos negócios e da estratégia da Companhia junto dos investidores, accionistas, analistas e do público em geral.

A estratégia de comunicação financeira delineada para cada ano pauta-se pelos princípios de transparência, rigor e consistência que asseguram que toda a informação relevante é transmitida de forma não discriminatória, clara e completa aos seus stakeholders.

Informação Disponibilizada

O Gabinete elabora anualmente um Plano de Comunicação para o Mercado Financeiro, que, devidamente enquadrado na estratégia global de comunicação de Jerónimo Martins, se pauta pelos princípios acima enunciados.

Neste sentido, com o objectivo de transmitir ao mercado uma visão actualizada e clara das estratégias das diferentes áreas de negócio do Grupo em termos de desempenho operacional e de perspectivas, o Gabinete organiza e participa num conjunto de eventos, com o objectivo de dar a conhecer os vários negócios de Jerónimo Martins, as suas estratégias e perspectivas de futuro e, em simultâneo, acompanhar o desenvolvimento das actividades do ano, mediante o esclarecimento de eventuais questões.

Ao longo de 2018, foram promovidas acções que permitiram ao mercado financeiro um diálogo não apenas com o próprio Gabinete, mas também com a equipa de gestão do Grupo. Destacam-se as seguintes:

- reuniões com analistas financeiros e investidores;
- respostas às questões dirigidas ao Gabinete, colocadas via correio electrónico para endereço próprio;
- conferências telefónicas;
- divulgação de comunicados ao mercado através da extranet da CMVM, do sítio institucional de Jerónimo Martins, da Euronext Lisboa e da remessa de mensagens de e-mail dirigidas a todos os investidores e analistas financeiros que constam da base de dados criada e actualizada pelo Gabinete;
- apresentações realizadas à comunidade financeira: apresentação de resultados, roadshows, conferências e Assembleia Geral Anual de accionistas;
- organização de visitas às operações da Polónia e da Colômbia, com o management das respectivas Companhias;
- processo contínuo de actualização da página de relação com investidores no sítio institucional da Sociedade.

Com o objectivo de tornar a informação facilmente acessível a todos os stakeholders, as comunicações regularmente efectuadas pelo Gabinete são integralmente disponibilizadas no sítio institucional de Jerónimo Martins em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

O sítio disponibiliza, em português e inglês, não só a informação obrigatória, como também informação de carácter geral sobre o Grupo e as Companhias que o integram, e ainda outros dados considerados relevantes, designadamente:

- comunicados ao mercado sobre factos relevantes;
- contas anuais, incluindo o Relatório Anual sobre a actividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria, contas semestrais e trimestrais do Grupo;
- indicadores económico-financeiros e dados estatísticos, actualizados semestral ou anualmente, consoante a Companhia ou área de negócio;
- a mais recente apresentação do Grupo realizada à comunidade financeira e acervo histórico;
- informações sobre o desempenho do título em bolsa;
- calendário anual de eventos societários, divulgado no início de cada ano, incluindo, entre outros, as reuniões da Assembleia Geral de accionistas e a divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais;
- informação sobre o Governo da Sociedade;
- Código de Conduta de Jerónimo Martins;
- Estatutos da Sociedade;
- regulamentos internos em vigor;
- informações relativas às Assembleias Gerais de accionistas;
- actas das reuniões da Assembleia Geral de accionistas, ou respectivos extractos;
- acervo histórico das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às Assembleias Gerais de accionistas.

Contactos

O contacto com o Gabinete é possível através da Representante para as Relações com o Mercado e Responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores – Cláudia Falcão – e do endereço de e-mail: investor.relations@jeronimo-martins.com.

As principais coordenadas de acesso ao Gabinete são as seguintes:

Morada: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033, Lisboa
Telefone: +351 21 752 61 05

57. Representante Para as Relações com o Mercado

A representante de Jerónimo Martins para as relações com o mercado é a responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores, Cláudia Falcão.

58. Informação Sobre a Proporção e o Prazo de Resposta aos Pedidos de Informação Entrados no Ano ou Pendentes de Anos Anteriores

No âmbito das questões dirigidas ao Gabinete de Relações com Investidores, ao longo de 2018, foram registados 386 contactos presenciais com investidores e analistas financeiros e 506 pedidos de informação colocados via correio electrónico ou através de contacto telefónico, tendo sido dada aos mesmos resposta imediata ou dentro de um prazo adequado à natureza do pedido.

Subsecção V Sítio de Internet

59. Endereço (s)

O sítio institucional da Sociedade na Internet é disponibilizado em português e em inglês e pode ser acedido através dos seguintes endereços:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/>

60. Local Onde se Encontra Informação Sobre a Firma, a Qualidade de Sociedade Aberta, a Sede, e Demais Elementos Mencionados no Art. 171.º CSC

As informações relativas ao Artigo 171.º CSC encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/contactos/>

61. Local Onde se Encontram os Estatutos e os Regulamentos de Funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/estatutos-e-regulamentos/>

62. Local Onde se Disponibiliza Informação Sobre a Identidade dos Titulares dos Órgãos Sociais, do Representante Para as Relações com o Mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou Estrutura Equivalente, Respectivas Funções e Meios de Acesso

A informação em causa encontra-se disponível no sítio institucional de Jerónimo Martins e pode ser acedida através dos seguintes links:

- Identidade dos titulares dos Órgãos Sociais:

Conselho de Administração:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/conselho-de-administracao/>

Comissão de Auditoria

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/comissao-de-auditoria/>

Assembleia Geral

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/assembleia-geral/>

Revisor Oficial de Contas

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/revisor-oficial-de-contas-e-auditor-externo/>

- Identidade do representante para as Relações com o Mercado:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

- Informação atinente ao Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

63. Local Onde se Disponibilizam os Documentos de Prestação de Contas, Que Devem Estar Acessíveis Pelo Menos Durante Cinco Anos, Bem Como o Calendário Semestral de Eventos Societários, Divulgado no Início de Cada Semestre, Incluindo, Entre Outros, Reuniões da Assembleia Geral, Divulgação de Contas Anuais, Semestrais e, Caso Aplicável, Trimestrais

O local onde se disponibiliza a informação em causa é o sítio institucional de Jerónimo Martins, através dos seguintes links:

- Documentos de prestação de contas:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/apresentacoes-e-relatorios/>

- Calendário semestral de eventos societários:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/calendario-financeiro/#1505502691919-400fdf9d-c43897ff-f66f7e8e-3b65>

64. Local Onde são Divulgados a Convocatória Para a Reunião da Assembleia Geral e Toda a Informação Preparatória e Subsequente Com Ela Relacionada

O local onde são divulgadas a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

65. Local Onde se Disponibiliza o Acervo Histórico com as Deliberações Tomadas nas Reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o Capital Social Representado e os Resultados das Votações, com Referência aos Três Anos Antecedentes

O local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado, os resultados das votações, com referência aos anos antecedentes, incluindo os últimos três, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

Secção D REMUNERAÇÕES

Subsecção I Competência para a Determinação

66. Indicação Quanto À Competência para a Determinação da Remuneração dos Órgãos Sociais, do Administrador-Delegado e dos Dirigentes da Sociedade

Nos termos do Artigo Vigésimo Nono dos Estatutos, a remuneração dos Órgãos Sociais é fixada pela Assembleia Geral ou por uma Comissão por esta nomeada. Ao abrigo desta última possibilidade, entenderam os accionistas de Jerónimo Martins designar uma Comissão de Vencimentos para fixar a remuneração dos titulares de Órgãos Sociais.

A Comissão de Vencimentos é eleita por um período de três anos, estando em curso o mandato para o triénio 2016-2018.

A remuneração dos dirigentes da Sociedade é determinada pela respectiva Administração.

Subsecção II Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos

67. Composição da Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos, Incluindo Identificação das Pessoas Singulares ou Colectivas Contratadas Para Lhe Prestar Apoio e Declaração Sobre a Independência de Cada Um dos Membros e Assessores

Em Assembleia Geral, realizada em 14 de Abril de 2016, foram eleitos para integrar a Comissão de Vencimentos, para o triénio em curso, Elizabeth Bastoni (cooptada Presidente), Erik Geilenkirchen e Jorge Ponce de Leão.

Jorge Ponce de Leão apresentou renúncia ao cargo em Janeiro de 2018 por obrigação de exclusividade derivada da sua nomeação como administrador de uma empresa pública / de capitais públicos, encontrando-se vago o referido cargo desde então.

Nenhum dos referidos elementos da Comissão de Vencimentos é Membro do Órgão de Administração da Sociedade ou tem cônjuge, parentes ou afins nessas circunstâncias, nem tem relações com os Membros do Conselho de Administração que possam afectar a sua imparcialidade no exercício das suas funções.

No ano em análise, uma vez que a Comissão de Vencimentos não o requereu, não foi contratada nenhuma pessoa singular ou colectiva para a apoiar no desempenho das suas funções.

Erik Geilenkirchen encontrava-se presente, na qualidade de representante da Comissão de Vencimentos, na Assembleia Geral Anual da Sociedade que teve lugar em 12 de Abril de 2018.

68. Conhecimentos e Experiência dos Membros da Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos em Matéria de Política de Remunerações

Os Membros da Comissão de Vencimentos têm vastos conhecimentos e experiência internacional em matérias de gestão e de política de remuneração, o que lhes confere as competências necessárias para um exercício efectivo e adequado das respectivas funções.

Elizabeth Bastoni detém várias graduações por diferentes Universidades Internacionais. Iniciou a sua carreira na área da consultoria fiscal, com especialização em impostos de expatriados. Desempenhou posteriormente funções na Thales, como Directora de Desenvolvimento Profissional, Compensação e Benefícios, e como Directora de Recursos Humanos. Foi responsável Global de Compensações e Benefícios da The Coca-Cola Company, Directora Executiva e Responsável de Recursos Humanos e Comunicação da Carlson, Chief HR Officer da BMGI (Bill and Melinda Gates Investments), Membro do Conselho de Administração e Presidente das Comissões de Compensações da Carlson Wagonlit Travel e do Grupo Rezidor Hotel, e também Membro da Direcção da Associação de Recursos Humanos WorldatWork. É actualmente Membro Não Executivo do Conselho de Administração da Société BIC, integrando a Comissão de Compensações e Nomeações.

Erik Geilenkirchen tem um Master em Engenharia Mecânica. Desde 1989 a sua actividade profissional tem dado especial enfoque à área dos recursos humanos, tendo desempenhado funções durante nove anos no Grupo Hay. Posteriormente, assumiu as funções de Vice-Presidente de Recursos Humanos do Grupo Ahold (Ásia/Pacífico), Vice-Presidente Senior (Ásia/Pacífico) no Grupo Philips com responsabilidades na área de recursos humanos e Chief Human Resources Officer do Grupo Cofra Holding. É o fundador do sítio “IntelligentBoardRoom.com”.

Jorge Ponce de Leão é licenciado em Direito, estando ligado à área do Direito do Trabalho desde o início da década de 1970, nas qualidades de consultor jurídico externo e no seio de algumas empresas nacionais. Foi chefe dos Serviços Jurídicos e Fiscais (Grupo Jerónimo Martins – área industrial), e Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. durante a década de 1990. Desempenhou funções de gestão na área de Recursos Humanos da Radiotelevisão Portuguesa, foi CEO da SAIP SGPS e Presidente do Conselho de Administração da ANA – Aeroportos de Portugal.

Para procurar conhecer melhor o negócio e a cultura e valores da Sociedade, os membros da Comissão de Vencimentos tiveram a oportunidade de visitar as Operações do Grupo nos vários países em que este opera. A Comissão considerou esta iniciativa importante para assegurar que as políticas e processos relacionados com a remuneração dos órgãos sociais, em particular no que se refere a Administradores com funções executivas, estão efectivamente alinhados com a estratégia para o negócio, e com a restante organização.

Subsecção III Estrutura das Remunerações

69. Descrição da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização a Que se Refere o Art. 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho

A Comissão de Vencimentos entendeu justificar-se uma revisão dos princípios básicos que constituem o cerne da Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da Sociedade, reforçando e destacando aspectos da política de remunerações que são de importância decisiva para a sustentabilidade do negócio do Grupo, especialmente:

- o contexto internacional deve servir de base e comparação para a remuneração competitiva dos órgãos sociais, considerando que é crucial a manutenção da capacidade de atracção e retenção do melhor talento num contexto supranacional;
- a importância de premiar o compromisso com a estratégia global do Grupo, a obtenção de resultados de excelência e a demonstração da atitude e comportamentos adequados;
- a necessidade de salvaguarda dos interesses da Sociedade.

Continuou, não obstante, a ter-se em atenção o actual quadro legislativo e recomendatório, bem como a estrutura organizativa adoptada pelo Conselho de Administração.

No que respeita à organização do Conselho de Administração, continuaram a ser especialmente ponderadas pela Comissão de Vencimentos as seguintes características, designadamente:

- a existência de um Administrador-Delegado, responsável pela gestão corrente da Sociedade, bem como de Administrador ou Administradores a quem tenham sido atribuídos ou possam vir a ser atribuídos encargos especiais;
- a participação de Administradores Não-Executivos em Comissões Especializadas, que assim são chamados a devotar tempo acrescido aos assuntos da Sociedade.

Em face deste modelo organizativo, e os princípios adoptados, e entretanto reforçados, a Comissão de Vencimentos considerou as medidas descritas abaixo.

Relativamente à remuneração de Administradores com funções executivas, a Comissão de Vencimentos estabeleceu e aprovou um processo de definição de objectivos e de avaliação do desempenho para revisão e/ou actualização com periodicidade trianual, no sentido de assegurar que a respectiva remuneração está alinhada com as melhores práticas de mercado a nível internacional.

A remuneração de Administradores não executivos será composta, exclusivamente, por uma componente fixa anual;

No que respeita à remuneração dos Administradores com funções executivas, em particular à do Administrador Delegado, entendeu a Comissão de Vencimentos manter a existência de duas componentes, uma variável e outra fixa. A componente fixa da remuneração corresponde a um salário mensal pago 14 vezes, sendo o montante estabelecido tendo em conta as obrigações e responsabilidades atribuídas ao Administrador Delegado da Sociedade. A componente variável é fixada anualmente pela Comissão de Vencimentos, com base numa estrutura de dimensões qualitativas e quantitativas relevantes para o negócio e de indicadores chave de desempenho. Estes indicadores são definidos no início do período de desempenho.

A componente variável é assim baseada, por um lado, no grau de cumprimento de objectivos quantitativos e de projectos previstos nos planos de médio e longo prazos do Grupo, aprovados pelo Conselho de Administração que incluem: o crescimento das vendas; os resultados líquidos; EVA; e Gearing (rácio de dívida financeira sobre capitais próprios) e, por outro lado, em metas qualitativas que incluem: visão estratégica e alocação de recursos/investimentos; saúde organizacional e agenda de talento, e relações *multi-stakeholders*. O desempenho e resultados atingidos nesta última são medidos por analistas ESG (*Environmental, Social and Governance*), de acordo com a informação divulgada pela Sociedade sobre políticas, práticas e indicadores de desempenho nestas matérias.

Estas dimensões e indicadores chave de desempenho são considerados essenciais para assegurar a competitividade futura dos negócios e têm um calendário que pode exceder um ano. Tendo isto em conta, foi adoptado um processo relativamente ao ciclo de desempenho do Administrador Delegado, que inclui a avaliação do seu desempenho anual, com revisões trimestrais, baseada em evidências concretas e na monitorização regular do nível de cumprimento das metas aprovadas pela Comissão de Vencimentos, no início de cada ano. De acordo com os procedimentos estabelecidos, o ciclo de desempenho é concluído com a atribuição da componente variável no primeiro trimestre do ano seguinte ao avaliado, depois de apurados os resultados do exercício, com o respectivo pagamento a ter lugar no primeiro semestre. Se o Presidente do Conselho de Administração e Administrador Delegado não atingirem as metas para os indicadores chave de desempenho, não é atribuído qualquer prémio / componente variável no ano.

O total das componentes fixa e variável deve assegurar uma remuneração competitiva no mercado internacional e servir de incentivo ao desempenho individual e colectivo, através da definição e cumprimento de objectivos ambiciosos com vista garantir elevados crescimentos e níveis de retorno adequados para os accionistas.

Atento o contributo das diversas geografias e áreas de negócio onde o Grupo opera, a Comissão de Vencimentos entende ainda adequado que o pagamento da remuneração dos Administradores com funções executivas, quer na componente fixa, quer na componente variável, possa ser repartido, entre a Sociedade e sociedades subsidiárias cujos órgãos de administração por aqueles sejam integrados, em proporção fixada pela Comissão de Vencimentos.

A Comissão de Vencimentos considera que a forma como se encontra estruturada a remuneração dos Administradores com funções executivas é adequada e permite um forte alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo. Por essa razão, a Comissão de Vencimentos decidiu não haver lugar a diferimento da remuneração variável. Pelo mesmo motivo entende a Comissão de Vencimentos ser desnecessária a fixação de montantes máximos potenciais, agregados e/ou individuais, da remuneração a pagar aos membros do órgãos sociais, mais considerando que a política de remunerações adoptada está em linha com as práticas remuneratórias da generalidade das restantes sociedades que integram o PSI-20 e das empresas congéneres cotadas a nível internacional, ponderadas as características da Sociedade. Dadas as pressões do mercado na procura por talento executivo, a Comissão de Vencimentos irá periodicamente analisar a competitividade da Sociedade face às fontes relevantes de talento.

A Sociedade não celebrou com os Administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade, nem tem conhecimento de que os mesmos o hajam feito com terceiros.

A ausência de um período de diferimento da remuneração variável torna desnecessária a existência de mecanismos destinados a impedir a celebração por Administradores Executivos de contratos que subvertam a razão de ser dessa componente da remuneração.

Tal como estabelecido pela Comissão de Vencimentos em 2010, mantém-se os *fringe benefits* seguro de vida e de saúde para administradores com funções executivas.

A remuneração dos membros da Comissão de Auditoria, à semelhança dos Administradores com funções não executivas, continuará a ser composta, exclusivamente, por uma componente fixa, paga anualmente.

No que respeita a Administradores que integrem comissões especializadas (compostas ou não exclusivamente por Administradores) ou órgãos de fiscalização das sociedades subsidiárias da Sociedade, e que não exercem funções executivas na Sociedade, o montante que lhes é pago pode diferir dos restantes, sendo que a Comissão de Vencimentos entende adequado, em ambos os casos, manter a atribuição de senhas de presença, tendo em atenção que as funções exercidas nas referidas Comissões implicam uma maior exigência em termos de disponibilidade.

O Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral continuarão a ser remunerados através da atribuição de senhas de presença.

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com contrato de prestação de serviços de revisão das contas com o Grupo Jerónimo Martins, o qual abrange a quase totalidade das suas subsidiárias. A respectiva remuneração deverá estar em linha com o que se pratica no mercado.

Na Assembleia Geral Anual de 2005, foi aprovado um Plano de Pensão de Reforma para os Administradores Executivos, melhor descrito no ponto 76.

A Política de Remunerações foi sujeita à apreciação da Assembleia Geral Anual realizada no ano transacto.

70. Informação Sobre o Modo Como a Remuneração É Estruturada de Forma a Permitir o Alinhamento dos Interesses dos Membros do Órgão de Administração com os Interesses de Longo Prazo da Sociedade, bem como Sobre o Modo Como é Baseada na Avaliação do Desempenho e Desincentiva a Assunção Excessiva de Riscos

Como resulta da Política de Remunerações descrita no ponto 69, a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos Membros do Conselho de Administração com os interesses de longo prazo da Sociedade.

A fixação de componentes de remuneração fixa e variável e a dependência da definição da remuneração variável de uma estrutura de dimensões qualitativas e quantitativas relevantes para o negócio e de indicadores chave de desempenho, baseando-se a fixação da componente variável no grau de cumprimento de objectivos quantitativos e de projectos previstos nos planos de médio e longo prazo, determinam que o desempenho da gestão da Sociedade seja efectuado tendo em atenção os interesses da Sociedade e dos accionistas, não só no curto prazo, mas também no médio e no longo prazos.

Dentro dos princípios da política de remunerações em vigor, e de forma a assegurar alinhamento com as melhores práticas de mercado, a Comissão de Vencimentos considerou adequado rever o processo de definição de objectivos e avaliação do desempenho de Administradores com funções executivas, em particular do Administrador-Delegado, tendo acompanhado o progresso das metas qualitativas e quantitativas, numa base trimestral. Definiu ainda metas qualitativas claras e mensuráveis, nomeadamente com base em relatórios de analistas ESG (Ambiental, Social e de Governo da Sociedade).

Com base na análise rigorosa e detalhada de múltiplas fontes de evidência internas e também independentes, a Comissão de Vencimentos acompanhou o progresso dos vários indicadores de desempenho, quer quantitativos (crescimento das vendas, resultados líquidos, EVA e *gearing*), quer qualitativos (visão estratégica e alocação de recursos / investimentos, saúde organizacional e gestão do talento, e relações *multi-stakeholders*).

Como referido no ponto 69, a Sociedade não celebrou com os Administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade.

71. Referência à Existência de Uma Componente Variável da Remuneração e Informação Sobre Eventual Impacto da Avaliação de Desempenho Nesta Componente

A remuneração de Administradores com funções executivas compreende uma componente variável dependente, para além do mais, de avaliação de desempenho em função do cumprimento efectivo dos objectivos e metas, medido pelo comportamento dos indicadores qualitativos e quantitativos. Ver pontos 69 e 70.

72. Diferimento do Pagamento da Componente Variável da Remuneração, com Menção do Período de Diferimento

Não existe um período de diferimento de pagamento da remuneração variável. Ver ponto 69.

73. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Acções Bem Como Sobre a Manutenção, Pelos Administradores Executivos, Dessas Acções, Sobre Eventual Celebração de Contratos Relativos a Essas Acções, Designadamente Contratos de Cobertura (Hedging) ou de Transferência de Risco, Respectivo Limite, e Sua Relação Face ao Valor da Remuneração Total Anual

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de acções aos Administradores e dirigentes na acepção do n.º 3 do Artigo 248.º-B CVM.

74. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Opções e Indicação de Período de Diferimento e do Preço de Exercício

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de acções aos Administradores e dirigentes na acepção do n.º 3 do Artigo 248.º-B CVM.

75. Principais Parâmetros e Fundamentos de Qualquer Sistema de Prémios Anuais e de Quaisquer Outros Benefícios Não Pecuniários

Ver pontos 69 a 71. Os Administradores com funções executivas beneficiam ainda dos *fringe benefits* seguro de vida e de saúde.

76. Principais Características dos Regimes Complementares de Pensões ou de Reforma Antecipada Para os Administradores e Data em Que Foram Aprovados em Assembleia Geral, em Termos Individuais

Em Assembleia Geral Anual de 2005, foi aprovado um Plano de Pensão de Reforma para os Administradores Executivos.

Trata-se de um Plano de Pensões de Contribuição Definida, em que é fixado previamente o valor da contribuição - sendo actualmente a percentagem de desconto mensal para o Fundo de 17,5% - variando o valor dos benefícios em função dos rendimentos obtidos. Cabe à Comissão de Vencimentos a definição da taxa de contribuição da empresa e da contribuição inicial.

São considerados Participantes do Plano, tal como definidos no respectivo regulamento, os Administradores Executivos da Sociedade, sendo que, no caso específico dos Administradores Executivos que se encontrassem em funções à data da Assembleia Geral de 2005, aqueles que optassem pelo presente Plano de Pensões deixariam de estar em condições de elegibilidade relativamente ao Plano de Complemento de Reforma, ao renunciarem expressa e irrevogavelmente a este.

A data da reforma coincide com o próprio dia ou o dia um do mês seguinte àquele em que o Participante complete a idade normal de reforma, conforme estabelecido no Regime Geral da Segurança Social. Um Participante será considerado em estado de invalidez total e permanente, se for reconhecido como tal pela Segurança Social Portuguesa.

O salário pensionável é o salário base ilíquido mensal pago pela Sociedade e por quaisquer sociedades suas subsidiárias directas ou indirectas, multiplicado por 14 e dividido por 12. A este valor mensal fixo acresce, no final de cada ano civil, um valor variável constituído por todos os valores auferidos a título de remuneração variável da referida Sociedade e sociedades subsidiárias.

Adicionalmente, para Administradores que se encontrassem em exercício de funções à data da referida Assembleia Geral de 2005, aplica-se o regime complementar de pensões ou de reforma, nos termos de cujo Regulamento têm direito a Complemento de Reforma os Administradores que, cumulativamente, tenham: i. mais de 60 anos; ii. exercido funções executivas; e iii. desempenhado cargos de Administrador há mais de 10 anos. Este complemento foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de 1996 e apenas podem beneficiar do mesmo Administradores que não tenham optado pelo Plano de Pensão de Reforma anteriormente referido.

Subsecção IV Divulgação das Remunerações

77. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, pelos Membros dos Órgãos de Administração da Sociedade, Proveniente da Sociedade, Incluindo Remuneração Fixa e Variável e, Relativamente a Esta, Menção às Diferentes Componentes que lhe Deram Origem

A remuneração ilíquida auferida pelos Membros do Órgão de Administração, paga pela Sociedade, durante o exercício de 2018, totalizou 1.543.500,00 euros, correspondendo 913.500,00 euros a remuneração fixa, 346.500,00 euros a remuneração variável e 283.500,00 euros de contribuições para o plano de pensão de reforma.

Na tabela abaixo encontram-se discriminados os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente aos Membros do Conselho de Administração:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)		
	Componente Fixa	Componente Variável *	Plano de Pensões de Reforma
Pedro Soares dos Santos	220.500,00	346.500,00	283.500,00
Andrzej Szlezak	83.000,00	-	-
António Viana-Baptista	80.000,00	-	-
Artur Stefan Kirsten	80.000,00	-	-
Clara Christina Streit	80.000,00	-	-
Francisco Seixas da Costa	80.000,00	-	-
Hans Eggerstedt	80.000,00	-	-
Henrique Soares dos Santos	80.000,00	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	130.000,00	-	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2018, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2017

78. Montantes a Qualquer Título Pagos Por Outras Sociedades em Relação de Domínio ou de Grupo ou Que Se Encontrem Sujeitas a um Domínio Comum

Adicionalmente em relação aos valores referidos no ponto 77, foi pago a Administradores por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade durante o exercício de 2018 um valor total ilíquido de 1.193.000,00 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)	
	Componente Fixa	Componente Variável *
Pedro Soares dos Santos ¹	409.500,00	643.500,00
Andrzej Szlezak ²	50.000,00	-
Sérgio Tavares Rebelo ²	90.000,00	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2018, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2017

¹ Por exercício de funções em Órgão de Administração

² Por exercício de funções em Órgão de Fiscalização

79. Remuneração Paga Sob a Forma de Participação nos Lucros e/ou de Pagamento de Prémios e os Motivos Por Que Tais Prémios e/ou Participação nos Lucros Foram Concedidos

A Sociedade não pagou a Administradores quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros ou prémios (para além da remuneração variável referida nos pontos 77 e 78, definida nos termos da Política de Remunerações descrita no ponto 69).

80. Indemnizações Pagas ou Devidas a Ex-Administradores Executivos Relativamente à CessaçãO Das Suas Funções Durante o Exercício

Não foi paga durante o exercício, nem existe qualquer obrigação de pagamento de indemnização, em caso de cessaçãO das funções durante o mandato do ÓrgãO de AdministraçãO.

81. IndicaçãO do Montante Anual da RemuneraçãO Auferida, de Forma Agregada e Individual, Pelos Membros dos ÓrgãOs de FiscalizaçãO da Sociedade, Para Efeitos da Lei N.º 28/2009, de 19 de Junho

A remuneraçãO auferida pelos Membros da ComissãO de Auditoria, nessa qualidade, de forma agregada foi no montante ilíquido de 60.000,00 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra os valores remuneratÓrios ilíquidos pagos individualmente:

ComissãO de Auditoria	RemuneraçãOes Pagas (euros)	
	Componente Fixa	Componente Variável
Sérgio Tavares Rebelo (Presidente)	20.000,00	-
Hans Eggerstedt	20.000,00	-
Clara Christina Streit	20.000,00	-

82. IndicaçãO da RemuneraçãO No Ano de ReferênciA do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A remuneraçãO paga pela Sociedade ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral no ano em referênciA foi no montante de 7.500,00 euros.

SubsecçãO V Acordos com ImplicaçãOes RemuneratÓrias

83. LimitaçãOes Contratuais Previstas Para a CompensaçãO a Pagar por DestituichãO Sem Justa Causa de Administrador e Sua RelaçãO Com a Componente Variável da RemuneraçãO

NãO existem limitaçãOes contratuais previstas para a compensaçãO a pagar a Administradores em caso de destituichãO sem justa causa, sendo esta matéria regulada pela legislaçãO aplicável.

84. Referência à Existência e Descrição, Com Indicação dos Montantes Envolvidos, de Acordos Entre a Sociedade e os Titulares do Órgão de Administração e Dirigentes, na Aceção do n.º 3 do Art. 248.º-B CVM, que Prevejam Indemnizações em caso de Demissão, Despedimento Sem Justa Causa ou Cessação da Relação de Trabalho na Sequência de Uma Mudança de Controlo da Sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. I) CVM)

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares dos Órgãos de Administração, dirigentes ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho em sequência de mudança de controlo da Sociedade.

Subsecção VI Planos de Atribuição de Acções ou Opções sobre Acções (“Stock Options”)

85. Identificação do Plano e dos Respectivos Destinatários

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções.

86. Caracterização do Plano (Condições de Atribuição, Cláusulas de Inalienabilidade de Acções, Critérios Relativos ao Preço das Acções e o Preço de Exercício das Opções, Período Durante o Qual as Opções Podem Ser Exercidas, Características das Acções ou Opções a Atribuir, Existência de Incentivos Para a Aquisição de Acções e ou o Exercício de Opções)

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções.

87. Direitos de Opção Atribuídos Para a Aquisição de Acções (“Stock Options”) De Que sejam Beneficiários os Trabalhadores e Colaboradores da Empresa

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

88. Mecanismos de Controlo Previstos Num Eventual Sistema de Participação dos Trabalhadores no Capital na Medida em que os Direitos de Voto Não Sejam Exercidos Directamente Por Estes (Art. 245.º-A, n.º 1, al. e) CVM)

Na Sociedade não existe qualquer sistema de participação de trabalhadores no capital.

Secção E TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Subsecção I Mecanismos e Procedimentos de Controlo

89. Mecanismos Implementados Pela Sociedade Para Efeitos de Controlo de Transacções Com Partes Relacionadas

Negócios com Membros do Órgão de Administração

Os negócios entre a Sociedade e os seus Administradores, quando existam, ficam sujeitos ao disposto no Artigo 397.º CSC, pelo que só podem ser celebrados mediante deliberação do Conselho de Administração que os autorize, na qual o Administrador interessado não pode votar, e que deverá ser precedida de parecer favorável da Comissão de Auditoria.

Tendo em conta a eleição de Andrzej Szlezak (sócio da sociedade de advogados Sołtysiński Kawecki & Szlezak (SK&S), um dos *External Legal Counsels* do Grupo Jerónimo Martins) para o cargo de Administrador de Jerónimo Martins, para o mandato 2013-2015, o Conselho de Administração autorizou, desde 2013, nos termos do n.º 2 do Artigo 397.º CSC e com o parecer favorável da Comissão de Auditoria, a manutenção de contratos de prestação de serviços jurídicos entre a Sociedade e as suas subsidiárias e a referida sociedade de advogados.

Negócios com Outras Partes Relacionadas

Por deliberação de 30 de Julho de 2013, o Conselho de Administração adoptou os procedimentos e critérios deliberados pela Comissão de Auditoria no âmbito de negócios com outras partes relacionadas referidos no ponto 91.

90. Indicação das Transacções Que Foram Sujeitas a Controlo no Ano de Referência

Não existiram e, conseqüentemente, não foram sujeitas a controlo, em 2018, quaisquer transacções que preenchessem os critérios previstos nos pontos 89 e 91.

91. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis à Intervenção do Órgão de Fiscalização para Efeitos da Avaliação prévia dos Negócios a Realizar Entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada ou Entidades Que Com Eles Estejam em Qualquer Relação, nos Termos do Art. 20.º CVM

Neste ponto, cumpre referir que em termos de procedimento, a Comissão de Auditoria – que, atendendo ao modelo de governo Anglo-Saxónico da Sociedade, emana do Conselho de Administração - tem como competência, de acordo com o respectivo Regulamento, emitir parecer prévio sobre negócios de relevância significativa entre a Sociedade e os seus accionistas titulares de participação qualificada – ou entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do Artigo 20.º CVM –, estabelecendo os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância.

A Comissão de Auditoria aprovou o procedimento e os critérios a aplicar nestas situações que, como mencionado no ponto 89, foram adoptados pelo Conselho de Administração.

Assim, ficam sujeitos a avaliação e parecer prévio da Comissão de Auditoria, os negócios ou operações entre, por um lado, a Sociedade ou as sociedades integrantes do Grupo Jerónimo Martins e, por outro, os titulares de Participações Qualificadas ou entidades que com eles se encontrem em qualquer relação, que preencham um dos seguintes critérios:

- a) tenham um valor igual ou superior a 3 (três) milhões de euros ou a 20% das vendas do accionista em causa;
- b) embora tenham um valor inferior ao resultante da aplicação dos critérios referidos na alínea anterior, quando somados com o valor dos demais negócios celebrados com o mesmo accionista titular de Participação Qualificada durante o mesmo exercício, perfaçam um valor acumulado igual ou superior a cinco milhões de euros;
- c) independentemente do valor, possam causar um impacto material na reputação da Sociedade, no que respeita à sua independência nas relações com titulares de Participações Qualificadas.

Subsecção II Elementos Relativos aos Negócios

92. Indicação do Local dos Documentos de Prestação de Contas Onde Está Disponível Informação Sobre os Negócios Com Partes Relacionadas, de Acordo Com a IAS 24

A informação sobre negócios com partes relacionadas encontra-se na nota 25 – Partes Relacionadas do Capítulo III do Relatório e Contas.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adoptado

A Sociedade adoptou o Código de Governo das Sociedades do IPCG (que se encontra publicado no sítio da internet desta instituição em <https://cgov.pt/publicacoes/seminarios-conferencias-e-workshops>), por entender que o mesmo assegura um nível adequado de protecção dos interesses dos accionistas e de transparência do Governo Societário.

A Sociedade rege-se ainda pelo seu Código de Conduta, cujo conteúdo coteja com aspectos ligados ao governo da mesma, e que pode ser consultado no seu sítio institucional. Todos os seus Órgãos Sociais se regem por regulamentos, documentação que igualmente se encontra disponibilizada no sítio institucional da Sociedade em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

2. Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adoptado

2.1. Declaração de Cumprimento

A Sociedade cumpre na sua essência as recomendações do IPCG ínsitas no Código de Governo das Sociedades de 2018. Admite-se, porém, que existem algumas recomendações que não foram adoptadas na íntegra conforme melhor se refere infra.

De seguida, apresenta-se a indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018), as adoptadas, as adoptadas parcialmente, as não adoptadas e as não aplicáveis, bem como remissão para o texto do Relatório onde se pode aferir o cumprimento ou a justificação para a não adopção ou adopção parcial destas recomendações.

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOPÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
Capítulo I. PARTE GERAL		
I.1. Relação da sociedade com investidores e informação		
I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos accionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, Secção C, Subsecção IV, pontos 56 e 58
I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respectiva composição.	Parcialmente Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 16 a 19 e 26, Subsecção III, pontos 31 e 33, e Parte II, ponto 2.1.a)
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respectivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 22 e 23, Subsecção III, pontos 34 e 35

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
de deveres dos seus membros —, devendo ser elaboradas actas detalhadas das respectivas reuniões.		
I.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet.	Adoptada	Parte I, Secção C, ponto 61
I.2.4. A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 23, Subsecção III, ponto 35, Secção C, Subsecção V, ponto 62
I.2.5. Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, bem como a adopção de uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49
I.3. Relação entre órgãos da sociedade		
I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adoptadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as actas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respectivas convocatórias e actas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21 e 29, Subsecção III, pontos 30 e 35
I.4 Conflitos de interesses		
I.4.1. Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respectivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49
I.4.2. Deverão ser adoptados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respectivos membros lhe solicitarem.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C Subsecção II, ponto 49, Subsecção III, ponto 54
I.5. Transacções com partes relacionadas		
I.5.1. O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.	Adoptada	Parte I, Secção E, Subsecção I, pontos 89 e 91

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
I.5.2. O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1.	Adoptada	Parte I, Secção E, Subsecção I, ponto 90
Capítulo II. ACCIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL		
II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de acções necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada acção corresponde um voto.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
II.2. A sociedade não deve adoptar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus accionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, pontos 12 e 14
II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via electrónica.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
II.4. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos accionistas na assembleia por meios telemáticos.	Não Adoptada	Parte II, ponto 2.1.b)
II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 13
II.6. Não devem ser adoptadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos administradores.	Adoptada	Parte I, Secção A, Subsecção I, pontos 4 e 5, Secção B, Subsecção I, ponto 12
Capítulo III. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO		
III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (<i>lead independent director</i>) para, designadamente, (i) actuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	Não Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, e Parte II, ponto 2.1.c)
III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
actividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.		
III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18
<p>III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;</p> <p>ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa colectiva;</p> <p>iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa colectiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares directa ou indirectamente de participação qualificada;</p> <p>vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um accionista titular de participações qualificadas.</p>	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18
III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).	Não aplicável	
III.6. Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.	Não aplicável	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
III.7. O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21 e 29, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 52, 54 e 55
III.8. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 52, 54 e 55

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
III.9. As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações.	Parcialmente Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 24, 25 e 29, e Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Parte II, ponto 2.1.d)
III.10. Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua actividade.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 55
III.11. O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, ponto 52
III.12. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afectos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a detecção de potenciais irregularidades.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 52 e 54

Capítulo IV. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de actuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Parcialmente Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, e Parte II, ponto 2.1.e)
IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objectivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
IV.3. O órgão de administração deve fixar objectivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 54
IV.4. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efectivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30 e Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 52

Capítulo V. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES

V.1 Avaliação Anual de Desempenho

V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21, 24, 25 e 27, e Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 70, Parte II, ponto 2.1.f)
---	----------	--

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
V.1.2. O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30
V.2 Remunerações		
V.2.1. A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção I, ponto 66, Subsecção II, ponto 67
V.2.2. A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respectivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respectivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou acções da própria sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 a 74
V.2.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter adicionalmente: <ul style="list-style-type: none"> i. A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adoptada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados; ii. As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo; iii. O número de acções e de opções sobre acções concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições; iv. Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável; v. Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excepcionais e a indicação dos elementos específicos objecto de derrogação; vi. Informações quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores. 	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 70
V.2.4. Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respectiva cessação de funções.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 76 e Subsecção IV, ponto 84
V.2.5. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos accionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respectiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOPÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por accionistas.		
V.2.6. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respectivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
V.3 Remuneração dos Administradores		
V.3.1. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflecta o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 a 71
V.3.2. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	Não Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, ponto 72, e Parte II, ponto 2.1.g)
V.3.4. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos directa ou indirectamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não Aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 74
V.3.5. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18, Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Subsecção IV, pontos 77 a 79 e 81
V.3.6. A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, directa ou indirectamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Subsecção V, ponto 84
V.4. Nomeações		
V.4.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma susceptível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 16 a 19
V.4.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Não Adoptada	Parte II, ponto 2.1.h)
V.4.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes .	Não Aplicável	Parte II, ponto 2.1.i)
V.4.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de selecção transparentes que incluam	Não Aplicável	Parte II, ponto 2.1.j)

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOPÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
mecanismos efectivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.		
Capítulo VI. GESTÃO DE RISCO		
VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 52, e 54
VI.2. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua actividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respectivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adoptar tendo em vista a respectiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 54
VI.3. A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspectiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 52 e 55
Capítulo VII. INFORMAÇÃO FINANCEIRA		
VII.1 Informação Financeira		
VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30 e Secção C, Subsecção V, ponto 61
VII.2 Revisão legal de contas e fiscalização		
VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir: <ul style="list-style-type: none"> i. Os critérios e o processo de selecção do revisor oficial de contas; ii. A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas; iii. Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas; iv. Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas. 	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, pontos 30 e 37, e Parte II, ponto 2.1.1)
VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, pontos 30 e 37, Subsecção V, ponto 46

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOPÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Subsecção V, ponto 45
VII.2.4. O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.	Não aplicável	Parte II, ponto 2.1.m)
VII.2.5. O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detectado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Subsecção V, ponto 42

À luz do texto recomendatório em causa, as seguintes recomendações, também referenciadas na tabela supra, não foram cumpridas na íntegra. Seguem-se as correspondentes explicações.

a) Relativamente à recomendação I.2.1, cumpre reiterar que a competência para seleccionar e designar ou eleger os membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades comerciais no ordenamento jurídico-societário português cabe exclusivamente aos respectivos accionistas.

Não é, assim, juridicamente possível à Sociedade, a qual não se confunde com os seus accionistas, definir ou aplicar critérios ou requisitos, incluindo de diversidade (e, em particular, de género), como os previstos na recomendação em causa, ou até nos moldes previstos na al. r), do n.º 1, do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de Julho.

Atente-se ainda no facto de que o actual mandato dos membros dos órgãos sociais da Sociedade se iniciou em 2016, e apenas terminará no final de 2018, não tendo ainda os accionistas da Sociedade tido oportunidade de, querendo, levar em conta, de forma expressa, em processos electivos, quanto se encontra previsto, tanto no referido Decreto-Lei n.º 89/2017, como na recomendação ora em análise.

Isto não significa, porém, que na selecção dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade (respectivamente, Conselho de Administração e Comissão de Auditoria), os accionistas não tenham relevado critérios de diversidade que procuram combinar os atributos individuais de cada um dos membros, como a independência, a integridade, a experiência e a competência, com as especificidades da Sociedade, designadamente o seu modelo de governo, a sua dimensão, a sua estrutura accionista e o seu modelo de negócio.

Na actual composição do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, os accionistas salvaguardaram a diversidade de género (sem prejuízo do cumprimento da legislação que, a propósito, a Sociedade terá observar a partir de 2019), a diversidade etária, a diversidade de habilitações e a diversidade de antecedentes profissionais, conforme se pode verificar do ponto 1.3.1. do Capítulo I, e dos pontos 17 a 19, e 26 do Capítulo IV deste Relatório.

b) No que se refere à Recomendação II.4, importa atentar no facto de que a Sociedade, para além de criar condições para a participação presencial dos respectivos accionistas nas reuniões da Assembleia Geral, admite ainda, em termos estatutários, a expressão de voto por correspondência por parte dos

accionistas. Adicionalmente, desde 2006 que a Sociedade implementou os mecanismos adequados para a votação por meios electrónicos por parte dos respectivos accionistas.

Entende a Sociedade ter criado, da forma acima referida, as necessárias e suficientes condições para uma participação expressiva dos accionistas nas reuniões da Assembleia Geral da Sociedade, tendo-se verificado uma participação média destes, nestas reuniões, entre 2014 e 2018, de 82,14%.

Acresce que a participação dos accionistas por via telemática nas Assembleias Gerais não corresponde à prática do mercado português, conforme evidenciado pelo benchmark.

c) Quanto à Recomendação III.1, explica-se que a coordenação dos administradores não executivos no seio da Sociedade se encontra assegurada por intermédio de um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos da Sociedade. Não obstante o dever legal de vigilância que sobre os mesmos impende, sub Artigo 407.º, n.º 8 CSC, e sem prejuízo do mesmo, instituiu a Sociedade, assim, um mecanismo de comunicação por parte dos Administradores-Delegados, ou do Presidente da Comissão Executiva, consoante o caso, que assegura a prestação de informação relevante aos administradores não executivos quanto ao exercício dos poderes delegados, ou do encargo especial atribuído. De igual forma, prevê o referido Mecanismo a satisfação de qualquer pedido de informação por parte de qualquer administrador não executivo, para o desempenho das respectivas funções. Encontra-se ainda previsto em tal Mecanismo a possibilidade de realização de reuniões *ad hoc* por parte dos Administradores Não-Executivos, e a atribuição ao Secretário da Sociedade do encargo de disponibilização atempada aos Administradores Não-Executivos da Sociedade da agenda definitiva dos trabalhos e documentação preparatória das reuniões do Conselho de Administração e das Comissões especializadas onde tenham assento e, bem assim, de remessa aos Administradores que o solicitem, de cópia das actas de reuniões da Direcção Executiva, e de quaisquer Órgãos Sociais.

Ver ponto 21 da Parte I, Secção B, Subsecção II, e a explicação constante da alínea f) infra.

d) Com referência à Recomendação III.9, explica-se que, embora a Sociedade disponha de uma Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa, a mesma não é composta maioritariamente por membros dos órgãos sociais. Efectivamente, o Conselho de Administração entendeu que tal Comissão, pela sua natureza, beneficiaria de ter uma composição mais heterogénea, permitindo concitar experiências diversas e exteriores à Sociedade.

Por outro lado, a Sociedade não dispõe de uma Comissão de Nomeações para quadros dirigentes, pelas razões explicitadas na al. f) infra.

e) No que respeita à Recomendação IV.1., explica-se que a Sociedade apenas a cumpre parcialmente considerando que, embora tenha sido aprovado um Regulamento do Conselho de Administração que define o regime de actuação dos seus membros não regula, contudo, o exercício de funções executivas por parte de administradores executivos em entidades fora do Grupo. Não obstante, a ratio subjacente à Recomendação em causa encontra-se acautelada atendendo ao carácter familiar da Sociedade, ao facto do respectivo Administrador-Delegado ser um membro da família que detém o controlo da Sociedade (o que explica o seu desempenho de funções executivas de forma exclusiva na Sociedade), ao teor do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade em vigor, da Delegação de Poderes a favor do actual Administrador-Delegado, e as obrigações legais a cargo dos administradores, nomeadamente, os deveres de lealdade e, em especial, os deveres de cuidado que impendem sobre os mesmos, nos termos do art. 64º C.S.C..

Ver ponto 21 da Parte I, Secção B, Subsecção II.

f) Quanto à Recomendação V.1.1., cumpre explicar que, para além da Comissão de Auditoria, a Sociedade não dispõe de Comissões compostas exclusivamente por administradores. Daí considerar-se cumprida a Recomendação em causa.

g) Com respeito à Recomendação V.3.2., cumpre referir que a Política de Remuneração da Sociedade não prevê o diferimento do pagamento de toda ou de parte da componente variável da remuneração, acreditando a Comissão de Vencimentos ter encontrado, até ao momento, os mecanismos que permitem o alinhamento entre os interesses de Administradores Executivos e os interesses de longo prazo da Sociedade e dos accionistas, ao possibilitar o crescimento sustentado dos negócios desta e a correspondente criação de valor para aqueles.

h) Com respeito à Recomendação V.4.2., há que explicar que o Grupo Jerónimo Martins tem atravessado um momento de elevado crescimento, tendo actualmente operações em três países, e empregando já mais de cem mil colaboradores. A Direcção de Recursos Humanos da Sociedade desenvolveu, assim, os estudos necessários, e implementou os mecanismos apropriados para proceder à gestão dos seus colaboradores, a todos os níveis, e disponibilizar as necessárias ferramentas às sociedades do Grupo, tanto no momento da contratação inicial, como na subsequente progressão de carreiras. Acresce que, tendo a Sociedade uma notória dimensão familiar, a Política de Recursos Humanos e, sobremaneira, a sua selecção e recrutamento reveste especial importância e suscita especial atenção por parte do Administrador-Delegado, ele próprio membro da família controladora. Ver ponto 21 da Parte I, Secção B, Subsecção II (“Recursos Humanos”), e a explicação constante da alínea d) supra.

i) No que concerne à Recomendação V.4.3., ver a explicação constante da alínea anterior

j) Com referência à Recomendação V.4.4., ver a explicação constante da alínea h) supra.

l) Quanto à Recomendação VII.2.1. há que clarificar que a Sociedade considera adoptada a Recomendação em causa, atendendo a que o Regulamento da Comissão de Auditoria da Sociedade contempla grande parte das alíneas desta Recomendação, o que apenas não sucede nos casos em que a específica matéria se encontra especificamente regulada na lei aplicável, nacional e comunitária. Em coerência com as disposições constantes da “Nota Sobre Interpretação do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018” sobre as Recomendações VII.2.4 e VII.2.5, na parte em que consideram que, quando a actuação de um órgão da Sociedade se encontre coberto pelo regime legal vigente, não devem tais aspectos ser considerados autonomamente, considera-se adoptada a presente Recomendação.

m) No que respeita à Recomendação VII.2.4. cumpre referir que a Sociedade não atribuiu ao ROC as funções objecto desta Recomendação, tendo aplicação as disposições constantes da “Nota Sobre Interpretação do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018” sobre esta matéria.

3. Outras Informações

Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adoptadas.



**RESPONSABILIDADE CORPORATIVA
NA CRIAÇÃO DE VALOR**

RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO NÃO-FINANCEIRA

Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor

1. A Nossa Abordagem	204
2. Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	206
3. <i>Highlights</i> 2018.....	208
4. Promover a Saúde pela Alimentação	210
5. Respeitar o Ambiente.....	222
6. Comprar com Responsabilidade.....	233
7. Apoiar as Comunidades Envolventes	244
8. Ser um Empregador de Referência	254
9. Compromissos para 2018-2020.....	267
10. Tabela de Indicadores	272

1. A Nossa Abordagem

Procuramos criar valor de forma sustentada, respeitando a qualidade de vida das gerações presentes e futuras e mitigando, tanto quanto possível, o impacto das nossas actividades sobre os ecossistemas, dos quais dependemos. Para garantir a continuidade do nosso negócio, que conta com mais de dois séculos de existência, definimos uma estratégia de Responsabilidade Corporativa, transversal às nossas Companhias e formada por cinco pilares de actuação, que procura responder aos desafios identificados pelos nossos stakeholders¹ e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pelas Nações Unidas²:

I - Promover a Saúde pela Alimentação

A promoção da saúde pela alimentação materializa-se em duas estratégias de actuação:

- i. fomentar a qualidade e diversidade dos produtos alimentares que as Companhias comercializam;
- ii. garantir a segurança alimentar no sentido mais lato, abrangendo a disponibilidade, acessibilidade e sustentabilidade dos produtos comercializados.

II - Respeitar o Ambiente

O Grupo procura promover a gestão eficiente de recursos, aliada à preservação ambiental com vista a reduzir os impactos ambientais gerados pelos seus negócios. São três as áreas de actuação prioritárias: alterações climáticas, biodiversidade e gestão de resíduos.

III - Comprar com Responsabilidade

As Companhias do Grupo acompanham as origens e processos produtivos dos produtos que desenvolvem e adquirem, procurando integrar preocupações éticas, sociais e ambientais nas suas decisões ao longo da cadeia de abastecimento. O Grupo está empenhado em desenvolver relacionamentos comerciais duradouros, praticar preços justos e apoiar a produção local nos países onde opera.

IV - Apoiar as Comunidades Envolventes

O Grupo está fortemente comprometido com as comunidades dos países onde opera, promovendo a coesão social e procurando contribuir para quebrar ciclos de pobreza e malnutrição, através de apoios a projectos e causas junto dos grupos mais frágeis da sociedade: crianças, jovens e idosos carenciados.

V - Ser um Empregador de Referência

Através da criação de emprego, o Grupo pretende estimular o desenvolvimento socioeconómico nos mercados onde actua. Para tal, promove políticas salariais equilibradas e um ambiente de trabalho estimulante e positivo, numa relação de compromisso firme com os seus colaboradores, que são alvo também de políticas de responsabilidade social, extensíveis às suas famílias.

¹ Os 14 principais temas materiais encontram-se referidos no subcapítulo 2 - "Envolvimento com Stakeholders", e no website www.jeronimomartins.com.

² Conheça as principais acções do Grupo na publicação "The Power of Collective Action" disponível no website www.jeronimomartins.com e na tabela de indicadores incluída no final deste Capítulo.

Grupo Jerónimo Martins mantém-se nos principais Índices ESG

O desempenho do Grupo no âmbito da sua actuação nos pilares de Responsabilidade Corporativa tem vindo a ser acompanhado por um conjunto alargado de stakeholders, entre os quais analistas de Ambiente, Sociedade e Governance (ESG).

Entre outros, em 2018 o Grupo Jerónimo Martins manteve-se nos índices FTSE Russel: FTSE4Good Developed Index e FTSE4Good Europe Index, que identificam as empresas que melhor gerem os riscos de sustentabilidade através de compromissos e de acções no desenvolvimento dos seus negócios. Foi também incluído no FTSE4Good Developed Minimum Variance.

Manteve, ainda, a presença nos índices STOXX Global ESG Leaders, STOXX Global ESG Environmental Leaders, Ethibel Excellence Investment Registers, Ethibel Sustainability Index Excellence Europe, e Euronext Vigeo Eurozone 120. No caso da Euronext Vigeo, foi também adicionado ao Europe 120.

Estes índices identificam as empresas que melhor gerem os riscos ESG e são utilizados, por exemplo, em produtos de investimento estruturados e como benchmark. Estas inclusões resultam do reconhecimento dos compromissos, acções e resultados do Grupo na área da sustentabilidade e no desenvolvimento de longo prazo dos seus negócios.

Modelo de Negócio e Relação com o Desenvolvimento Sustentável



2. Envolvimento com os Stakeholders

O envolvimento com as partes interessadas (stakeholders) é um passo relevante na identificação, priorização e gestão dos aspectos ambientais, sociais e económicos que têm, ou podem ter, impactos sobre a sociedade e sobre o negócio. No sentido de assegurar uma melhoria contínua, utilizamos diferentes canais de comunicação com o objectivo de promover um maior alinhamento com as necessidades e expectativas dos nossos stakeholders.

Stakeholders	Interlocutores	Canais de Comunicação
Accionistas e Investidores	Direcção de Relações com Investidores.	Website corporativo, e-mail, relatórios e contas, revista corporativa semestral, comunicados financeiros, reuniões, conferências, roadshows, Investor's Day e assembleias gerais.
Analistas	Direcção de Relações com Investidores, Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail, relatórios e contas, revista corporativa semestral, comunicados financeiros, reuniões, conferências e Investor's Day.
Organismos Oficiais, Entidades de Supervisão e Autarquias Locais	Direcção de Relações com Investidores, Direcções Fiscais, Direcções Jurídicas, Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail e correio físico, revista corporativa semestral e reuniões.
Fornecedores, Parceiros e Prestadores de Serviços	Direcções Comerciais, Marketing, Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria, Segurança Alimentar, Ambiente, Regionais de Operações, Técnicas, Expansão, TI e Comissão de Ética.	Portal JM Direct, visitas de acompanhamento, auditorias de qualidade e segurança alimentar, reuniões de negócios, contactos directos e revista corporativa semestral.
Colaboradores	Direcções de Recursos Humanos, Escola de Formação, Comissão de Ética e Serviços de Atendimento ao Colaborador.	Serviços de Atendimento ao Colaborador (linha telefónica, correio físico e eletrónico), revistas internas, intranet, reuniões operacionais e de gestão, relações interpessoais, avaliação anual de desempenho, sessões de formação e estudos de clima interno.
Clientes e Consumidores	Serviço de Apoio ao Cliente, Provedoria do Cliente e Comissão de Ética.	Linhas "verdes" de contacto telefónico, e-mail, website corporativo e correio físico.
Comunidades Locais	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas, Lojas e Centros de Distribuição.	Visitas de acompanhamento, reuniões, protocolos e parcerias/mecenato.
Jornalistas	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, comunicados de imprensa, conferências de imprensa, reuniões, relatórios e contas e revista corporativa semestral.
ONGs e Associações	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Visitas de acompanhamento, reuniões, parcerias/mecenato e revista corporativa semestral.

Integramos, ainda, ao nível institucional e ao nível das nossas Companhias, diversas organizações e iniciativas nacionais e internacionais na área da Responsabilidade Corporativa, que nos permitem conhecer as tendências nestas dimensões, definir prioridades estratégicas e melhorar os nossos processos de gestão³.

³ Para mais detalhes sobre a forma como nos relacionamos com os stakeholders e sobre as organizações que integramos consulte www.jeronimomartins.com, na área de "Responsabilidade".

Como resultado do nosso envolvimento contínuo com os stakeholders, destacamos, por ordem decrescente, a identificação dos seguintes aspectos materiais⁴:

1. Qualidade e segurança alimentar;
2. Selecção de fornecedores com base em critérios de sustentabilidade;
3. Oferta de produtos de origem sustentável;
4. Condições laborais;
5. Preferência por fornecedores locais;
6. Envolvimento e apoio a colaboradores, às suas famílias e comunidades locais;
7. Oferta de produtos saudáveis;
8. Gestão e valorização dos resíduos;
9. Eficiência energética e redução dos consumos de água;
10. Gestão do relacionamento com fornecedores;
11. Serviços de apoio ao cliente;
12. Inovação nos produtos e serviços;
13. Redução do material de embalagem;
14. Atracção, retenção de talentos, formação e desenvolvimento profissional.

No sentido de assegurar o cumprimento, divulgação e reforço dos Princípios de Responsabilidade Corporativa, contamos, ainda, com a Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa que colabora com o Conselho de Administração e com a Comissão de Ética⁵.

A página do Grupo na rede social profissional LinkedIn contava com mais de 140 mil seguidores no fim de 2018, mantendo-se como um meio importante para a divulgação das nossas actividades, entre as quais se incluem as acções desenvolvidas no âmbito dos cinco pilares da Responsabilidade Corporativa. Neste contexto, ao longo de 2018, divulgámos 112 posts relacionados com a nossa Responsabilidade Corporativa, tendo-se verificado mais de 1,8 milhões de impressões⁶.

⁴ O reporte da actuação do Grupo em cada um destes temas poderá ser consultado ao longo deste Capítulo, na área dedicada a cada um dos pilares estratégicos que materializam o compromisso com o desenvolvimento sustentável e no canal de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

⁵ As competências de cada uma destas Comissões estão descritas em www.jeronimomartins.com, na área de "Investidor".

⁶ Este indicador diz respeito ao número de vezes que cada post foi exibido a usuários do LinkedIn.

3. Highlights 2018

Promover a Saúde pela Alimentação

- Implementámos a Política da Qualidade e Segurança de Produto, pretendendo aprofundar os sistemas de melhoria contínua dos processos de desenvolvimento e monitorização de produtos de Marca Própria e de Perecíveis;
- As reformulações nutricionais de produtos de Marca Própria e de Meal Solutions preveniram a entrada no mercado de 575 toneladas de gordura, 81 de gordura saturada, 88 de açúcar e 8 de sal;
- Na Polónia, a gama Go Bio, que se destina a clientes que preferem produtos biológicos, foi alargada com 78 produtos. O Pingo Doce introduziu as primeiras 36 referências desta gama no mercado português;
- Em Portugal, a adopção voluntária de um ícone calórico em bebidas alcoólicas atingiu 100% das referências. Também a simbologia que desaconselha o consumo destes produtos por parte de grávidas atingiu os 47% das referências desta categoria, um aumento de 150%, face a 2017;
- Realizámos mais de 10.000 auditorias internas às infraestruturas do Grupo, complementadas por mais de 110.000 análises a superfícies de trabalho e a manipuladores, entre outros, e mais de 50.000 análises a produtos. Mais de 35.700 colaboradores tiveram formação em higiene e segurança alimentar, num total de mais de 125.000 horas.

Respeitar o Ambiente

- Em 2018, a pegada de carbono do Grupo, por 1.000€ de vendas, reduziu 17,2%, face a 2017, contribuindo para o cumprimento do objectivo de redução definido para o triénio 2018-2020;
- A redução da pegada carbónica do Grupo deve-se, sobretudo, à decisão de contratar – a partir de Julho de 2018 – electricidade proveniente de fontes renováveis para suprir as necessidades das operações em Portugal;
- O Grupo obteve uma pontuação global de “A-” no CDP Climate 2018, posicionando-o no patamar “Liderança”, mais perto de atingir a pontuação máxima (A);
- Foram implementados 30 novos projectos de ecodesign de embalagens em Portugal e Polónia, contribuindo para a poupança anual de cerca de 2.500 toneladas de materiais de embalagem;
- A taxa de valorização de resíduos produzidos pelo Grupo aumentou para 85%, mais 0,3 p.p. do que em 2017.

Comprar com Responsabilidade

- Em 2018, cerca de 90% das compras de produtos alimentares realizadas pelo Grupo foram adquiridas a fornecedores locais, mantendo este rácio acima dos 80% estabelecidos como objectivo;
- Foram introduzidas mais de 290 novas referências de produtos com certificados de sustentabilidade (ex., UTZ, Marine Stewardship Council e Rainforest Alliance, entre outros) nos produtos de Marca Própria e Frescos nas insígnias do Grupo;
- Mais de 20% dos ovos frescos de Marca Própria do Grupo comercializados em 2018 foram “cage-free” (ex., produzidos no solo, ao ar livre ou em modo biológico), contribuindo para o objectivo de aumentar progressivamente esta proporção até aos 100% projectados para 2025;
- Em 2018, e com base nas espécies de pescado identificadas em 2015, verificou-se o cumprimento das linhas definidas para a estratégia de sustentabilidade do pescado do Grupo;
- O Grupo Jerónimo Martins obteve, no CDP Forests 2018, uma pontuação global de “A-” para o óleo de palma, posicionando-o no patamar “Liderança”, a um passo de atingir a pontuação máxima (A). As commodities soja, carne bovina e papel e madeira obtiveram uma classificação de “B”, correspondendo ao nível de “Gestão”.

Apoiar as Comunidades Envolventes

- O valor de apoios oferecidos pelo Grupo foi de mais de 31,5 milhões de euros, um aumento de 45% face a 2017;
- O donativo de produtos alimentares totalizou mais de 11,5 mil toneladas, o que representa um aumento de 54% face a 2017, numa prossecução do esforço de combate ao desperdício alimentar. Na Polónia, o programa de doações de géneros alimentares, foi alargado para 1.063 lojas;
- O Grupo implementou um novo conceito de apoio a instituições do terceiro sector que também tenham produção alimentar. Através do “Mercado Social”, espaço dedicado à comercialização de produtos destas instituições no Pingo Doce, os clientes puderam adquirir produtos de duas instituições, cujo valor de vendas reverteu na totalidade para as mesmas;
- 219 colaboradores do Grupo contribuíram com 1.544 horas de voluntariado em várias acções de envolvimento comunitário, nomeadamente ligadas à reflorestação de áreas ardidas em 2017 e 2018;
- Na Colômbia, estabeleceu-se um novo protocolo com o Instituto de Bienestar Familiar para a oferta de produtos de higiene pessoal às mais de 9.400 crianças ao cuidado das Madres Comunitarias.

Ser um Empregador de Referência

- Criámos 4.357 postos de trabalho, o que representa um aumento líquido de 4,2% face ao ano anterior. Proporcionámos, ainda, 928 estágios em contexto real de trabalho nas diferentes Companhias do Grupo;
- Foram atribuídos 110 milhões de euros em prémios aos colaboradores e 11.946 colaboradores, ao nível das lojas, Centros de Distribuição e Estruturas Centrais, foram promovidos;
- Foram proporcionadas aos colaboradores mais de 4,5 milhões de horas de formação, distribuídas por 66.310 acções de formação;
- O índice registado da frequência de acidentes foi o valor mais baixo desde 2011;
- O investimento em iniciativas de apoio aos colaboradores nas áreas da Saúde, Educação e Bem-Estar Familiar ascenderam a 19,5 milhões de euros, um aumento de 4%. Na Polónia, através do programa “Możesz Liczyć na Biedronkę” (Podes Contar com a Biedronka), foi concedido apoio financeiro a mais de 9.000 colaboradores em situação de vulnerabilidade. Em Portugal, o Fundo de Emergência Social, que conta com a colaboração de assistentes sociais, permitiu apoiar 726 colaboradores.

4. Promover a Saúde pela Alimentação

4.1. Introdução

Com a missão de disponibilizar comida segura e de qualidade aos milhões de clientes que todos os dias visitam as nossas lojas, integramos nos nossos processos de desenvolvimento de produtos um compromisso de defesa e promoção da saúde pública por via da alimentação.

Em linha com as prioridades definidas nos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030, e com as expectativas de mais de 4.700 stakeholders auscultados numa análise feita em 2016, procuramos incentivar o consumo responsável como forma de promover a sustentabilidade do negócio e de potenciar estilos de vida mais saudáveis.

Estas prioridades advêm da observação dos hábitos alimentares das sociedades nos últimos anos e da constatação que o consumo, em excesso, de açúcar, sal e gordura saturada tem resultado num aumento da prevalência de doenças como a obesidade, a diabetes, a osteoporose e as doenças cardiovasculares.

Ser um agente activo na mudança destes hábitos alimentares implica, para o Grupo, um compromisso com o investimento no desenvolvimento e na democratização do acesso a produtos alimentares de Marca Própria nutricionalmente equilibrados. Este empenho pressupõe também que os produtos sejam menos processados e respondam a necessidades dietéticas específicas, onde se incluem as intolerâncias a determinados ingredientes, a par de uma rotulagem nutricional completa e intuitiva.

São duas as estratégias de actuação que concretizam o posicionamento do Grupo:

- i. garantir a segurança alimentar;
- ii. fomentar a qualidade e diversidade da alimentação.

4.2. Qualidade e Diversidade

Em 2018, o Grupo prosseguiu a aplicação da sua Política da Qualidade e Segurança de Produto (publicada no website corporativo) à oferta alimentar, através da sua Marca Própria e de Perecíveis, e também à oferta de Marca Própria não-alimentar.

Com esta política, pretendemos garantir um sistema de melhoria contínua dos processos de desenvolvimento e monitorização de produtos de Marca Própria e de Perecíveis, colocando o consumidor no centro da nossa atenção:

- aplicação de padrões complementares, em virtude de eventuais omissões da legislação nos países onde operamos e da evidenciação científica na tomada de decisões;
- envolvimento com stakeholders, no sentido de proactivamente compreender as suas expectativas e criar/fortalecer parcerias;
- proibição de testes em animais, aplicação do princípio da precaução quanto a organismos geneticamente modificados e à nanotecnologia, compromisso de substituir microplásticos por materiais biodegradáveis que não representem riscos para a cadeia alimentar e ecossistemas, e também quanto a outros materiais de embalagem destinados a entrar em contacto com alimentos;
- primazia da rastreabilidade e existência de procedimentos robustos de defesa, mitigação e gestão de risco em matéria de segurança dos produtos;
- comunicação transparente e intuitiva na rotulagem dos nossos produtos para além do exigido legalmente, por forma a tornar a decisão de compra mais informada por parte do consumidor.

A nossa Política Nutricional, também disponível para consulta no website corporativo de Jerónimo Martins, complementa os compromissos definidos para os produtos alimentares de Marca Própria, estando alinhada com as recomendações da Organização Mundial da Saúde ao definir sete dimensões no desenvolvimento das Marcas Próprias: perfil nutricional, ingredientes, rotulagem, tamanho das porções, melhoria contínua, comunicação e educação. Estas dimensões apoiam-se, entre outras, nas seguintes directrizes:

- restrições quanto à utilização de corantes, conservantes e outros aditivos sintéticos supérfluos;
- quantidades máximas admitidas de alguns ingredientes como o sal, açúcar ou gordura em produtos destinados a crianças;
- estratégias de reformulação nutricional;
- desenvolvimento de produtos para pessoas de diferentes faixas etárias e com necessidades/preferências nutricionais específicas;
- materiais de embalagem permitidos para contacto com géneros alimentares;
- princípios de rotulagem nutricional, incluindo informações sobre saúde, nutrição e promoção de estilos de vida saudáveis;
- planos de monitorização de produto, onde se incluem testes sensoriais, auditorias e controlos laboratoriais.

4.2.1. Lançamentos

Em colaboração com os nossos parceiros de negócio, temos investido no lançamento de produtos que respondam às necessidades dos consumidores e dos estilos de vida modernos, procurando, ao mesmo tempo, que sejam mais sustentáveis.

Polónia

Os lançamentos de produtos alimentares de Marca Própria com benefícios para a saúde pretenderam contribuir de forma positiva para padrões de consumo mais responsáveis, sendo acompanhados por informação mais completa e intuitiva sobre a presença de determinados ingredientes nas suas composições. Contam-se, de entre os lançamentos em 2018:

- 78 produtos biológicos com a marca Go Bio, certificados com o logotipo EU Ecolabel, tais como manteiga, húmus, bolachas de aveia integral – também indicadas para vegans –, massas, sumos, iogurtes e infusões;
- 17 referências de produtos para crianças, onde se incluem seis produtos biológicos Go Bio como as salsichas Głodniaki sem glúten, nem lactose, nem fosfatos, nem conservantes, nem glutamato de sódio, e as massas de milho Pastani Kids sem glúten;
- 3 referências de iogurtes FruVita estilo skyr, sem gordura e ricos em proteína.

Foi também reforçada a oferta de produtos para vegans e vegetarianos, ou seja, cuja composição exclui, entre outros, carne e outros produtos de origem animal como ovos, lacticínios e mel. Das 29 referências lançadas, destacamos os wraps de tortilha de trigo Pano, que são certificados pela Vege Polska (Associação Polaca de Vegetarianos) com o símbolo internacional V-Label, garantindo assim que os produtos cumprem os requisitos relacionados com este tipo de dieta e facilitando a sua identificação.

Mantivemos a parceria com a Polskie Stowarzyszenie Osób z Celiakią i na Diecie Bezglutenowej (Associação Polaca de Celíacos e da Dieta Sem Glúten) para o acompanhamento da produção e lançamento de produtos sem glúten, assegurando a ausência de contaminação cruzada, bem como a certificação do produto final. Em 2018, lançámos 36 referências sem glúten, das quais se destacam as massas Pastani e a pizza de quatro queijos Donatello.

A Biedronka prosseguiu a intenção iniciada em 2017 de expandir o seu portefólio de produtos sem lactose, trazendo em 2018 para o mercado três novas referências, onde se incluem as salsichas de porco e salsichas de veado Głodniaki, que, nestes casos, também não têm glúten, nem fosfatos, nem corantes, nem conservantes, nem o potenciador de sabor glutamato monossódico.

Nos Perecíveis, lançámos três produtos de Padaria feitos de farinha de trigo ancestral (sem cruzamento com outras variedades e produzido apenas em algumas regiões da Europa), permitindo a expansão destas soluções na oferta da Biedronka. Os produtos confeccionados com esta variedade de trigo contêm uma menor percentagem de proteínas de glúten. Sendo fontes importantes de fibra, zinco e selénio, que auxiliam as funções digestiva e imunológica, estes produtos contaram ainda com o apoio do Instytut Żywności i Żywienia (Instituto de Alimentação e Nutrição Polaco) para a sua produção. Os consumidores podem aceder à informação sobre a dieta com menor consumo de glúten no website do fornecedor, em www.pradawnapszenica.pl.

Portugal

Mantivemos o foco no lançamento de produtos Pingo Doce com benefícios para a saúde e/ou pouco processados, investindo igualmente em porções mais convenientes para os consumidores:

- Sal Iodado, que pode contribuir para a normal produção de hormonas e funcionamento da tiróide, bem como para a função cognitiva e o sistema nervoso;
- Rissóis de Camarão, Croquetes de Carne e Pastéis de Bacalhau congelados para confecção no forno, que têm a vantagem de, no produto final, apresentarem menos 10% de gordura do que os produtos para fritar;
- Mirtilos Congelados que, pelo seu processo de colheita e conservação no frio em 24 horas, dispensam a adição de corantes ou conservantes. São frutos com um elevado teor de fibra, importantes para o bom funcionamento do sistema digestivo;
- Queijo Burrata de Búfala, produzido com leite pasteurizado, sendo fonte de cálcio;
- Iogurtes Grego Maracujá e Frutos Vermelhos, ambos sem gordura, com alto teor em proteína, fontes de cálcio e sem corantes;
- Bolachas Mini Maria, destinadas a públicos infantis, produzidas com óleo de girassol;
- Bolsas de Fruta de Maçã e de Pêra destinadas a crianças. Estes produtos não contêm corantes nem conservantes, contando apenas com os açúcares naturalmente presentes na fruta. Também a Bolsa Multifrutos com Cereais foi lançada com estes benefícios e sem glúten.

Na gama Pura Vida, destinada a democratizar a oferta de produtos sem adição de açúcar, glúten e lactose para públicos com necessidades e/ou preferências dietéticas específicas, foram lançados seis novos produtos, fixando-se em 91 o total de referências disponíveis. Destacam-se:

- Aveia Instantânea, com alto teor em vitamina B1 e fósforo. Sendo fonte de fibra, ferro, magnésio, potássio e zinco, os beta-glucanos presentes contribuem para a manutenção de níveis normais de colesterol no sangue;
- Folhado Misto, para preparação no forno, sem lactose;
- Queijo Fresco, para barrar, sem lactose;
- Leite Ultrapasteurizado Magro, sem lactose.

Em 2018, como já referido, foi introduzida no mercado português a gama Go Bio. Trata-se de produtos certificados quanto à sua produção biológica e que, através dos seus métodos de produção mais responsáveis quanto ao uso de químicos na agricultura, podem impactar positivamente a saúde dos consumidores. Foram lançados 36 produtos desta gama, entre os quais ovos, massas, polpa de tomate, iogurtes e kefir, queijo e gelados. De entre estes lançamentos, as bolachas de Aveia e as de Aveia com Chocolate Negro são também indicadas para vegetarianos e vegans, apresentando a certificação V-Label.

Nas Meal Solutions, os restaurantes Pingo Doce, em paralelo com as operações de Take Away, desenvolveram pratos mais saudáveis e aptos para consumidores com preferências específicas, como os vegetarianos: a alheira (de confecção no forno, no sentido de diminuir a quantidade de gordura), uma especialidade típica de Portugal, e as almôndegas de vegetais. Também os folhados de vegetais e vegetais grelhados foram lançados em 2018.

Na área das sopas, chegaram ao mercado cinco variedades sem batata, uma matéria-prima rica em hidratos de carbono. As sopas de legumes, creme de cenoura com agrião e creme de grão com vegetais são alguns exemplos.

A variedade de oferta na estação Primavera-Verão foi complementada com seis saladas: arroz com presunto, cuscuz com frango, bacalhau com grão e pimento assado, tabulet de peito de frango com nozes e sultanas, quinoa com cavala e, ainda, noodles com gambão e azeite de coentros.

Colômbia

10 novos produtos foram lançados pelas Marcas Exclusivas da Ara, disponibilizando alternativas mais saudáveis aos consumidores daquele país. Destaque para os três sabores de iogurte integral com probióticos Alambra, as três referências de massas italianas com trigo integral Arrivere e os sumos naturais Solei de laranja e tangerina.

4.2.2. Reformulações

Por forma a contribuir positivamente para a saúde pública, a nossa estratégia – iniciada há mais de 10 anos - para a reformulação de produtos alimentares dá prioridade a produtos que:

- sejam consumidos por públicos maioritariamente infantis;
- contenham quantidades elevadas de sal, açúcar e gordura (incluindo a saturada) e/ou aditivos considerados supérfluos;
- sejam consumidos em grandes quantidades e, como tal, a sua reformulação possa representar um maior impacto positivo para a saúde pública;
- possam ser percebidos como saudáveis, mas cujo perfil nutricional precisa de ser ajustado.

Reformulações Totais

Em 2018, o Grupo evitou a entrada no mercado de:

- 575 toneladas de gordura;
- 81 toneladas de gordura saturada;
- 88 toneladas de açúcar;
- 8 toneladas de sal.

Polónia

Na Polónia, reformulámos 33 produtos alimentares de acordo com a nossa Política Nutricional, tendo sido eliminados sal, açúcar e gordura. No total retirámos 575 toneladas de gordura, a que se adicionam 77 de saturada, 87 toneladas de açúcar e 5 toneladas de sal⁷.

Diminuímos os teores de gordura em 19 referências, especialmente nos queijos processados Fasti, cuja redução atingiu 44%, representando 92 toneladas de ingredientes que não entraram no mercado. Adicionalmente, 77 toneladas de gordura saturada foram removidas de 17 produtos.

Cortámos entre 5% a 30% de sal na composição de oito referências, entre as quais os wraps grelhados de trigo Pano e as batatas fritas de sal marinho e pimenta Polsnack.

No que respeita ao açúcar, reformulámos sete referências, onde se incluem os iogurtes Miami de morango – dirigidos a crianças – nos quais alcançámos uma redução de 18%, o equivalente a cerca de nove toneladas.

Portugal

Ao longo de 2018 relançámos seis produtos com receitas melhoradas quanto à presença de gordura, através da sua substituição por opções mais saudáveis. Incluem-se produtos Pingo Doce, Amanhecer e Masterchef, estes últimos destinados ao sector das mercearias, hotelaria, cafetarias e restauração que, pela sua expressão e alcance ao nível da distribuição, podem ter um impacto positivo sobre o consumidor. No total, 3,5 toneladas de gordura saturada não entraram no mercado⁷.

⁷ A quantidade de toneladas removidas é obtida através do seguinte método de cálculo: quantidade destes ingredientes presentes na fórmula das referências abrangidas multiplicada pelo número de unidades vendidas no ano.

Outras referências viram o teor de gordura saturada que apresentavam ser reduzido. O óleo de palma foi substituído por óleo de girassol ou foi eliminado. São os casos das Tostas Sem Sal Pingo Doce, do Creme para Barrar de Cacau e Avelãs Amanhecer e dos Petiscos do Mar Amanhecer e Masterchef.

Reformulámos duas referências de Flocos de Batata, tendo sido retirados os conservantes da sua composição.

Nas Meal Solutions do Pingo Doce, cortámos em mais de 10% o açúcar presente em três referências de Arroz Doce, uma sobremesa típica de Portugal, e que equivale a mais de 0,5 toneladas⁸.

Também algumas matérias-primas utilizadas nos produtos de Take Away, de Padaria ou dos restaurantes sofreram reformulações. O óleo de palma - utilizado tanto como ingrediente no pão ralado, como em óleo de fritura - foi substituído por óleo de girassol.

Colômbia

No que diz respeito às quantidades de sal, reformulámos cinco produtos de charcutaria da marca exclusiva Kai, o que resultou num total de 2,4 toneladas que não entraram no mercado⁷. Também nos cereais Heil de frutos vermelhos de granola e amêndoas foram removidos os aditivos supérfluos.

O preparado de Aveia Instantânea, nas variedades de baunilha e de morango, foi reformulado com a adição de 12 vitaminas.

Produtos Não-Alimentares

Alguns produtos não-alimentares foram reformulados considerando o seu potencial impacto na saúde dos consumidores e/ou sobre os ecossistemas. Destacam-se a pasta de dentes Dentix Mouthwash Fresh, o gel de duche Spa e o gel de duche Be Beauty, cujos microplásticos (devido ao seu tamanho e à incapacidade de filtração pelos sistemas de águas residuais podem apresentar riscos para oceanos e rios) foram substituídos por bambu natural, pó de sementes de damasco e por exfoliantes naturais, respectivamente. Foram ainda lançadas 4 referências de máscaras para cabelo Be Beauty, das quais foram retirados os parabenos (conservantes sintéticos) e silicones (polímeros que podem causar irritações e alergias).

4.2.3. Promoção de Escolhas Mais Saudáveis

Na intenção de promover uma oferta cada vez mais alinhada com as necessidades presentes e futuras dos consumidores, temos feito um trabalho de ajustamento de porções dos produtos de Marca Própria, conforme análise de mercado, e de disponibilização de informação intuitiva na embalagem. Estes processos podem também contribuir para a redução do desperdício alimentar, um combate assumido pelo Grupo em cada um dos seus cinco pilares da estratégia de Responsabilidade Corporativa, a jusante da cadeia e junto dos consumidores.

As prioridades são:

- desenhar (ou reformular) produtos quanto à sua quantidade e formato;
- indicar voluntariamente o número de porções de cada embalagem, em todos os produtos;
- indicar voluntariamente o tempo médio de consumo após abertura, para auxiliar o consumo adequado de produtos que têm uma utilização longa;
- usar apenas uma data de validade, sempre que a lei o permita, para evitar a confusão dos consumidores com outras datas impressas, como as de produção de lotes.

⁸ O peso de ingredientes removidos considera o consumo anual dos mesmos antes e após a revisão de receitas de produtos.

No caso das Marcas Próprias Pingo Doce, Amanhecer, Gourmês e Masterchef, temos vindo a ajustar na nossa oferta, na fase de design inicial de um produto, o tamanho das porções, contando-se, por exemplo, as doses duplas de Chickenburguers ou Cheeseburguers Pingo Doce que se juntaram às já existentes mono-doses de Bolsas de Fruta para crianças, de Bolacha Maria ou aos iogurtes Petit Líquido. Também foram lançados alguns produtos com formato diferente do habitual no mercado, facilitando o seu consumo e reduzindo o potencial desperdício, como as Mini Bolachas Maria em packs cómodos, mais direccionadas para os públicos infantis.

Sobre as datas de validade, disponibilizamos informação na embalagem sobre o tempo médio de consumo após abertura, auxiliando os consumidores na gestão dos seus produtos. São os casos de produtos mais perecíveis como as maioneses, leites e doces de fruta.

Informação de Produto

Os Manuais de Packaging prevêem a divulgação na rotulagem das características e benefícios dos produtos de Marca Própria, cumprindo os requisitos técnicos e legais, nomeadamente sobre a composição nutricional, e apresentando tabelas nutricionais completas, com valores por 100 gramas e por dose.

A adopção voluntária de informação nutricional mais intuitiva na frente das embalagens tem sido uma prioridade para o Grupo no sentido de permitir ao consumidor uma decisão mais consciente sobre os produtos que compra.

Em Portugal, mantivemos:

- a adopção do símbolo “Sem OGM” para produtos cujos ingredientes pudessem potencialmente ter sido modificados geneticamente. Em 2018, 14% do total de referências potencialmente contendo estes ingredientes apresentavam este símbolo;
- a adopção de ícone calórico para 100% das referências de bebidas alcoólicas;
- a adopção, também para bebidas alcoólicas, de simbologia que desaconselha o consumo por parte de grávidas. Neste caso, 47% das referências desta categoria de produtos em 2018 apresentou esta simbologia, um aumento de 150% face a 2017;
- a manutenção da iconografia para produtos fontes de Ómega-3, sem lactose, sem glúten, sem açúcares adicionados e sem gordura;
- a manutenção da identificação com o símbolo “Escolha Saudável” de produtos de charcutaria Pingo Doce que contenham pouca quantidade de gordura, em colaboração com a Fundação Portuguesa de Cardiologia.

Na Polónia, assinalamos:

- a adopção da indicação de fibra na tabela nutricional, no verso das embalagens;
- a adopção da simbologia europeia para a dieta vegan e para produtos orgânicos, acompanhando os lançamentos e certificações destas gamas para consumidores com necessidades e/ou preferências alimentares específicas;
- a manutenção da iconografia para produtos fontes de Ómega-3, sem lactose e sem glúten;
- a adopção de simbologia de aviso em bebidas alcoólicas para mulheres grávidas e para a condução responsável. No primeiro caso, 15% das referências apresentavam esta indicação, e no segundo 46%.

Na Colômbia, a adopção voluntária de aspectos nutricionais de ingredientes recomendados diariamente manteve-se, apresentando valores para calorias, gordura, sódio, açúcar e proteína.

No Pingo Doce, há 10 anos que temos vindo a seguir os princípios da Dieta Mediterrânica no desenvolvimento de produtos de Marca Própria e de refeições (Meal Solutions), e como elemento diferenciador na comunicação com os nossos públicos. Além de conselhos em matéria de confecção e de acompanhamento com vegetais/fruta, veiculados nas embalagens de produtos, a revista

bimestral “Sabe Bem”, com uma tiragem média de 150 mil exemplares, manteve-se como um dos meios de comunicação preferenciais sobre esta dieta, através da publicação de receitas que incentivam também o reaproveitamento de alimentos e o combate ao desperdício alimentar.

O website do Pingo Doce manteve-se como meio de reforço desta prioridade, desempenhando um papel incentivador da adopção desta dieta, e publicando ainda uma lista de produtos sem lactose ou glúten, com o objectivo de auxiliar os consumidores na sua escolha. A actualização desta lista é feita todos os meses pela equipa de nutrição do Pingo Doce, de acordo com o controlo analítico efectuado aos produtos de Marca Própria.

Na Biedronka, apostámos também na promoção da Dieta Mediterrânica, de estilos de vida activos e da partilha de informação sobre nutrientes presentes nos produtos alimentares e sobre receitas para pessoas com necessidades alimentares específicas como vegetarianos e vegans, tendo desenvolvido folhetos comerciais e informativos. Estes folhetos tiveram, na sua maioria, a colaboração de um especialista do Instituto de Alimentação e Nutrição Polaco e da Associação Polaca de Vegetarianos.

Adicionalmente, foram publicados 55 artigos em vários órgãos de comunicação social, descrevendo os perfis nutricionais e qualidade dos produtos Biedronka e os seus benefícios para a saúde. A estes, juntam-se ainda 38 artigos divulgados através de meios internos dirigidos a colaboradores.

A Biedronka manteve o seu apoio ao projecto [Zielona Kraina](#) (Terra Verde), desenvolvido em parceria com o fornecedor Green Factory, produtor da marca exclusiva Vital Fresh. Este projecto tem por objectivo promover hábitos alimentares saudáveis entre as crianças de escolas primárias. Foram desenvolvidos 402 workshops culinários em 143 escolas de 14 cidades, que tiveram como público-alvo 7.934 alunos e abrangeram também cerca de 400 professores.

4.2.4. Parcerias e Apoios

Com o objectivo de aprender, partilhar conhecimento aprofundado sobre alimentação, nutrição e saúde, e agir junto dos consumidores, temos mantido um diálogo activo com instituições públicas e privadas.

Em Portugal, o Pingo Doce manteve-se activo nas comissões técnicas dedicadas à qualidade alimentar da Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), tendo também neste âmbito estabelecido, junto da Direcção-Geral de Saúde (DGS), compromissos adicionais aos voluntariamente assumidos quanto a reformulações de produtos.

Assim, no contexto da Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS) do Governo Português, o Pingo Doce pretende:

- reduzir o teor de sal nas sopas, até um máximo de 0,4g/100g em 2021 e 0,3g/100g em 2023;
- reduzir o teor de sal no pão de fabrico próprio até um máximo de 1g/100g em 2021;
- reduzir o teor de sal em batatas fritas e snacks em 12% até 2021;
- reduzir o teor médio de açúcares totais nos sumos néctares de fruta em 5% até 2021;
- reduzir o teor médio de açúcares adicionados aos leites achocolatados em 10% até 2021.

Demos também continuidade às parcerias com organizações que visam contribuir para uma alimentação saudável:

- no âmbito da parceria com a DGS, o Pingo Doce contribuiu para o Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) com 25 receitas sobre a Dieta Mediterrânica desenvolvidas pela sua equipa de nutrição e que podem ser consultadas em www.alimentacaosaudavel.dgs.pt. Adicionalmente, a DGS participou em cinco artigos na revista “Sabe Bem”, do Pingo Doce, que foram também divulgados no blogue do PNPAS “Nutrimento” em <https://nutrimento.pt/>;
- a Associação Portuguesa de Celíacos, para a identificação e divulgação de produtos sem glúten;

- a Fundação Portuguesa de Cardiologia, para a identificação de produtos de charcutaria com baixo teor de gordura, sob o símbolo “Escolha Saudável”;
- a Associação Portuguesa de Nutricionistas, para o patrocínio do Congresso da Nutrição e Alimentação.

Na Polónia, além dos acordos estabelecidos anteriormente para a publicação de informação sobre alimentação saudável e a identificação mais intuitiva de produtos alimentares específicos, mantivemos as seguintes iniciativas:

- a certificação de 36 novos produtos sem glúten pela Polskie Stowarzyszenie Osób z Celiakią i na Diecie Bezglutenowej (Associação Polaca de Celíacos e da Dieta Sem Glúten);
- a certificação de 44 produtos aptos para consumidores vegans e vegetarianos, em parceria com a Associação Polaca de Vegetarianos;
- o compromisso, assumido pela Jerónimo Martins Polska junto do Ministério do Desenvolvimento, de aprofundar o seu programa de reformulações para a redução do sal, açúcar e gordura nos produtos Biedronka;
- o 3.º Congresso Nacional de Nutrição sob o tema "Nutrição e Actividade Física de Idosos", organizado pelo Instituto de Alimentação e Nutrição Polaco e que contou com o patrocínio da Biedronka;
- o 1.º Congresso de Enfermeiros de Oncologia da Polónia, dinamizado pelo Polski Komitet Zwalczenia Raka (Comité Polaco de Combate ao Cancro) para educar na prevenção e na luta contra o cancro, que foi patrocinado pela Jerónimo Martins Polska;
- os projectos Milk Start e Śniadanie Daje Moc (O Pequeno Almoço Dá Força), no âmbito da Partnerstwo dla Zdrowia (Parceria para a Saúde)⁹.

Na Colômbia, a Ara manteve a sua participação nas comissões de trabalho do Instituto Colombiano de Normas Técnicas (ICONTEC) para a discussão e criação de normas de qualidade e segurança alimentar, aplicáveis a todas as categorias de produtos.

4.3. Qualidade e Segurança Alimentar

Investimos continuamente na certificação e monitorização dos nossos processos, instalações e equipamentos por forma a garantirmos produtos de qualidade e seguros. Para isso, na implementação de procedimentos adequados e avaliação dos respectivos indicadores de desempenho, contamos não só com os nossos técnicos de qualidade e segurança alimentar, como também com auditores externos e laboratórios independentes e acreditados.

Em 2018, realizámos 10.180 auditorias internas às infraestruturas do Grupo, complementadas por 110.620 análises a superfícies de trabalho e a manipuladores, entre outros, e 50.300 análises a produtos.

4.3.1. Certificações

Durante o ano de 2018, as seguintes certificações foram renovadas/estendidas a novas infraestruturas:

- Certificação ISO 22000:2005, sobre o processo de armazenagem e distribuição em todos os 16 Centros de Distribuição, e ao processo de desenvolvimento de produtos na sede da Biedronka;
- Certificação ISO 9001:2015 para o Desenvolvimento de Marcas Próprias, em Portugal, e Acompanhamento do Produto/Fornecedor após Lançamento;
- Certificação HACCP segundo o Codex Alimentarius das três Cozinhas Centrais do Pingo Doce;
- Certificação HACCP segundo o Codex Alimentarius de 17 lojas Recheio Cash & Carry;

⁹ Para mais informação sobre este programa, consulte o subcapítulo 7. “Apoiar as Comunidades Envolventes”.

- Certificação HACCP segundo o Codex Alimentarius das plataformas Food Service da Caterplus no Porto e Lisboa;
- Certificação do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, de acordo com a Norma Portuguesa baseada na ISO 22000:2005, em 21 lojas Recheio e 1 plataforma Food Service da Caterplus em Tavira;
- Certificação HACCP, na vertente de Segurança Alimentar, com base no Codex Alimentarius dos Centros de Distribuição de Azambuja, Modivas, Alfena e Algoz.

Em 2018, todos os Centros de Distribuição da Polónia renovaram a certificação para manipulação de produtos biológicos, de acordo com o Regulamento CE 834/2007.

4.3.2. Auditorias

Para garantir os elevados padrões de Qualidade e Segurança Alimentar dos produtos que comercializamos, realizamos auditorias de controlo de processos, instalações e equipamentos. Para além das auditorias internas referidas, efectuamos ainda auditorias aos fornecedores de produtos Perecíveis e de Marca Própria, cujos resultados podem ser consultados no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”.

Polónia

As lojas na Polónia foram alvo de auditorias internas, e os Centros de Distribuição foram auditados, tanto por equipas internas como por auditores externos, para verificação da adequação de instalações, equipamentos e procedimentos.

Lojas e Centros de Distribuição	Biedronka			Centros de Distribuição		
	2018	2017	Δ 2018/2017	2018	2017	Δ 2018/2017
Auditorias Internas	5.161	5.371	-4%	32	30	+7%
Auditorias de Acompanhamento	127	201	-37%	-	-	-
Auditorias Externas	-	-	-	24	31	-23%
Desempenho HACCP*	81%	80%	+1 p.p.	95%	96%	-1 p.p.

*Na Biedronka, a implementação HACCP é avaliada com base em referenciais próprios, que, por sua vez, se baseiam no Codex Alimentarius. Nos Centros de Distribuição, a taxa de conformidade diz respeito à certificação ISO 22000 – Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, que se baseia nos princípios do HACCP do Codex Alimentarius.

Registou-se uma diminuição de 37% nas auditorias de acompanhamento devido às classificações positivas das avaliações internas, levando por isso a uma menor necessidade de seguimento dos processos. No caso dos Centros de Distribuição, o decréscimo nas auditorias externas deve-se ao facto de se ter optado por métodos de amostragem, tornando desnecessário um número de auditorias tão elevado como no ano anterior.

Durante 2018, com o objectivo de controlar os riscos microbiológicos, procedemos a análises a superfícies de trabalho, equipamentos e manipuladores de produtos e ainda a matérias-primas, recorrendo a laboratórios externos acreditados. Foram efectuadas 2.472 análises, um aumento de 127% face a 2017, que se deveu a uma extensão aos balcões de carne, espremedores de fruta para sumos e fornos para a produção de frango assado da regularidade e âmbito de análises em loja.

Portugal

Auditorias realizadas ao Pingo Doce e ao Recheio:

Lojas e Centros de Distribuição	Pingo Doce			Recheio			Centros de Distribuição		
	2018	2017	Δ 2018/2017	2018	2017	Δ 2018/2017	2018	2017	Δ 2018/2017
Auditorias Internas	873	836	+4%	84	85	-1%	39	39	-
Auditorias de Acompanhamento	1.415	1.376	+3%	250	139	+80%	40	76	-47%

Lojas e Centros de Distribuição	Pingo Doce			Recheio			Centros de Distribuição		
	2018	2017	Δ 2018/2017	2018	2017	Δ 2018/2017	2018	2017	Δ 2018/2017
Auditorias Externas	15	19	-21%	55	55	-	10	10	-
Desempenho HACCP*	90%	88%	+2 p.p.	88%	87%	+1 p.p.	93%	90%	+3 p.p.

*No Pingo Doce, tal como no Recheio, a implementação HACCP é avaliada em referenciais próprios, baseados no Codex Alimentarius e adequados às realidades em que as Companhias operam.

O aumento das auditorias internas e de acompanhamento no Pingo Doce deveu-se à expansão da rede de lojas. No Recheio, o aumento das auditorias de acompanhamento deveu-se à implementação do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, de acordo com a Norma Portuguesa baseada na ISO 22000:2005, exigindo por isso um maior acompanhamento às lojas. No que diz respeito aos Centros de Distribuição, os decréscimos de auditorias de acompanhamento face a 2017 podem explicar-se pelo facto de, nesse ano, os resultados das avaliações terem revelado melhorias, tornando desnecessária a mesma frequência.

Recorrendo a laboratórios externos acreditados, o Pingo Doce, o Recheio e os respectivos Centros de Distribuição efectuaram ainda 98.338 análises de Qualidade e Segurança Alimentar que visaram superfícies de trabalho, manipuladores de produtos Perecíveis e produtos manipulados nas lojas, assim como a água e o ar. Este valor representa um decréscimo de 22% face a 2017 que se explica pelas taxas de conformidade obtidas anteriormente, procedendo-se, assim, à revisão da sua periodicidade. Alguns dos controlos realizados mensalmente passaram a ter uma frequência bimestral.

Colômbia

Na Colômbia, foram realizadas auditorias às lojas Ara e aos Centros de Distribuição por equipas internas.

Lojas e Centros de Distribuição	Ara			Centros de Distribuição		
	2018	2017	Δ 2018/2017	2018	2017	Δ 2018/2017
Auditorias Internas	495	308	+61%	3	3	-
Auditorias de Acompanhamento	1.664	-	-	-	-	-
Auditorias Externas	-	-	-	-	-	-
Boas Práticas de Higiene e Qualidade*	72%	65%	+7 p.p.	95%	91%	+4 p.p.

*A taxa de conformidade apresentada refere-se à pontuação obtida face às boas práticas, nas quais os critérios visam garantir a qualidade e segurança dos produtos de acordo com a lei, avaliando a própria operação e o sistema de controle e procedimentos. Os critérios incluem, entre outros, aspectos de higiene e controlo de qualidade das instalações para o manuseamento do produto, tais como temperatura, das suas embalagens, e para os procedimentos de gestão de resíduos orgânicos.

O aumento do número de auditorias internas a lojas, incluindo as de acompanhamento, deveu-se à expansão da rede de lojas Ara e às melhorias implementadas nos processos de segurança alimentar.

As análises a superfícies de trabalho, manipuladores de Perecíveis, produtos manipulados nas lojas e à água atingiram as 9.810, o que representa um aumento de 19% face a 2017, que se pode igualmente explicar pelo aumento do número de lojas.

4.3.3. Análises

Adicionalmente aos processos de auditoria, também os produtos comercializados são alvo de verificação quanto à sua segurança e qualidade. As análises laboratoriais aos produtos Perecíveis são conduzidas em laboratórios externos acreditados.

Distribuição Polónia

Número de Análises/Amostras recolhidas	2018	2017	Δ 2018/2017
Marca Própria – Alimentar	12.431	12.050	+3%
Marca Própria – Não-Alimentar	825	878	-6%
Fruta e Vegetais	1.069	751	+42%
Carne e Pescado	300	375	-20%
Padaria	80	71	+13%
Ovos	353	128	+176%

O incremento verificado nas análises de Fruta e Vegetais, Padaria e Ovos deveu-se a um aumento do número de referências nesta categoria e à melhoria nos processos de análise. Na Carne e no Pescado, o decréscimo deveu-se a um maior acompanhamento por parte dos fornecedores aos seus próprios processos de produção, reduzindo a necessidade de análises adicionais por parte do Grupo.

Distribuição Portugal

Número de Análises/Amostras recolhidas	2018	2017	Δ 2018/2017
Marca Própria – Alimentar*	15.790	15.852	0%
Marca Própria – Não-Alimentar	4.560	4.134	+10%
Fruta e Vegetais	2.815	2.937	-4%
Carne	1.182	1.428	-17%
Pescado	928	1.038	-11%
Padaria	479	511	-6%
Meal Solutions	1.359	1.038	+31%

*Incluindo análises de rotina à presença de glúten, organismos geneticamente modificados, lactose, denominação de espécies, análises de controlo e análises extras.

A diminuição das análises nos produtos de Padaria e de Pescado deve-se aos resultados positivos registados no ano anterior. No que se refere à Carne, o decréscimo explica-se pela diminuição do número de fornecedores de determinadas categorias.

O aumento de 10% nas análises a produtos não-alimentares deve-se à necessidade de avaliação de novos produtos e à transição para novos fornecedores na área de produtos de higiene feminina e da gama bebé.

O crescimento do número de análises realizadas a produtos das Meal Solutions resulta, entre outros aspectos, de validações de datas de durabilidade de novos produtos e de análises a sal.

Distribuição Colômbia

Na Colômbia, realizámos 8.129 análises laboratoriais a produtos disponibilizados nas lojas, o que traduz um aumento de 62% face a 2017.

Número de Análises/Amostras recolhidas	2018	2017	Δ 2018/2017
Marca Própria – Alimentar	6.970	4.146	+68%
Marca Própria – Não-Alimentar	1.076	817	+32%
Fruta e Vegetais	52	17	+206%
Carne	14	26	-46%
Pescado	11	5	+120%
Padaria	6	12	-50%

O aumento das análises de produtos de Marca Própria corresponde à subida na frequência e, portanto, a um maior acompanhamento da expansão de lojas no país. No caso dos Perecíveis, o aumento nas categorias de Fruta, Vegetais e Pescado deveu-se à actualização de procedimentos implementados para estas categorias, à expansão de lojas e, conseqüentemente, ao seguimento de novos fornecedores.

4.3.4. Formação

A formação em Higiene e Segurança Alimentar abrangeu 18.652 colaboradores na Polónia (39.671 horas de formação), 11.796 colaboradores em Portugal (51.743 horas) e 5.274 colaboradores na Colômbia (33.725 horas).

5. Respeitar o Ambiente

5.1. Introdução

Com vista a promover o desenvolvimento sustentado, desafiamo-nos diariamente a melhorar a eficiência dos nossos processos e a reduzir os impactes ambientais ao longo das nossas cadeias de abastecimento. Focamo-nos em três áreas prioritárias: a preservação da biodiversidade, o combate às alterações climáticas e a gestão responsável de resíduos, de acordo com o definido na nossa Política Ambiental¹⁰.

Auditorias Ambientais e Certificação Ambiental

Utilizando a norma internacional ISO 14001, implementamos Sistemas de Gestão Ambiental nos nossos Centros de Distribuição (CD), que facilitam a identificação, sistematização e gestão dos impactes das nossas actividades. Em Portugal, manteve-se a certificação de 4 CD (Azambuja, Vila do Conde, Algoz e Alfena). Na Polónia, 15 dos 17 CD têm a mesma certificação, garantindo que mais de 65% dos CD do Grupo (19 num total de 29) são certificados por esta norma. O nosso objectivo, até 2020, é incrementar para 25 o número de estabelecimentos com esta certificação.

Adicionalmente, realizámos auditorias internas em lojas, armazéns e CD para garantir o cumprimento dos requisitos legais e dos procedimentos internos de Gestão Ambiental. Em 2018, realizámos 285 auditorias em Portugal e 3.662 na Polónia, um aumento significativo face aos anos anteriores por, na Polónia, ter sido estabelecido o objectivo de realizar anualmente duas auditorias ambientais por loja¹¹. Sempre que a pontuação obtida nas auditorias é inferior a 100%, são definidas acções correctivas.

5.2. Biodiversidade

Uma componente-chave da nossa diferenciação está associada à especialização em Frescos, que se traduz em elevados volumes de vendas de Carne, Peixe, Fruta e Vegetais, entre outros produtos Perecíveis, com impactes nos ecossistemas. Reconhecemos, por isso, a responsabilidade de conhecer, mitigar e reflectir esses impactes na definição de políticas, estratégias e processos operacionais.

A avaliação dos riscos associados aos serviços dos ecossistemas é uma das abordagens utilizadas para melhor gerir estes impactes. Com base na metodologia *Ecosystem Services Review*, proposta pelo World Research Institute, definimos 11 eixos de actuação que se materializam em projectos e práticas de gestão, nos quais se incluem: i. monitorização da informação; ii. formação; iii. parcerias com fornecedores; e iv. investigação e desenvolvimento.

As nossas acções e projectos tomam forma em diferentes pontos da nossa cadeia de valor:

- a montante, e em parceria com os nossos fornecedores, através de projectos de sensibilização e monitorização, como a promoção de práticas de agricultura sustentável ou de combate à desflorestação no âmbito do compromisso Zero Net Deforestation 2020;
- nas nossas operações, através de práticas que promovem a preservação das espécies de peixe selvagem com base na nossa política de pescado sustentável, e de práticas sustentáveis na produção de carne bovina, leite e aquacultura;
- a jusante, em parceria com centros de investigação e/ou organizações não governamentais¹², com o objectivo de promover, junto dos consumidores e da população em geral, projectos de

¹⁰ Disponível para consulta na área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

¹¹ Este objectivo foi definido no 2º trimestre de 2018.

¹² Para saber mais sobre estas acções, consulte, neste subcapítulo, a secção 5.6 "Parcerias e Apoios".

sensibilização e de preservação de ecossistemas, habitats e espécies dos quais as nossas actividades dependem e/ou que são por elas afectados.

Para informação mais detalhada sobre o que fazemos a montante e nas nossas operações, consulte, neste capítulo, o subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”.

5.3. Alterações Climáticas

O IPCC¹³ alerta, no seu mais recente relatório¹⁴, para o facto de os efeitos das alterações climáticas já se fazerem sentir com o actual aumento de 1°C, reforçando a importância de limitar a subida média da temperatura a 1,5°C. O Painel frisa que ainda é possível fazê-lo se forem introduzidas alterações sem precedentes nas políticas existentes. O Acordo de Paris, em vigor e ratificado pelos três países onde operamos, pretende dar resposta a este problema ao comprometer os seus signatários a reduzirem as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) por forma a assegurar que o aumento da temperatura média global não exceda os 2°C em relação aos níveis pré-industriais.

Para além dos efeitos físicos das alterações climáticas – como alterações na produtividade agrícola ou impactes ao nível das operações como resultado de secas, inundações e nevões –, também são esperadas alterações nas políticas actualmente existentes que motivem uma transição para uma economia de baixo carbono. Por este motivo, a nossa actuação passa por implementar medidas de redução de consumos energéticos e de minimização dos GEE associados, por exemplo, a processos logísticos e gases de refrigeração, bem como por adoptar medidas relacionadas com o combate à desflorestação, nomeadamente através da gestão das commodities relacionadas com este risco: óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira¹⁵.

Em 2018, fomos distinguidos com a classificação “A-” no Carbon Disclosure Project (CDP) Climate, posicionando-nos no patamar “Liderança”, mais perto de atingir a pontuação máxima (A). Este programa avalia o nosso desempenho em termos de estratégia climática, incluindo a transparência no reporte de informação e a gestão de risco.

5.3.1. Pegada de Carbono

Em 2018¹⁶, a pegada de carbono (âmbitos 1 e 2) foi de 1.067.728 toneladas equivalentes de dióxido de carbono (CO₂e), uma diminuição de 11,8% face a 2017, que se justifica, sobretudo, pela aquisição de certificados de energia renovável (consultar destaque). Pelo mesmo motivo, o valor específico diminuiu de 0,0744 para 0,0616 toneladas equivalentes de carbono por cada mil euros de vendas.

Pegada de Carbono – Indicadores	2018	2017	Δ 2018/2017
Valor global (âmbitos 1 e 2) – t CO ₂ e ¹⁷	1.067.728	*1.210.579	-11,8%
Valor específico (âmbitos 1 e 2) – t CO ₂ e/'000 €	0,0616	*0,0744	-17,2%

Pegada de Carbono – Indicadores	2018 (t CO ₂ e)	2017 (t CO ₂ e)	Δ 2018/2017
Pegada de Carbono Global (âmbitos 1 e 2)¹⁷			
▪ Distribuição Portugal	159.626	263.207	+8,5%
▪ Agro-Alimentar	15.095	*4.452	+239%
▪ Distribuição Polónia	854.968	911.490	-6,2%
▪ Distribuição Colúmbia	38.039	31.430	+21,0%

¹³ IPCC é a sigla, em língua inglesa, para Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change).

¹⁴ O relatório do IPCC “Global Warming of 1.5°C”, publicado em 2018, está disponível em <https://www.ipcc.ch/sr15>.

¹⁵ Para conhecer as iniciativas do Grupo relativas às commodities associadas ao risco de desflorestação, consulte, neste capítulo, o subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”.

¹⁶ A contabilização da pegada de carbono referente ao ano de 2018 foi verificada por uma entidade externa e independente. O documento respeitante ao processo de certificação pode ser consultado na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

¹⁷ As emissões de âmbito 2 baseiam-se em factores de emissão do tipo location-based (aquecimento) e market-based (electricidade), conforme tabela “Pegada de Carbono – Indicadores”.

Pegada de Carbono – Indicadores	2018 (t CO ₂ e)	2017 (t CO ₂ e)	Δ 2018/2017
Pegada de Carbono (âmbito 1 – impactes directos)			
▪ Fugas de gases refrigerantes	128.509	146.482	-12,3%
▪ Utilização de CO ₂	21.733	18.904	+15,0%
▪ Consumo de combustíveis	55.971	56.074	-0,2%
▪ Frota de ligeiros	17.552	16.451	+6,7%
▪ Emissões entéricas (gado bovino)	9.639	1.987	+385%
Pegada de Carbono (âmbito 2 – impactes indirectos)			
▪ Consumo de electricidade (location-based)	829.000	825.710	+0,4%
▪ Consumo de electricidade (market-based)	817.551	950.687	-14,0%
▪ Aquecimento (location-based)	16.773	19.994	-16,1%
Pegada de Carbono (âmbito 3 – outros impactes indirectos)			
▪ Transporte de mercadorias para as lojas (Distribuição)	148.556	164.532	-9,7%
▪ Deposição de resíduos em aterro	41.016	36.912	+11,1%
▪ Incineração de resíduos	151	221	-31,2%
▪ Compostagem de resíduos orgânicos	201	120	+67,5%
▪ Consumo de energia em lojas franchising	19.881	15.685	+26,8%
▪ Viagens de avião de colaboradores	2.032	1.804	+12,6%

* Valores revistos para incluir as emissões entéricas do gado bovino do Agro-Alimentar.

Notas: O cálculo da pegada de carbono das diferentes actividades (sob controlo operacional do Grupo e que representam 99,9% do volume de negócios) segue a metodologia proposta no “Greenhouse Gases Protocol” do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), nos seus três níveis: impactes directos, indirectos e de terceiros. Os valores apresentados tiveram em conta factores de emissão definidos pelo IPCC para gases refrigerantes e emissões entéricas do gado bovino, pela Direcção-Geral de Energia e Geologia em Portugal, pela Unidad de Planeación Minero Energética (Unidade de Planeamento Mineiro Energético) na Colômbia, pelo Krajowy Ośrodek Bilansowania i Zarządzania Emisjami (Centro Polaco para Balanço e Gestão de Emissões), para combustíveis e aquecimento, pela Agência Internacional de Energia, pelos fornecedores (electricidade), pelo Greenhouse Gases Protocol (combustíveis utilizados na frota de ligeiros e transporte de mercadorias e viagens aéreas) e pelo UK Government GHG Conversion Factors for Company Reporting (resíduos).

5.3.2. Consumos de Água e Energia

Combater as alterações climáticas também passa pela racionalização dos consumos de água e de energia. É também por este motivo que integramos estes critérios nos projectos de construção e remodelação das nossas infra-estruturas.

As nossas Companhias têm vindo a implementar sistemas de controlo eficiente de centrais de frio, tecnologias mais eficientes em termos de iluminação (LED, clarabóias e painéis fotovoltaicos), móveis refrigerados e arcas congeladoras dotadas de portas e tampas, procurando otimizar a energia utilizada. Na racionalização dos consumos de água, recorremos à instalação de redutores de caudal, torneiras com temporizadores, sensores de regulação para máquinas de gelo e recolha de águas pluviais para utilização em sistemas de rega ou de lavagem de equipamentos. O investimento nestas medidas – superior a 102 milhões de euros entre 2014 e 2018 – evitou a emissão de mais de 82 mil toneladas de carbono e apresenta um período de retorno inferior a 6 anos.

Como complemento às medidas tecnológicas de redução de consumos de água e energia, também investimos em projectos de promoção de adopção de boas práticas comportamentais. Com as nossas “Equipas para Gestão dos Consumos de Água e Energia”, projecto iniciado em 2011 nas lojas em Portugal, conseguimos, em oito anos, uma redução nos consumos de 334.857 m³ e 43.368.670 kWh, respectivamente. Dinamizado por desafios mensais e por um benchmarking interno, este projecto gerou uma poupança acumulada de mais de 5,5 milhões de euros.

No que se refere a edifícios de escritório, o projecto Let’s Go Green permitiu uma redução no consumo de electricidade de 178.000 kWh e de 435 m³ no consumo de água, entre 2015 e 2018. Também os consumos específicos por colaborador reduziram em 8% e 24%, respectivamente. Motivados pelos resultados entretanto obtidos, temos como objectivo alargar, progressivamente, este projecto a outros locais.

Consumo de Água

Consumo total	2018	2017	Δ 2018/2017
Consumo de água			
▪ Valor absoluto – m ³	2.929.560	2.780.958	+5,3%
▪ Valor específico – m ³ /000 €	0,169	0,171	-1,2%
Consumo de água por unidade de negócio			
▪ Distribuição Portugal – m ³	1.810.994	1.767.613	+2,5%
▪ Distribuição Polónia – m ³	848.256	813.818	+4,2%
▪ Distribuição Colômbia – m ³	130.012	105.994	+22,7%
▪ Agro-Alimentar – m ³	140.298	93.533	+50,0%

Os aumentos dos consumos de água e de energia devem-se à expansão das operações (aumento do número de lojas e outras infra-estruturas).

Extracção de Água por fonte

Consumo total (m ³)	2018	2017	Δ 2018/2017
Consumo de água total	2.929.560	2.780.958	+5,3%
▪ Rede municipal	2.738.623	2.598.057	+5,4%
▪ Água subterrânea	187.031	181.787	+2,9%
▪ Outras fontes	3.906	1.114	+251%
Consumo de água por unidade de negócio			
▪ Distribuição Portugal	1.810.994	1.767.613	+2,5%
· Rede municipal	1.636.003	1.590.621	-
· Água subterrânea	173.098	175.878	-
· Outras fontes	1.893	1.114	-
▪ Distribuição Polónia	848.256	813.818	+4,2%
· Rede municipal	848.256	813.818	-
· Água subterrânea	0	0	-
· Outras fontes	0	0	-
▪ Distribuição Colômbia	130.012	105.994	+22,7%
· Rede municipal	127.999	105.994	-
· Água subterrânea	0	0	-
· Outras fontes	2.013	0	-
▪ Agro-Alimentar	140.298	93.533	+50,0%
· Rede municipal	126.365	87.624	-
· Água subterrânea	13.933	5.909	-
· Outras fontes	0	0	-

Águas residuais por tipo de destino

Consumo total (m ³)	2018	2017	Δ 2018/2017
Produção total de águas residuais	2.343.648	2.224.766	+5,3%
▪ Saneamento municipal	2.279.059	2.160.122	+5,5%
▪ Meio natural	64.589	64.644	-0,1%
Produção de águas residuais por unidade de negócio			
▪ Distribuição Portugal	1.448.795	1.414.090	+2,5%
· Saneamento municipal	1.384.206	1.349.446	-
· Meio natural	64.589	64.644	-
▪ Distribuição Polónia	678.605	651.054	+4,2%
· Saneamento municipal	678.605	651.054	-
· Meio natural	0	0	-
▪ Distribuição Colômbia	104.010	84.795	+22,7%
· Saneamento municipal	104.010	84.795	-
· Meio natural	0	0	-
▪ Agro-Alimentar	112.238	74.826	+50,0%
· Saneamento municipal	112.238	74.826	-
· Meio natural	0	0	-

Mais de 93% do total da água consumida globalmente pelas nossas actividades são provenientes da rede municipal. Para operações menos exigentes em termos de qualidade da água (ex.: rega e sistemas de refrigeração), detemos as licenças necessárias. Em 2018, as descargas de águas residuais no meio natural representaram cerca de 3% do volume total de águas residuais gerado, as

quais são devidamente tratadas antes da sua rejeição. No que diz respeito ao reaproveitamento de água, o CD de Alfena (Portugal) recolheu cerca de 1.900 m³ de água da chuva para utilização nos sistemas de refrigeração, rega e lavagem exterior de camiões. Já no CD de Gachancipá (Colômbia), onde a água da chuva é tratada e utilizada no sistema de refrigeração e para consumo humano, houve um aproveitamento de cerca de 2.000 m³.

Consumo de Energia

Consumo total	2018	2017	Δ 2018/2017
Consumo de energia			
▪ Valor absoluto – GJ	6.904.040	6.634.950	+4,1%
▪ Valor específico – GJ/000 €	0,398	0,408	-2,5%
Consumo de energia por unidade de negócio			
▪ Distribuição Portugal – GJ	2.059.971	1.997.887	+3,1%
▪ Distribuição Polónia – GJ	4.317.632	4.184.639	+3,2%
▪ Distribuição Colômbia – GJ	459.691	419.569	+9,6%
▪ Agro-Alimentar – GJ	66.747	32.855	+103%

Energias Renováveis

Tecnologia	N.º edifícios	Poupança energia/ano	Poupança* CO ₂ e/ano
Painéis fotovoltaicos para autoconsumo	2	1.962.600 kWh	563 t
Postes de iluminação e sistema de vigilância alimentados a partir de painéis fotovoltaicos e/ou aerogeradores	7	168.867 kWh	48 t
Sistema tubular de transporte da luz solar	21	120.291 kWh	34 t
Colectores solares para aquecimento das águas sanitárias e/ou utilização no sistema de ar condicionado	17	482.685 kWh	138 t
Bombas de calor geotérmico	15	1.634.392 kWh	1.176 t

* Estes valores reflectem a actualização dos factores de emissão da electricidade (location-based).

O investimento em energias renováveis – que se traduziu nos dois primeiros grandes projectos fotovoltaicos do Grupo, para além do aumento do número de estabelecimentos com outras tecnologias, acima indicadas – permitiu uma poupança anual de cerca de 4,4 milhões kWh, equivalente a aproximadamente 386 mil euros, representando um aumento de 100%, em termos de kWh, face a 2017.

Energia Renovável

Tomámos a decisão estratégica de contratar, a partir de 1 de Julho de 2018, electricidade proveniente de fontes renováveis para suprir as necessidades das operações das nossas insígnias em Portugal: Pingo Doce, Recheio, Hussel e Jeronymo.

Dada a forte correlação entre o consumo de combustíveis fósseis e as alterações climáticas – e sendo o combate a estas um dos três pilares centrais da nossa Política Ambiental –, a aquisição de certificados de energia renovável permite compensar as emissões de gases com efeito de estufa resultantes do consumo eléctrico. Estas emissões, em 2018 (apenas no segundo semestre), representaram o equivalente a cerca de 130 mil toneladas de CO₂e.

Ainda em 2018, estabelecemos uma parceria para implementar um projecto-piloto de instalação de 3.876 painéis solares numa área de 17.700 m² na cobertura de dois edifícios: Centro de Distribuição Algoz e loja do Recheio de Tavira. Estas instalações geram uma autonomia energética de cerca de 2 milhões de kWh por ano, suprimindo cerca de um terço do total de energia consumida.

5.3.3. Redução dos Impactes Ambientais dos Processos Logísticos

O modo como gerimos os nossos processos logísticos também representa uma oportunidade para minimizar impactes associados, por exemplo, às emissões de GEE. Neste ponto, destacamos as seguintes medidas:

- em Portugal, no final de 2018, 81% das viaturas de transporte de mercadorias cumpriam os requisitos Euro 5 (149 veículos) e Euro 6 (136 veículos). Na Polónia, 95% das viaturas de transporte de mercadorias cumpriam os requisitos Euro 5 (530 veículos) e Euro 6 (585 veículos). Na Colômbia, 28% dos camiões cumpriam os requisitos Euro 5 (51 veículos), um aumento de mais de 35 veículos face a 2017;
- em Portugal, procedemos à alteração do diesel convencional para “top diesel” nas viaturas da frota afecta aos CD, existindo uma poupança de 0,2 L/100 km, o que originou, em 2018, uma redução no consumo de gasóleo de cerca de 54.000 litros;
- a operação de *backhauling*¹⁸ na Polónia correspondeu a um volume de 632.508 paletes recolhidas, mais 75% do que em 2017, tendo resultado numa poupança de 1.771.005 km e evitando a emissão de 1.597 toneladas de CO₂e. Em Portugal, esta operação representou um volume de 199.128 paletes, mais 3,5% do que em 2017, tendo resultado numa poupança de 8.245.569 km, o equivalente à não emissão de 7.287 toneladas de CO₂e;
- a introdução do modo de operação “start-stop” na refrigeração das viaturas de transporte de mercadorias na Polónia poupou cerca de 250.000 litros de gasóleo.

5.3.4. Gestão de Gases de Refrigeração

Estamos focados na utilização, sempre que possível, de gases de refrigeração naturais nos sistemas de frio e climatização, bem como no controlo de fugas com o objectivo de reduzir as nossas emissões de GEE:

- na Polónia, em 16 CD da Biedronka, estão implementados sistemas de arrefecimento de roll-containers térmicos com neve de CO₂. Em Portugal, existe o mesmo sistema no CD de Algoz;
- encontram-se instaladas tecnologias de refrigeração que recorrem unicamente a CO₂ (54 lojas em Portugal, 591 lojas e 3 CD na Polónia);
- cinco CD (quatro em Portugal e um na Colômbia) têm armazéns refrigerados (frio positivo e/ou negativo) com sistemas mantidos a amoníaco combinado com glicol;
- em Portugal, o CD de Alfena dispõe de sistema de arrefecimento e refrigeração através de CO₂ (máquinas de gelo, câmara de congelados e de refrigerados da cantina);
- 307 lojas em Portugal, 956 lojas na Polónia e 120 lojas na Colômbia têm arcas congeladoras que recorrem unicamente a propano.

Temos vindo a testar, nas nossas lojas, unidades operacionais e CD, soluções com vista a cumprir os compromissos voluntários de redução de GEE, de que é exemplo a resolução do The Consumer Goods Forum para a promoção da utilização de gases de refrigeração naturais. Neste sentido, e sempre que possível, as novas lojas e as sujeitas a grandes remodelações recorrem à utilização de equipamentos com fluidos de baixo GWP – no caso das instalações de aquecimento, ventilação e ar condicionado – e de gases refrigerantes 100% naturais – no caso de instalações de frio industrial.

Novo Centro de Distribuição de Gachancipá

O novo Centro de Distribuição da Ara, localizado em Gachancipá, entrou em funcionamento em Agosto de 2018, tendo integrado várias tecnologias para redução dos consumos de água e energia e também da pegada de carbono. São exemplo disso:

- a água da chuva é recolhida, armazenada e tratada para utilização no sistema de frio e para consumo humano, gerando uma poupança mensal esperada de cerca de 500 m³;
- o sistema de frio central recorre a amoníaco, um gás refrigerante natural com um poder de aquecimento global igual a zero, combinado com glicol;
- a iluminação é suportada por tecnologia LED, tendo sido instaladas também clarabóias nos armazéns e sensores de movimento.

¹⁸ Após entrega de produtos nas nossas lojas, a rota de regresso inclui a passagem pelas instalações de fornecedores do Grupo para recolher mercadorias e transportá-las até ao Centro de Distribuição.

5.4. Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos

Evitar a produção de resíduos, promover o desenvolvimento de embalagens e produtos reutilizáveis e/ou recicláveis e assegurar o encaminhamento para valorização dos resíduos gerados nas nossas operações contribuem para a redução do consumo de recursos naturais e para uma economia circular.

5.4.1. Materiais Consumidos e Iniciativas de Redução

É nosso objectivo conhecer a origem e os métodos de produção dos recursos materiais utilizados, promovendo cadeias de abastecimento e práticas de consumo mais sustentáveis.

Principais materiais consumidos

Input	2018	2017	Δ 2018/2017	
	ton.	ton.	ton.	ton./'000€
Embalagens de papel e cartão de produtos de Marca Própria	*156.751	**155.515	+0,8%	-5,4%
Embalagens de cartão para líquidos de produtos de Marca Própria ¹⁹	*15.738	**13.894	+13,3%	+6,3%
Embalagens de plástico de produtos de Marca Própria	*122.648	**118.201	+3,8%	-2,6%
Embalagens de vidro de produtos de Marca Própria	*118.841	**118.024	+0,7%	-5,5%
Outros materiais de embalagens de produtos de Marca Própria***	*31.514	**31.071	+1,4%	-4,8%
Papel de escritório	813	717	+13,4%	+6,5%
Folhetos promocionais	28.602	40.825	-29,9%	-34,2%

* Valor estimado com base no crescimento das vendas de artigos de Marcas Próprias, face a 2017.

** Os valores foram corrigidos e foi autonomizada a quantidade de cartão para líquidos que se encontrava agregada às embalagens de papel e cartão.

*** Inclui metais, madeira e outros materiais.

Apesar do aumento absoluto de materiais consumidos, resultante da expansão das nossas operações, verifica-se uma redução do consumo quando comparado com o volume de vendas, com excepção das embalagens de cartão para líquidos de produtos de Marca Própria e do papel de escritório. No primeiro caso, o aumento deve-se essencialmente à utilização deste material em detrimento de outros, como o plástico ou o vidro. Relativamente ao papel de escritório, responsável por menos de 1% do total de material consumido, verificou-se um ligeiro aumento em todas as nossas operações, com particular enfoque na Colômbia. Contudo, e com o decréscimo verificado na quantidade de folhetos promocionais – impulsionado pela Biedronka, que reduziu, em 2018, a dimensão dos mesmos – verifica-se uma redução global no consumo de papel utilizado pelo Grupo.

Ecodesign de Embalagens

Trabalhamos em colaboração com os nossos fornecedores para melhorar a ecoeficiência das embalagens dos produtos de Marca Própria segundo estratégias de design que visam i. reduzir o impacto ambiental associado a embalagens de artigos comercializados; e ii. otimizar os custos de produção, transporte e gestão de resíduos das embalagens. Para o período 2018-2020, temos como objectivo implementar, anualmente, em conjunto com os nossos parceiros, pelo menos, 20 projectos desta natureza. Em 2018, foram implementados 30 projectos de eco-design.

Referências abrangidas [2011 - 2018]	Portugal	Polónia	Colômbia	Unidade
Número de referências	288	17	6	SKU*
Poupança de materiais de embalagem	2.495	998	-	t de materiais/ano
Transportes evitados	475	-	-	t CO ₂ e/ano
Embalagens com certificação FSC®	53	-	6	SKU*

* SKU – Stock Keeping Unit.

¹⁹ Correspondem a embalagens compósitas utilizadas no acondicionamento de produtos como sumos, leites e natas, entre outros.

Caixas expositoras e de transporte certificadas

No âmbito do nosso objectivo 'Zero Desflorestação Líquida até 2020', a Biedronka desenvolveu, em 2016, requisitos de sourcing para assegurar que todas as caixas de fornecedores polacos utilizadas no acondicionamento de Fruta e Vegetais são feitas com cartão reciclado e/ou têm certificação Forest Stewardship Council (FSC®). Em 2017, este requisito passou a incluir as caixas expositoras de produtos de Marca Própria, garantindo que as mesmas fossem certificadas pela FSC® no caso de não serem 100% recicladas.

Com este projecto, e no final de 2018, a Biedronka assegurou que mais de 900 referências de caixas expositoras de Marca Própria e que todas as caixas de cartão utilizadas no acondicionamento de Fruta e Vegetais de fornecedores polacos (cerca de 70% do total) eram recicladas e/ou certificadas pela FSC®.

Embalagens Reutilizáveis

Em Portugal, o uso de caixas plásticas reutilizáveis nas áreas de Perecíveis e de Lactícínios aumentou para 20% do total de caixas movimentadas. Na Polónia, demos continuidade ao projecto de utilização de caixas de plástico reutilizáveis para o acondicionamento e transporte de pequenos equipamentos electrónicos (mais de 88 mil unidades) e, na Colômbia, prosseguimos com a utilização de caixas de transporte reutilizáveis para água engarrafada e para fruta e legumes (mais de 2 milhões de unidades). No total, evitámos a utilização de quase 32 mil toneladas de embalagens descartáveis.

Sistema de Reenchimento de Garrafas de Água

Em 2018, o Pingo Doce estabeleceu uma parceria para lançamento de uma solução inovadora de reenchimento de garrafas de água. Este serviço é disponibilizado através de uma dispensadora de água canalizada, a qual passa por um processo de purificação no interior da estação. O projecto foi implementado em 42 lojas no primeiro ano, prevendo atingir as 100 lojas no final de 2019.

Esta solução permitiu evitar o consumo de 3.800 kg de embalagens de plástico descartáveis.

Sacos de caixa e soluções reutilizáveis

Input	2018	2017	Δ 2018/2017	
	ton. uni.	ton. uni.	ton. uni.	ton. uni. / '000€
Sacos de caixa de plástico – toneladas	541	5.531	-90,2%	-90,8%
Sacos de caixa de papel – toneladas	83	117	-29,1%	-33,4%
Sacos reutilizáveis de plástico – toneladas	9.771	2.050	+376%	+347%
Sacos reutilizáveis de rafia – toneladas	488	976	-50,0%	-53,1%
Trolleys – unidades	40.753	26.954	+51,2%	+41,9%

Não distribuímos sacos de plástico gratuitamente nas caixas de pagamento em nenhuma das nossas Companhias. Esta iniciativa foi progressivamente adoptada desde 2007. A variação significativa na quantidade de sacos de caixa de plástico e sacos de plástico reutilizáveis disponíveis nas caixas de pagamento deve-se, sobretudo, à alteração da espessura dos sacos comercializados na Biedronka. No que se refere aos sacos reutilizáveis de rafia, a redução pode ser explicada pelo aumento da sua reutilização para acondicionamento e transporte de produtos.

5.4.2. Gestão de Resíduos

Em 2018, as actividades do Grupo geraram 479.328 toneladas de resíduos, um aumento de 4,6% face a 2017, em resultado do crescimento das nossas operações.

Resíduo	Distribuição Portugal (t)		Distribuição Polónia (t)		Distribuição Colômbia (t)		Agro-Alimentar (t)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Cartão e Papel	35.520	34.068	239.915	236.176	10.979	7.958	27	4
Plástico	2.415	2.202	7.732	8.055	757	496	60	4
Madeira	258	220	2.410	2.188	86	46	1	-
Orgânicos	15.824	*15.133	78.037	71.847	94	11	238	*56
Indiferenciados	42.050	40.510	30.229	29.317	3.450	**2.361	42	43
Óleos e Gorduras Alimentares	159	166	0	-	2	5	0	-
Resíduos de Tratamento de Efluentes	4.738	4.433	0	-	670	457	80	-
Resíduos Perigosos	79	9	421	185	0	0	29	2
Outros Resíduos	1.574	1.150	1.292	1.307	26	0	134	-

* Correção do valor que passou a incluir subprodutos de origem animal.

** Correção do valor por alteração da metodologia de cálculo para este resíduo.

Desperdício Alimentar

Em 2018, as actividades do Grupo geraram 15,9 kg de desperdício alimentar²⁰ por cada tonelada de alimentos vendidos, um aumento de cerca de 10% face a 2017 e de cerca de 20% face a 2016 (ano de referência), justificado em grande parte pelo aumento da quebra nas categorias de Fruta & Legumes e Padaria.

	2018	2017	Δ 2018/2017
Quilogramas de alimentos perdidos e desperdiçados / tonelada de alimentos vendidos	15,9	14,4	10,4%

O Grupo adoptou a resolução do The Consumer Goods Forum com vista à redução do desperdício alimentar para metade até 2025, tendo 2016 como ano de referência. Com o intuito de cumprir este objectivo, está em curso a implementação de um plano de acção em que se incluem, por exemplo, o aumento da eficiência das operações e a manutenção dos donativos de alimentos a instituições de solidariedade²¹.

Valorização de Resíduos nas Operações

A taxa de valorização de resíduos do Grupo (Distribuição) fixou-se em 85%, um valor que representa um acréscimo de 0,3 p.p. em comparação com o ano de 2017. Da totalidade de resíduos, 15% são encaminhados para aterro.

	2018	2017	Δ 2018/2017 (p.p.)
Distribuição – Global*	85,0%	**84,7%	+0,3
Distribuição – Portugal	64,4%	**63,1%	+1,3
Distribuição – Polónia	91,4%	91,2%	+0,2
Distribuição – Colômbia	73,8%	**74,6%	-0,9
Agro-Alimentar	88,7%	**74,8%	+13,9

* Inclui todas as empresas do sector da Distribuição do Grupo Jerónimo Martins.

** Recálculo da taxa de valorização de resíduos para inclusão dos subprodutos de origem animal (Portugal) e correção da quantidade de resíduos indiferenciados (Colômbia).

²⁰ Os valores de desperdício alimentar foram calculados de acordo com o protocolo de Food Loss and Waste do World Resources Institute. Os pressupostos de cálculo estão disponíveis na área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

²¹ Informação sobre os donativos alimentares está disponível neste capítulo, subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes".

Valorização de Resíduos de Clientes

No âmbito da promoção da valorização de resíduos junto dos nossos clientes, procuramos assegurar a disponibilização das infra-estruturas necessárias e sensibilizar colaboradores, clientes e comunidades envolventes. Em 2018, destacam-se os seguintes projectos:

- a rede de ecopontos do Pingo Doce abrangeu 370 lojas, perfazendo 88% do parque de lojas;
- a valorização das cápsulas de café e tampas/rolhas/caricas resultou em mais de 3.500 euros, a reverter para instituições de solidariedade social;
- 98% do parque de lojas da Biedronka têm ecopontos para recolha de pequenos electrodomésticos, lâmpadas fluorescentes e pilhas;
- a recolha de pilhas usadas pelos clientes da Ara abrangeu 250 lojas (47% do total do parque de lojas).

Para informação mais detalhada sobre o número e tipo de ecopontos disponibilizados a clientes, consulte a área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

Resíduos Depositados por Clientes nos Ecopontos das Lojas

Resíduo (t)	2018	2017	Δ 2018/2017
PORTUGAL			
Pilhas	13,79	12,01	+14,8%
REEE ²² (incluindo lâmpadas fluorescentes)	97,93	78,70	+24,4%
Óleos Alimentares Usados	96,14	100,35	-4,2%
Tinteiros	1,81	2,16	-16,2%
Cápsulas	118,32	94,68	+25,0%
Tampas, Rolhas e Caricas	15,77	8,51	+85,3%
POLÓNIA			
Pilhas	139,06	133,54	+4,1%
REEE ²² (incluindo lâmpadas fluorescentes)	92,04	176,16	-47,8%
COLÔMBIA			
Pilhas	0,13	0,18	-27,8%

Em Portugal e na Polónia, a redução de 5,1% das quantidades totais de resíduos de clientes recolhidos deve-se, sobretudo, ao contínuo aumento de pontos de recolha de proximidade oferecidos pelos municípios e outras entidades.

5.5. Sensibilização de Colaboradores e Consumidores

Reconhecemos a relevância dos comportamentos individuais e colectivos para uma melhor gestão dos recursos naturais, das emissões e dos resíduos. Como tal, desenvolvemos várias iniciativas de sensibilização, dirigidas aos colaboradores e consumidores. Para informação mais detalhada, consulte a área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

²² REEE – Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos.

5.6. Parcerias e Apoios

Em 2018, doámos cerca de 170.000 € para apoiar, em Portugal e na Colômbia, projectos de recuperação de habitats naturais e de protecção da diversidade biológica, dos quais destacamos:

Instituição	Projecto	Descrição
Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa	O apoio que acontece desde 2017, tem permitido suportar as actividades desenvolvidas pelo Oceanário. Mais informações em: www.oceanario.pt
Associação Natureza Portugal (ANP) em associação com World Wildlife Fund (WWF)	“Green Heart of Cork”	Projecto apoiado desde 2013, contribuiu para a certificação (FSC®) de 30.000 hectares de montado, incluindo uma área de Alto Valor de Conservação de 1.257 hectares. Mais informações em: www.wwf.pt
Liga para a Protecção da Natureza (LPN)	ECOs-Locais	Projecto apoiado desde 2011. Em 2018, foram desenvolvidas 19 acções de limpeza de praias e zonas envolventes, com a participação de 515 voluntários, resultando na recolha de 1.941 kg de resíduos. Mais informações em: www.lpn.pt
Quercus	Campanha “SOS Polinizadores”	Projecto apoiado desde 2014. Em 2018, foram desenvolvidas 5 sessões de educação ambiental e de comunicação do projecto para a comunidade. Mais informações em: www.quercus.pt
European Recycling Platform (ERP) – Portugal	Projecto “Geração Depositário”	Projecto apoiado desde 2013, o qual já chegou a 900 escolas e outras entidades, 420.000 alunos e 40.000 professores, tendo sido recolhidas mais de 2.500 toneladas de REEE. Mais informação em: www.geracaodepositrao.abae.pt
Jardim Zoológico de Lisboa	Apadrinhamento do Lémure-de-cauda-anelada	Projecto apoiado desde 2015 que tem permitido suportar as despesas associadas a esta espécie. Mais informação em: www.zoo.pt
Proaves	Projecto de Protecção das Araras (3 espécies)	Projecto, a iniciar em 2019, que irá contribuir para a protecção de três espécies de arara na Reserva Natural de las Aves (RNA), El Dorado. Mais informação em: www.proaves.org

6. Comprar com Responsabilidade

6.1. Introdução

A oferta de produtos de qualidade a preços competitivos depende fortemente do desenvolvimento de parcerias de médio-longo prazo com os nossos fornecedores e prestadores de serviços. Para além de diferenciarem a nossa oferta, estas relações contribuem para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde estamos presentes. Por outro lado, a sustentabilidade destas relações só pode ser garantida através da integração de critérios sociais, ambientais e éticos ao longo dos processos de tomada de decisão no desenvolvimento de produtos. Só assim podemos continuar a promover a redução contínua dos impactes das nossas actividades e assegurar o cumprimento dos princípios com os quais nos comprometemos no âmbito da nossa Política de Compras Sustentáveis e do Código de Conduta para Fornecedores²³.

6.2. Compromisso: Fornecedores Locais

Damos preferência aos fornecedores locais, quando em circunstâncias de igualdade de condições comerciais, de modo a, simultaneamente, reduzir a pegada de carbono associada ao transporte dos nossos produtos e promover o desenvolvimento socioeconómico local. Quando recorremos à importação, é essencialmente porque:

- i. há escassez de produto por motivo de sazonalidade na produção, usual na área de Fruta e Vegetais;
- ii. o produto não existe ao nível local ou a respectiva produção não tem volume suficiente para garantir o abastecimento das lojas das nossas cadeias;
- iii. a relação qualidade-preço dos produtos nacionais não permite que seja cumprido o compromisso de qualidade ao melhor preço que mantemos com os consumidores.

Em 2018, cerca de 90% dos produtos alimentares comercializados pelo Grupo foram adquiridos a fornecedores locais, contribuindo para o objectivo de manter este rácio acima dos 80%. No que se refere a compras de produtos alimentares e não alimentares, na Polónia, 92% dos produtos comercializados foram adquiridos a fornecedores locais. Em Portugal, este rácio fixou-se em 84% e, na Colômbia, em mais de 95%.

Perecíveis e Marca Própria

Os nossos produtos de Marca Própria foram maioritariamente adquiridos a fornecedores locais, dos quais mais de 95% na Colômbia, 92% na Polónia, e entre 64% (Pingo Doce) e 70% (Recheio) em Portugal. Na área de Perecíveis²⁴, registamos a mesma tendência, com 67% dos produtos em Portugal a serem adquiridos a fornecedores locais, enquanto na Polónia este valor é de 82%. Na Colômbia, este rácio é superior a 95%.

Em alguns produtos de origem local utilizamos sinalética específica a divulgar a sua origem. É o caso de etiquetas com as cores da bandeira nacional em produtos Perecíveis, como a Fruta e Vegetais e – nas Marcas Próprias – dos selos “100% Nacional”, em Portugal, “Polski Produkt” (Produto Polaco) ou com a etiqueta “#jedzcopolskie” (Coma o que é Polaco), na Polónia, e “Hecho en Colombia” (Feito na Colômbia), na Colômbia.

Relacionamento com Fornecedores

Privilegiamos relações duradouras e de cooperação com os nossos produtores e fornecedores pelo que procuramos apoiá-los através de acções que se podem traduzir no desenvolvimento de

²³ Disponíveis para consulta na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

²⁴ A informação sobre a proporção de produtos adquiridos a fornecedores em cada uma das categorias de Perecíveis está disponível na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

variedades tradicionais, acompanhamento técnico, apoio na optimização de processos e/ou garantia de escoamento de produto. Em 2018, destacamos as seguintes iniciativas:

Portugal

- Em 2018, o Pingo Doce reforçou a sua parceria com o fornecedor local de “Maçã das Beiras”, tendo lançado a “Maçã Starking das Beiras” que se juntou, assim, à “Maçã Golden das Beiras”, lançada no ano anterior. No total, foram comercializadas em 2018, 1.000 toneladas destas maçãs de origem portuguesa;
- o Recheio manteve as suas parcerias com fornecedores locais, tendo lançado cinco novas referências exclusivas de vinho das regiões de Alentejo e Península de Setúbal, e comercializado cerca de 63.500 litros;
- o Pingo Doce manteve a medida extraordinária de apoio aos pequenos e médios produtores portugueses de produtos Perecíveis com quem trabalha e que são membros da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Esta medida consiste na antecipação para uma média de 10 dias (em vez dos 30 dias previstos na lei) do prazo de pagamento, sem custos financeiros para o produtor. Desde a sua criação em 2012, já beneficiaram desta iniciativa cerca de 500 produtores nas categorias de Fruta, Legumes, Carne, Peixe, Charcutaria e Vinhos.

Polónia

- Na Biedronka, continuámos a introduzir variedades autóctones na categoria de Fruta e Vegetais. É o caso da ameixa *Śliwka Węgierka*, dos pêssegos *Inka* e *Harnaś* e das maçãs regionais de Indicação Geográfica Protegida *Lubelskie* e *Łąckie*, disponíveis em mais de 1.100 lojas. Estes projectos são o resultado da estratégia de parceria com os nossos fornecedores que se concretizam em visitas regulares aos locais de produção e na partilha de conhecimento técnico;
- a Biedronka continuou a alargar a sua oferta de produtos biológicos na área dos Perecíveis de Marca Própria. Em 2018 foram lançadas 10 novas referências, perfazendo um total de 42. Estas referências consistem na oferta permanente e sazonal de Fruta e Vegetais e de Padaria. O volume comercializado aumentou 4,5 vezes face a 2017, correspondendo a um total de 10.900 toneladas e contribuindo, em conjunto com os seus fornecedores, para um aumento da oferta destes tipos de produtos na Polónia;
- na secção de Talho, mantivemos a parceria desenvolvida com um produtor polaco de carne bovina (vitela) cujo ciclo de vida é controlado em conjunto com a Biedronka, numa abordagem “field to fork”. Iniciada em Abril de 2016, a comercialização deste produto ocorre a cada duas semanas, tendo sido alargada das 100 lojas, nesse ano, para 250 em 2018. No total, isto correspondeu a um volume de comercialização de cerca de 49 toneladas, um incremento superior a 80% face a 2017.

Colômbia

- A Ara tem vindo a estabelecer relações estáveis e de parceria com fornecedores colombianos desde o início das suas operações, em 2013. Em 2018, colaborou com cerca de 140 fornecedores locais, que forneceram mais de 770 produtos de Marca Própria, um aumento de cerca de 30% e 25%, respectivamente;
- a Ara realizou a 6.ª edição do Congresso de Marca Própria Ara, em Bogotá, com o tema “Evoluir para voar mais alto”, na qual participaram cerca de 220 actuais e potenciais fornecedores locais, um aumento de 20% face a 2017;
- na categoria de pescado e marisco, uma área com menos expressão no mercado Colombiano, a Ara implementou um projecto exclusivo com três fornecedores com o objectivo de aumentar a sua atractividade. Para o efeito, optou por introduzir uma oferta permanente de produtos exclusivos de elevada qualidade, com uma imagem apelativa e uniformizada. Em 2018, foram introduzidas seis referências neste projecto com o objectivo de duplicar este número em 2019.

6.3. Compromisso: Direitos Humanos e do Trabalhador

Os nossos fornecedores são essenciais na construção das propostas de valor das nossas insígnias. O sucesso destas relações está dependente do respeito por princípios éticos e legais, e da partilha de uma posição comum quanto ao desenvolvimento sustentável. É por isso que procuramos trabalhar com parceiros que garantem o cumprimento da legislação em vigor – bem como dos acordos nacionais e internacionais aplicáveis em matéria de Direitos Humanos e do Trabalhador – reforçada nos seguintes documentos do Grupo Jerónimo Martins: Política de Compras Sustentáveis, Código de Conduta de Fornecedores e Código de Conduta do Grupo Jerónimo Martins²⁵.

Sempre que tomarmos conhecimento de práticas de abuso dos Direitos Humanos, da Criança e/ou dos Trabalhadores por parte de fornecedores e/ou dos seus fornecedores, e/ou no caso de não incorporarem preocupações éticas e ambientais no desenvolvimento da sua actuação, nem estarem dispostos a desenhar e a implementar um plano correctivo, reservamo-nos o direito de cessar relações comerciais.

Neste contexto, reforçamos o nosso compromisso de contribuir para, de forma colectiva, erradicar o trabalho forçado – como definido pela Organização Mundial de Trabalho – ao longo das cadeias de abastecimento das nossas insígnias e de continuar a assegurar a sua inexistência nas operações, apoiando a resolução do The Consumer Goods Forum (CGF) e dos Princípios Prioritários: todos os trabalhadores devem ter liberdade de movimento, nenhum trabalhador deve pagar para trabalhar e nenhum trabalhador deve endividar-se para trabalhar ou ser coagido a tal.

6.4. Compromisso: Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção

A implementação de práticas de produção com menos impactes para os ecossistemas e menores consumos de recursos naturais é privilegiada no Grupo Jerónimo Martins. Para além destas práticas se traduzirem em ganhos de eficiência – fazer mais com menos – também estão em linha com os princípios de actuação das nossas Políticas Ambiental e de Compras Sustentáveis.

Agricultura Sustentável

No que respeita ao projecto de Agricultura Sustentável, cujo objectivo consiste na promoção de métodos de produção sustentáveis, a metodologia do nosso manual foi aplicada a 45 explorações agrícolas de 35 fornecedores do Grupo em 2018, tendo sido determinado o índice de sustentabilidade global para cada uma delas. No total, o índice de sustentabilidade já foi calculado para 81 explorações agrícolas, o qual varia entre 3,05 e 4,15 (numa escala de 1 a 5, em que 5 corresponde à pontuação máxima). É nosso objectivo aplicar esta metodologia, anualmente, a pelo menos 20 novas explorações agrícolas dos nossos fornecedores de Fruta e Vegetais, em Portugal para que possam calcular e partilhar o seu índice de sustentabilidade global, permitindo ao Grupo, deste modo, acompanhar o seu progresso. Este projecto será alargado aos fornecedores na Polónia até 2020, pretendendo-se, numa fase posterior, abranger também a Colômbia.

Desflorestação

Estima-se que até cerca de 80% da desflorestação mundial esteja associada à prática agrícola. O óleo de palma, a soja, a carne bovina, e as fibras de madeira e papel são as principais commodities agrícolas cuja produção gera risco de desflorestação. Para minimizar este risco na nossa cadeia de fornecimento, temos vindo a implementar um conjunto de acções com o objectivo de reduzir as emissões de carbono associadas à destruição da floresta, conservar a biodiversidade nestes ecossistemas e contribuir para eliminar as violações de Direitos do Homem, da Criança e/ou dos Trabalhadores associadas a estas commodities.

²⁵ Disponível para consulta na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

Fazemos, desde 2014, o mapeamento da presença destes ingredientes nos nossos produtos de Marca Própria e Percíveis que comercializamos em Portugal, na Polónia e na Colômbia, questionando os nossos fornecedores quanto à respectiva origem e certificação de sustentabilidade. É nosso objectivo assegurar, de modo progressivo, a origem sustentável destas matérias-primas, em linha com o compromisso “Zero Net Deforestation by 2020” assumido no âmbito da nossa participação no The Consumer Goods Forum. Em 2018, destacamos os seguintes resultados:

Commodity	Quantidade Total (t)			Quantidade proveniente de países com risco de desflorestação (t) *		
	2018	2017	Δ 2018/2017	2018	2017	Δ 2018/2017
Óleo de palma	23.777	22.956	+4%	23.777	22.956	+4%
Soja (directa)	15.482	13.649	+13%	9.366	8.215	+14%
Soja (indirecta)***	352.019	283.667	+24%	55.913	34.217	+63%
Papel e Madeira (produtos)****	104.405	108.439	-4%	1.204	100**	+1110%
Papel e Madeira (embalagens)****	82.525	94.460	-13%	761	3.604	-79%
Carne bovina	48.825	42.849	+14%	931	938	-1%

* Segundo classificação CGF de países em que existe risco de desflorestação, para cada commodity. Não existindo uma lista de risco CGF para o óleo de palma, consideramos que a totalidade deste ingrediente presente nos nossos produtos provém de países de risco.

** Valor corrigido como resultado de verificação externa realizada.

*** Soja em ração utilizada para produção de proteína animal contida nos produtos.

**** Apenas fibra virgem. Exclui utilização de fibra reciclada.

Em 2018, verificámos um aumento da presença destas commodities nos nossos produtos de Marca Própria e Percíveis, justificado sobretudo pelo aumento das nossas operações. A excepção verificou-se nos produtos e embalagens de papel e madeira, devido essencialmente ao aumento da incorporação de fibras recicladas.

Relativamente às commodities com origens em países considerados de risco, os aumentos verificados na soja devem-se, acima de tudo, à expansão das nossas operações na Colômbia, país com um elevado consumo de óleos alimentares contendo soja e em que uma percentagem significativa é proveniente da Bolívia. Também o aumento da rastreabilidade deste ingrediente na totalidade dos níveis de contabilização de soja na cadeia de valor²⁶ tem contribuído para este aumento. Em 2018, os nossos fornecedores indicaram que cerca de 20% da soja proveniente de países de risco têm certificação de sustentabilidade Round Table on Responsible Soy (RTRS) ou ProTerra, garantindo, assim, que a respectiva produção não induziu desflorestação.

A nossa estratégia para o óleo de palma assenta em dois vectores: i. substituição por óleos alimentares com um melhor perfil nutricional; e ii. assegurar progressivamente a origem sustentável para o remanescente do ingrediente presente nos nossos produtos. Em 2018, os nossos fornecedores declararam que cerca de 70% do óleo de palma utilizado tem certificação Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO). No que se refere à carne bovina – e apesar de um aumento de vendas de 14% – verifica-se que menos de 2% são provenientes de origens de risco, pelo que a nossa prioridade em termos de rastreabilidade e certificação continuará centrada nas restantes commodities.

Para as fibras virgem de papel e madeira, presentes em produtos de Marca Própria, verificou-se um aumento da proveniência de origens de risco. No entanto, o risco efectivo de desflorestação é mitigado pelo elevado nível de certificação: de acordo com os nossos fornecedores, mais de 90% destes produtos têm certificação de origem sustentável, designadamente certificação Forest Stewardship Council (FSC) e Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC). No que se refere à utilização destas fibras em embalagens, o aumento deve-se sobretudo à incorporação de fibras provenientes da Colômbia, para os produtos comercializados neste país, sendo que, também

²⁶ São contabilizados os cinco tiers de quantificação de soja na cadeia de valor, de acordo com a metodologia “Calculation guidelines for the measurement of embedded soy usage in consumer goods businesses” do CGF, disponível em: www.theconsumergoodsforum.com.

neste caso, de acordo com os nossos fornecedores, mais de 90% têm certificação que assegura a sua produção sustentável (FSC ou PEFC).

Vamos continuar os nossos esforços no sentido de recorrer a commodities cuja origem não esteja associada ao risco de desflorestação, bem como assegurar a produção sustentável de commodities com origem em países em risco de desflorestação, ao mesmo tempo que aumentamos a sua rastreabilidade.

A participação em iniciativas *multi-stakeholder* é também uma parte importante da nossa estratégia. Somos membros, desde 2017, da Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO) e, desde Janeiro de 2019, da Round Table on Responsible Soy (RTRS), iniciativas que promovem o alinhamento com as melhores práticas de sustentabilidade na produção de óleo de palma e de soja, respectivamente. Ao longo de 2018, continuámos a colaborar directamente na Soy Buyers Coalition, um projecto liderado pelo CGF e que conta com a participação de mais de 10 empresas dos sectores da indústria e retalho com o objectivo de desenvolver e implementar projectos que contribuam para travar a desflorestação nas principais regiões produtoras de soja no Brasil.

Grupo Jerónimo Martins obtém “A-” e “B” no CDP Forests 2018

Em 2018, ano em que o Carbon Disclosure Project (CDP) aumentou a exigência da metodologia de avaliação, obtivemos uma pontuação de “A-” para o óleo de palma, posicionando o Grupo no patamar “Liderança”. As commodities papel e madeira, soja e carne bovina obtiveram uma classificação de “B”, correspondendo ao nível de “Gestão”. As classificações obtidas situam Jerónimo Martins acima da média do sector para todas as commodities.

O programa “Forests”, do CDP, avalia o desempenho ao nível da estratégia seguida para as commodities associadas à desflorestação, incluindo a transparência no reporte de informação e gestão de risco.

Pescado

No contexto da nossa estratégia de pescado sustentável, nos últimos cinco anos temos vindo a investir num conjunto de projectos que constituem a base das nossas acções de conservação. São exemplos a caracterização dos potenciais riscos – como o nível de exploração dos stocks, os impactes sobre os ecossistemas e as comunidades envolventes, a rastreabilidade e as condições laborais – e a avaliação do grau de vulnerabilidade com base na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN Red List of Threatened Species) das espécies de pescado comercializadas em Portugal e na Polónia²⁷.

Com base nestes trabalhos, definimos linhas de acção para reduzir a pressão sobre espécies ameaçadas que incluem:

- i. proibir a compra e venda de espécies classificadas como “Críticamente em Perigo” e para as quais não existam licenças extraordinárias que o permitam;
- ii. procurar alternativas provenientes de aquacultura para as espécies classificadas como “Em Perigo”, não realizando acções promocionais envolvendo as que têm origem em populações selvagens e que não sejam provenientes de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade;
- iii. limitar as acções promocionais de espécies classificadas no nível “Vulnerável” sempre que não sejam provenientes de aquacultura e/ou que não sejam provenientes de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade.

Em 2018, e com base nas espécies identificadas em 2015, verificámos o cumprimento das linhas acima definidas:

- não foram comercializadas espécies classificadas como “Críticamente em Perigo”, para as quais não existam licenças extraordinárias para o efeito;

²⁷ Para informação mais detalhada, consulte a área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

- as promoções de espécies classificadas como “Em Perigo” apenas foram realizadas para espécies provenientes de aquacultura;
- verificou-se uma redução superior a 20% nas promoções de espécies classificadas como em estado “Vulnerável”, sendo que destas mais de 80% foram provenientes ou de espécies criadas em aquacultura ou de stocks geridos de modo sustentável.

Parcerias de combate ao desperdício alimentar

O combate ao desperdício alimentar é realizado em cada um dos nossos cinco pilares de Responsabilidade Corporativa. Apesar de não contribuir para o objectivo de reduzir para metade o desperdício alimentar das nossas operações até 2025, a sua redução a montante constitui um contributo relevante para o objectivo 12.3 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas²⁸. Por este motivo, promovemos a aquisição de alimentos não-calibrados, contribuindo para a redução do desperdício, ao mesmo tempo que garantimos que estes produtos, cujo perfil nutricional é igual aos produtos calibrados, são integrados na cadeia de valor, chegando à mesa dos consumidores.

Os alimentos não-calibrados são incorporados nas sopas em Portugal e na Polónia ou em produtos de 4.ª gama (vegetais cortados e lavados prontos a utilizar), sendo também vendidos a um preço reduzido nas lojas Recheio. No total, em 2018, assegurámos a introdução no mercado de mais de 13.600 toneladas destes produtos, também conhecidos como fruta e legumes “feios”, um aumento de 2,8% face a 2017.

Adicionalmente, as nossas operações da Jerónimo Martins Agro-Alimentar recorrem à aquisição de subprodutos da indústria alimentar e de legumes não calibrados para incorporar na alimentação de gado. Em 2018, foram incorporadas mais de 3.000 toneladas destas matérias no seu regime alimentar.

Produtos Certificados

Continuámos a integrar no nosso sortido produtos de Marca Própria e Perecíveis com certificados de sustentabilidade. Na tabela abaixo apresentamos a quantidade total de produtos de Marca Própria e Perecíveis com certificação de sustentabilidade nos anos de 2018 e 2017.

Certificação	#SKU		Δ 2018/2017
	2018	2017	
Biológica**	210	64	+228%
UTZ	79	22	+259%
FSC***	78	60*	+77%
PEFC***	49	20*	+145%
V-Label	44	0	n.a.
MSC	27	16	+69%
Dolphin Safe	15	15	+0%
SFI***	13	13	+0%
Rainforest Alliance	8	6	+33%
EU Ecolabel	7	7	+0%
Fairtrade	2	1	+100%
Total	532	224*	+138%

* Valores corrigidos como resultado de verificação externa realizada.

** Estes produtos são desenvolvidos de acordo com as regras da produção biológica, sendo certificados por uma entidade externa e apresentam o logótipo da União Europeia, que assegura o cumprimento do Regulamento Comunitário para a Agricultura Biológica.

*** Número inclui produtos com esta certificação e/ou material de embalagem com esta certificação.

Nota: Um mesmo produto pode ter mais de um sistema de certificação (ex., certificação biológica e V-Label).

²⁸ Este objectivo consiste em reduzir para metade, até 2030, o desperdício de alimentos per capita a nível mundial, de retalho e do consumidor, e reduzir os desperdícios de alimentos ao longo de toda a cadeia de produção e abastecimento.

Lançamento de gama Go Bio na Polónia e Portugal

A Biedronka e o Pingo Doce lançaram a gama Go Bio, uma marca global de produtos biológicos exclusiva destas duas insígnias. Todos os produtos são certificados por uma entidade externa para garantir que não têm pesticidas ou organismos geneticamente modificados e que respeitam as melhores práticas ambientais, assegurando ao consumidor todos os benefícios da agricultura biológica.

Em 2018, foram lançadas 78 referências na Biedronka e 36 no Pingo Doce. Algumas destas referências apresentam ainda o selo V-Label, um certificado que assegura que esses produtos são adequados a vegetarianos e vegans.

Bem-estar animal

Testes em animais

Cumprimos o disposto na Directiva Europeia 201/63/EU em todos os países onde operamos, incluindo a Colômbia, e não permitimos a realização de testes em animais nas nossas Marcas Próprias e Perecíveis. A excepção reside nos produtos de alimentação animal, para os quais são realizados testes sensoriais com o intuito de avaliar o grau de satisfação da população-alvo a que se destinam, e também em produtos cujo objectivo é controlar ou eliminar espécies parasitárias e/ou superpopulações que possam ser fontes de contaminação ou doença (ex., insectos).

Biotecnologia e Organismos Geneticamente Modificados (OGM)

A nossa Política de Organismos Geneticamente Modificados²⁹ assenta no princípio de que os nossos produtos de Marcas Próprias, incluindo Perecíveis, não contêm ingredientes nem aditivos transgénicos, sejam eles de origem vegetal ou animal. Para o efeito, as nossas companhias comprometem-se a:

- colaborar com os seus fornecedores no sentido de compreender os processos de produção utilizados e avaliar os padrões de segurança e de qualidade implementados;
- realizar regularmente análises laboratoriais, recorrendo a entidades independentes e acreditadas;
- garantir junto dos seus fornecedores a identificação e rastreabilidade de organismos geneticamente modificados nos casos em que não seja de todo possível a sua substituição;
- caso estejam presentes OGM, assegurar o direito dos consumidores à informação transparente e rigorosa sobre a presença destes organismos através da rotulagem dos produtos, sendo a sua divulgação efectuada no estrito cumprimento do limite aplicado pelo Grupo de, no máximo, 0,1% (limite de quantificação do método).

Práticas adoptadas

No âmbito da promoção do bem-estar animal, cumprimos com as indicações estabelecidas na regulamentação europeia, como a Directiva 98/58/EC ou o Regulamento (CE) N.º 1/2005 do Conselho, nas suas áreas de operação, bem como a legislação em vigor nos países onde estamos presentes. São exemplo a proibição de utilização de hormonas de crescimento e o atordoamento obrigatório antes do momento de abate. Para assegurar este cumprimento realizamos testes laboratoriais regulares, bem como auditorias de qualidade e segurança alimentar nos matadouros utilizados pelo Grupo, em Portugal e na Polónia. Sempre que possível, promovemos práticas acima do benchmark.

Destacamos a comercialização de frango do campo de Marca Própria em todas as lojas Biedronka. Os frangos são criados sem o uso de antibióticos e sem ração que contenha organismos geneticamente modificados. Este projecto foi iniciado em 2015 em conjunto com fornecedores

²⁹ Enquadrada na nossa Política da Qualidade e Segurança Alimentar e disponível na área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

polacos, tendo a Biedronka sido pioneira no lançamento deste conceito. Em 2018, foram comercializadas 1.680 toneladas deste produto, um aumento de 4% face a 2017.

Em Portugal, o frango do campo Pingo Doce é criado ao ar livre e alimentado maioritariamente com cereais. Com uma idade mínima de abate de 81 dias, pertence a estirpes de crescimento lento. Este produto é certificado pela SGS, um organismo externo independente, e o seu caderno de encargos foi aprovado pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

No Pingo Doce mantivemos a comercialização de carne de porco com a certificação “Porco.pt”, de produção nacional, e cujas práticas promovem o bem-estar animal, assegurando – por exemplo – uma densidade animal 10% inferior ao máximo exigido por lei. Em 2018, foram comercializadas mais de 700 toneladas, tendo o Pingo Doce sido distinguido com o prémio “Parceiro de Mérito” por ter representado mais de 50% das vendas deste produto.

Ainda nas nossas operações em Portugal, incluímos critérios de bem-estar animal nos nossos cadernos de encargos para as vitelas comercializadas, como a ausência de feridas e sinais de sede ou subnutrição, para a carne de variedade Aberdeen Angus, nomeadamente a proibição de transporte superior a 8 horas ou a utilização de tranquilizadores, e para a carne de vaca produzida em modo de produção biológico, que obedece aos critérios definidos na legislação europeia.

Adicionalmente, assumimos o compromisso de eliminar, até 2025, a venda de ovos das Marcas Próprias das nossas Companhias que sejam provenientes de galinhas enjauladas. Para o efeito, na Biedronka são comercializados ovos do solo, de galinhas do campo e biológicos de Marca Própria, enquanto no Recheio são comercializados ovos do solo de Marca Própria e no Pingo Doce ovos biológicos 100% nacionais sob a marca Go Bio. A Ara também tem na sua oferta ovos de galinhas não enjauladas de Marca Própria. Em 2018, mais de 20% dos ovos de Marca Própria comercializados pelas Companhias do Grupo eram “cage-free”³⁰. É nosso objectivo aumentar progressivamente esta proporção até 2025 de modo a atingir o nosso compromisso.

No âmbito das nossas actividades na área de produção Agro-Alimentar, destacamos as seguintes acções:

Aquacultura:

- é feita vacinação a todos os peixes;
- produção em mar aberto e não em tanques, permitindo que os peixes se desenvolvam no seu habitat natural;
- o manuseamento é reduzido ao mínimo até à captura, de forma a evitar o stress no animal. Como exemplo, utilizamos redes combi³¹ que limitam a apenas uma vez a necessária troca de redes e reduz, assim, o stress gerado nos animais ao longo do seu ciclo de vida;
- não são permitidas mutilações (ex. corte de barbatanas);
- utilizamos redes “Dyneema” que, por serem mais flexíveis, causam menos fricção, e, logo, reduzem a dor no processo de pesca.

Carne bovina de raça Aberdeen Angus:

- disponibilização de uma área por animal superior aos 3 m² recomendados, garantindo um mínimo de 4 m²/animal;
- reposição diária de palha fresca nas camas;
- animais agrupados por sexo e peso no sentido de reduzir a sua competição e consequente stress daí decorrente;

³⁰ Ovos “cage-free” compreendem as seguintes tipologias de produção: tipo 0 – ovos criados em modo de produção biológica, tipo 1 – ovos de galinhas criadas ao ar livre e tipo 2 – ovos de galinhas criadas no solo.

³¹ As redes combi consistem num sistema de rede com áreas com malhas de dimensão diferente. No início das operações – em que o peixe tem uma dimensão menor – apenas a parte da rede com uma malha reduzida está submersa. Quando o peixe atinge dimensões maiores a parte da rede com uma malha superior é desenrolada e colocada na água.

- o cumprimento das recomendações da Standard Welfare Scheme da Grandin Livestock Handling Systems;
- os pisos utilizados são de cimento rasgado ou borracha para evitar que os animais escorreguem.

Vacaria:

- é disponibilizada pelo menos uma cama por vaca e 0,6 m de espaço de comedouro;
- as instalações têm um sistema de arrefecimento automático que acciona ventoinhas e chuveiros para refrescar os animais. As ventoinhas apresentam ainda a vantagem de ventilar os parques, reduzindo a quantidade de amoníaco no ar e contribuindo para a secagem e o conseqüente conforto das camas dos animais. Desde que foram instaladas ventoinhas, o consumo de palha foi reduzido em cerca de 30%, resultando na produção de um menor volume de estrume;
- existem escovas automáticas de massagem para utilização de todos os animais;
- existe música ambiente para contribuir para a redução do stress dos animais;
- todos os animais têm um colar de monitorização de actividade que, pela análise do comportamento, identifica de forma natural o cio, evitando a utilização de hormonas reprodutivas. Detecta ainda alterações de comportamento, levando ao diagnóstico precoce de patologias, contribuindo, deste modo, para o bem-estar dos animais e para a redução da utilização de fármacos.

Adicionalmente, nas nossas operações de vacaria e de produção de carne bovina de raça Aberdeen Angus, asseguramos:

- a formação em bem-estar animal a todos os colaboradores em contacto com os animais que habitam nas nossas instalações;
- a vacinação e desparasitação de todos os animais;
- a condução e manejo animal são feitos com recurso à utilização de técnicas que reduzem o stress, não sendo permitida a utilização de choques eléctricos, paus ou qualquer sistema que possa ferir os animais;
- uma alimentação baseada em silagens e forragens, favorecendo a saúde ruminal dos bovinos, e aumentando o seu conforto e bem-estar. Os animais são alimentados com silagem de milho produzida por produtores locais ou nas nossas unidades de produção. São ainda utilizados legumes não calibrados (ex., batata doce) e subprodutos de outras indústrias alimentares (ex., repiso de tomate e bagaço de cerveja). A alimentação é complementada com ração adequada à fase de crescimento do animal.

6.5. Auditorias a Fornecedores

Qualidade e Segurança Alimentar

Auditamos regularmente os nossos fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria com o objectivo de avaliar e acompanhar a gestão e controlo de processos, o sistema de qualidade implementado e a formulação de produtos. As auditorias são obrigatórias para os fornecedores que desenvolvem a sua actividade em territórios onde temos operações.

No âmbito das auditorias de Qualidade e Segurança Alimentar são avaliados alguns requisitos ambientais e laborais. Os requisitos ambientais incluem critérios associados à gestão da água, efluentes, resíduos, emissões para a atmosfera, ruído e substâncias perigosas, assumindo um peso de 5%. No âmbito dos requisitos laborais, são avaliadas as condições de higiene e segurança no trabalho e a formação, que assumem um peso de até 10% na avaliação. São incluídos aspectos como a existência e utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência e condições de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias para colaboradores e o controlo de que é administrada a formação adequada ao exercício da função. A reavaliação de cada fornecedor ocorre periodicamente, com uma frequência pré-definida e baseada na classificação obtida.

Em Portugal, a Direcção de Qualidade e Segurança Alimentar de Perecíveis iniciou, em 2016, um projecto de auditorias a fornecedores de carne que incluem critérios de bem-estar animal e que assumem um peso de 29% na avaliação, com base na legislação actual e na norma Global G.A.P.. São avaliadas questões como as condições das instalações, iluminação, densidade e ventilação, entre outros aspectos. Em 2018, foram avaliados 112 fornecedores/explorações, um aumento de 30% face a 2017. Sempre que necessário são elaborados planos correctivos de acção cujo progresso acompanhamos em conjunto com os fornecedores.

Auditorias a fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria*

	2018	2017	Δ 2018/2017
Portugal			
Perecíveis	905	921	-2%
Marca Própria – Alimentar e Não-Alimentar	252	259	-3%
Polónia			
Perecíveis	333	357	-7%
Marca Própria – Alimentar e Não-Alimentar**	458	446	+3%
Colômbia			
Perecíveis	74	57	+30%
Marca Própria – Alimentar e Não-Alimentar	176	150	+17%

*As auditorias incluem os seguintes tipos: selecção, controlo e acompanhamento.

** Em 2018, foram ainda realizadas mais 4.218 inspecções a produtos não-alimentares de Marca Própria e, em 2017, mais 3.429.

Na Colômbia, o incremento no número de auditorias na Marca Própria e Perecíveis deve-se maioritariamente ao aumento da base de potenciais novos fornecedores.

Certificações

Em matéria de certificações, e no caso de fornecedores estrangeiros não abrangidos pelo sistema de auditorias internas, exigimos uma certificação em Segurança Alimentar reconhecida pela Global Food Safety Initiative, nomeadamente British Retail Consortium (BRC), Global Good Agricultural Practices (Global G.A.P.), HACCP/Codex Alimentarius ou ISO.

Todos os potenciais novos fornecedores de produtos de Marca Própria e de Perecíveis têm de ser auditados de acordo com os critérios internos do Grupo (comuns para as três geografias em que se desenvolvem as operações). No caso de fornecedores que não se encontrem nestas geografias, deverão ser certificados segundo os padrões alimentares do BRC, da International Featured Standards (IFS) ou da Food Safety System Certification (FSSC) 22000.

Distinguidos produtos de Marca Própria para crianças

Em 2018, cerca de 200 produtos dirigidos a crianças – incluindo roupa, têxteis e electrodomésticos – foram reconhecidos com uma avaliação positiva pelo Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança) na Polónia. Destes, 30 foram distinguidos com o selo “Opinião Positiva”, que é apresentado nas suas embalagens. Adicionalmente, as fraldas da Marca Própria Dada mantiveram o Golden Logo, atribuído por este instituto, sendo o único produto do género com esta distinção.

Ambiente

A par das auditorias de Qualidade e Segurança Alimentar a fornecedores, também conduzimos auditorias exclusivamente ambientais a prestadores de serviço e a fornecedores de mercadorias de Perecíveis e Marca Própria. Estas auditorias têm como objectivo assegurar o cumprimento dos requisitos adicionais de desempenho ambiental e aplicar um plano de acção para a correcção de eventuais não conformidades.

Em 2018, foram realizadas 27 auditorias ambientais a prestadores de serviços em Portugal e 26 na Polónia, um aumento de 20% face a 2017. Em Portugal, o nível de desempenho ambiental (para a totalidade dos prestadores de serviços auditados, desde 2009) é de: 11% com classificação de “Excelente”, 6% “Bom”, 79% “Suficiente” e 4% “Inadequado”. Na Polónia, o nível de desempenho para os prestadores de serviços auditados em 2018 é de: 54% com classificação de “Excelente” e 46% “Bom”. Os prestadores de serviço são seleccionados com base na relevância dos impactes ambientais das actividades que desenvolvem.

As auditorias ambientais a fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria são conduzidas por uma entidade externa. Em 2018, foram auditados 79 fornecedores em Portugal, um aumento de 30% face a 2017. O nível de desempenho ambiental (para a totalidade dos fornecedores auditados, desde 2016) é de: 9% com classificação de “Excelente”, 9% “Bom”, 64% “Suficiente” e 18% “Inadequado”. Os fornecedores são seleccionados com base no volume de compras do Grupo e na relevância dos impactes ambientais das actividades que desenvolvem.

A todos os prestadores de serviços e fornecedores auditados e classificados com o nível “Inadequado” (inferior a 70%) e/ou que não cumpram a totalidade dos requisitos críticos definidos é apresentado um plano correctivo de acção com resposta obrigatória no prazo máximo de seis meses. Nos casos em que o plano correctivo não seja cumprido, sendo o grau de execução aferido numa segunda auditoria realizada em ano subsequente ao da primeira, reservamo-nos o direito de suspender a colaboração.

6.6. Formação a Fornecedores

Em Portugal, na Polónia e na Colômbia, realizaram-se cerca de 10 acções de formação e reuniões focadas em temas de Qualidade e Segurança Alimentar, envolvendo mais de 150 fornecedores, aprofundando-se o trabalho de cooperação com os parceiros de negócio, especialmente em matéria de discussão de áreas de melhoria e desenvolvimento de produtos inovadores. Na Colômbia, destacamos a acção de formação dedicada ao sistema de certificação da Roundtable on Sustainable Palm Oil, que envolveu mais de 35 formandos, entre colaboradores e fornecedores do Grupo.

Em 2018, na área de Ambiente, foram realizados, em Portugal, dois workshops sobre o Manual de Agricultura Sustentável, que contaram com cerca de 25 participantes, representantes de fornecedores de Fruta e Legumes.

No mesmo ano, o Grupo apoiou os Green Project Awards na organização de uma conferência sobre “Agricultura Sustentável”, onde estiveram presentes cerca de 150 representantes de vários stakeholders (empresas, organizações governamentais e não governamentais, associações empresariais e academia, entre outros) e onde apresentámos publicamente o nosso manual sobre esta temática.

7. Apoiar as Comunidades Envolventes

7.1. Introdução

Reconhecemos que, para sermos um cidadão activo nas comunidades onde estamos inseridos, a nossa actuação deve contribuir para superar os riscos económicos e sociais que as populações enfrentam e, assim, fomentar uma inclusão social que destaque os grupos que consideramos mais vulneráveis da sociedade: os idosos, as crianças e os jovens carenciados.

Neste sentido, as nossas mais de 3.900 lojas alimentares de proximidade, que se encontram espalhadas por mais de mil cidades, vilas e aldeias de Portugal, Polónia e Colômbia, contribuem todos os dias para combater a fome e a subnutrição, quebrar ciclos de pobreza extrema e de exclusão social. Adicionalmente, apoiamos projectos para o desenvolvimento do conhecimento sobre nutrição, com o objectivo de sensibilizar, em especial as gerações mais novas, para a prática de padrões alimentares e estilos de vida saudáveis. Também as áreas da educação, cultura, empreendedorismo, cidadania e Direitos Humanos são consideradas nos nossos apoios.

Esta é a linha orientadora da nossa Política de Apoio às Comunidades Envolventes, disponível em www.jeronimomartins.com.

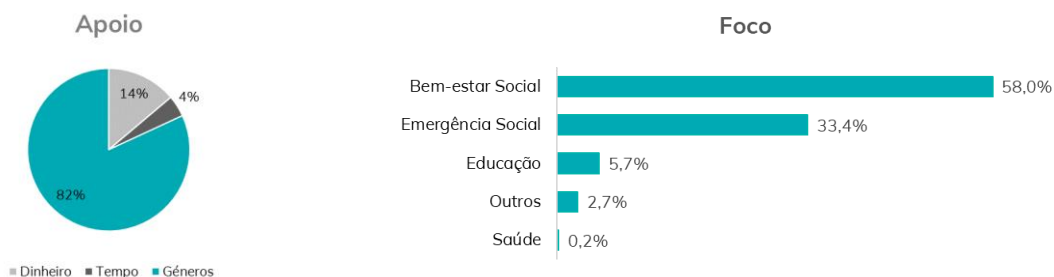
7.2. Gestão da Política

As acções que apoiamos ou promovemos enquanto Grupo são monitorizadas e avaliadas em relação ao impacte que produzem, numa óptica de alocação eficiente de recursos a projectos que abranjam o maior número possível de pessoas e/ou que gerem os maiores e melhores resultados.

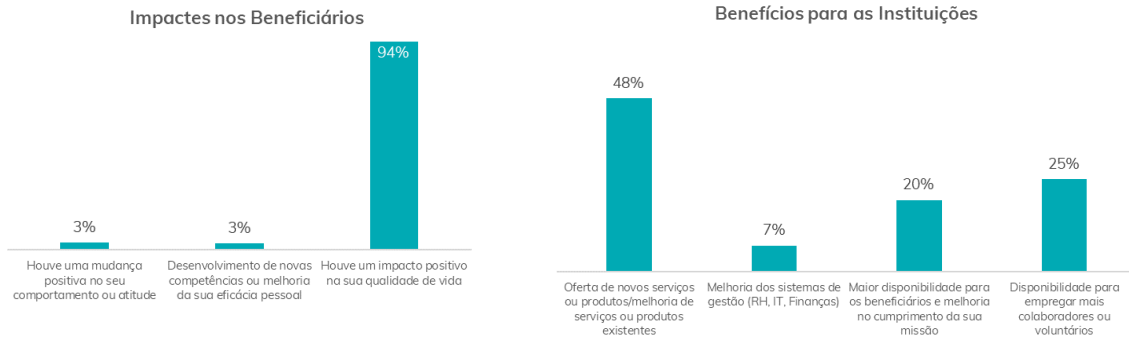
Assim, realizamos visitas de acompanhamento às instituições com as quais celebrámos acordos de cooperação para verificação *in loco* da qualidade das infra-estruturas e do serviço prestado às pessoas apoiadas. Adicionalmente, aplicamos os critérios implícitos à metodologia de avaliação de impacte social London Benchmarking Group (LBG), da qual o Grupo é membro desde 2011, e que permitem aferir se e como ocorrem as desejadas mudanças sociais.

Em 2018, foi possível medir o impacte decorrente da aplicação de cerca de 25,8 milhões de euros³² em apoios atribuídos a 518 organizações que, por sua vez, se estima terem chegado a mais de 1 milhão de pessoas. Este montante compreende doações em géneros e também monetárias, focando-se maioritariamente em apoios nas áreas do Bem-Estar Social, da Emergência Social e da Educação.

Medição de Impactes Sociais



³² Este valor corresponde às actividades/projectos medidos junto das instituições e seus beneficiários e com um limite mínimo a partir do qual se considera poderem ser obtidos dados significativos de impactes sociais. Não corresponde, por este motivo, ao montante total de apoios investidos pelo Grupo Jerónimo Martins.



A maioria dos beneficiários inquiridos pelas instituições reportou impactes positivos na sua qualidade de vida. Também as instituições confirmaram que o apoio disponibilizado por Jerónimo Martins e suas Companhias permitiu investir em novos produtos ou serviços, ou na melhoria dos mesmos, bem como aumentar a disponibilidade para empregar mais colaboradores ou receber novos voluntários.

Durante este ano, estiveram envolvidos 3.610 colaboradores nos programas de capacitação profissional de pessoas em contexto real de trabalho, totalizando 86.651 horas de tutoria, num valor equivalente a cerca de 1,1 milhões de euros.

O reporte dos principais indicadores, segundo o modelo LBG, pode ser encontrado no website corporativo, na área [Apoiar as Comunidades Envolventes](#).

7.3. Apoios Directos

Em 2018, mantivemos a oferta de produtos alimentares a instituições que se dedicam ao alívio da fome, subnutrição e pobreza extrema, e de apoios monetários a organizações que realizam trabalho pedagógico com crianças e jovens em risco, numa tentativa de travar o abandono escolar e a exclusão social.

Os apoios directos, em espécie e monetários, atribuídos a nível corporativo e por todas as Companhias do Grupo, perfizeram um total de mais de 31,5 milhões de euros, o que representa um aumento de 45% face a 2017.

Corporativo

Apoiámos 48 instituições, num total de mais de 707.000 euros em donativos para suportar projectos ao nível social (56%), da saúde, ambiente, Direitos Humanos e cidadania (30%), e para outras tipologias de apoio nas áreas da educação, literacia e cultura (14%). 20 destas instituições dedicam-se a apoios sociais continuados, sendo suportadas regularmente pelo Grupo há mais de uma década.

Pelo quarto ano consecutivo, mantivemos o apoio financeiro à Academia do Johnson para suporte da sua infra-estrutura, a que se adiciona o apoio alimentar do Pingo Doce, num total investido de mais de 36.000 euros.

Apoio a Emergências Sociais

Jerónimo Martins disponibiliza apoio em géneros alimentares aos grupos mais desfavorecidos e a entidades que promovem a protecção das populações, assim como doações monetárias para a promoção da sustentabilidade das economias locais.

Em Portugal, o Grupo apoiou com mais de 48.000 euros os produtores do queijo de origem protegida Serra da Estrela, na sequência de um incêndio florestal que dizimou mais de 5.000 ovelhas da raça autóctone Bordaleira, e vastas áreas de pasto. O apoio permitiu adquirir os equipamentos necessários à actividade de pastoreio e produção de leite, bem como a instalação de um Centro de Recria, através da compra de animais daquela raça. A Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Serra da Estrela (ANCOSE) implementou no terreno as acções necessárias para a protecção da raça de ovelhas e a recuperação progressiva da região.

Também em Borba, local onde o desmoronamento de uma rodovia trouxe consequências dramáticas para a população, o Pingo Doce ofereceu mais de uma tonelada de refeições aos operacionais da Protecção Civil.

Esta Academia tem como missão o combate à exclusão social e ao abandono escolar de cerca de 170 crianças e jovens provenientes de comunidades muito vulneráveis da zona metropolitana de Lisboa, um número que representa um aumento de mais de 6% face a 2017.

A Academia disponibiliza ferramentas educacionais, profissionais e culturais, através de técnicos especializados que, recorrendo à prática de desporto e apoiando o estudo como forma de desenvolvimento comportamental, social e técnico, ajudam a prevenir situações de risco e a potenciar a integração nas escolas e na sociedade.

Outro exemplo foi o apoio mantido à ALEM – Associação Literatura, Literacia e Mediação, uma associação sem fins lucrativos que trabalha para a integração social através da promoção e desenvolvimento da literacia de cidadãos provenientes de comunidades desfavorecidas e, por isso, procurando reforçar a igualdade de oportunidades.

Actuando em creches, jardins de infância e escolas do ensino básico, visa fomentar a participação de pais, educadores de infância e professores no sucesso escolar das crianças e jovens. Adicionalmente, também foca a sua actuação na importância do papel da mulher, para a sua valorização pessoal, para a família e para a comunidade, envolvendo e formando grupos de mulheres ciganas. Em 2018, estima-se que as actividades desenvolvidas por esta Associação tenham abrangido mais de 2.900 pessoas, contando com um apoio do Grupo num total de 12.000 euros.

Pingo Doce

O Pingo Doce apoiou, com géneros alimentares e valor monetário, mais de 430 instituições de cariz social que cumprem a sua missão nas zonas de influência das lojas da cadeia, num total de mais de 13,8 milhões de euros. Os géneros alimentares doados correspondem a mais de 6.400 toneladas³³.

Recheio

O Recheio fez doações no valor de mais de 385.000 euros em géneros, dos quais mais de 195 toneladas³⁴ de produtos alimentares, a 167 instituições que se dedicam a causas como o combate à fome junto de pessoas em extrema vulnerabilidade. A Re-Food e a APPIA – Associação Pró-Partilha e Inserção do Algarve são alguns dos exemplos. Foram ainda alocados mais de 38.000 euros em valor monetário a nove instituições.

Biedronka

Na Polónia, continuámos a desenvolver iniciativas focadas no apoio a campanhas e projectos sociais, tendo sido canalizados cerca de 16,5 milhões de euros em apoios, distribuídos por mais de 390 instituições. O aumento, de mais de 500%, deveu-se essencialmente à expansão do âmbito das doações de géneros alimentares a instituições envolventes às nossas lojas e ao apoio das actividades de celebração dos 100 anos de reconquista da independência do país.

No âmbito do seu compromisso de combate à fome e subnutrição e de eficiência no encaminhamento de excedentes alimentares que não podem ser vendidos – apesar de aptos para consumo e cumprindo os requisitos de segurança alimentar – a Biedronka deu continuidade às doações à Caritas e a outras instituições de solidariedade. Estas organizações ficam com a incumbência de agilizar, na Polónia, a distribuição de produtos alimentares entre pessoas com graves carências.

Começando em 2016 com doações a partir de 63 lojas e sete CD activos, a Companhia chegou às 437 lojas e a 12 CD no final de 2017. Em 2018, o programa de expansão destas práticas atingiu as

³³ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

³⁴ Idem.

1.063 lojas no fim do ano. Os produtos doados totalizaram o equivalente a cerca de 4.900 toneladas³⁵, que se estima terem chegado a mais de 410 mil pessoas.

Adicionalmente, e para concretizar a distribuição de alimentos doados pela Biedronka, deu-se seguimento ao projecto iniciado em 2017, com a oferta à Caritas de duas novas carrinhas de transporte de alimentos, num valor de mais de 87.000 euros.

No ano em que a Polónia celebrou os 100 anos de reconquista da sua independência, a Biedronka dinamizou, em conjunto com a Caritas, 100 iniciativas de apoio social, destacando-se:

- o programa Pomagamy Na 100 (Ajudamos aos 100), uma iniciativa de assistência financeira dirigida à população sénior em situação de grande vulnerabilidade, em pequenas cidades ou vilas. Os mais de 5.300 idosos apoiados tiveram acesso a cartões mensais Biedronka pré-pagos para consumo nas nossas lojas, num total investido de cerca de 2,5 milhões de euros;
- a campanha Festyny Będźmy Razem (Vamos Ficar Juntos), que pretende fomentar o reforço de laços entre as crianças e as suas famílias através dos piqueniques realizados no Dia Mundial da Criança, a 1 de Junho. Este ano, a campanha traduziu-se num apoio de mais de 85.000 euros, tendo chegado a 20 cidades polacas, levando presentes, concursos e jogos educativos a mais de 200.000 crianças e respectivas famílias.

Ara

Os resultados positivos alcançados com o apoio da Ara, entre 2014 e 2016, ao programa governamental *Madres Comunitarias*, na sua missão de colmatar as deficiências alimentares nas crianças das creches comunitárias, permitiram registar progresso ao nível do bem-estar mental, físico e nutricional das crianças beneficiadas.

Nesse sentido, em Novembro de 2018, e por iniciativa do Instituto Colombiano de Bienestar Familiar, o âmbito da colaboração com a Ara passou da área alimentar para as da higiene pessoal e doméstica. Desde o início do novo protocolo, e num total de 633 creches comunitárias, a Ara já apoiou 9.458 crianças até aos cinco anos de idade, provenientes de famílias e bairros com muito poucos recursos financeiros, através da oferta do equivalente a 8.800 euros em produtos como escovas de dentes, pastas dentífricas, géis de banho e toalhetes de mãos. Adicionalmente, pelo Natal, foram oferecidos presentes às crianças, num valor de cerca de 66.000 euros.

Na Ara, mantivemos o encaminhamento de excedentes alimentares das lojas e CD para as comunidades mais vulneráveis, mitigando a dificuldade de acesso a alimentos e combatendo o desperdício alimentar. Desta forma, mantivemos o apoio à Abaco – Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia, cuja missão é estabelecer alianças estratégicas com parceiros públicos e privados para o combate à fome. Encaminhámos mais de 51 toneladas³⁶ de alimentos, um decréscimo de 63% face ao ano anterior, devido a uma maior rotação dos produtos alimentares e a menos quebras, num valor equivalente a mais de 100.000 euros. Estima-se terem sido beneficiadas, mensalmente e em média, 422 pessoas das cidades de Bogotá, Pereira, Manizales e Barranquilla. Evitou-se, ao mesmo tempo, a emissão equivalente a 1.150 toneladas³⁷ de CO₂ que, de outra forma, teriam sido libertadas para a atmosfera em aterro.

³⁵ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

³⁶ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

³⁷ Valor estimado pela Abaco.

Combate ao Desperdício Alimentar

Os excedentes alimentares que, encontrando-se embora em condições de segurança alimentar, não podem ser vendidos, são doados pelo Grupo a instituições de apoio social dos países onde está presente e que chegam, desta forma, a pessoas em situação de vulnerabilidade extrema. Além do combate à fome e subnutrição, o Grupo como um todo pretende, desta forma, contribuir positivamente para uma lógica de economia circular, permitindo que os produtos alimentares se destinem ao consumo humano, a finalidade última com que foram produzidos.

Em 2018, a doação de produtos alimentares totalizou mais de 11,5 mil toneladas, o que representa um aumento de 54% face a 2017 e de 59% face a 2016*.

*Dados corrigidos face aos valores anuais reportados nos respectivos Relatórios e Contas, anos em que se baseou o cálculo em estimativas de entidades parceiras. Os valores agora reportados são obtidos de acordo com proxies resultantes da aplicação, no Grupo, do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute, e outros stakeholders, para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

7.4. Voluntariado Interno e Outras Campanhas

Considerando que o contributo de todos para causas sociais, de cidadania e de emergência é essencial para promover sociedades mais coesas e solidárias, o Grupo dinamizou programas de voluntariado, em parceria com instituições da sociedade civil, abertos à participação voluntária de colaboradores. Em 2018, 219 colaboradores contribuíram com mais de 1.500 horas de voluntariado em várias acções, tais como:

- Associação Junior Achievement Portugal, com o objectivo de promover o empreendedorismo junto de crianças e jovens, através do trabalho sobre temas como a relação com a família e com as comunidades, a economia, e como criar um negócio. No ano lectivo de 2017/2018, registaram-se 41 participantes, num total de 391 horas, que impactaram 575 alunos. Desde 2005, os colaboradores do Grupo já chegaram a mais de 8.800 alunos num total de mais de 7.700 horas de voluntariado;
- Acção de reflorestação da área ardida em Arganil, afectada pelos fogos de 2017. Nesta iniciativa participaram 46 voluntários das estruturas centrais, que plantaram mais de 3.000 árvores. Atribuiu-se, ainda, um euro por cada árvore plantada a duas instituições que apoiaram na reflorestação: a SOS Arganil, criada por pessoas que quiseram ajudar a dar resposta às necessidades da população local, e a APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra que cria condições para que as pessoas com deficiência mental e/ou em situação de exclusão possam atingir a sua plena integração na comunidade.

Todos os anos, durante a época de Natal, o Grupo dinamiza uma campanha interna de solidariedade para oferecer presentes pedidos por crianças que vivem em lares de acolhimento apoiados numa base contínua por Jerónimo Martins. Este ano, foram 73 as crianças abrangidas por esta iniciativa, oriundas das instituições Casa de Protecção e Amparo de Santo António, Casa de Santa Isabel, Aldeias de Crianças SOS de Bicesse, Crescer Ser – Casa do Parque, Casa do Infantado, Casa de Cedofeita e Casa da Encosta.

Também durante a Festa de Natal do Grupo, que junta mais de 1.000 managers e a gestão de topo, foi dinamizada uma campanha de angariação de fundos para a expansão da casa de acolhimento de Lisboa da Associação Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, com o objectivo de aumentar a oferta de estadia para 32 famílias em simultâneo e poder alargar a idade limite para jovens até aos 25 anos, residentes fora da região de Lisboa. Seguindo a lógica de matching donation, o Grupo igualou a verba doada pelos seus managers durante o evento, oferecendo um donativo total de 14.000 euros.

7.5. Apoios Indirectos

A sensibilização da sociedade para o envolvimento em campanhas de recolha de alimentos e outros artigos, assim como em iniciativas de angariação de verbas, pode ajudar a criar uma consciência colectiva para o combate à fome e à subnutrição de pessoas com maior vulnerabilidade, nomeadamente através do apoio ao trabalho que todos os dias é desenvolvido por instituições de solidariedade social.

Portugal

Mantivemos as campanhas de recolha de alimentos no sentido de apoiar o Banco Alimentar Contra a Fome e o CASA – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo. No primeiro caso, conseguimos reunir o equivalente a mais de 990 toneladas³⁸ de alimentos. Também a venda de vales convertíveis em alimentos foi promovida junto dos clientes para apoiar estas e outras organizações, como a Filhos do Coração ou a Helpo. No total, foram angariados mais de 274.000 euros em vales convertidos em cerca de 188 toneladas de alimentos³⁹. O Pingo Doce suportou os custos de comunicação destas e de outras campanhas em loja, num montante superior a 33.000 euros.

Outras organizações tiveram também a oportunidade de promover os seus projectos sociais junto dos nossos clientes, sensibilizando-os para as causas que defendem: as Aldeias SOS Portugal, a Casa de Protecção e Amparo de Santo António, a Raríssimas e as Irmãs das Pobres.

Destacam-se, ainda, as seguintes iniciativas dinamizadas pelo Pingo Doce junto dos seus clientes:

- Super Animais 3: em parceria com o Dino Parque da Lourinhã, uma das vilas portuguesas mais conhecidas pelas pegadas e fósseis de animais pré-históricos no país, a campanha teve como objectivo sensibilizar os públicos mais jovens e suas famílias para o conhecimento das diversas espécies de animais pré-históricos. Por cada “Grande Álbum do Explorador” vendido, o Pingo Doce ofereceu 0,20 euros para projectos de desenvolvimento e conservação do Património Paleontológico Português do Dino Parque. Com mais de 452.000 unidades vendidas, foram entregues mais de 93.000 euros ao fundo que gere as actividades do Parque;
- Super Desportos: foi desenvolvida uma nova campanha, desta vez no âmbito da promoção de modalidades desportivas e da inclusão social pelo desporto, contando com a colaboração do Instituto Português do Desporto e da Juventude para conteúdos pedagógicos. Por cada álbum vendido, 0,20 euros reverteram a favor do projecto “Desporto com Sentido”, da Associação de Paralisia Cerebral de Almada Seixal (APCAS), que visa a inclusão de crianças e jovens com deficiência através da prática desportiva e da promoção de hábitos de vida saudáveis. Foram doados mais de 71.000 euros a esta instituição.

Com o objectivo de fomentar o empreendedorismo social e a sustentabilidade financeira das instituições do terceiro sector, o Pingo Doce promoveu a comercialização de bens alimentares produzidos por instituições que se dedicam ao combate da exclusão social na sociedade portuguesa:

- Mercado Social: sob o lema “Ser Solidário tem Outro Sabor”, os nossos clientes puderam conhecer e comprar os produtos da Casa de Santo António e da Mercearia Semear no Pingo Doce de Telheiras, em Lisboa. As vendas resultantes desta iniciativa ascenderam a mais de 4.600 euros, que reverteram na totalidade para ambas as instituições;
- Projecto Semear: a colaboração de Jerónimo Martins com a instituição Semear foi iniciada em 2014 com o objectivo de apoiar pessoas dos 18 aos 45 anos com dificuldade intelectual e do desenvolvimento, através de projectos que lhes permitam ultrapassar barreiras à sua inclusão socioprofissional, com especial enfoque no sector agroalimentar. Além do apoio técnico oferecido pelo Grupo e pelo fornecedor Estevão Luís Salvador, as lojas Pingo Doce comercializaram os produtos da Semear, procurando fomentar uma cultura de actividade de

³⁸ Estimativa da instituição.

³⁹ De acordo com a proxy avançada pelo Banco Alimentar Contra a Fome, em 2017, de 1,46 euros por quilograma recolhido.

negócio que contribua para a sustentabilidade financeira da instituição. Em 2018, venderam-se 7,5 toneladas de abóbora butternut (manteiga) produzidas pela Semear;

- Em parceria com o CEERDL - Centro de Educação Especial Rainha Dona Leonor, uma instituição que presta serviços de ocupação, reabilitação terapêutica, apoio residencial e domiciliário, formação profissional e apoio ao emprego de pessoas com deficiência e com doença mental, vendemos, desde 2012, ramos de lírios. Em 2018, as flores totalizaram mais de 107.000 euros em vendas;
- Mantivemos o apoio, iniciado em 2013, ao projecto “Cogumelo Solidário”, da AANP - Associação dos Albergues Nocturnos do Porto, para a venda de cogumelos shitake produzidos em modo biológico. Este projeto visa contribuir para a sustentabilidade financeira dos serviços prestados por esta entidade a pessoas em situação de sem-abrigo. Venderam-se, nas lojas Pingo Doce, mais de 4.100 packs de shitake em 2018.

Polónia

Em parceria com a Federação dos Bancos Alimentares Polacos e com a Caritas, as lojas serviram como plataforma de mobilização dos clientes para a recolha de alimentos para pessoas vulneráveis. Através de várias campanhas realizadas ao longo do ano, foi possível encaminhar mais de 1.000 toneladas de alimentos.

A Biedronka juntou-se, uma vez mais, à Fundacja DKMS – Baza Dawców Komórek Macierzystych Polska (Banco de Dadores de Medula Óssea da Polónia), com que coopera há quase 10 anos, para a sensibilização do público sobre a importância da doação de medula óssea no combate à leucemia e para o apoio a estes doentes. Para o efeito, foi desenvolvida uma campanha de venda de jogos educativos que promovem estilos de vida saudáveis, tendo a Biedronka atribuído parte das vendas obtidas à manutenção do portal digital de novos dadores.

Colômbia

Na Colômbia, a Ara manteve o programa de recolha de alimentos oferecidos pelos clientes através do arredondamento voluntário do valor das compras. O valor doado foi entregue, mensalmente, à Fundación Aldeas Infantiles SOS Colombia para os programas *Acogimiento Familias* e *Fortalecimiento Familiar*, em nove municípios.

Em 2018, foram reunidos cerca de 113.000 euros, um aumento de 31% face a 2017 devido à expansão das lojas Ara, permitindo que os programas das áreas da educação (oferta de materiais didáticos, programas desportivos e culturais), saúde (programas de apoio médico), alimentação e alojamento chegassem a 2.410 crianças e jovens de entre 1.311 famílias de acolhimento naqueles municípios.

7.6. Outros Apoios

Porque uma abordagem eficaz aos principais desafios da sociedade exige que os diferentes agentes trabalhem em conjunto, estabelecemos parcerias com várias instituições no sentido de identificar e concretizar oportunidades de aprofundamento da coesão social nos países onde desenvolvemos negócios.

Promoção da Alimentação e do Desenvolvimento Sustentável

A Biedronka manteve o seu apoio ao programa [Zielona Kraina](#) (Terra Verde) em colaboração com a Green Factory, um parceiro de longa-data que fornece produtos de 4.ª gama, e que conta com a participação do Instytut Żywności i Żywienia (Instituto de Alimentação e Nutrição Polaco).

Num alinhamento com os programas escolares e padrões alimentares recomendados por especialistas, esta iniciativa pretende educar as crianças sobre hábitos de alimentação saudáveis,

tendo criado um ciclo de workshops gratuitos (que incluem a preparação de refeições, jogos e palestras), envolvendo nutricionistas e cozinheiros, e destinados a alunos do 4.º ano de escolaridade e aos seus professores. Mais de 8.300 alunos e professores participaram em 402 acções deste programa, que se desenrolou em 143 escolas de 14 cidades polacas no ano lectivo 2017/2018.

No mesmo âmbito, a Biedronka faz parte - com a Danone, a Lubella e o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança) - da Partnerstwo dla Zdrowia (Parceria para a Saúde) para o combate à malnutrição das crianças através, por um lado, da facilitação do acesso a produtos com perfis nutricionais adequados e, por outro, da sensibilização para a alimentação saudável. Os dois projectos que apoia são:

- o programa [Śniadanie Daje Moc](#) (O Pequeno-Almoço Dá Força), que procura, nas escolas aderentes, sensibilizar, de forma lúdica, as crianças até aos três anos de idade, os seus pais e os professores, para a importância da primeira refeição do dia no contexto de uma nutrição equilibrada e de um crescimento saudável. O ano lectivo 2017/2018 contou com a adesão de 8.318 escolas primárias polacas (um aumento de 6,3% face ao ano lectivo anterior), representando mais de metade das escolas do país e envolvendo mais de 275.000 alunos, um aumento superior a 80.000 crianças. No ano lectivo 2018/2019, e até Dezembro, cerca de 344.000 alunos e 8.711 escolas participaram nesta iniciativa (um aumento de 25% e de 5%, respectivamente);
- os produtos sociais da gama [Mleczny Start](#) (Milk Start), vendidos exclusivamente na Biedronka, foram criados com o propósito de oferecer, a preços reduzidos, soluções alimentares que providenciem até 25% das necessidades diárias de vitaminas e minerais recomendadas para o saudável crescimento das crianças. Sem qualquer lucro associado, em 2018 vendeu-se uma média mensal de 522 mil unidades, totalizando, em mais de uma década, um número superior a 200 milhões de unidades vendidas.

Em Portugal, colaborámos no programa [Alimentação Saudável e Sustentável](#) das Eco-Escolas, promovido pela ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa, visando sensibilizar os alunos das escolas participantes para temas como a alimentação, a nutrição e a sustentabilidade da produção agro-alimentar.

No âmbito deste projecto, que abrangeu directamente mais de 60 mil crianças de vários escalões académicos, desde creches e jardins de infância, a escolas básicas, secundárias e profissionais, os alunos submeteram a avaliação 190 trabalhos, mais 29% do que no ano lectivo 2016/2017. Os trabalhos apresentados respondiam a desafios como a criação de uma estória sobre alimentos biológicos, a monitorização de aspectos de nutrição e segurança alimentar nas cantinas, a criação de peças de comunicação sobre a composição dos alimentos e, finalmente, a confecção de ementas completas com ingredientes locais e sazonais.

O Grupo apoiou a aquisição de bens alimentares, as ofertas financeiras às equipas participantes e os prémios aos vencedores – máquinas fotográficas, discos externos para as escolas, kits artísticos e mesas de piquenique. Aos vencedores do desafio “Eco-Cozinheiros” foram oferecidos fornos solares.

Com o objectivo de promover a saúde pela alimentação e a adopção de estilos de vida saudável que combatam doenças como a obesidade, o Pingo Doce associou-se, uma vez mais, ao World Bike Tour, um evento que contou com cerca de 4.000 “cicloturistas”, na cidade de Lisboa. Além de bens alimentares providenciados aos ciclistas, o Pingo Doce ofereceu ainda 50 inscrições que incluíam a oferta de bicicletas personalizadas e acessórios, e outras 50 inscrições para participantes com bicicleta própria.

Em paralelo, ocorreu o Kids Bike Tour, dirigido a crianças de 10 e 11 anos de idade, ao qual o Grupo também se associou, oferecendo aos seus colaboradores 20 inscrições, que incluíam bicicletas personalizadas e kits de participação.

O valor investido pelo Pingo Doce nestas duas iniciativas ascendeu a mais de 55.000 euros.

Promoção da Inclusão Social e Cultural

A promoção e difusão da literatura infantil tem sido uma das nossas prioridades no âmbito da democratização do acesso aos livros como fonte de conhecimento, espírito crítico e criatividade por parte das gerações mais jovens.

A par da estratégia de comercialização de livros a preços acessíveis, o Pingo Doce e a Biedronka têm dinamizado concursos de literatura infantil que promovem o surgimento de novos autores de escrita e ilustração.

A 5.ª edição do Prémio de Literatura Infantil Pingo Doce e a 4.ª edição do Piórko, que premeiam os vencedores com um valor de 50.000 euros a dividir igualmente pelos autores do texto e da ilustração e com a oportunidade de publicação e venda das suas obras, resultaram em mais de 1.200 e 3.900 candidaturas, respectivamente. O valor acumulado dos prémios já atribuídos ascende aos 450.000 euros e o total de livros premiados vendidos em cada país ascende a mais de 87.000 e 130.000 unidades, respectivamente.

No caso da Polónia, este Prémio foi também acompanhado por campanhas de sensibilização para a importância da leitura:

- o “Departamento de Emergência da Literatura”, um programa desenvolvido em parceria com a [Fundacja Czas Dzieci](#) (Fundação Tempo das Crianças), fomentou a “prescrição” da leitura de um livro adequado à idade das crianças que visitassem uma das 48 lojas Biedronka envolvidas, em 14 cidades. Registou-se uma assistência de cerca de 500 crianças;
- o passatempo Szkolne Przygody Gangu Słodziaków (Aventuras Escolares do Gangu dos Peluches) destinou-se às escolas primárias de todo o país, num investimento de mais de 10.000 euros. Mais de 100.000 alunos de um número superior a 3.400 escolas envolveram-se no desafio de organizar as celebrações do Dia da Leitura e na criação de uma estória de aventuras que incluisse as personagens do Gangu dos Peluches. As escolas vencedoras receberam livros para as suas bibliotecas, sendo também oferecidos aos professores materiais de ensino para o estímulo da leitura, interpretação e capacidade crítica.

No âmbito da promoção da inclusão cultural e social, a Biedronka foi ainda parceira da Gutek Film, que gere o cinema de Muranow, para a visualização de 18 filmes a preços muito competitivos, por forma a abranger crianças e seniores com dificuldades económicas e com acesso reduzido a iniciativas culturais. As sessões de cinema registaram 1.280 participantes, com um valor investido de mais de 20.000 euros.

A Biedronka reforçou a sua parceria com a associação Nadzieja Na Mundial (Esperança para o Mundial), uma associação que pretende, através da socialização pelo desporto, apoiar o desenvolvimento de crianças provenientes de famílias com dificuldades económicas e que se encontram institucionalizadas, tornando-se este ano o seu principal patrocinador. Esta organização promove torneios de futebol com crianças e jovens da Polónia e do resto do mundo. O investimento de 150.000 euros permitiu suportar a logística das competições, os alimentos oferecidos durante os eventos às cerca de 400 crianças participantes e os prémios aos vencedores.

Ainda na Polónia, manteve-se a parceria, iniciada em 2015, com a Associação Polaca de Futebol para o projecto Akademia Młodych Orłów (Academia das Jovens Águias). Esta Academia tem como missão desenvolver e potenciar as capacidades desportivas das crianças entre os 6 e 11 anos de idade, de entre 28 escolas espalhadas pelo país, provenientes de famílias com poucos recursos. O apoio da Biedronka, no valor de mais de 200.000 euros, permitiu às mais de 2.700 crianças da época 2017/2018 a frequência nos treinos oferecidos.

Promoção do Conhecimento

Através de patrocínios corporativos, no valor de mais de 340.000 euros, apoiámos ainda outras causas e projectos sociais, culturais, ambientais e educativos, destacando-se:

- Sustainable Retail Summit, da iniciativa do The Consumer Goods Forum, que se realizou pela primeira vez em Portugal. Com a forte participação de representantes de Jerónimo Martins, foram debatidos temas como a importância dos oceanos e de uma correcta gestão do plástico no sector agroalimentar, a importância do cálculo da pegada de desperdício alimentar e da transparência na comunicação, a necessidade de investir em soluções alimentares mais saudáveis enquanto forma de combate às epidemias como a obesidade, e a relevância do combate ao trabalho forçado pela criação de oportunidades de emprego a migrantes nos países de acolhimento. 250 pessoas, de 24 nacionalidades, participaram nos dois dias desta conferência;
- Lisbon Summit, uma iniciativa da revista “The Economist”, que se debruçou sobre alguns dos desafios que se colocam a Portugal e ao mundo, tais como as disrupções tecnológicas e digitais e o financiamento com base nos valores da sustentabilidade e do empreendedorismo;
- Pelo quarto ano consecutivo, apoiámos a realização da conferência “O Que de Verdade Importa”, em Lisboa, uma iniciativa da fundação com o mesmo nome e que contou com cerca de 2.700 participantes. O objectivo destas conferências é o de difundir, junto de diversos públicos, valores humanos, éticos e morais universais. Para isso conta com oradores que, através das suas experiências de vida, motivam para a mudança social, cultural e humanista.

8. Ser um Empregador de Referência

8.1. As Nossas Pessoas

Somos mais de 108 mil pessoas que contribuem diariamente – com o seu trabalho, dedicação e competência – para o desenvolvimento sustentado dos negócios de Jerónimo Martins.

Apostamos no reforço de uma cultura sólida e coesa, que coloca os colaboradores em primeiro lugar, trabalhando para manter os seus níveis de compromisso, envolvimento e motivação, através do investimento em formação e na criação de oportunidades de desenvolvimento, e também da construção de programas e iniciativas de responsabilidade social interna que promovam a melhoria da sua qualidade de vida.

Valorizamos a diversidade de competências e perfis das nossas pessoas, e procuramos contribuir para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade.

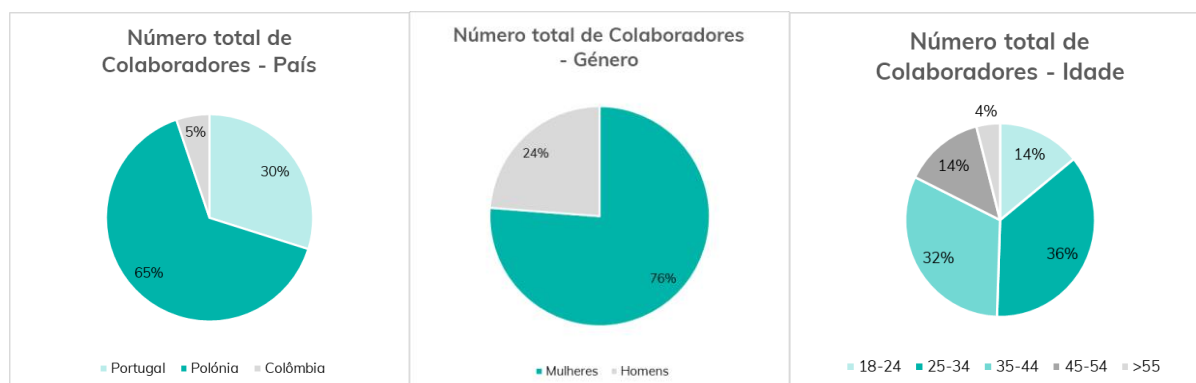
O nosso plano estratégico de Recursos Humanos, desenhado em alinhamento com o plano do negócio, reflecte este posicionamento e orienta-se aos desafios actuais e futuros da gestão de pessoas, inerentes a um mercado laboral em transformação.

No ano de 2018, criámos 4.357 postos de trabalho, um aumento líquido de 4,2% face ao ano anterior. Proporcionámos, ainda, 928 estágios em contexto real de trabalho nas diferentes Companhias do Grupo.

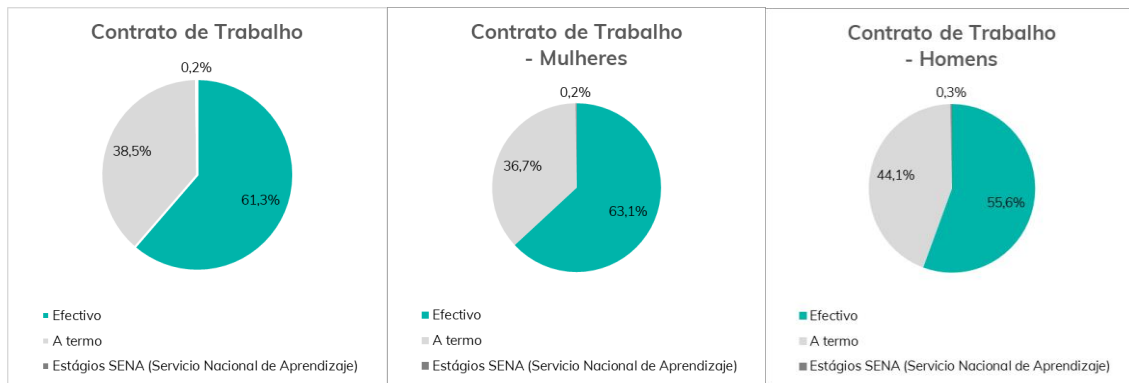
A nossa equipa, em 2018, apresentou a seguinte caracterização:

	2018		
	Género		Total
	Mulheres	Homens	
Número total de colaboradores	82.746	25.814	108.560
Portugal	21.602	10.824	32.426
Polónia	58.347	12.145	70.492
Colômbia	2.797	2.845	5.642

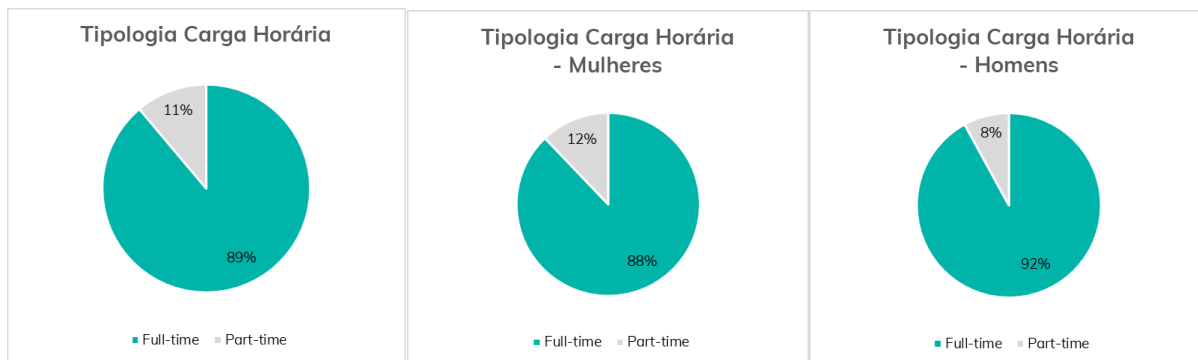
Contamos com mais de 80 mil mulheres no Grupo, que representam 76% da nossa população. 66% dos nossos cargos de *management* são também ocupados por mulheres.



Mais de 61% dos nossos colaboradores são efectivos.



Relativamente à tipologia de carga horária, 89% dos nossos colaboradores trabalham em regime de full-time.



Adicionalmente, a taxa de rotatividade do Grupo em 2018 foi de 31%.

8.2. Princípios e Valores

Os princípios e valores que definimos no Código de Conduta servem como bússola do padrão de comportamento que esperamos dos nossos colaboradores, independentemente do seu nível hierárquico, das funções que desempenham ou da Companhia a que pertencem. É este Código que, de forma transparente, rege as relações com os diferentes stakeholders – colaboradores, clientes, fornecedores, investidores, entre outros – por forma a garantir o desenvolvimento ético e socialmente responsável dos nossos negócios.

Neste contexto, apostamos na comunicação permanente do Código através dos meios de comunicação interna disponíveis. Os novos colaboradores recebem um exemplar do Código de Conduta e têm formação sobre o mesmo no âmbito do seu plano de integração nas Companhias do Grupo. Adicionalmente, existem outras acções de formação regulares que incluem o Código de Conduta no seu programa, designadamente as que se referem ao tema da legislação laboral.

A Comissão de Ética é o órgão responsável por acompanhar, com imparcialidade e independência, a divulgação e o cumprimento deste Código. Disponibiliza, por isso, um email de contacto para colocação de dúvidas ou comunicação de eventuais irregularidades, salvaguardando a confidencialidade dos contactos recebidos. Mais informação sobre o Código de Conduta e Comissão de Ética em www.jeronimomartins.com.

8.2.1. Respeito pelos Direitos Humanos e do Trabalhador

Respeitamos a legislação nacional e internacional dos países onde exercemos actividade, nomeadamente as orientações da Organização das Nações Unidas e da Organização Mundial do Trabalho. Procuramos, assim, actuar com base nos princípios de respeito e tratamento digno de cada indivíduo, quer nos processos de recrutamento e selecção quer ao nível do desenvolvimento profissional e avaliação de desempenho, proibindo qualquer prática, directa ou indirecta, de discriminação ou assédio, e fomentando uma cultura de justiça e meritocracia.

Salvaguardamos também a liberdade de associação, a actividade sindical e o direito à contratação colectiva, nos termos estabelecidos pela legislação aplicável em cada país onde estamos presentes e conforme estabelecido no Código de Conduta. No caso da contratação colectiva de trabalho negociada entre as partes, existente apenas em Portugal, esta abrange mais de 90% dos colaboradores.

De igual modo, prevenimos os riscos do trabalho infantil e do trabalho forçado. Também os direitos dos povos indígenas não estão, sob qualquer forma, colocados em risco pela actividade das nossas Companhias.

Com o objectivo de permitir um acesso mais simplificado à legislação aplicável neste âmbito, e quanto ao respeito pelos direitos humanos, foram criadas as Labour Fundamental Guidelines. Em alinhamento com a legislação e com o Código de Conduta, este documento destaca a valorização da diversidade, a prevenção do trabalho infantil e/ou forçado, o direito a uma remuneração justa, o direito a um ambiente seguro e saudável, o direito à privacidade e vida pessoal/familiar, e o direito ao descanso, entre outros.

8.3. Atracção, Desenvolvimento e Retenção de Talento

Procurando ser reconhecidos como Empregador de Referência nos países onde estamos presentes, mantivemos o alinhamento das práticas de recrutamento, apostando em programas de atracção de talento e na diversidade dos perfis dos candidatos.

O conhecimento de como somos percebidos, interna e externamente, enquanto empregadores e a identificação das características diferenciadoras de Jerónimo Martins e de cada Companhia, são aspectos fundamentais para a definição estratégica da nossa atuação em todo o percurso do ciclo de vida do colaborador no nosso Grupo.

8.3.1 Recrutamento

Mantivemos o foco na implementação de novas abordagens, ferramentas e processos que promovam sinergias e uma maior eficácia na identificação e atracção de capacidades e competências adequadas aos diferentes negócios. Neste contexto, criámos a Política Global de Recrutamento, que procede ao alinhamento dos processos aplicados nos diferentes níveis e etapas de recrutamento, reforçando, ainda, as práticas de diversidade, inclusão e não-discriminação em todas as Companhias.

Reforçámos os nossos canais de comunicação no que respeita ao recrutamento, investindo nos respectivos sites e consolidando a nossa presença nas redes sociais, designadamente no [LinkedIn](#). No final de 2018, contávamos com mais de 140.000 seguidores nesta rede social, onde reforçámos o investimento na showcase page [Young Talent](#) Jerónimo Martins, focada no público-alvo universitário, e que atingiu mais de 5.400 seguidores.

Durante o ano, foram realizados mais de 37.700 recrutamentos externos.

8.3.2. Programas de Talento Jovem

Com uma história de mais de 30 anos, o Management Trainee Programme foi redesenhado em 2018 com o objetivo de continuar a reforçar as competências no Grupo e, ao mesmo tempo, responder às ambições e exigentes expectativas das gerações mais jovens.

Este é o nosso principal programa de atração de talento jovem, que nos permite, através de uma combinação de aprendizagem e formação prática em contexto de trabalho, desenvolver futuros líderes. Em 2018, de um total de 9.575 candidatos, foram seleccionados 68 trainees, no conjunto dos três países.

O Summer Internship Programme, um programa de estágio de Verão, proporciona a aproximação dos estudantes ao mercado de trabalho e serve como identificação de potenciais candidatos para futuros programas de trainees. Em 2018, 50 alunos em Portugal e 20 alunos na Polónia trabalharam com as nossas equipas em projectos relevantes para o negócio. Também na Colômbia, através de um programa de estágios adaptado à realidade local, acolhemos 16 estagiários oriundos de áreas académicas distintas.

Desde 2015, temos vindo a investir no programa Campus Ambassador, através de uma lógica de parceria com estudantes universitários de diferentes perfis que, enquanto embaixadores do Grupo, transmitem os nossos valores e cultura, para além de promoverem os Programas de Talento Jovem nos respectivos Campus Universitários. No ano lectivo 2017/2018, contámos com 21 destes embaixadores em Portugal e 7 na Polónia.

Em Portugal, mantivemos ainda o apoio à Licenciatura e ao Mestrado em Gestão Comercial da ESTGA – Escola Superior de Tecnologia e Gestão Comercial de Águeda, no âmbito da parceria estabelecida com a Universidade de Aveiro. Contribuímos activamente para os conteúdos programáticos, envolvendo colaboradores especialistas em temas relevantes e aproximando o mundo académico do mundo empresarial através da realização de visitas, estágios e projectos que abrangeram 13 alunos do segundo ano da referida licenciatura.

Atribuímos também 19 Bolsas de Estudo, num valor de mais de 36.000 euros, a alunos – de entre o nosso universo de colaboradores e filhos de colaboradores - com interesse em frequentar o Mestrado em Gestão Comercial da ESTGA. Para o corrente ano lectivo de 2018/2019, voltámos a disponibilizar até 20 Bolsas de Estudo, correspondendo cada Bolsa ao pagamento do valor anual da propina.

De entre as nossas parcerias com o mundo universitário, destacamos a 4.ª edição do programa JM Academic Thesis, que contou com 18 teses de mestrado e doutoramento a serem desenvolvidas sobre temas identificados pelas nossas Companhias e áreas de negócio, mantendo-se uma estreita cooperação da Organização com o meio académico.

Nos termos da lei aplicável na Colômbia, o SENA – Servicio Nacional de Aprendizaje – estipulou uma quota de estágios destinada a promover o desenvolvimento de competências e oportunidades de emprego para estudantes. Em 2018, acolhemos 263 estagiários no âmbito deste programa.

8.3.3. Programas de Inclusão no Mercado de Trabalho

Conscientes da necessidade de promover a empregabilidade das pessoas em situação de especial vulnerabilidade no acesso ao mercado de trabalho, temos dado continuidade à nossa estratégia de inclusão social, assente em três eixos principais de actuação: inclusão de pessoas portadoras de deficiência, pessoas migrantes ou refugiadas e pessoas expostas a situação de risco social.

Em 2018, registámos 99 acolhimentos para formação prática em contexto de trabalho, alguns dos quais precederam contratação nas Companhias em Portugal.

Destacamos o Project Search, um programa de transição para a vida activa destinado a jovens adultos com necessidades educativas especiais, desenvolvido em parceria com a Cooperativa Focus e cuja finalidade é facilitar a aprendizagem de competências em contexto real de trabalho. Este programa decorreu na loja Recheio de Braga, com o acolhimento de 10 estagiários, durante 10 meses, dos quais sete foram contratados pelo Grupo.

Mantivemos também o acolhimento de migrantes e refugiados, avançando, sempre que possível, para a contratação imediata nas Companhias do Grupo. Em 2018, foram contratadas 71 pessoas.

Destacamos, ainda, outros programas de apoio à empregabilidade de mulheres: parceria com a FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento – e a Embaixada dos Estados Unidos da América para o apoio e capacitação de mulheres empreendedoras, e a colaboração com a Fundação Girl Move, através da qual o Grupo acolheu jovens moçambicanas licenciadas para um estágio nas áreas de Qualidade e Segurança Alimentar, Marketing e Comercial.

Na Polónia, focámo-nos na inclusão de colaboradores provenientes de países do leste da Europa, nomeadamente da Ucrânia. Para a sua melhor integração, a Biedronka tem investido na criação de condições de vida e legalização destes colaboradores. Também os materiais de comunicação interna foram adaptados de modo a que estes colaboradores estrangeiros sejam facilmente integrados na cultura e funcionamento da Companhia.

8.3.4. Mobilidade Interna

O conhecimento do talento interno é fundamental para o desenvolvimento sustentado das nossas pessoas e negócios e representa um eixo importante na atracção e retenção de colaboradores. Neste sentido, lançámos uma abordagem global, envolvendo os stakeholders mais relevantes, através da qual foram identificadas as principais necessidades de desenvolvimento profissional, em alinhamento com a estratégia de negócio.

A mobilidade interna manteve-se como uma aposta estratégica, constituindo uma das mais importantes ferramentas de desenvolvimento, partilha e transmissão de conhecimento, não só pela sua abrangência, como também pelo impacto positivo nas carreiras e na motivação das nossas pessoas.

A mobilidade é trabalhada sob três formas distintas:

- mobilidade de carreiras, que acontece por via de mobilidade vertical (promoção) ou horizontal (diversificação), visando valorizar as pessoas e as respectivas experiências profissionais;
- recrutamento interno, em que os colaboradores se candidatam para vagas internas e que tem constituído uma fonte de talento interno para os vários desafios do Grupo;
- mobilidade internacional, enquanto resposta às necessidades e à estratégia de negócio num contexto de expansão e enquanto ferramenta de desenvolvimento de competências dos nossos colaboradores.

O forte investimento no desenvolvimento das nossas pessoas e na possibilidade de crescimento profissional está reflectido nos seguintes números relativos ao ano de 2018: 54.651 colaboradores mudaram de função, local de trabalho ou trocaram de empresa dentro do Grupo, 11.946 foram promovidos, num aumento de 38% face a 2017, encontrando-se 55 colaboradores em situação de mobilidade internacional.

8.3.5. Formação

A formação é uma importante ferramenta para o desenvolvimento das nossas pessoas e para o crescimento do negócio, pelo que o Grupo proporcionou mais de 4,5 milhões de horas de formação aos seus colaboradores, correspondendo a uma média de 42 horas por colaborador.

	Volume de Formação*			Horas de formação por colaborador			N.º total de acções de formação		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Grupo	3.954.810	4.630.703	4.537.030	41	44	42	67.063	63.478	66.311
Portugal	1.253.901	1.284.913	1.545.408	41	41	48	44.459	38.589	41.668
Polónia	2.201.766	2.742.952	2.463.308	35	40	35	22.079	23.990	23.023
Colômbia	499.143	602.839	528.315	162	135	94	525	899	1.620

*Volume de formação = n.º de horas realizadas x n.º de participantes em formação

Após o investimento extraordinário em formação realizado na Polónia em 2017, mantivemos o volume de formação adequado às necessidades dos nossos negócios.

Grupo

Uma abordagem mais global no que diz respeito ao desenvolvimento das competências de liderança dos nossos colaboradores constitui uma prioridade estratégica para o nosso Grupo. Como tal, foi estabelecida uma parceria com o Center for Creative Leadership, uma instituição de ensino de referência, visando a implementação de programas de desenvolvimento de liderança para todos os níveis do nosso pipeline de managers, os quais utilizaram metodologias transversais, como avaliação 360º, sessões de coaching para customização e aceleração dos processos de aprendizagem, grupos de formação peer-to-peer e sessões de formação em aula.

A 6.ª edição do Strategic Management Programme entre a Universidade Católica Portuguesa e a Kellogg School of Management, em Chicago, contou com 37 participantes, que tiveram a oportunidade de conhecer conceitos inovadores de gestão, bem como tendências globais, contribuindo ainda para fomentar a partilha de conhecimento e o espírito de equipa, e consolidar a cultura organizacional.

Portugal

Criada em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, a 5.ª edição do Programa Geral de Gestão no Retalho contou com a participação de 31 colaboradores, que consolidaram competências de gestão e obtiveram uma visão mais ampla do negócio através do desenvolvimento de projectos para responder a desafios específicos.

Em Portugal, tiveram lugar a 1.ª edição da Academia de Novos Districts e os Programas Gerais de Gestão de Secção e de Loja desenvolvidos para as Companhias Recheio e Pingo Doce, abrangendo cerca de 250 colaboradores.

Adicionalmente, foram desenvolvidos, directamente através da Escola de Formação e em parceria com a Marinha Portuguesa, os programas de formação inicial e de especialização nas áreas de Padaria, Charcutaria & Take Away do Pingo Doce, que tiveram lugar na Escola de Tecnologias Navais do Alfeite.

Sendo os Percíveis uma área estratégica, contamos com uma equipa de 42 formadores que garantem a formação na Companhia Pingo Doce, 6 Supervisores na Companhia Recheio e 5 Supervisores Lidosol. Em 2018, acompanharam um total de 15.396 colaboradores em mais de 680.000 horas de formação prática em contexto de trabalho.

Foi ainda criado, em conjunto com a Marinha Portuguesa – Escola de Fuzileiros, o Programa Formativo de Liderança Funcional, dirigido a gerentes de loja e no qual participaram 200 colaboradores.

Com o objectivo de desenvolver as competências digitais dos nossos managers, lançámos a 2.ª edição do programa “Digital Executive Education Programme”, em parceria com a Universidade Nova de Lisboa.

Polónia

Mantivemos o foco na formação em Perecíveis, especialmente nas categorias de Fruta e Vegetais, Flores, Padaria, Talho e Peixaria.

À semelhança de anos anteriores, a Biedronkova Akademia Zarzqdzani (Academia de Gestão da Biedronka) continuou os seus programas de formação para gerentes e gerentes-adjuntos de loja, procurando desenvolver competências de liderança, de gestão de equipas e de orientação para o cumprimento de objectivos, tendo participado mais de 2.200 colaboradores.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento de managers e senior managers nas áreas de Liderança, Gestão, Finanças, Logística e Marketing, foi implementada, em parceria com a Universidade Kozminski, a 4.ª edição do Programa Geral de Gestão, na qual participaram 25 colaboradores.

Através da Biedronka Virtual School, mais de 3.586 colaboradores tiveram acesso a soluções de formação online.

A Hebe lançou o novo programa de desenvolvimento HebePRO, concebido para gerentes de loja com potencial de crescimento na Organização. Este inclui conteúdos de liderança e formatos de partilha de conhecimento com outros colaboradores de diferentes áreas funcionais.

Colômbia

Reforçámos a nossa Escola de Retalho através da implementação da 1.ª edição do Programa Geral de Gestão para managers e senior managers, em parceria com a EDIME, Unidad de Gerencia Media – INALDE Business School, uma das escolas de gestão de referência neste país.

Adicionalmente, em parceria com o CESA – Colégio de Estudios Superiores de Administración, foram implementadas as 2.ª e 3.ª edições do Programa de Introdução ao Retalho para non-managers. Estas acções abrangeram um total de 98 colaboradores de diferentes áreas e regiões.

8.4. Remuneração

Somos um Grupo internacional, orientado para a obtenção de resultados e com uma vocação para o crescimento sustentado por uma relação de confiança e de compromisso com todos os nossos colaboradores.

Conscientes de que a estratégia retributiva é determinante para a atracção, motivação e retenção do nosso talento, procuramos adoptar políticas equilibradas e competitivas que reforcem os nossos valores e promovam uma cultura de meritocracia, reconhecendo o desempenho individual e colectivo.

Valorizamos a dedicação das nossas pessoas, partilhando os resultados globais alcançados, para que todos se sintam parte de um objectivo comum.

A remuneração variável é um pilar crucial na política retributiva do Grupo, sendo o elemento que promove o alinhamento entre a contribuição individual e os objectivos de negócio. No ano de 2018, reforçámos o papel das remunerações variáveis na estratégia retributiva das Companhias, ajustando os modelos de prémios aos desafios e contextos de mercado. O montante total de prémios pagos ascendeu a 110 milhões de euros.

Promovemos a igualdade de oportunidades e a equidade na forma como remuneramos as nossas pessoas. Em 2018, quando analisamos a disparidade salarial entre géneros, num Grupo com mais de 100.000 pessoas das quais 76% são mulheres, registamos um rácio de 91%⁴⁰. Continuaremos, por isso, a desenvolver políticas que garantam e promovam a não-discriminação e a igualdade de género, bem como de raça, etnia, condição social ou qualquer outro critério.

8.5. Engagement dos Colaboradores

8.5.1. Responsabilidade Social Interna

Mantivemos a nossa contribuição para a melhoria contínua da qualidade de vida dos colaboradores, bem como das suas famílias. Assentes em três pilares estratégicos – Saúde, Educação e Bem-Estar Familiar –, os vários programas implementados em Portugal e na Polónia representaram um investimento total superior a 19,5 milhões de euros. Na Polónia, 99% do valor investido nestes programas é suportado pelo Fundo Social, previsto na lei local.

Todas as iniciativas e programas desenvolvidos pela Responsabilidade Social Interna (RSI) são comunicadas aos colaboradores através de múltiplos canais, nomeadamente sites internos.

Saúde

A Saúde foi uma das áreas com maior investimento – que ascendeu aos 1,8 milhões de euros – através da aposta na promoção de estilos de vida saudáveis e em iniciativas vocacionadas para a prevenção da saúde, em linha com as directrizes da Organização Mundial de Saúde.

Portugal

Destacamos o lançamento da 4.ª edição do programa SOS Dentista, que apoia colaboradores que necessitem de tratamentos dentários. 479 colaboradores terminaram os seus tratamentos, levando a que, desde o seu início, este programa tenha abrangido 3.345 colaboradores. Também o programa SOS Dentista Júnior, dirigido a filhos de colaboradores, permitiu que 107 crianças concluíssem os seus tratamentos.

No âmbito do programa Mais Vida, apoiamos os colaboradores e familiares directos (cônjuges e filhos) com doença oncológica através de diferentes valências, como consulta de segunda opinião, transporte para tratamentos e apoio domiciliário e psicológico. Este programa, desenvolvido em parceria com a Fundação Champalimaud e a Cruz Vermelha Portuguesa, apoiou 45 famílias em 2018.

O protocolo Lusíadas Saúde permite, aos nossos colaboradores e familiares directos (cônjuges e filhos), o acesso a descontos em consultas de especialidade e a exames auxiliares de diagnóstico. Em 2019, este protocolo será alargado a pais de colaboradores e colaboradores após reforma.

Polónia

O programa Razem Zadbajmy o Zdrowie (Vamos Cuidar da Saúde Juntos) permite a possibilidade de check-ups e rastreios gratuitos, actividades desportivas, entre outros. Associado à celebração dos 100 anos de reconquista da independência da Polónia, foi feita uma edição especial do Wyzwanie Sportowe Biedronki (Desafio de Corrida e Bicicleta Biedronka). No total, 3.143 colaboradores beneficiaram destes dois programas.

⁴⁰ Este indicador afere a diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores em Jerónimo Martins, tendo por base realidades comparáveis. Expressa-se considerando o salário médio das mulheres como uma percentagem do salário médio dos homens, sendo 100% o rácio salarial que representa a total equidade entre géneros.

O programa Mali Bohaterowie (Pequenos Heróis) tem como objectivo apoiar colaboradores cujos filhos sofram de problemas graves de saúde ou sejam portadores de deficiência, disponibilizando ajuda financeira para a aquisição de medicamentos, serviços médicos, produtos para cuidados pessoais e equipamentos de reabilitação ou, ainda, para a participação em centros de reabilitação. 228 crianças foram apoiadas no âmbito deste programa.

Para além do apoio a actividades desportivas, os colaboradores têm acesso a mais de 4.000 ginásios e instalações desportivas em todo o país, através do Karta Multisport (Cartão Multidesporto). Mais de 9.800 colaboradores beneficiaram deste cartão.

Educação

A Educação é fundamental na promoção, a longo prazo, da qualidade de vida dos nossos colaboradores e suas famílias sendo, por isso, uma área de actuação basilar na estratégia de RSI do Grupo, que se reflectiu num investimento superior a 1,5 milhões de euros.

Portugal

O programa Bolsas de Estudo prevê a atribuição de bolsas anuais destinadas a colaboradores ou aos seus filhos que pretendem prosseguir os estudos e que não obtiveram apoio estatal. Em 2018, atribuímos 103 bolsas.

O programa Regresso às Aulas reúne um conjunto de medidas de apoio às nossas famílias, destacando-se o kit escolar, oferecido a 794 crianças que entraram para o primeiro ciclo, assim como os descontos e condições especiais de pagamento de manuais e material escolar. Os manuais são atribuídos gratuitamente às famílias numerosas com baixos rendimentos.

O aproveitamento qualitativo do período de férias escolares constitui uma preocupação para os nossos colaboradores que são pais. Neste contexto, há quase uma década que o Grupo desenvolve Campos de Férias para crianças dos 6 aos 17 anos, adequados às diferentes faixas etárias, promovendo actividades relacionadas com desporto, educação, arte ou cultura, em regimes residencial e não-residencial. Destacamos a iniciativa “Aventura em Inglaterra” que, além de um curso leccionado por professores nativos, inclui visitas turísticas e culturais. Em 2018, mais de 1.600 crianças participaram nestes campos de férias.

Polónia

Foi dada continuidade ao programa Do Szkoły z Biedronką/Hebe (Regresso às Aulas com a Biedronka/Hebe), através do qual é prestado apoio financeiro a colaboradores com filhos em idade escolar e rendimentos baixos. Em 2018, oferecemos kits escolares às 3.034 crianças que iniciaram o seu percurso escolar e disponibilizámos mais de 134.000 euros em cartões pré-pagos, apoiando um total de 7.529 crianças.

O programa Wakacje z Biedronką/Hebe (Férias com a Biedronka/Hebe) inclui várias actividades e procura desenvolver a criatividade e alargar os interesses de crianças entre os 8 e os 13 anos. Para os filhos dos nossos colaboradores que tenham entre 14 e 17 anos, desenvolvemos o programa Hello Biedronka/Hebe (Olá Biedronka/Hebe), durante o qual os participantes frequentam um curso de inglês com professores nativos. Mais de 1.260 crianças usufruíram dos nossos Campos de Férias na Polónia.

Bem-Estar Familiar

Porque consideramos fundamental a criação de programas que melhorem a qualidade de vida e bem-estar familiar dos colaboradores, investimos mais de 16,2 milhões de euros neste terceiro pilar estratégico.

Em Portugal e na Polónia, são desenvolvidas iniciativas que celebram momentos importantes das vidas dos colaboradores e suas famílias: Dia da Criança e o Natal. No total, foram distribuídos 129.549 presentes pelos filhos dos nossos colaboradores.

Também o Kit Bebê é atribuído aos colaboradores que são pais, tratando-se de uma oferta que procura atenuar as despesas dos primeiros meses de vida dos seus filhos. Em 2018, 4.436 famílias receberam um kit.

Portugal

Criado em 2011, o Fundo de Emergência Social visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e familiares que se encontrem em contextos de vulnerabilidade e risco social. Este trabalho é desenvolvido por uma equipa de seis assistentes sociais que fazem um diagnóstico da situação familiar, económica, social, profissional e educacional dos colaboradores apoiados, com vista à elaboração de planos de intervenção integrados e estruturais.

Os apoios são dados – de forma isolada ou integrada – em cinco áreas: alimentação, saúde, educação, aconselhamento jurídico e orientação financeira. A respectiva intervenção concretiza-se através de medidas internas do Fundo de Emergência Social ou de encaminhamento e articulação para entidades da comunidade. Em 2018, demos apoio a 726 colaboradores, num investimento de mais de 640.000 euros.

Reflexo da nossa preocupação pela promoção de estilos de vida saudáveis, no âmbito da iniciativa Dia da Criança, todos os 13.771 brinquedos entregues aos filhos dos nossos colaboradores tiveram como objetivo incentivar a prática de exercício físico.

Polónia

Através do programa Możesz Liczyć na Biedronka (Podes Contar com a Biedronka), apoiamos colaboradores que se encontrem em dificuldades financeiras ou que tenham sido afectados por desastres naturais, como incêndios e inundações. Este ano, apoiámos mais de 9.000 colaboradores sob a forma de subsídios financeiros e empréstimos sem juros para fins de habitação.

Com a preocupação de acautelar problemas financeiros resultantes da transição para a reforma, apresentámos aos nossos colaboradores o programa Biedronka dla Seniora (Séniore Biedronka) que consiste na atribuição de apoio monetário, através de um cartão pré-pago, que beneficiou 44 pensionistas.

8.5.2. Comunicação Interna

A comunicação clara e adaptada aos diferentes públicos-alvo constitui um instrumento valioso no alinhamento da cultura organizacional, princípios e valores, estando presente em cada etapa do ciclo de vida do colaborador.

A contínua aposta na estratégia multicanal, através da criação de conteúdos mais inclusivos para todas as Companhias, países e formatos de negócio, tem permitido chegar a um número crescente de colaboradores, independentemente do seu local de trabalho ou da sua função, garantindo o acesso a informação e o envolvimento relativamente aos desafios e estratégia do Grupo.

Num contexto cada vez mais global, a adopção de novas tecnologias é fundamental para a simplificação e agilização de processos, assim como para a aproximação entre colaboradores geograficamente afastados. Como tal, no âmbito do projecto Workplace Going Digital, foram criadas condições para que os colaboradores trabalhem de forma cada vez mais colaborativa.

Em Portugal, destacamos o lançamento do site Por Nós, disponível para todos os colaboradores e totalmente dedicado às acções desenvolvidas pela área de Responsabilidade Social Interna. A revista “A Nossa Gente” foi eleita a “Melhor Revista de Comunicação Interna” de 2018 pela publicação “Meios & Publicidade”.

8.5.3. Serviços de Atendimento ao Colaborador

O Serviço de Atendimento ao Colaborador, presente nos três países, permite a todos os colaboradores o esclarecimento de questões laborais ou pedidos de apoio social, beneficiando os seus utilizadores das garantias de confidencialidade, independência e imparcialidade.

O ano de 2018 marca o arranque deste serviço na Colômbia e a criação da Política Global de Funcionamento dos Serviços de Atendimento ao Colaborador, por forma a harmonizar práticas e procedimentos. Registámos os seguintes contactos:

	Serviço de Atendimento aos Colaboradores	
	N.º de Contactos / Procedimentos Iniciados	% de Procedimentos Concluídos
Portugal	21.490	99%
Polónia	4.479*	94%
Colômbia	8.637	94%

*Não inclui contactos relativos a payroll/questões administrativas e pedidos de apoio ao Fundo Social.

Na Polónia, destacamos a Comissão para o Combate ao Mobbing e Assédio Sexual, destinada à resolução de queixas desta natureza.

Também na Colômbia, de acordo com a legislação aplicável, o Comité de Convivência Laboral, destina-se à recepção e resolução de queixas de colaboradores, incluindo situações de eventual discriminação.

8.5.4. Estudos de Clima Organizacional

Com o objectivo de promover o envolvimento, compromisso e motivação dos nossos colaboradores, formalizámos uma estratégia de auscultação, alinhando processos em todas as Companhias. O Grupo definiu a sua Política de Auscultação, assente num ciclo bi-anual.

No primeiro ano, aplicamos o Global Survey, destinado a todos os colaboradores das Companhias, e, no segundo, o *Pulse Survey*, aplicado localmente pelas Companhias a uma amostra de colaboradores, para a avaliação de temas específicos.

Foi incluído, uma vez mais, um objectivo de engagement no ciclo de avaliação de desempenho dos managers, o que reflecte a importância desta temática na estratégia de recursos humanos do Grupo.

8.6. Segurança e Saúde no Trabalho

Disponibilizamos infraestruturas e equipamentos seguros, implementando procedimentos que reforçam a segurança dos nossos colaboradores. Dinamizamos igualmente campanhas de segurança alicerçadas na promoção da prevenção de comportamentos associados a riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Portugal

Procedemos à segmentação das áreas de Segurança no Trabalho e de Gestão da Prevenção, conferindo-lhes um acompanhamento mais efectivo das operações. A nova área de Gestão da Prevenção assume a missão de procurar as melhores soluções de segurança e, em articulação com a Direcção Técnica e outras áreas funcionais, participa na fase de projecção de novas infraestruturas, nas remodelações das existentes e na melhoria de condições dos postos de trabalho.

Considerando que a maioria dos acidentes de trabalho ocorre devido a comportamentos inseguros, desenvolvemos iniciativas de prevenção e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de alterar comportamentos, destacando-se o “Encontro de Segurança”, com a participação dos Delegados de Segurança.

Foi implementado o programa de Prevenção do Consumo de Álcool e Drogas em diversos locais de trabalho, com os objetivos de aumentar os níveis de segurança dos colaboradores e de terceiros, de promover hábitos de vida saudáveis e de ajudar os colaboradores em situação de doença.

Em Portugal, foram auscultados todos os colaboradores no que concerne a condições de Segurança e Saúde no Trabalho a fim de obter a sua participação na promoção de um ambiente de trabalho mais seguro.

No âmbito da vigilância da saúde dos colaboradores do Grupo, foram realizados 1.131 rastreios visuais e 1.129 auditivos.

Polónia

Reduzimos a frequência de acidentes de trabalho, no seguimento da implementação de programas dedicados à prevenção das causas mais comuns – Areas of Particular Hazard –, tais como movimentação dentro de loja, operacionalização de carros de transporte, manipulação de fornos e de objectos cortantes.

Foi desenvolvido o Biedronkowa Akademia Zdrowia (Academia de Saúde Biedronka), um programa de prevenção de doenças do trabalho, destinado a colaboradores dos CD e Estruturas Centrais. Periodicamente, 34 fisioterapeutas deram formações de segurança e saúde no trabalho, ensinando como evitar problemas músculo-esqueléticos. Nos CD, são conduzidos exercícios de ginástica laboral antes do exercício das tarefas e, nos escritórios, os colaboradores podem receber massagens em salas totalmente equipadas para o efeito. Ainda neste âmbito, os colaboradores das Estruturas Centrais podem participar em sessões de coaching.

Desde 2016 que a Biedronka é a única insígnia de retalho na Polónia certificada segundo a norma OHSAS 18001 quanto ao Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, confirmando o compromisso com a segurança das nossas operações. Em 2018, voltámos a distinguir as lojas que neste país prestaram maior atenção aos temas relacionados com a cultura de segurança e o envolvimento dos colaboradores.

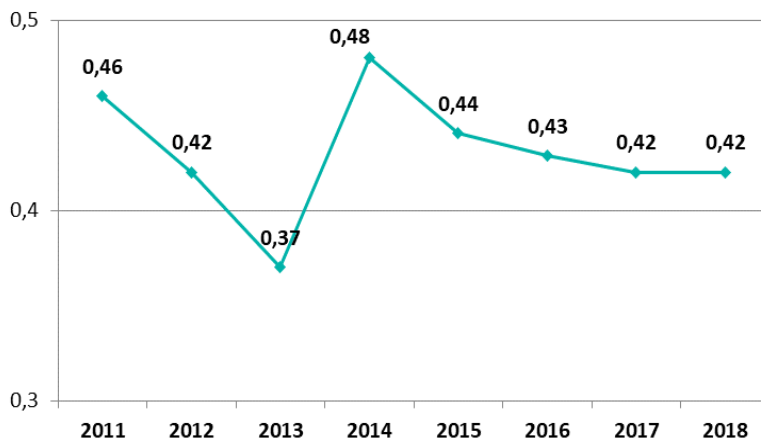
Colômbia

Reduzimos os indicadores de frequência de acidentes de trabalho devido à implementação de diferentes programas ao longo do ano, nomeadamente o Liga Segura Ara, que gerou uma maior consciencialização sobre a importância da adopção de comportamentos seguros nas operações.

Destaque para a formação dos colaboradores em temas relevantes de Segurança e Saúde, designadamente riscos mecânicos, trabalho em altura, procedimentos de operação segura, risco químico, gestão de emergências, entre outros. Foi ainda implementado um plano de intervenção direccionado para estilos de vida saudáveis, que incluiu actividades relacionadas com a prevenção e os cuidados de saúde. Realizou-se também a 2.ª edição do Dia da Saúde, que promoveu a vacinação contra a gripe e a doação de sangue.

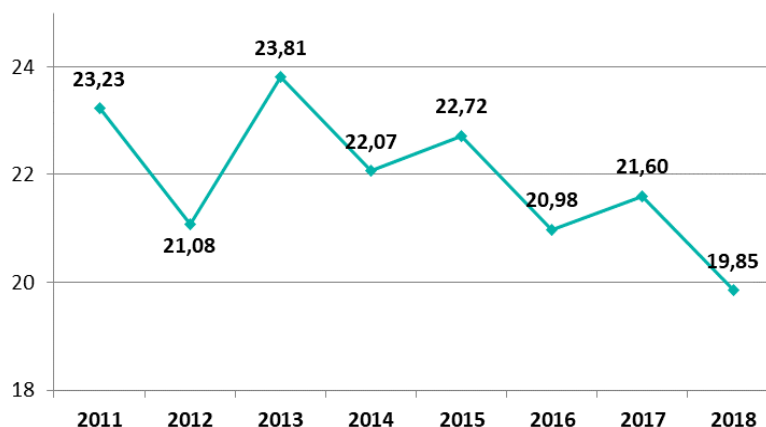
Indicadores Agregados de Segurança e Saúde

Índice de Gravidade



Índice de Gravidade = (Total de dias perdidos resultantes de acidentes que tenham ocorrido no local de trabalho com dias perdidos e aceites pela companhia de seguros / Total de Horas Trabalhadas) x 10³

Índice de Frequência



Índice de Frequência = (Nº Total de Acidentes que tenham ocorrido no local de trabalho com dias perdidos e aceites pela companhia de seguros + Nº de Mortes que tenham ocorrido no local de trabalho) / Total de Horas Trabalhadas x 10⁶

Âmbito	Horas de Formação	Simulacros	Auditorias
Portugal	14.910	244	719
Polónia	34.449	1.678	1.050
Colômbia	15.688	277	387

Adicionalmente, foram feitos 29.864 exames médicos em Portugal, 75.504 na Polónia e 6.061, na Colômbia.

9. Compromissos para 2018-2020

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso
Promover a Saúde pela Alimentação	<p>Prosseguir a melhoria do perfil nutricional dos produtos de Marca Própria, através da inovação e reformulação de produtos, e nas refeições de Meal Solutions.</p>	<p>Cumprido. Foram removidas das receitas dos produtos de Marca Própria nas três geografias, e de Meal Solutions em Portugal, o equivalente a 575 toneladas de gordura, 81 toneladas de gordura saturada, 8 toneladas de sal e 88 toneladas de açúcar.</p>
	<p>Continuar a desenvolver programas de promoção da Dieta Mediterrânica e hábitos nutricionais saudáveis com base em recomendações de especialistas locais e de sensibilização para a leitura de rótulos alimentares junto dos consumidores.</p>	<p>Cumprido. No Pingo Doce, mantivemos os princípios da Dieta Mediterrânica no desenvolvimento de produtos de Marca Própria e de refeições das Meal Solutions e como elemento diferenciador na comunicação com os nossos públicos. A revista bimestral "Sabe Bem", com uma tiragem média de 150 mil exemplares, manteve-se como um dos meios de comunicação preferenciais sobre esta dieta, através da publicação de receitas que incentivam também o reaproveitamento de alimentos e o combate ao desperdício alimentar. O website do Pingo Doce manteve-se como um suporte a esta prioridade, desempenhando um papel incentivador da adopção desta dieta. Na Polónia, desenvolveram-se folhetos comerciais e informativos tendo, na sua maioria, a colaboração de um especialista do Instituto de Alimentação e Nutrição Polaco e da Associação Polaca de Vegetarianos. Foram publicados 55 artigos em vários órgãos de comunicação social, descrevendo os perfis nutricionais e qualidade dos produtos Biedronka e os seus benefícios para a saúde. A estes, juntam-se ainda 38 artigos divulgados através de meios internos dirigidos a colaboradores.</p>
	<p>Aumentar em 5% ao ano, face a 2017, o número de referências da gama sem lactose e sem glúten, nos produtos de Marca Própria, em Portugal e na Polónia.</p>	<p>Parcialmente cumprido. Em Portugal, o aumento de referências sem lactose foi de 18% e sem glúten foi de 8%. Na Polónia, registaram-se respectivamente, uma diminuição de 57% e um aumento de 100%. Globalmente, as referências sem lactose diminuíram 4% enquanto que as sem glúten aumentaram 10%.</p>
	<p>Em Portugal e na Polónia, desenvolver soluções alimentares sem proteína animal destinadas a consumidores com necessidades/preferências alimentares específicas.</p>	<p>Cumprido. Foi reforçada a oferta de produtos para vegetarianos e vegans na Polónia, sendo lançadas 29 referências. Em Portugal, as bolachas de Aveia e as Aveia com Chocolate Negro da gama Go Bio são também indicadas para vegetarianos e vegans, apresentando a certificação V-Label.</p>
	<p>Em Portugal e na Polónia, garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior ao benchmark do mercado.</p>	<p>Parcialmente cumprido. Alguns dos produtos lançados na Polónia não puderam ser comparados devido ao facto de não existir um benchmark, como é o caso de: iogurte Miami com cálcio e vitamina D adicionados, sem corantes, sem xaropes de glucose/frutose e contendo apenas sabores naturais; cereais Miami Hopki Duo, cuja composição exclui o óleo de palma; três referências Go Bio de mousses de fruta para bebés a partir dos 6 meses de idade. Outros produtos detinham diferenças face ao benchmark, tais como os da gama Go Bio na Polónia – os sumos de fruta tinham fruta biológica como matéria-prima e sem adição de concentrados.</p>
	<p>Em todas as geografias, manter a execução de análises de produtos de Marca Própria</p>	<p>Cumprido. Realizámos 10.180 auditorias internas às infraestruturas do Grupo,</p>

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso
	quanto às suas matérias-primas em laboratórios externos, assegurando a autenticidade das mesmas e combatendo a fraude alimentar.	complementadas por 110.620 análises a superfícies de trabalho e a manipuladores, entre outros, e 50.300 análises a produtos.
	Em todos os países, garantir a utilização de rotulagem voluntária "Sem OGM" para todas as referências potencialmente contendo ingredientes geneticamente modificados.	Em progresso. 14% do total de referências de Marca Própria em Portugal, que potencialmente contivessem estes ingredientes, apresentavam voluntariamente este símbolo.
	Em todos os países, facilitar o consumo responsável por via da rotulagem voluntária nas dimensões nutricional e quanto a informação alcoólica.	Parcialmente cumprido. 100% das referências de bebidas alcoólicas de Marca Própria em Portugal apresentavam ícone calórico. A adopção de simbologia que desaconselha o consumo de bebidas alcoólicas por parte de grávidas abrangeu 47% das referências de Marca Própria em Portugal, um aumento de 150% face a 2017, e 15% das referências na Polónia. No caso da Polónia, destaque para a simbologia de condução responsável, que abrangeu 46% das referências.
	Em todos os países, facilitar junto dos consumidores a gestão das datas de validade dos produtos alimentares e combater o desperdício alimentar, através da adopção, sempre que possível face aos requisitos legais, de apenas uma data de validade presente nos rótulos de produtos.	Em progresso. Disponibilizamos informação no packaging sobre o tempo médio de consumo após abertura, auxiliando os consumidores na gestão dos seus produtos. São os casos de produtos mais perecíveis como as maioneses, leites e doces de fruta. A opção por "uma data apenas" encontra-se sob avaliação.
Respeitar o Ambiente	Reduzir a pegada de carbono do Grupo em 5% no triénio 2018-2020 (por 1.000 € de vendas), face a 2017.	Em progresso. Em 2018, a redução da pegada de carbono do Grupo (por 1.000 € de vendas) foi de 17,2%, face a 2017.
	Reduzir anualmente o consumo de água em 2% (por 1.000 € de vendas).	Não cumprido. O consumo de água, por 1.000 € de vendas, reduziu 1,2% em 2018, face a 2017.
	Reduzir anualmente o consumo de electricidade em 2% (por 1.000 € de vendas).	Não cumprido. O consumo de electricidade, por 1.000 € de vendas, reduziu 1,3% em 2018, face a 2017.
	Reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterro em 5 p.p. no triénio 2018-2020, face a 2017.	Em progresso. A taxa de valorização de resíduos aumentou em 0,3 p.p. em 2018, face a 2017.
	Concretizar, anualmente, pelo menos 20 projectos de ecodesign de embalagens em artigos de Marca Própria.	Cumprido. Em 2018 foram realizados 30 projectos de ecodesign de embalagens de Marca Própria.
	Reduzir o desperdício alimentar do Grupo em 10% no triénio 2018-2020, face a 2016.	Em progresso. Em 2018, o desperdício alimentar do Grupo aumentou 20,2%, face a 2016.
	Aumentar o número de locais com certificação ambiental (25 no mínimo).	Em progresso. O número de locais com certificação ambiental, em 2018, ficou em 19 locais com certificação ISO 14001.
Comprar com Responsabilidade	Garantir que 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais.	Em progresso. Em 2018, cerca de 90% dos produtos alimentares comercializados pelo Grupo foram adquiridos a fornecedores locais, contribuindo para o objectivo de manter este rácio acima dos 80%.
	Continuar a introduzir certificados de sustentabilidade (ex.: UTZ, Fairtrade, MSC, ASC, RSPO, EU Ecolabel, EU Organic Label, etc.) para pelo menos 10 produtos de Marca Própria e Perecíveis.	Em progresso. Em 2018 foram lançadas mais de 290 referências com certificados de sustentabilidade: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 132 referências com certificação biológica na Polónia (94) e em Portugal (38); ▪ 50 referências com certificação UTZ para o ingrediente cacau (Biedronka); ▪ 46 referências com certificação V-Label na Polónia (44) e em Portugal (2); ▪ 31 novos artigos de Marca Própria com

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso
		<p>certificação Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC) – relativa a embalagem primária utilizada nos produtos ou ao papel e madeira utilizado em artigos – em Portugal (25) e na Polónia (6);</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 18 referências de Marca Própria com certificação Forest Stewardship Council (FSC) – relativa a embalagem primária utilizada nos produtos ou ao papel e madeira utilizado em artigos – em Portugal (14), na Polónia (2) e na Colômbia (2); ▪ 11 novas referências com a certificação Marine Stewardship Council (MSC) (Biedronka); ▪ 4 referências de bebidas contendo chá com certificação Rainforest Alliance (Biedronka); ▪ 1 referência contendo cacau com certificação Fairtrade (Biedronka).
	<p>Contribuir para atingir o objectivo de Desflorestação Líquida Zero até 2020 tal como definido pelo The Consumer Goods Forum, nomeadamente através da gestão activa do óleo de palma, soja, carne bovina e madeira e papel.</p>	<p>Em progresso. A evolução do consumo destes ingredientes nos produtos de Marca Própria e Perecíveis, a sua origem e garantia de produção sustentável, bem como outras iniciativas do Grupo neste âmbito encontram-se descritas no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”, secção 6.4. “Compromisso: Promoção de Práticas Mais Sustentáveis de Produção”.</p>
	<p>Realizar, anualmente, pelo menos 50 auditorias ambientais a fornecedores de Marca Própria e Perecíveis.</p>	<p>Cumprido. Em 2018 foram realizadas 79 auditorias ambientais a fornecedores de Perecíveis e de Marcas Próprias em Portugal, um aumento de 30% face a 2017. O nível de desempenho ambiental dos fornecedores auditados em 2018 foi: 8% com classificação de “Excelente”, 10% “Bom”, 52% “Suficiente” e 30% “Inadequado”.</p>
	<p>Realizar, anualmente, pelo menos 40 auditorias ambientais a prestadores de serviços.</p>	<p>Cumprido. Em 2018 foram realizadas auditorias ambientais, 27 em Portugal e 26 na Polónia, a prestadores de serviços, um aumento de 20% face a 2017. O nível de desempenho ambiental dos prestadores de serviços auditados em 2018 foi: 28% com classificação de “Excelente”, 21% “Bom”, 43% “Suficiente” e 8% “Inadequado”.</p>
<p>Apoiar as Comunidades Envolventes</p>	<p>Monitorização e divulgação dos impactos sociais resultantes dos apoios oferecidos, de acordo com o modelo London Benchmarking Group (LBG).</p>	<p>Cumprido. A monitorização e divulgação dos impactos resultantes dos apoios oferecidos pelo Grupo, de acordo com este modelo, encontra-se publicada neste documento no Cap. V “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, secção 7. “Apoiar as Comunidades Envolventes”, subsecção 7.2. “Gestão da Política”, e no canal “Responsabilidade”, página “Apoiar as Comunidades Envolventes”, no website corporativo www.jeronimomartins.com.</p>
	<p>Em Portugal, iniciar pelo menos um projecto de investimento comunitário por ano, direccionado para crianças, jovens ou idosos provenientes de meios vulneráveis.</p>	<p>Não cumprido. Apesar de não ter iniciado nenhum projecto de investimento comunitário neste país, a iniciativa “Mercado Social” foi desenvolvida no sentido de dar oportunidade de contribuir para a sustentabilidade financeira de instituições sociais que gerem um negócio social. A Casa de Sto. António e a Mercearia Semear foram as instituições cujos produtos</p>

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso
		estiveram à venda no Pingo Doce, sem qualquer lucro para a insígnia.
	Na Polónia, reforçar o envolvimento em projectos de cariz social, focados nas crianças, jovens e idosos provenientes de meios vulneráveis.	Cumprido. Alguns exemplos incluem os programas Śniadanie Daje Moc (O Pequeno-Almoço Dá Força) e o Zielona Kraina (Terra Verde), ambos no âmbito da promoção da alimentação saudável; e o programa Pomagamy Na 100 (Ajudamos aos 100), uma iniciativa de assistência financeira pensada para a população sénior – em situações de grande vulnerabilidade – de pequenas cidades ou vilas nas zonas na envolveria das lojas.
	Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares directamente das lojas para organizações não-governamentais locais. Até 2020, abranger 1.500 lojas.	Em progresso. As lojas que detinham protocolo com instituições locais para o encaminhamento de géneros alimentares totalizavam 1.063.
	Lançar em parceria com a Caritas Polska, um programa de apoio a séniores vulneráveis, esperando-se impactar pelo menos 4.000 pessoas todos os anos.	Cumprido. O programa Pomagamy Na 100 (Ajudamos aos 100), abrangeu mais de 5.300 idosos vulneráveis, que tiveram acesso a cartões mensais Biedronka pré-pagos permitindo-lhes uma ajuda adicional ao seu orçamento. O investimento foi de 2,5 milhões de euros.
	Na Colômbia, manter o envolvimento em projectos sociais como as Aldeas Infantis SOS Colombia, e com a Abaco – Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia para a doação de géneros alimentares.	Cumprido. No âmbito do novo protocolo com o Instituto de Bienestar Familiar para o apoio às creches das Madres Comunitarias, apoiámos 9.458 crianças até aos cinco anos de idade provenientes de famílias e bairros com muito poucos recursos financeiros com a oferta de produtos como escovas de dentes, pastas dentífricas, géis de banho e toalhetes de mãos, num total de mais de 8.800 euros. Também encaminhámos mais de 51 toneladas de alimentos, num valor equivalente de mais de 100.000 euros à Abaco. O arredondamento das compras pelos clientes, num total de mais de 110.000 euros, reverteu para os programas das áreas da educação (oferta de materiais didáticos, programas desportivos e culturais), saúde (programas de apoio médico), alimentação e alojamento das Aldeas Infantis SOS Colombia.
Ser um Empregador de Referência	Melhoria contínua da qualidade de vida dos colaboradores através dos programas de responsabilidade social interna em todos os países onde nos encontramos presentes.	Cumprido. O investimento em iniciativas de apoio aos colaboradores nas áreas da Saúde, Educação e Bem-Estar Familiar ascenderam a 19,5 milhões de euros, um aumento de 4%. Na Polónia, através do programa “Możesz Liczyć na Biedronkę” (Podes Contar com a Biedronka) foi concedido apoio financeiro a mais de 9.000 colaboradores em situação de vulnerabilidade. Em Portugal, o Fundo de Emergência Social, que conta com a colaboração de assistentes sociais, permitiu apoiar 726 colaboradores.
	Reforço contínuo dos programas de formação e informação a respeito do Código de Conduta dirigidos a todos os colaboradores da Organização, independentemente do seu local de trabalho ou função, promovendo o respectivo cumprimento.	Cumprido. Este ano, foram criadas as <i>Labour Fundamental Guidelines</i> com o objectivo de permitir um acesso mais simplificado à legislação aplicável neste âmbito e quanto ao respeito pelos Direitos Humanos, que devem ser observadas pelas Companhias do Grupo na relação com os seus colaboradores. Em alinhamento com a legislação e com o Código de Conduta, destaca-se a valorização da diversidade, o princípio da igualdade e não-discriminação, responsabilidade em manter o Grupo livre de trabalho forçado ou trabalho







Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso
<p>Promover a diversidade na atracção de talento.</p>		<p>infantil, direito ao descanso, direito a uma remuneração justa, direito de associação e negociação colectiva, direito a um ambiente seguro e saudável, direito à privacidade e vida pessoal/familiar, e a responsabilidade das Companhias na aplicação de medidas que materializem estes Princípios Fundamentais – incluindo os meios de comunicação que promovem a sua implementação e os mecanismos de remediação. O Grupo desenvolve também acções de formação sobre o seu Código de Conduta.</p> <p>Cumprido. Vários formatos de atracção de talento foram implementados junto das lojas ou por via das universidades. Reforçámos os nossos canais de comunicação para recrutamento, investindo nos websites de recrutamento das diferentes Companhias e consolidando a nossa presença nas redes sociais, tais como o LinkedIn. No final de 2018, esta rede contava com mais de 140.000 seguidores. Foi também reforçada a página Young Talent Jerónimo Martins, focada no público-alvo universitário, que terminou o ano com mais de 5.400 seguidores. Também se realizou mais uma edição do “Management Trainee Programme”, que registou 9.575 candidatos. Durante o ano, foram realizados mais de 37.700 recrutamentos externos. Adicionalmente, promovemos a empregabilidade de pessoas em situação de especial vulnerabilidade no acesso ao mercado de trabalho, através da inclusão de pessoas portadoras de deficiência, pessoas migrantes ou refugiadas e pessoas expostas a situação de risco social.</p>

10. Tabela de Indicadores

A tabela de indicadores abaixo segue a metodologia da Global Reporting Initiative Standards.

Nº. GRI	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
102-1	Nome da organização.	Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	---
102-2	Actividades, marcas, produtos e serviços.	Ver Cap. I. "O Grupo Jerónimo Martins".	---
102-3	Localização da sede.	Rua Actor António Silva n.º 7, 1649-033 Lisboa	---
102-4	Localização das operações.		---
102-5	Tipo e natureza jurídica de propriedade.	Ver Cap. I. "O Grupo Jerónimo Martins".	---
102-6	Mercados em que opera.		---
102-7	Dimensão da organização.		---
102-8	Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores.	 Ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.1. "As Nossas Pessoas".	Princípio 6 
102-9	Cadeia de fornecedores.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 1. "A Nossa Abordagem" e 6. "Comprarmos com Responsabilidade" e Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas".	
102-10	Alterações significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores.	Não aplicável.	---
102-11	Abordagem ao princípio da precaução.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C. "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos" e Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor".	---
102-12	Iniciativas externas.	Ver canal "Sobre Nós", página "Organizações a que pertencemos" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website www.jeronimomartins.com	---
102-13	Organizações a que pertence.		---
102-14	Mensagem do Presidente.	Ver "Mensagem do Presidente".	
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C. "Organização Interna".	
102-16	Valores, princípios, standards e normas de conduta.	Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores no website www.jeronimomartins.com . Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website www.jeronimomartins.com .	Princípio 10 
102-17	Mecanismos adoptados pela organização para orientações sobre comportamentos e preocupações éticas.		
102-18	Estrutura de governance.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade.	
102-19	Processo de delegação de competências.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secções A e B.	
102-20	Responsabilidade por temas económicos, sociais e ambientais a nível executivo.		
102-21	Consulta a stakeholders sobre tópicos económicos, ambientais e sociais.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Envolvimento com os Stakeholders".	
102-22	Composição do mais alto órgão de governance e dos seus comités.		 
102-23	Presidente do mais alto órgão de governance.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secções A e B.	
102-24	Nomeação e seleção do mais alto órgão de governance.		 
102-25	Conflitos de interesse.	Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de	

Nº. GRI	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
		Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores no website www.jeronimomartins.com . Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website www.jeronimomartins.com .	
102-26	Papel dos órgãos mais altos de administração no estabelecimento dos propósitos, valores e estratégia.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secções A, B e C.	
102-27	Conhecimento global dos órgãos de gestão.	O Grupo realiza actividades (ex., acções de formação internas e externas, Conferência de Sustentabilidade do Grupo, newsletters internas e relatórios de progresso) que permitem aos seus órgãos de gestão um maior conhecimento sobre as dimensões do Desenvolvimento Sustentável. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor".	4
102-28	Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governança.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção D.	
102-29	Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais.		16
102-30	Eficiência dos processos de gestão de risco.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C.	
102-31	Revisão dos tópicos económicos, ambientais e sociais.		
102-32	Órgão máximo de governança responsável pela aprovação do Relatório de Sustentabilidade.	A responsabilidade pela aprovação do Relatório de Responsabilidade Corporativa, incluído no Relatório e Contas é da Assembleia Geral de Accionistas.	
102-33	Comunicação de situações críticas.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade.	
102-35	Políticas de remuneração.		
102-36	Processo de atribuição de remuneração.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção D.	
102-37	Envolvimento de stakeholders na remuneração.		16
102-38	Rácio de remuneração total anual.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção D. "Remunerações", subsecção IV – "Divulgação das Remunerações".	
102-40	Lista dos grupos de stakeholders.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "A Nossa Abordagem" e subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website www.jeronimomartins.com .	
102-41	Acordos colectivos de trabalho.	Ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores", subsecção 8.2.1. "Respeito pelos Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 3 8 10
102-42	Identificação e selecção de stakeholders.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "A Nossa Abordagem" e subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website www.jeronimomartins.com .	
102-43	Abordagem de envolvimento com stakeholders.		
102-44	Principais questões e preocupações referidas pelos stakeholders.		
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.	Ver Cap. I. "O Grupo Jerónimo Martins", Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas" e Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade.	
102-46	Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders".	
102-47	Lista dos temas materiais.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "A Nossa Abordagem" e subcapítulo	

Nº. GRI	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
		2. "Envolvimento com Stakeholders".	
102-50	Período de reporte.	O presente Relatório Anual do Grupo Jerónimo Martins abrange o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018.	
102-51	Data do reporte mais recente.	O Relatório Anual do Grupo Jerónimo Martins anterior ao presente refere-se ao ano de 2017.	
102-52	Ciclo de reporte.	O Relatório de Responsabilidade Corporativa (incluído no Relatório e Contas) é anual.	
102-53	Contacto para questões sobre o relatório.	comunicacao@jeronimo-martins.com	
102-54	Relatório "de acordo" com os GRI Standards.	 Este relatório foi preparado de acordo com a metodologia GRI Standards: opção "Core".	
102-55	Índice de conteúdo GRI.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 11. "Tabela de Indicadores".	
102-56	Verificação externa.	 A informação contida e assinalada nesta tabela foi submetida a verificação por uma entidade externa – PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	
ASPECTOS MATERIAIS			
103-1	Descrição dos temas materiais e limites de aplicação.	Temas materiais para o Grupo Jerónimo Martins: 1. Qualidade e segurança alimentar; 2. Selecção de fornecedores com base em critérios de sustentabilidade; 3. Oferta de produtos de origem sustentável; 4. Condições laborais; 5. Preferência por fornecedores locais; 6. Envolvimento e apoio a colaboradores, às suas famílias e comunidades locais; 7. Oferta de produtos saudáveis; 8. Gestão e valorização dos resíduos; 9. Eficiência energética e redução dos consumos de água; 10. Gestão do relacionamento com fornecedores; 11. Serviços de apoio ao cliente; 12. Inovação nos Produtos e Serviços; 13. Redução do material de embalagem; 14. Atração, retenção de talentos, formação e desenvolvimento profissional. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "A Nossa Abordagem" e subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade" no website www.jeronimomartins.com .	
103-2	Abordagem de gestão e componentes.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 4 a 8. Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade" no website www.jeronimomartins.com .	
103-3	Avaliação da abordagem de gestão.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Compromissos para 2018-2020" e ver canal "Responsabilidade", página "Os Nossos Compromissos e Progresso" no website www.jeronimomartins.com .	
DESEMPENHO ECONÓMICO			
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído.	Ver Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas" e indicador 203-1.	
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C. "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Actividade".	Princípio 6 
201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização e outros planos de reforma.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção D. "Remunerações". Ver Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas".	
201-4	Benefícios financeiros significativos recebidos pelo governo.	O Grupo Jerónimo Martins não recebeu nenhum apoio financeiro significativo dos governos português, polaco ou colombiano durante o exercício de 2018.	
PRESENÇA NO MERCADO			
202-2	Proporção de colaboradores para cargos	 82% dos colaboradores para cargos seniores são contratados localmente.	Princípio 6

Nº. GRI	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
	seniores contratados localmente.		8 10
IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRECTOS			
203-1	Investimentos em infraestruturas e serviços apoiados. 	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 7.2. "Gestão da Política". Ver canal "Responsabilidade", página "Apoiar as Comunidades Envolventes" no website www.jeronimomartins.com .	2 5 7 9 11
203-2	Impactos económicos indirectos significativos.		1 2 3 8 10 17
COMPRAS			
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais. 	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade".	
ANTI-CORRUPÇÃO			
205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C. "Organização Interna".	Princípio 10 16
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção.	O Grupo desenvolve acções de formação sobre o seu Código de Conduta, que inclui o tema da prevenção da corrupção nas suas Companhias. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta e o canal "Investidor", página "Governo Da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" para informação sobre a Comissão de Ética, no website www.jeronimomartins.com .	Princípio 10 16
MATERIAIS			
301-1	Consumo de materiais por peso ou volume.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.5. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos".	Princípios 7 e 8 8 12
301-2	Materiais usados provenientes de reciclagem.		8 12
301-3	Produtos recuperados e os seus materiais de embalagem.	Este aspecto não é material. Não obstante, o Grupo promove a recolha de resíduos de clientes nas suas lojas encaminhando-os para valorização. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Consumo de Materiais e Gestão de Resíduos".	Princípio 8 8 12
ENERGIA			
302-1	Consumo de energia dentro da organização. 	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	Princípios 7 e 8 7 8 12 13
302-2	Consumo de energia fora da organização.	Este indicador é apresentado sobre a forma de CO ₂ e no âmbito do cálculo da Pegada Carbónica do Grupo - emissões de âmbito 3. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas". Inclui o consumo de combustível das viagens aéreas, a energia consumida nas lojas <i>franchising</i> e o consumo de combustível no transporte de mercadorias entre os Centros de Distribuição e as lojas.	7 8 12 13
302-3	Intensidade energética. 	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	Princípio 8 7 8 12 13
302-4	Redução do consumo de energia.		Princípios 8 e 9 7 8 12 13
302-5	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas" e secção 5.4. "Consumo de Materiais e Gestão de Resíduos".	Princípios 8 e 9 7 8 12 13
ÁGUA			
303-1	Captação de água por fonte. 	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	Princípios 7 e 8 6
303-2	Recursos hídricos significativamente afectados pelo consumo de água.	Não aplicável. Mais de 93% do total de água consumida pelo Grupo é proveniente da rede municipal. Para operações menos exigentes em termos de qualidade da água (ex., rega e sistemas de refrigeração), o Grupo detém as licenças necessárias.	6
303-3	Água reciclada e reutilizada.	Inferior a 2%.	Princípio 8 6 8 12

Nº. GRI	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
BIODIVERSIDADE			
304-1	Instalações operacionais próprias, arrendadas, nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas.	As infraestruturas do Grupo Jerónimo Martins cumprem os requisitos legais em matéria ambiental e, na sua grande maioria, estão contextualizadas em malha urbana. No âmbito particular do Agro-Alimentar, o Grupo detém propriedades pontualmente localizadas ou próximas da Rede Ecológica Nacional, colaborando com as entidades governamentais no sentido de assegurar a sua conservação.	Princípio 8 6 14 15
304-2	Impactos significativos das actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.2. "Biodiversidade" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Compromisso: Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	Princípio 8 6 14 15
304-3	Habitats protegidos ou restaurados.	Não aplicável às actividades do Grupo em 2018. Não obstante, o Grupo participa num conjunto de iniciativas de conservação de habitats e ecossistemas como o Green Heart of Cork (WWF) e os Eco-Locais (LPN).	Princípio 8 6 14 15
304-4	Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.2. "Biodiversidade" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Compromisso: Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	6 14 15
EMISSÕES			
305-1	Emissões directas de Gases de Efeito de Estufa - GEE (Âmbito 1). 	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	Princípios 7 e 8 3 12 13 14 15
305-2	Emissões indirectas de GEE (Âmbito 2). 		Princípios 7 e 8 3 12 13 14 15
305-3	Outras emissões indirectas de GEE (Âmbito 3). 		Princípios 7 e 8 3 12 13 14 15
305-4	Intensidade das emissões de GEE. 		Princípio 8 13 14 15
305-5	Redução de emissões de GEE. 		Princípios 8 e 9 13 14 15
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono.	Em 2018 verificou-se a emissão de 1.1 kg de CFC-11 eq., associado à utilização do gás R141b, em equipamentos de ar condicionado na Colúmbia que fazem parte do imobilizado de lojas adquiridas. Estes representam cerca de 0,2% do total deste tipo de equipamentos utilizados nas Companhias do Grupo.	Princípios 7 e 8 3 12 13
305-7	Óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas.	Este aspecto não é material. Pequenas quantidades são emitidas pela combustão de combustíveis fósseis (uso de combustível no local para operação de equipamentos, geradores de emergência e aquecimento e frota de empresas de veículos leves).	Princípios 7 e 8 3 12 13 14 15
EFLUENTES E DESCARGAS			
306-1	Descargas de água por qualidade e por destino.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas" e 5.4. "Consumo de Materiais e Gestão de Resíduos".	Princípio 8 3 6 12 14
306-2	Resíduos por tipo e por destino. 		Princípio 8 3 6 12 14
306-3	Derrames significativos.	Em 2018, não ocorreram derrames com impactes ambientais significativos.	Princípio 8 3 6 12 14 15
306-5	Recursos hídricos afectados de forma significativa pelas descargas de água e/ou escoamento superficial.	Este aspecto não é material, uma vez que tem uma expressão residual nas actividades do Grupo (cerca de 3%). Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	6 14 15
AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES			
308-1	Novos fornecedores que foram seleccionados com base em critérios ambientais. 	Em 2018, o Grupo auditou 302 novos fornecedores, 98% dos quais foram também avaliados na componente ambiental. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.5. "Auditorias a Fornecedores".	Princípio 8


Nº. GRI	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
308-2	Impactes ambientais negativos na cadeia de abastecimento e acções tomadas.	Ver capítulo. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.2. "Biodiversidades" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.5. "Auditorias a Fornecedores".	
EMPREGO			
401-1*	Novas contratações e rotatividade de colaboradores. 	Ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.1. "As Nossas Pessoas".	Princípio 6 4 5 8
401-2	Benefícios para colaboradores a tempo inteiro que não são atribuídos aos colaboradores temporários ou a tempo parcial.	Todos os benefícios são aplicados a colaboradores, independentemente da sua situação contratual.	8 10
401-3	Licença parental.	Esta informação ainda não está disponível. A Jerónimo Martins encontra-se a melhorar os seus sistemas de informação de modo a reportar este indicador em 2019.	Princípio 6 5 8
TRABALHO E RELAÇÕES COM A GESTÃO			
402-1	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais. 	Seguimos os prazos de pré-aviso estabelecidos pela lei no que se refere a mudanças de natureza operacional.	8 10
SÁUDE E SEGURANÇA DOS COLABORADORES			
403-1	Representação dos colaboradores em órgãos formais de saúde e segurança conjuntos.	Não obstante a participação dos colaboradores em matéria de Segurança e Saúde, não existem estruturas formais exclusivamente dedicadas ao tema.	8
403-2*	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de mortes relacionadas com o trabalho. 	Os indicadores agregados de saúde e segurança no trabalho, relativos aos índices de frequência e gravidade, estão disponíveis no capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.6. "Segurança e Saúde no Trabalho".	Princípio 1 3 8 10
403-3	Colaboradores com elevada incidência ou risco de doenças relacionadas com o trabalho.	Não aplicável.	3 8
403-4	Aspectos de saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos.	Não aplicável.	8
FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO			
404-1	Média de horas de formação por ano e por colaborador. 	Ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Atração, Desenvolvimento e Retenção de Talento", subsecção 8.3.5. "Formação".	Princípio 6 4 5 8
404-2	Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição.		8
404-3	Porcentagem de colaboradores que são regularmente alvo de avaliações de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	Todos os colaboradores estão abrangidos pelo processo de avaliação de desempenho, de acordo com os critérios definidos internamente. Contudo, estamos a melhorar os sistemas de informação de modo a ser capaz de reportar o respectivo percentual global.	Princípio 6 5 8
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES			
405-1*	Diversidade dos órgãos de governança e dos colaboradores. 	A equipa Jerónimo Martins está descrita no capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.1. "As Nossas Pessoas".	Princípio 6 5 8 10
405-2	Rácio entre o salário base e a remuneração das mulheres e dos homens. 	Ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.4. "Remuneração".	Princípio 6 5 8 10
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLECTIVA			
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação colectiva pode estar em risco.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Compromisso: Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 3 8

Nº. GRI	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
TRABALHO INFANTIL			
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Compromisso: Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 5 8 16
TRABALHO FORÇADO			
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Compromisso: Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 4 8
SEGURANÇA			
410-1	Formação em políticas e procedimentos de Direitos Humanos a equipas de segurança.	Encontramo-nos a melhorar os nossos sistemas de informação de modo a sermos capazes de reportar este indicador.	16
AVALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS			
412-1	Operações submetidas a avaliações de Direitos Humanos.	Ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores", subsecção 8.2.1. "Respeito pelos Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 1
412-2	Formação em políticas e práticas de Direitos Humanos. 	Desenvolvemos acções de formação sobre este tema no âmbito do Código de Conduta ou de legislação laboral, e desenvolvemos as Labour Fundamental Guidelines. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta no website www.jeronimomartins.com e capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores", subsecção 8.2.1. "Respeito pelos Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 1 8 10
412-3	Acordos de investimento e contratos com cláusulas de Direitos Humanos.	Os contratos celebrados com novos fornecedores implicam o conhecimento e adesão ao Código de Conduta de Fornecedores do Grupo Jerónimo Martins. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Compromisso: Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 2
COMUNIDADES LOCAIS			
413-1	Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas. 	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envoltentes", secção 7.2. "Gestão da Política".	Princípio 1
AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES			
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais. 	Em 2018, o Grupo auditou 302 novos fornecedores de Marca Própria e Percíveis, 97% dos quais foram também avaliados nas componentes relativas a práticas laborais (ex., existência e utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência e condições de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias para colaboradores e o controlo de administração de formação adequada ao exercício da função).	Princípio 8 5 8 16
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de abastecimento e medidas tomadas. 	Em 2018, foram auditados 1.541 fornecedores de Marca Própria e Percíveis. Destes, 16 (1%) foram identificados como tendo práticas laborais com impactes negativos (ex., inexistência e/ou má utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, incumprimento de regras de conduta e higiene pessoal, entre outros), em que 6 (37,5% das não conformidades) se comprometeram a implementar medidas de correcção. Dos 10 (62,5% das não conformidades) remanescentes, o Grupo terminou a relação comercial por incumprimento de um conjunto de aspectos, nos quais também se incluem os relacionados com os aspectos laborais.	5 8 16

Nº. GRI	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
POLÍTICAS PÚBLICAS			
415-1	Contribuições de partidos políticos.	As empresas do Grupo Jerónimo Martins não apoiam partidos políticos ou os seus representantes, nem contribuem financeiramente para grupos que possam apoiar interesses partidários. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta no website www.jeronimomartins.com .	16
SAÚDE E SEGURANÇA DOS CONSUMIDORES			
416-1	Avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.5. "Auditorias a Fornecedores".	
MARKETING E ROTULAGEM			
417-1	Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 4.2. "Qualidade e Diversidade" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Compromisso: Produção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	12 16
INDICADORES JERÓNIMO MARTINS			
---	Prosseguir a melhoria do perfil nutricional dos produtos de Marca Própria, através da inovação e reformulação de produtos, e nas refeições de Meal Solutions.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 4.2. "Qualidade e Diversidade".	2 3 10 12
---	Aumentar em 5% ao ano, face a 2017, o número de referências da gama sem lactose e sem glúten, nos produtos de Marca Própria, em Portugal e na Polónia.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Compromissos para 2018-2020".	3 10 12
---	Cálculo do consumo de commodities de desflorestação (óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira) em produtos de Marca Própria e Perecíveis.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Compromisso: Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	Princípio 7 12 13 15
---	Monitorização e divulgação dos impactos sociais resultantes dos apoios oferecidos, de acordo com o modelo London Benchmarking Group (LBG).	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 7.2. "Gestão da Política". Ver canal "Responsabilidade", página "Apoiar as Comunidades Envolventes" no website www.jeronimomartins.com .	2 3 4 10 17
---	Desperdício alimentar gerado pelas operações do Grupo (kg/ton de produto vendido).	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Consumo de Materiais e Gestão de Resíduos".	Princípio 7 2 12 13
---	Reduzir o desperdício alimentar do Grupo em 10% no triénio 2018-2020, face a 2016.		Princípio 7 2 12 13
---	Redução anual do consumo de água em 2% (por 1.000 € de vendas).	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	Princípio 7 7 12 13 14
---	Redução anual do consumo de electricidade em 2% (por 1.000 € de vendas).		Princípio 7 7 12 13
---	Concretizar, anualmente, pelo menos 20 projectos de ecodesign de	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Consumo de Materiais e Gestão de Resíduos".	12 13

Nº. GRI	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
	embalagens em artigos de Marca Própria.		
---	Número de locais com certificação ambiental (no mínimo 25 em 2020).	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.1. "Introdução".	Princípio 8 7 12 13
---	Continuar a introduzir certificados de sustentabilidade (ex., UTZ, Fairtrade, MSC, ASC, RSPO, EU Ecolabel, EU Organic Label, etc.) para pelo menos 10 produtos de Marca Própria e Perecíveis.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Compromisso: Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	Princípio 8 12
---	Realizar, anualmente, pelo menos 50 auditorias ambientais a fornecedores de Marca Própria e Perecíveis.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.5. "Auditorias a Fornecedores".	Princípio 8 12 13 15
---	Realizar, anualmente, pelo menos 40 auditorias ambientais a prestadores de serviços.	✓	Princípio 8 12 13 15
---	Conformidade com a Política de Pescado Sustentável do Grupo.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Compromisso: Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	12 14
---	Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares directamente das lojas para organizações não-governamentais locais. Até 2020, abranger 1.500 lojas.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envoltentes", secção 7.3. "Apoios Directos".	1 2 10 17

Legenda:

 Indicador verificado por entidade externa e independente.

* Indicador reportado de forma parcial. Verificado por entidade externa e independente.

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

- | | |
|--|--|
|  1 Erradicar a pobreza |  10 Reduzir as desigualdades |
|  2 Erradicar a fome |  11 Cidades e comunidades sustentáveis |
|  3 Saúde de qualidade |  12 Produção e consumo sustentáveis |
|  4 Educação de qualidade |  13 Acção climática |
|  5 Igualdade de género |  14 Proteger a vida marinha |
|  6 Água potável e saneamento |  15 Proteger a vida terrestre |
|  7 Energias renováveis e acessíveis |  16 Paz, justiça e instituições eficazes |
|  8 Trabalho digno e crescimento económico |  17 Parcerias para a implementação dos Objectivos |
|  9 Indústria, inovação e infraestruturas | |

Princípios do Pacto Global das Nações Unidas

Direitos Humanos

- Princípio 1: As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente;
- Princípio 2: Garantir a sua não participação em violações dos direitos humanos.

Práticas Laborais

- Princípio 3: As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva;
- Princípio 4: A abolição de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório;
- Princípio 5: Abolição efetiva do trabalho infantil;
- Princípio 6: Eliminação da discriminação no emprego.

Proteção ambiental

- Princípio 7: As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
- Princípio 8: Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental;
- Princípio 9: Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.

Anticorrupção

- Princípio 10: As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

Jerónimo Martins, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta

Número comum de matrícula na
Conservatória do Registo Comercial
e de Pessoa Colectiva: 500 100 144
Capital social: 629.293.220 EUR
Rua Actor António Silva, N.º 7
1649 - 033 LISBOA



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	284
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017	
DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS	284
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017	
BALANÇO	285
Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017	
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	286
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	287
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017	

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais	Página
1. Actividade.....	288
2. Políticas contabilísticas	288
3. Custos operacionais.....	298
4. Empregados	299
5. Custos financeiros líquidos.....	301
6. Locações operacionais.....	301
7. Impostos	302
8. Ganhos (perdas) em subsidiárias	304
9. Ganhos (perdas) em outros investimentos	304
10. Activos fixos tangíveis	305
11. Activos intangíveis	306
12. Propriedades de investimento	307
13. Partes de capital em subsidiárias	308
14. Empréstimos a subsidiárias.....	308
15. Devedores, acréscimos e diferimentos.....	308
16. Caixa e equivalentes de caixa	309
17. Caixa gerado pelas operações	309
18. Capital e reservas	309
19. Resultado por acção.....	310
20. Empréstimos obtidos	310
21. Provisões e ajustamentos ao valor de realização	311
22. Credores, acréscimos e diferimentos	312
23. Garantias.....	313
24. Contingências, activos contingentes e passivos contingentes.....	313
25. Subsidiárias.....	314
26. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações directas e indirectas.....	314
27. Partes relacionadas	314
28. Riscos financeiros	317
29. Informações adicionais exigidas por diplomas legais.....	318
30. Eventos subsequentes à data do balanço.....	318

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2018	2017
Prestações de serviços	27	16.732	21.069
Custo das prestações de serviços	3	(14.444)	(14.289)
Resultados brutos		2.288	6.780
Outros proveitos e ganhos operacionais	3	413	707
Custos administrativos	3	(18.242)	(17.880)
Outros custos e perdas operacionais	3	(20.420)	(12.469)
Resultados operacionais		(35.961)	(22.862)
Custos financeiros líquidos	5	(2.042)	(597)
Ganhos (perdas) em subsidiárias	8	781.892	569.220
Ganhos (perdas) em outros investimentos	9	197	197
Resultados antes de impostos		744.086	545.958
Imposto sobre o rendimento do exercício	7.1	15.399	(6.742)
Resultados líquidos		759.485	539.216
Resultado básico e diluído por acção - euros	19	1,209	0,858

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2018	2017
Resultados líquidos		759.485	539.216
Outros rendimentos integrais:			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Remensurações de benefícios pós emprego	4.2	98	(1.257)
Imposto relacionado	7.3	(22)	283
		76	(974)
Itens que poderão ser reclassificados para resultados			
		-	-
Outros rendimentos integrais, líquidos de impostos		76	(974)
Total de rendimentos integrais		759.561	538.242

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2018	2017
Activo			
Activos fixos tangíveis	10	1.101	1.137
Activos intangíveis	11	5.241	4.347
Propriedades de investimento	12	2.470	2.470
Partes de capital em subsidiárias	13	665.016	665.016
Empréstimos a subsidiárias	14	1.468.145	652.370
Impostos diferidos activos	7.3	7.637	4.677
Outros devedores	15	19.440	19.367
Total de activos não correntes		2.169.050	1.349.384
Imposto sobre o rendimento a recuperar	7.4	-	1.090
Empréstimos a subsidiárias	14	116.980	192.880
Devedores, acréscimos e diferimentos	15	18.478	17.535
Caixa e equivalentes de caixa	16	559	35.451
Total de activos correntes		136.017	246.956
Total do activo		2.305.067	1.596.340
Capital próprio e passivo			
Capital	18.1	629.293	629.293
Prémios de emissão	18.1	22.452	22.452
Acções próprias	18.2	(6.060)	(6.060)
Resultados retidos	18.3	1.278.184	903.853
Total do capital próprio		1.923.869	1.549.538
Benefícios concedidos a empregados	4.2	17.212	18.899
Provisões para riscos e encargos	21	21.506	13.403
Impostos diferidos passivos	7.3	169	1.250
Total de passivos não correntes		38.887	33.552
Credores, acréscimos e diferimentos	22	13.756	13.249
Empréstimos obtidos	20	327.500	1
Imposto sobre o rendimento a pagar	7.4	1.055	-
Total de passivos correntes		342.311	13.250
Total do capital próprio e do passivo		2.305.067	1.596.340

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Resultados retidos	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2017		629.293	22.452	(6.060)	745.814	1.391.499
Remensurações de benefícios pós-emprego						
- Valor bruto	4.2				(1.257)	(1.257)
- Imposto diferido	7.3				283	283
Outros rendimentos integrais		-	-	-	(974)	(974)
Resultados do exercício de 2017					539.216	539.216
Total de rendimentos integrais		-	-	-	538.242	538.242
Pagamento de dividendos	18.4				(380.203)	(380.203)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		629.293	22.452	(6.060)	903.853	1.549.538
Remensurações de benefícios pós-emprego						
- Valor bruto	4.2				98	98
- Imposto diferido	7.3				(22)	(22)
Outros rendimentos integrais		-	-	-	76	76
Resultados do exercício de 2018					759.485	759.485
Total de rendimentos integrais		-	-	-	759.561	759.561
Pagamento de dividendos	18.4				(385.230)	(385.230)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		629.293	22.452	(6.060)	1.278.184	1.923.869

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2018	2017
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e outros devedores		22.912	22.896
Pagamentos a fornecedores e outros credores		(27.044)	(27.355)
Pagamentos ao pessoal		(17.108)	(16.343)
Caixa gerado pelas operações	17	(21.240)	(20.802)
Juros e custos similares pagos	5	(1.977)	(839)
Imposto sobre o rendimento		5.404	2.269
Fluxos de caixa de actividades operacionais		(17.813)	(19.372)
Actividades de investimento			
Reembolso de empréstimos e prest. suplem. capital concedidos a subsidiárias	14	140.480	12.595
Alienação de outros investimentos financeiros		-	187
Juros recebidos	8	1.947	1.840
Dividendos recebidos	8	780.000	567.309
Empréstimos e prestações suplementares de capital concedidos a subsidiárias	14	(880.355)	(263.560)
Aquisição de activos fixos tangíveis	10	(209)	(627)
Aquisição de activos intangíveis	11	(1.556)	(3.899)
Aquisição de outros investimentos financeiros		-	(105)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		40.307	313.740
Actividades de financiamento			
Recebimentos relativos a empréstimos obtidos	20	327.500	1
Recebimentos de juros e proveitos similares	5	345	375
Reembolso de empréstimos obtidos	20	(1)	-
Pagamento de dividendos	18.4	(385.230)	(380.203)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		(57.386)	(379.827)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(34.892)	(85.459)
Movimento de caixa e outros equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		35.451	120.910
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(34.892)	(85.459)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16	559	35.451

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

1. Actividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe do Grupo Jerónimo Martins (Grupo). A sua actividade consiste essencialmente na gestão do seu portefólio de investimentos. As actividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2018 encontram-se detalhados no Capítulo II deste Relatório Anual.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa

Capital Social: 629.293.220 euros

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500100144

JMH está cotada na Euronext Lisboa desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 26 de Fevereiro de 2019.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Individuais. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (m EUR).

As Demonstrações Financeiras Individuais de JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia (UE), à data de 31 de Dezembro de 2018.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita às propriedades de investimento e activos financeiros ao justo valor através de resultados, os quais se encontram registados ao respectivo justo valor.

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e assunções que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e assunções adoptadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos (nota 2.8).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de apresentação

2.1.1 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas por JMH

Entre Outubro de 2016 e Março de 2018 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adoptados pela JMH desde 1 de Janeiro de 2018:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1905/2016	IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes (nova)	Maio 2014	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 2067/2016	IFRS 9 Instrumentos Financeiros (nova)	Julho 2014	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 1987/2017	IFRS 15 Rédito dos Contratos com Clientes: Clarificações (alterações)	Abril 2016	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 1988/2017	IFRS 4 Contratos de Seguro: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro (alterações)	Setembro 2016	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 182/2018	Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 1 Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 289/2018	IFRS 2 Pagamento com Base em Acções: Classificação e mensuração das transacções (alterações)	Junho 2016	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 400/2018	IAS 40 Propriedade de Investimento: Transferências (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 519/2018	IFRIC 22 Transacções em moeda estrangeira e pagamentos antecipados (nova)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018

A JMH implementou as alterações e interpretação não havendo qualquer impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras Individuais. A JMH adoptou pela primeira vez as novas normas IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes e IFRS 9 Instrumentos Financeiros, não tendo havido reexpressão das Demonstrações Financeiras comparativas. Conforme requerido pelas normas, a natureza e o efeito destas alterações são os seguintes:

IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes

A IFRS 15 vem substituir a IAS 11 Contratos de Construção, IAS 18 Rédito e Interpretações relacionadas e aplica-se a todo o rédito que resulta de contratos com clientes, excepto para os contratos abrangidos por outras normas. A nova norma vem estabelecer um modelo de cinco passos para o reconhecimento de rédito resultante de contratos celebrados com clientes. De acordo com o previsto na norma, o rédito é reconhecido pelo valor que a entidade espera receber do cliente em troca dos bens ou serviços prestados.

A JMH adoptou esta nova norma a partir de 1 de Janeiro de 2018, usando o método retrospectivo modificado, sendo o efeito cumulativo da adopção desta norma reconhecido nos Resultados transitados da JMH a essa data. Da adopção não resultou qualquer efeito nos Resultados transitados da JMH a essa data. A informação comparativa não foi reexpressa e continua a ser reportada de acordo com a IAS 11, IAS 18 e Interpretações relacionadas.

De acordo com o método retrospectivo modificado, a IFRS 15 foi aplicada apenas para os contratos que não se encontravam completados na data de adopção, não tendo sido utilizado o expediente prático relativo a modificações contratuais.

A aplicação da IFRS 15 não alterou de forma significativa a forma como a JMH reconhece o rédito das prestações de serviços a clientes.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A nova norma IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, tem como enfoque os seguintes aspectos: i. Classificação e mensuração; ii. Imparidade; e iii. Contabilidade de cobertura.

A JMH adoptou esta nova norma seguindo o método retrospectivo a partir de 1 de Janeiro de 2018, data em que a norma se tornou efectiva, sem reexpressão da informação comparativa, nem qualquer efeito reconhecido nos Resultados Transitados da JMH a essa data. A informação comparativa continua a ser reportada de acordo com a IAS 39.

i. Classificação e mensuração

A aplicação dos novos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 não teve qualquer impacto material nas Demonstrações Financeiras Individuais da JMH.

ii. Imparidade

A IFRS 9 requiere que a JMH reconheça imparidades sobre créditos comerciais a receber, com base no modelo de perdas de crédito esperadas (quer numa base de perdas de crédito esperadas a 12 meses ou perdas de crédito esperadas na totalidade da vida dos créditos a receber), em substituição do modelo de perdas incorridas previsto na IAS 39. A JMH aplicou a abordagem simplificada para os créditos comerciais a receber, reconhecendo a estimativa de perdas de crédito para a totalidade da vida dos saldos a receber.

Na medida em que a totalidade das prestações de serviços da JMH são realizadas com empresas do Grupo e recebidas com prazos de pagamento inferiores a 30 dias, a aplicação deste novo modelo de reconhecimento de imparidades não teve qualquer impacto material nas suas Demonstrações Financeiras Individuais.

iii. Contabilidade de cobertura

A JMH não detém qualquer instrumento financeiro que seja elegível para efeitos de contabilidade de cobertura.

2.1.2 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pela UE, mas sem aplicação efectiva aos exercícios iniciados a 1 de Janeiro de 2018 e não aplicadas antecipadamente

A UE adoptou entre Novembro de 2017 e Outubro de 2018 um conjunto de normas e alterações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1986/2017	IFRS 16 Locações (nova)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 498/2018	IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Elementos de pré-pagamento com compensação negativa (alterações)	Outubro 2017	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 1595/2018	IFRIC 23 Incertezas quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento (nova)	Junho 2017	1 Janeiro 2019

Esta nova norma, interpretação e alterações são de aplicação efectiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Individuais. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Individuais da JMH.

IFRS 16 Locações

A nova norma IFRS 16 elimina a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme previsto na IAS 17. Ao invés, introduz um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento atual que é dado às locações financeiras nas contas dos locatários.

Este modelo único prevê, para o locatário, o reconhecimento de: i. activos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os activos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação) no Balanço; e ii. depreciação dos activos locados e juros separadamente na Demonstração dos Resultados.

A referida norma terá a sua aplicação a partir da data mandatária de adopção de 1 de Janeiro de 2019, no entanto, ainda não foi tomada a decisão sobre qual o método a aplicar na transição (método retrospectivo pleno ou retrospectivo modificado).

A JMH vai aplicar as exceções previstas pela norma para as locações com termo inferior a 12 meses na data da primeira aplicação e para os contratos de locação cujo activo subjacente é de reduzido valor. Optou-se ainda por separar as locações das componentes que não são locação (serviço) e considerar apenas a componente de locação na aplicação desta norma.

Durante o ano de 2018, a JMH analisou os impactos da adopção da norma e espera que estes não venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Individuais da JMH, como resultado do registo de activos que se encontram atualmente relevados como locações operacionais e respetivas responsabilidades.

No que respeita aos compromissos atuais com locações operacionais, se a JMH decidir aplicar, no momento da adopção, o método retrospectivo modificado, estima-se que o montante de direitos de uso e responsabilidades por locação, se situem num intervalo entre os m EUR 500 e m EUR 1.000, a reconhecer em 1 de Janeiro de 2019.

Por comparação com as mesmas rubricas da Demonstração dos Resultados, caso não fosse adoptada esta norma, estima-se que o EBITDA (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) apresente um valor superior, uma vez que não são reconhecidos os custos operacionais das locações. Por sua vez, os resultados líquidos deverão apresentar um valor inferior, por incorporar as amortizações dos direitos de uso e os juros sobre o total das responsabilidades apuradas a 1 de Janeiro de 2019.

2.1.3 Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adoptadas pela UE

O IASB emitiu entre Maio de 2017 e Outubro de 2018 a seguinte norma e alterações que se encontram ainda em processo de adopção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	Maio 2017	1 Janeiro 2021

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Interesses de longo prazo em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	Outubro 2017	1 Janeiro 2019
Ciclo 2015-2017 de melhoria às normas IFRS: IFRS 3 Concentração de Actividades Empresariais; IFRS 11 Acordos Conjuntos; IAS 12 Impostos sobre o Rendimento e IAS 23 Custos de Empréstimos (alterações)	Dezembro 2017	1 Janeiro 2019
IAS 19 Benefícios dos Empregados: Alteração, redução ou cancelamento do plano (alterações)	Fevereiro 2018	1 Janeiro 2019
Alterações às Referenciações à Estrutura Conceptual nas normas IFRS (alterações)	Março 2018	1 Janeiro 2020
IFRS 3 Combinações de Negócios: Definição de Negócio (alterações)	Outubro 2018	1 Janeiro 2020
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alteração de Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Material (alterações)	Outubro 2018	1 Janeiro 2020

A Gestão está a avaliar o impacto da adopção futura desta nova norma e alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Individuais da JMH.

2.1.4 Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, a JMH não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2018, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores, que obrigassem à reexpressão das Demonstrações Financeiras.

2.2 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (euro) à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, excepto quando se tratam de activos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa, para os quais, as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios ou quando estas se relacionam com outros investimentos financeiros, que sejam instrumentos de capital próprio.

2.3 Partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. JMH controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afectar esses retornos, através do seu poder sobre a entidade.

As partes de capital e os empréstimos concedidos a subsidiárias são registadas pelo valor de aquisição. São constituídos ajustamentos para perdas por imparidade nos casos em que se justifique, nomeadamente quando as participações financeiras registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira, e os testes de imparidade realizados por JMH concluem que é necessário registar perdas de imparidade em relação às participações e outros activos líquidos (nota 2.5).

2.4 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um activo financeiro numa entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital noutra entidade. Os instrumentos financeiros são compensados e a sua quantia líquida é apresentada no Balanço se existir um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de pagar numa base líquida, realizando os activos e liquidando os passivos em simultâneo.

2.4.1 Activos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os activos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, justo valor através de outros rendimentos integrais (ORI), justo valor através de resultados, ou derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efectiva, conforme apropriado.

A classificação dos activos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do activo financeiro e do modelo adoptado pela JMH para os gerir. Com excepção das contas a receber, a JMH inicialmente mensura um activo financeiro pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção, no caso de um activo financeiro que não esteja ao justo valor através de resultados. Os custos de transacção de activos financeiros ao

justo valor através de resultados são reconhecidos directamente em resultados. Créditos comerciais a receber são mensuradas pelo preço da transacção determinado de acordo com a IFRS 15.

Para que um activo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de ORI, é necessário que ele possua fluxos de caixa que sejam 'apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros' (conhecido por "Solely Payments of Principal and Interest" ou "SPPI") sobre a quantia principal em aberto. Esta avaliação é designada por teste SPPI e é executada ao nível do instrumento. O modelo adoptado pela JMH para gerir activos financeiros refere-se à forma como os seus activos financeiros são geridos para obtenção dos fluxos de caixa. O modelo adoptado determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratuais, da venda dos activos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos activos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Activos financeiros ao custo amortizado

A JMH mensura os activos financeiros ao custo amortizado se forem detidos dentro do modelo adoptado, com o objectivo de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do activo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Os activos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa de juro efectiva e são sujeitos a testes de imparidade. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando o activo é desreconhecido, modificado ou com imparidades.

Os activos financeiros da JMH ao custo amortizado incluem principalmente empréstimos a subsidiárias e créditos comerciais a receber.

ii. Activos financeiros ao justo valor através de outros rendimentos integrais (ORI)

A JMH mensura os activos financeiros ao justo valor através de ORI se forem detidos dentro do modelo adoptado, com o objectivo comum de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e para venda, e os termos contratuais do activo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Para instrumentos de dívida ao justo valor através de ORI, rendimento de juros, reavaliação cambial e perdas ou reversões de imparidades são reconhecidas na demonstração dos resultados e tratadas da mesma maneira que os activos financeiros ao custo amortizado. O restante justo valor é reconhecido em ORI. Após o desreconhecimento, o justo valor acumulado reconhecido anteriormente em ORI é reciclado para os resultados.

A JMH não detém quaisquer activos financeiros nesta categoria.

iii. Activos financeiros designados ao justo valor através de ORI (instrumentos de capital)

Depois do reconhecimento inicial, a JMH pode decidir classificar de forma irrevogável instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI quando eles cumprem a definição de capitais próprios e não são detidos para negociação. A classificação é determinada numa base instrumento-a-instrumento.

Ganhos ou perdas nestes activos financeiros reconhecidos anteriormente em ORI nunca são reciclados para resultados. Os dividendos são reconhecidos como proveitos financeiros na demonstração de resultados quando o direito ao seu recebimento for estabelecido. Instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI não são sujeitos a testes de imparidade.

A JMH não detém actualmente quaisquer activos financeiros nesta categoria.

iv. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria corresponde aos activos financeiros que não cumprem com os critérios para custo amortizado ou justo valor através de ORI e incluem os activos financeiros detidos para negociação, activos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados ou activos financeiros requeridos que sejam mensurados ao justo valor.

Os activos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem adquiridos com o objectivo de serem vendidos ou recomprados num curto prazo. Derivados, incluindo derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam designados como instrumentos de cobertura efectiva. Activos financeiros com fluxos de caixa que não sejam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, independentemente do modelo adoptado. Activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos no Balanço pelo seu justo valor, com as alterações líquidas do justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Esta categoria inclui as contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho público (FCT).

Desreconhecimento

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: i. os direitos contratuais da JMH a receber fluxos de caixa expiram; ii. a JMH transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse; ou iii. não obstante reter uma parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse, a JMH transferiu o controlo desses activos.

2.4.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumentos de cobertura, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos, financiamentos e contas a pagar, líquidos de custos de transacção directamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da JMH incluem credores comerciais e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, incluindo descobertos bancários.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos financeiros detidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se eles forem incorridos com o objectivo de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui também instrumentos financeiros derivados contratados pela JMH que não sejam designados como instrumentos de cobertura numa relação de cobertura tal como definido na IFRS 9. Ganhos ou perdas nos passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

ii. Passivos financeiros ao custo amortizado

Depois do reconhecimento inicial, credores e outras contas a pagar, empréstimos remunerados e financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efectiva.

O custo amortizado é calculado tendo em consideração qualquer desconto ou prémio na aquisição e comissões ou custos que sejam parte integral da taxa de juro efectiva. A amortização da taxa de juro efectiva é incluída nos custos financeiros na demonstração dos resultados.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada com o passivo é dispensada ou cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o respectivo valor contabilístico é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.5 Imparidade

2.5.1 Imparidade de activos não financeiros

Exceptuando propriedades de investimento (nota 12) e impostos diferidos activos (nota 7.3), os activos de JMH, essencialmente as partes de capital em subsidiárias, são analisados à data de cada balanço por forma a detectar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do activo é avaliado.

Nos testes de imparidade a partes de capital em subsidiárias, os dados das avaliações para cálculo do valor de uso dos investimentos são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado em que opera cada uma das áreas de negócio. Baseiam-se em projecções de cash flows para os próximos cinco anos, tendo em atenção os planos de médio e longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Annualmente é determinado o valor recuperável dos activos da JMH para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de activos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos de venda e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos, que por si só não geram fluxos de caixa independentes, é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2 Imparidade de activos financeiros

Empréstimos a subsidiárias

O teste de imparidade aos empréstimos a subsidiárias é realizado em simultâneo com o teste de imparidade às partes de capital em subsidiárias. O investimento considerado para efeitos de comparação com o valor de uso calculado é o montante do custo histórico das partes de capital e dos empréstimos concedidos. Apenas será reconhecida uma perda por imparidade em empréstimos a subsidiárias depois do montante correspondente à parte de capital estar totalmente coberto por um ajustamento para perdas por imparidade.

Clientes, devedores e outros activos financeiros

A JMH reconhece imparidades para perdas de crédito esperadas (PCE) em activos financeiros não mantidos ao justo valor através de resultados. As PCE são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a JMH espera receber, descontados de acordo com a estimativa da taxa de juro efectiva original. Os fluxos de caixa estimados incluem os fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que façam parte integral dos termos contratuais.

Para as contas a receber, a JMH aplica a abordagem simplificada no cálculo das PCE, não atendendo às alterações no risco de crédito mas reconhecendo uma provisão para perdas com base nas PCE considerando a totalidade da vida do activo em cada data de reporte. Na realização da avaliação da provisão para perdas, a JMH tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e factores prospectivos específicos dos devedores e da envolvente económica.

Um activo financeiro é anulado quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6 Reconhecimento de proveitos

Prestações de serviços

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço.

2.7 Informação por segmentos

Dado que a principal actividade da JMH consiste na gestão de participações financeiras, o reporte da informação relativa a segmentos operacionais nas contas individuais de JMH não faz sentido. Esta informação encontra-se pormenorizada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.8 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

A determinação do justo valor das propriedades de investimento, assim como as vidas úteis dos activos, é baseada em estimativas da Gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes activos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes activos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos, requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado activo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado.

Imparidade em partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efectuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor actual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Na mensuração da imparidade, são utilizados preços de mercado, se disponíveis, ou outros parâmetros de avaliação, baseados na informação disponível das subsidiárias. No sentido de determinar se a imparidade existe, JMH considera a capacidade e a intenção de deter o investimento por um período razoável de tempo que seja suficiente para uma previsão da recuperação do justo valor até (ou acima) do valor de balanço, incluindo uma análise de factores como os resultados esperados da subsidiária, o enquadramento económico e o estado do sector.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1 p.p., o impacto nas contas de JMH seria o seguinte:

	Impacto nas contas de JMH	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Aumento da taxa em 1p.p.	270	62

Um montante positivo significa um ganho nas contas de JMH.

Imparidade de clientes e devedores

Sempre que existem riscos de existência de perdas por imparidade de clientes e devedores, a Gestão mantém ajustamentos para perdas por imparidade, de forma a reflectir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos

clientes de efectuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente, mudanças nos termos de pagamento do cliente e factores prospectivos específicos dos devedores e da envolvente económica. Se as condições financeiras do cliente ou devedor se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva yield para corresponder com o termo expectável das responsabilidades com estes planos de benefício.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva yield requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, qualidade das obrigações e identificação dos dados atípicos a excluir.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, JMH definiu os seguintes intervalos:

- Intervalo restrito [1,20% - 1,60%]
- Intervalo alargado [1,00% - 1,80%]

Face a estes resultados, JMH decidiu aumentar a taxa de desconto de 1,30% para 1,40%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido de JMH, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Pressuposto utilizado	Impacto nas responsabilidades com benefício definido		
		Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
Taxa de desconto	1,40%	0,50%	(640)	682
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	0,50%	29	(28)
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	0,50%	652	(612)
Esperança média de vida	TV 88/90	1 ano	1.118	(1.046)

Um montante positivo significa um aumento das responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

JMH exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando JMH espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como actuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afectar os resultados futuros.

2.9 Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado activo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e que esses preços representam transacções actuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns dos activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites, baseadas em pressupostos de mercado.

JMH aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados e instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidades de mercado. No caso dos instrumentos financeiros derivados, JMH utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são directamente observáveis em mercado e para os quais JMH utiliza estimativas e pressupostos internos.

Caixa e equivalentes de caixa e devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão, o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa a pagar esperados. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro actuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.10 Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os activos e passivos de JMH mensurados ao justo valor em 31 de Dezembro, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados activos e líquidos à data de referência do balanço;
- Nível 2: o justo valor não é determinado com base em cotações de preço obtidas em mercados activos incluídos no nível 1, mas sim com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado activo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado;
- Nível 3: o justo valor não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado. Neste nível, incluem-se as propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes e que usam nas suas avaliações *inputs* que não são directamente observáveis no mercado.

	2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de activos	2.470	-	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-

	2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de activos	2.470	-	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-

2.11 Instrumentos financeiros por categoria

	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total activos e passivos financeiros	Outros activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2018						
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	559	-	-	559	-	559
Empréstimos a subsidiárias	1.585.125	-	-	1.585.125	-	1.585.125
Devedores, acréscimos e diferimentos	36.327	73	-	36.400	1.518	37.918
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	681.465	681.465
Total activos	1.622.011	73	-	1.622.084	682.983	2.305.067
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	327.500	327.500	-	327.500
Credores, acréscimos e diferimentos	-	-	6.887	6.887	6.869	13.756
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	39.942	39.942
Total passivos	-	-	334.387	334.387	46.811	381.198

Como a JMH adoptou a nova norma IFRS 9 em 1 de Janeiro de 2018, sem reexpressão da informação comparativa, o quadro seguinte segue a classificação dos instrumentos financeiros aplicada nas Demonstrações Financeiras Individuais de 2017:

	Empréstimos e contas a receber	Activos fin. disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total activos e passivos financeiros	Outros activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2017						
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	35.451	-	-	35.451	-	35.451
Empréstimos a subsidiárias	845.250	-	-	845.250	-	845.250
Devedores, acréscimos e diferimentos	35.390	-	-	35.390	1.512	36.902
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	678.737	678.737
Total activos	916.091	-	-	916.091	680.249	1.596.340
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	1	1	-	1
Credores, acréscimos e diferimentos	-	-	6.857	6.857	6.392	13.249
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	33.552	33.552
Total passivos	-	-	6.858	6.858	39.944	46.802

3. Custos operacionais

Custos das prestações de serviços

Os custos das prestações de serviços correspondem aos custos incorridos por cada um dos departamentos de JMH na prestação de um conjunto de serviços técnicos e especializados às suas participadas.

Custos administrativos

Os custos administrativos apresentados na demonstração dos resultados incluem, entre outros, os custos incorridos pelos vários departamentos de JMH que não correspondem a serviços prestados, bem como o IVA não dedutível que decorre da aplicação do método da afectação real.

Outros custos e perdas operacionais

Os outros custos e perdas operacionais incluem os custos não relacionados com as prestações de serviços às suas participadas e os não directamente relacionados com a função de Holding do Grupo.

Custos operacionais por naturezas

	2018	2017
Fornecimentos e serviços externos	18.381	21.464
Rendas e alugueres	1.232	1.214
Custos com pessoal	31.137	15.873
Depreciações e amortizações	1.052	570
Outros ganhos e perdas operacionais	891	4.810
Total	52.693	43.931

4. Empregados

4.1 Custos com o pessoal

	2018	2017
Ordenados e salários	11.607	10.183
Segurança social	2.065	1.885
Benefícios dos empregados (nota 4.2)	351	835
Outros custos com pessoal	17.114	2.970
Total	31.137	15.873

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação e indemnizações, entre outros. Em 2018 incluem ainda um montante de m EUR 15.000 relativos a planos de compensação e benefícios para colaboradores do Grupo, que se encontram em fase de implementação.

No final do exercício de 2018, o número de empregados ao serviço ascendia a 159 (em 2017, eram 139). O número médio de empregados ao longo do ano foi de 151 (em 2017, eram 134).

4.2 Benefícios concedidos a empregados

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais JMH efectua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração fixa e variável auferida pelos empregados incluídos no plano, a qual se encontra definida no Regulamento do mesmo e que varia apenas em função da antiguidade dos seus beneficiários.

JMH incentiva os seus empregados a participar na sua própria reforma. Assim sendo, os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas por JMH sobre as mesmas.

As contribuições de JMH para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais JMH garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respectivas responsabilidades asseguradas directamente por JMH.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por actuários independentes, usando o método de rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas ex-empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de juro de obrigações corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos actuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração de resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas actuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e nas alterações de pressupostos actuariais são debitados ou creditados nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefícios definidos atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Outros benefícios

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em JMH engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo actuarial, efectuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas actuariais).

Valores reflectidos em balanço na rubrica de benefícios concedidos a empregados:

	2018	2017
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia	16.576	17.927
Prémios de antiguidade	636	972
Total	17.212	18.899

Valores reflectidos na demonstração de resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações reflectidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2018	2017	2018	2017
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	457	445	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia	223	240	(98)	1.257
Prémios de antiguidade	(329)	150	-	-
Total	351	835	(98)	1.257

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no activo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Saldo em 1 de Janeiro	-	-	17.927	17.894	972	851
Custos com juros	-	-	223	240	14	13
Custos dos serviços correntes	457	445	-	-	74	4
(Ganhos) perdas actuariais						
Alterações em pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	-
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	(127)	819	(6)	41
Alterações de experiência	-	-	29	438	(411)	92
Contribuições ou Reformas pagas	(457)	(445)	(1.476)	(1.464)	(7)	(29)
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	16.576	17.927	636	972

Pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	2018	2017
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	1,40%	1,30%
Taxa de crescimento das pensões e dos salários	3,00%	3,00%

Os pressupostos de mortalidade utilizados, correspondem aos usualmente adoptados em Portugal, tendo sido baseados em aconselhamento dos actuários e de acordo com estatísticas publicadas. A análise de sensibilidade aos pressupostos está efectuada na nota 2.8.

Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos dez anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo da Companhia	1.324	4.636	4.022
Prémios de antiguidade	37	174	325
Total	1.361	4.810	4.347

5. Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de activos financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados e, custos e proveitos com operações de financiamento. Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

	2018	2017
Juros suportados	(1.572)	-
Juros obtidos	149	180
Justo valor de instrumentos financeiros não qualificados como cobertura	-	(470)
Outros custos e proveitos financeiros	(619)	(307)
Custos financeiros líquidos	(2.042)	(597)

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado. O justo valor de instrumentos não qualificados como cobertura respeita a um instrumento derivado contratado para cobrir a exposição cambial de um empréstimo concedido a uma subsidiária em moeda estrangeira. Os outros custos financeiros incluem, entre outros, imposto de selo por abertura de crédito e encargos com emissão de dívida de médio e longo prazo diferidos pelo prazo do empréstimo.

6. Locações operacionais

Locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios de posse são retidos pelo locador são classificados como locações operacionais. Os pagamentos efectuados ao abrigo destes contratos são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base linear ao longo do período de duração dos mesmos.

Os custos relativos a locações operacionais dizem respeito a:

	2018	2017
Imóveis – terceiros	64	64
Imóveis – grupo	483	475
Equipamento transporte – terceiros	601	587
Equipamento informático – terceiros	37	27
Total	1.185	1.153

Para além dos custos apresentados, existiram alugueres ocasionais ao longo do ano que ascenderam a m EUR 47 (2017: m EUR 61).

As locações operacionais de imóveis revestem a natureza de curto prazo, sendo renovados anualmente, não existindo um montante mínimo de pagamentos obrigatórios.

Os contratos de aluguer de viaturas e equipamento informático ao serviço de JMH revestem a natureza de locações operacionais. Estes não prevêem renovação, nem opção de compra no final do mesmo, nem qualquer valor referente a rendas contingentes. Todos os contratos são canceláveis mediante um pré-aviso e não impõem restrições de qualquer natureza ao nível de dividendos ou dívida.

Os pagamentos mínimos associados aos alugueres de viaturas e equipamento informático ascendem a:

	2018	2017
Pagamentos até 1 ano	407	373
Pagamentos entre 1 e 5 anos	407	476
Total pagamentos futuros	814	849

Todos estes contratos são canceláveis, mediante o pagamento de uma penalização. As responsabilidades inerentes a estas penalizações ascendiam, no final de 2018, a m EUR 98 (2017: m EUR 66).

7. Impostos

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevados em outros rendimentos integrais ou directamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual a Companhia estima, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que deverá estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

Para todas as transacções que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal e para todos os processos de contencioso fiscal, procede-se a uma avaliação da probabilidade de desfecho, constituindo-se provisões para os montantes que se estima possam representar desembolsos futuros (sempre a probabilidade de ocorrência seja superior a 50%), ou, procedendo-se ao seu pagamento, sempre que se entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses da JMH.

7.1 Imposto sobre o rendimento do exercício

	2018	2017
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	4.600	3.450
Excesso (insuficiência) de exercícios anteriores	27	20
	4.627	3.470
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas ou revertidas no período	4.063	(1.872)
	4.063	(1.872)
Outros Ganhos (perdas) relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	6.709	(8.340)
	6.709	(8.340)
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	15.399	(6.742)

À semelhança dos anos anteriores foram reavaliados em detalhe todos os processos de contencioso fiscal. Atendendo às decisões entretanto proferidas pelos Tribunais em processos equivalentes ou respeitantes à mesma matéria de facto, procedeu-se, em 2018, a uma redução das provisões, no montante de m EUR 6.826.

7.2 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2018	2017
Resultado antes de imposto (RAI)	744.086	545.958
Imposto à taxa de 22,5%	(167.419)	(122.841)
Efeito fiscal gerado por:		
Resultados não tributados e não recuperáveis	176.915	125.588
Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	6.709	(8.340)
Custos não dedutíveis	(564)	(499)
Alteração da taxa de imposto (derrama)	-	-
Excesso (insuficiência) estimativa do ano anterior	27	20
Tributações autónomas e derrama estadual	(269)	(670)
Imposto do ano	15.399	(6.742)
Taxa média efectiva de imposto	(2,07%)	1,23%

Em 2018, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21% (em 2017, era de 21%). Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 9% para lucros fiscais superiores a m EUR 1.500, m EUR 7.500 e m EUR 35.000, respectivamente (em 2017, a taxa de derrama estadual era de 7% para lucros fiscais superiores a m EUR 35.000).

A taxa média de imposto de JMH encontra-se significativamente influenciada pelo efeito fiscal dos dividendos recebidos de subsidiárias. Estes rendimentos não estão sujeitos a tributação ao abrigo da legislação fiscal em vigor.

7.3 Impostos diferidos activos e passivos

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	2018	2017
Impostos diferidos activos	7.637	4.677
Impostos diferidos passivos	(169)	(1.250)
Total	7.468	3.427

	01/01/2018	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	31/12/2018
Impostos diferidos activos				
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	4.252	(357)	(22)	3.873
Provisões e ajustamentos além dos limites fiscais	425	3.339	-	3.764
	4.677	2.982	(22)	7.637
Impostos diferidos passivos				
Actualização de activos para o justo valor	(175)	6	-	(169)
Outras diferenças temporárias	(1.075)	1.075	-	-
	(1.250)	1.081	-	(169)
Variação líquida de imposto diferido	3.427	4.063	(22)	7.468

	01/01/2017	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	31/12/2017
Impostos diferidos activos				
Reavaliação de inv. financ. disponíveis para venda	867	(867)	-	-
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	4.218	(249)	283	4.252
Provisões e ajustamentos além dos limites fiscais	515	(90)	-	425
	5.600	(1.206)	283	4.677
Impostos diferidos passivos				
Actualização de activos para o justo valor	(178)	3	-	(175)
Outras diferenças temporárias	(406)	(669)	-	(1.075)
	(584)	(666)	-	(1.250)
Variação líquida de imposto diferido	5.016	(1.872)	283	3.427

7.4 Imposto sobre o rendimento a recuperar ou a pagar

O imposto sobre o rendimento apresenta-se no balanço da seguinte forma:

	2018	2017
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	1.090
Imposto sobre o rendimento a pagar	(1.055)	-
Total	(1.055)	1.090

JMH integra, desde 1 de Janeiro de 2014, um grupo de empresas tributado de acordo com o Regime Especial de tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo a Sociedade dominante desse grupo. Para além de JMH, o grupo é constituído actualmente pelas seguintes empresas:

- Recheio, SGPS, S.A.
- Recheio - Cash & Carry, S.A.
- Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.
- Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.
- Masterchef, S.A.
- Caterplus – Comercialização e Distribuição de Produtos de Consumo, Lda.
- Jerónimo Martins – Serviços, S.A.
- Desimo – Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.
- Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.
- Terra Alegre Lacticínios, S.A.
- Best-Farmer – Actividades Agro-pecuárias, S.A.
- Seaculture – Aquicultura, S.A.
- João Gomes Camacho, S.A.
- Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.

7.5 Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

A JMH não reconheceu impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais na medida em que não estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. O montante de imposto diferido activo que não foi reconhecido é apresentado no quadro seguinte:

Limite de reporte de prejuízos fiscais	2018	2017
2022	746	1.331
Total	746	1.331

8. Ganhos (perdas) em subsidiárias

	2018	2017
Dividendos recebidos	780.000	567.309
Juros de empréstimos concedidos	1.892	1.911
Total	781.892	569.220

9. Ganhos (perdas) em outros investimentos

As rendas recebidas do arrendamento de propriedades de investimento são reconhecidas em resultados como ganhos em outros investimentos no período a que dizem respeito.

	2018	2017
Rendas de propriedades de investimento	197	195
Ajustamentos em outros investimentos financeiros	-	2
Total	197	197

10. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja directamente atribuível à aquisição do activo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções	10
Ferramentas e utensílios	25
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	10-25
Outras imobilizações	10

Sempre que se considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção de JMH utilizar os activos até ao final da sua vida económica.

10.1 Movimentos ocorridos no exercício corrente

Activo bruto

	01/01/2018 Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2018 Saldo final
Edifícios e outras construções	622	42	-	-	664
Equipamento de transporte	88	-	-	-	88
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	2.932	70	-	1	3.003
Outros activos fixos tangíveis	392	-	-	-	392
Activos fixos tangíveis em curso	-	97	-	-	97
	4.036	209	-	1	4.246

Depreciações e perdas por imparidade acumuladas

	01/01/2018 Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2018 Saldo final
Edifícios e outras construções	171	62	-	-	233
Equipamento de transporte	77	11	-	-	88
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	2.323	173	-	-	2.496
Outros activos fixos tangíveis	326	-	-	-	326
	2.899	246	-	-	3.145
Valor líquido	1.137				1.101

10.2 Movimentos ocorridos no exercício anterior

Activo bruto						
	01/01/2017	Aumentos	Alienações	Transferências		31/12/2017
	Saldo inicial			e abates		Saldo final
Edifícios e outras construções	344	278	-	-		622
Equipamento de transporte	88	-	-	-		88
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-		2
Equipamento administrativo	2.587	346	(1)	-		2.932
Outros activos fixos tangíveis	389	3	-	-		392
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-		-
	3.410	627	(1)	-		4.036
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						
	01/01/2017	Aumentos	Alienações	Transferências		31/12/2017
	Saldo inicial			e abates		Saldo final
Edifícios e outras construções	121	50	-	-		171
Equipamento de transporte	58	19	-	-		77
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-		2
Equipamento administrativo	2.178	146	(1)	-		2.323
Outros activos fixos tangíveis	326	-	-	-		326
	2.685	215	-	-		2.899
Valor líquido	725					1.137

10.3 Equipamento em regime de locação financeira

No final de 2018 e 2017, não existiam equipamentos em locação financeira.

10.4 Garantias

Não foram dados quaisquer activos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

11. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do processo em desenvolvimento e JMH tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua utilização.

As licenças de software de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esses custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos activos intangíveis, excepto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Software de computador	33,33

Sempre que se considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço.

Os activos intangíveis são constituídos por despesas de desenvolvimento e contêm despesas suportadas com a implementação de plataformas informáticas.

11.1 Movimentos ocorridos no exercício corrente

Activo bruto

	01/01/2018 Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2018 Saldo final
Despesas de desenvolvimento	2.399	1.205	-	2.751	6.355
Activos intangíveis em curso	3.621	496	-	(2.752)	1.365
	6.020	1.701	-	(1)	7.720

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas

	01/01/2018 Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2018 Saldo final
Despesas de desenvolvimento	1.673	806	-	-	2.479
	1.673	806	-	-	2.479
Valor líquido	4.347				5.241

11.2 Movimentos ocorridos no exercício anterior

Activo bruto

	01/01/2017 Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2017 Saldo final
Despesas de desenvolvimento	2.024	375	-	-	2.399
Activos intangíveis em curso	515	3.106	-	-	3.621
	2.539	3.481	-	-	6.020

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas

	01/01/2017 Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2017 Saldo final
Despesas de desenvolvimento	1.318	355	-	-	1.673
	1.318	355	-	-	1.673
Valor líquido	1.221				4.347

12. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de activos desta natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transaccionar o activo.

A metodologia adoptada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o activo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transaccionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transacções conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infra-estruturas existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transacções ocorridas, é utilizado o método de rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor actual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma *yield* que reflecte o risco de mercado em que o activo se insere, assim como as características do próprio activo objecto de avaliação.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos (perdas) em outros investimentos, na medida em que se trata de activos detidos para valorização.

JMH detém um imóvel, o qual foi parcialmente arrendado a uma Companhia do Grupo, tendo gerado proveitos de rendas de m EUR 197 (2017: m EUR 195). Este imóvel encontra-se reconhecido pelo seu valor de mercado, a partir de avaliações realizadas por entidade independente, encontrando-se o mesmo valorizado por m EUR 2.470 (2017: m EUR 2.470).

Em 2018, JMH suportou despesas com este imóvel no montante de m EUR 4 (2017: m EUR 4), reconhecidas em resultados em outros custos e perdas operacionais.

13. Partes de capital em subsidiárias

As partes de capital em subsidiárias, correspondem a investimentos realizados na aquisição de participações financeiras nas sociedades constantes na nota 25, e ascendem a m EUR 665.016 (2017: m EUR 665.016).

14. Empréstimos a subsidiárias

Empréstimos não correntes	2018	2017
Valor líquido em 1 de Janeiro	652.370	500.840
Aumentos	878.575	154.050
Diminuições	(62.800)	(2.520)
Valor líquido em 31 de Dezembro	1.468.145	652.370

Os empréstimos não correntes revestem a natureza de prestações suplementares de capital (como tal, não vencem juros).

Empréstimos correntes	2018	2017
Valor líquido em 1 de Janeiro	192.880	93.445
Aumentos	1.780	109.510
Diminuições	(77.680)	(10.075)
Valor líquido em 31 de Dezembro	116.980	192.880

Os empréstimos correntes revestem a natureza de operações de tesouraria (como tal, vencem juros a taxas normais de mercado).

15. Devedores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de subsidiárias e devedores são valores a receber de serviços prestados pela JMH no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, deduzidos de perdas por imparidade (notas 2.4.1 e 2.5.2).

	2018	2017
Não correntes		
Outros devedores (fundo de compensação do trabalho - FCT)	73	-
Outros devedores (depósitos colaterais)	19.367	19.367
Total	19.440	19.367
Correntes		
Subsidiárias	10.474	11.025
Outros devedores	1.598	432
Impostos a recuperar	1.103	1.100
Acréscimos de proveitos	4.212	4.523
Custos diferidos	1.091	455
Total	18.478	17.535

JMH detém depósitos remunerados junto de instituições financeiras, no montante de m EUR 19.367, com disponibilidade limitada sujeita a condições específicas. Estes depósitos estão a ser usados como garantia colateral em empréstimos financeiros contraídos pela subsidiária Jerónimo Martins Colombia, SAS. Estes depósitos serão libertados na sequência do reembolso dos empréstimos que os garantem.

Dos valores registados na rubrica de subsidiárias, destacam-se essencialmente facturas emitidas a empresas subsidiárias, relativas a prestações de serviços de diversas naturezas, no montante de m EUR 695 (2017: m EUR 3.708), bem como os valores relativos a acertos de IRC entre empresas do Grupo JMH, em virtude deste ser tributado pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), no montante de m EUR 9.697 (2017: m EUR 7.180).

Na rubrica de acréscimos de proveitos destacam-se essencialmente m EUR 4.059 (2017: m EUR 4.425) relativos a prestação de serviços técnicos e administrativos a participadas ainda não facturados e m EUR 70 (2017: m EUR 70) de juros a receber.

A rubrica de custos diferidos é composta por m EUR 7 (2017: m EUR 43) de custos com emissão de papel comercial e m EUR 1.084 (2017: m EUR 412) de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2018, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

16. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior. No balanço de JMH, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	2018	2017
Depósitos à ordem	547	35.441
Caixa e equivalentes de caixa	12	10
Total	559	35.451

17. Caixa gerado pelas operações

	2018	2017
Resultados líquidos	759.485	539.216
Ajustamentos para:		
Impostos	(15.399)	6.742
Depreciações e amortizações	1.052	570
Custos financeiros líquidos	2.042	597
(Ganhos) perdas em subsidiárias	(781.892)	(569.220)
(Ganhos) perdas em outros investimentos	(197)	(197)
	(34.909)	(22.292)
Variações de working capital:		
Devedores e acréscimos e diferimentos	1.509	(1.457)
Credores e acréscimos e diferimentos	(1.064)	4.451
Provisões e benefícios concedidos a empregados	13.224	(1.504)
Caixa gerado pelas operações	(21.240)	(20.802)

18. Capital e reservas

Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das acções ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de acções excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas acções são reconhecidos directamente nesta rubrica, líquidos do respectivo imposto.

As acções próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas acções são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos directos de transacção e respectivo imposto, é reconhecido directamente em capital próprio.

Dividendos a pagar e a receber

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras de JMH no período em que são aprovados pelos accionistas para distribuição.

Os dividendos a receber são reconhecidos como proveitos quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

18.1 Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 acções ordinárias (2017: 629.293.220), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de acções ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada acção detida. Não existem acções preferenciais. Os direitos relativos às acções detidas em carteira pela Companhia encontram-se suspensos até essas acções serem de novo colocadas no mercado.

No exercício de 2018, não se verificaram movimentos em prémios de emissão de acções, mantendo-se o valor do exercício de 2017, no montante de m EUR 22.452.

18.2 Acções próprias

À data de 31 de Dezembro de 2018 a JMH detinha 859.000 acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção, não tendo existido quaisquer transacções no exercício de 2018.

18.3 Resultados retidos

Em 31 de Dezembro de 2018, o montante total de resultados retidos ascende a m EUR 1.278.184 (2017: m EUR 903.853), provenientes de resultados gerados no exercício e em exercícios anteriores.

Deste montante não poderão ser distribuídos m EUR 315.823 (2017: m EUR 315.747), conforme disposto nos Arts.º 32, 218, 295, 296 e 324 do Código das Sociedades Comerciais.

18.4 Dividendos

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 12 de Abril de 2018, foram pagos, em Maio de 2018, dividendos aos accionistas detentores do capital de Jerónimo Martins, no montante de m EUR 385.230. De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 6 de Abril de 2017, foram pagos, em Maio de 2017, dividendos aos accionistas detentores do capital de Jerónimo Martins, no montante de m EUR 380.203.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados, descrita no ponto 8, incluído no capítulo do Relatório de Gestão, que constitui parte integrante do Relatório e Contas Consolidado, o Conselho de Administração propõe aos accionistas a distribuição de um montante de m EUR 204.241 – correspondendo a um dividendo por acção de EUR 0,325 (excluindo-se as acções próprias em carteira).

19. Resultado por acção

O cálculo do resultado líquido por acção - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos Accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias.

19.1 Resultado básico e diluído por acção

	2018	2017
Acções ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Acções próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
Acções próprias adquiridas durante o ano	-	-
Acções emitidas durante o ano	-	-
Número médio ponderado de acções ordinárias (igual ao diluído)	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias (igual ao diluído)	759.485	539.216
Resultado básico por acção (igual ao diluído) – euros	1,209	0,858

20. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transacção incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transacção incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo (nota 2.4.2).

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que JMH tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Esta nota fornece informação sobre os termos dos contratos de empréstimo e outro tipo de formas de financiamento. A nota 28 proporciona informação adicional sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxa de juro.

20.1 Empréstimos correntes e não correntes

	2018	2017
Empréstimos não correntes		
Empréstimos bancários – programas de papel comercial	-	-
Total	-	-
Empréstimos correntes		
Empréstimos obtidos de companhias do Grupo	327.500	-
Empréstimos bancários – programas de papel comercial	-	-
Empréstimos bancários	-	1
Total	327.500	1

20.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

	Taxa média	2018	Menos de 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos obtidos de companhias do Grupo		327.500	327.500	-
Empréstimos bancários – programas de papel comercial		-	-	-
Empréstimos bancários		-	-	-
Total	0,71%	327.500	327.500	-

	Taxa média	2017	Menos de 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos bancários		1	1	-
Empréstimos bancários – programas de papel comercial		-	-	-
Total	0,60%	1	1	-

JMH utiliza linhas de crédito grupadas com outras Companhias do Grupo, o que significa que, até ao limite de uma linha de crédito aprovada junto de uma entidade financeira, a mesma pode ser simultaneamente utilizada por mais do que uma Companhia. Assim sendo, os plafonds não utilizados acessíveis a JMH ascendem ao montante de m EUR 114.750 (2017: m EUR 115.994).

20.3 Empréstimos bancários: papel comercial

Existem vários empréstimos bancários contratados sob a forma de programa de papel comercial, no montante global de m EUR 155.000 (2017: m EUR 235.000), sendo a taxa de juro variável. No final de 2018, não estava a ser utilizado qualquer montante do total contratado (2017: utilizado m EUR 0).

20.4 Dívida financeira líquida

	2018	2017
Empréstimos não correntes	-	-
Empréstimos correntes	327.500	1
Acréscimos e diferimentos de juros	133	(113)
Depósitos à ordem	(547)	(35.441)
Total	327.086	(35.553)

21. Provisões e ajustamentos ao valor de realização

São constituídas provisões no balanço sempre que JMH tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição de recursos incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, seja exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado por JMH e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de activos.

Provisão para outros riscos e encargos (processos em contencioso)

Provisões relacionadas com processos em contencioso, envolvendo a JMH são constituídas de acordo com as avaliações de risco efectuadas por JMH, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

2018	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Outros investimentos financeiros	-	-	-	-
Total de ajustamentos para o valor de realização	-	-	-	-
Outros riscos e encargos	13.403	15.000	(6.897)	21.506
Total de Provisões	13.403	15.000	(6.897)	21.506

2017	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Activos financeiros disponíveis para venda	3.856	-	3.856	-
Total de ajustamentos para o valor de realização	3.856	-	3.856	-
Outros riscos e encargos	5.464	8.340	(401)	13.403
Total de Provisões	5.464	8.340	(401)	13.403

O ajustamento para activos financeiros disponíveis para venda foi reduzido em 2017, em virtude da alienação das acções do Millennium BCP.

A rubrica de outros riscos e encargos é composta por provisões para eventuais compensações a pagar pela JMH no âmbito de garantias prestadas em acordos de venda de negócios celebrados nos últimos anos e por provisões para processos em contencioso para os quais não existem perspectivas de resolução no prazo inferior a um ano.

Em 2018, foi constituída uma provisão para outros riscos e encargos, no montante de m EUR 15.000, relativa a planos de compensação e benefícios para colaboradores do Grupo, que se encontram em fase de implementação.

À semelhança dos anos anteriores, em 2018, foram reavaliados todos os processos de contencioso fiscal. Atendendo às decisões entretanto proferidas pelos Tribunais em processos equivalentes ou respeitantes à mesma matéria de facto, procedeu-se a uma redução das provisões, no montante de m EUR 6.826.

22. Credores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com pagamento de serviços adquiridos por JMH no curso normal das suas actividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo (nota 2.4.2).

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos. Não sendo, eles são apresentados como passivo não corrente.

	2018	2017
Subsidiárias	3.016	1.662
Credores comerciais	1.678	2.690
Credores não comerciais	18	48
Impostos a pagar	514	687
Acréscimos de custos	8.513	8.146
Proveitos diferidos	17	16
Total	13.756	13.249

A rubrica de acréscimos de custos é composta pelo montante de m EUR 6.338 (2017: m EUR 5.689) relativo a remunerações a liquidar ao pessoal e por m EUR 2.175 (2017: m EUR 2.457) correspondentes a custos diversos (*utilities*, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2018, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

23. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2018	2017
Garantias a favor da Autoridade Tributária	14.404	14.404
Garantias bancárias sobre financiamentos	231.350	16.676
Outras garantias prestadas	1.367	1.432
Total	247.121	32.512

As garantias prestadas sobre financiamentos dizem respeito a empréstimos financeiros contraídos pela subsidiária Jerónimo Martins Colombia, SAS. Estas garantias serão libertadas na sequência do reembolso dos empréstimos que as garantem.

24. Contingências, activos contingentes e passivos contingentes

Activos contingentes são potenciais activos da JMH que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo.

A JMH procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras Individuais quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da JMH. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

A JMH procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Passivos contingentes

Encontram-se pendentes de resolução as seguintes questões materialmente relevantes, para as quais a Administração, suportada pela opinião dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros (nota 21):

- A Autoridade Tributária informou a JMH, de que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 10.568, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2004 e de 2005. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Esta correcção deu origem a um valor de imposto em disputa de m EUR 3.065;
- A Autoridade Tributária reclamou de JMH o montante de m EUR 989, referente a IRC, relativo a uma indemnização paga pela Sociedade em virtude de um acordo alcançado em tribunal arbitral e que aquela entidade considerou tratar-se de um pagamento a uma entidade sujeita a regime fiscal mais favorável, e como tal não aceite para efeitos fiscais. A Administração, considera não existir qualquer validade e fundamento no relatório da Autoridade Tributária, pelo que já accionou os meios de defesa de que dispõe para contrariar as decorrências deste;
- A Autoridade Tributária informou a JMH, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de m EUR 24.660, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correcção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de m EUR 6.800.

25. Subsidiárias

As participações directas da JMH, a 31 de Dezembro de 2018, são como se apresenta:

Designação Social	Notas	Sede	% Participação	Fracção cap. detido	Activo	Capital Próprio	Resultado
Partes de capital em subsidiárias							
Desimo – Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.	a)	Lisboa	100,00%	50	288	259	100
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	50	7.635	434	(16)
Eva – Soc. Invest. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	a)	Funchal	5,61%	28	2.136	2.116	69
Friedman – Soc. Invest. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	a)	Funchal	100,00%	5	182	161	(1)
Warta – Retail & Services Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	1.360.164	1.360.025	406.735
Tagus – Retail & Services Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	421.458	421.432	498.897
New World Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	367.583	367.488	(23.686)
Origins - Agro Business Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	91.120	91.116	(18)

a) Para efeitos n.º 3 do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos que as sociedades indicadas são detidas por maioria de capital.

26. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações directas e indirectas

As Companhias detidas por Jerónimo Martins, SGPS, S.A., directa e indirectamente a 31 de Dezembro de 2018, são as que constam das notas 26 e 28 que constam do Capítulo III do Relatório e Contas Consolidado do Grupo.

27. Partes relacionadas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com JMH, incluindo as que possuem, ou estão sujeitas a, influência ou controlo da JMH.

As transacções com partes relacionadas são sempre realizadas a valores de mercado.

27.1 Transacções com partes relacionadas (accionistas)

JMH é participada em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.. Não ocorreram quaisquer transacções entre esta e a JMH no exercício de 2018, nem se encontrando, à data de 31 de Dezembro de 2018, quaisquer valores a pagar ou a receber entre elas.

27.2 Transacções com outras partes relacionadas

27.2.1 Serviços técnicos e administrativos

JMH, enquanto Holding e Centro Corporativo do Grupo, exerce funções de coordenação e assessoria às suas participadas, sendo que as áreas funcionais de apoio ao Grupo vão desde a Administração, Ambiente, Assuntos Jurídicos, Auditoria Interna, Comercial, Comunicação e Responsabilidade Corporativas, Controlo Financeiro, Desenvolvimento de Negócio, Estratégia e Expansão Internacional, Fiscalidade, Gestão de Risco, Logística e Supply Chain, Marketing e Consumidor, Operações Financeiras, Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria, Qualidade e Segurança Alimentar, Recursos Humanos, Relações com Investidores, Segurança, Segurança de Informação e Sistemas de Informação. O volume de negócios resultante da prestação destes serviços, bem como por serviços de gestão de processos de negociação em nome das Companhias do Grupo, ascendeu durante o exercício de 2018 a m EUR 14.683 (2017: m EUR 19.095).

27.2.2 Serviços financeiros

Uma parte da gestão financeira das Companhias do Grupo é efectuada centralmente pela Direcção de Operações Financeiras de JMH.

Parte dessa gestão passa pela contratação e negociação, em nome das Companhias, junto dos bancos e outras entidades financeiras, de condições da dívida financeira ou de aplicação de fundos das Companhias. A negociação centralizada permite obter condições bastante mais favoráveis nos financiamentos e aplicações do que através de uma negociação individual das Companhias. Esta gestão centralizada é remunerada, tendo ascendido em 2018 a m EUR 1.551 (2017: m EUR 1.469).

Outra parte passa pela centralização das tesourarias das operações, que são responsáveis pelo pagamento aos fornecedores, pessoal e outras entidades, bem como o planeamento e controlo diário dos fluxos de caixa. Esta gestão também é remunerada, tendo ascendido em 2018 a m EUR 498 (2017: m EUR 505).

27.2.3 Arrendamento de imóveis

JMH exerce a sua actividade em instalações arrendadas a Companhias do Grupo, tendo suportado custos em 2018 no montante de m EUR 483 (2017: m EUR 475).

Tal como referido na nota 12, JMH possui um imóvel parcialmente arrendado a uma Companhia do Grupo, tendo obtido proveitos em 2018 no montante de m EUR 197 (2017: m EUR 195).

27.2.4 Operações de tesouraria (empréstimos correntes)

JMH concedeu operações de tesouraria a subsidiárias, tendo esses empréstimos gerado juros em 2018 no montante de m EUR 1.892 (2017: m EUR 1.911).

27.2.5 Custos com pessoal

Sendo Jerónimo Martins um Grupo em que é normal o aproveitamento de sinergias entre as várias Companhias que o compõem, é frequente a transferência de pessoal entre elas, conforme as necessidades dos vários negócios. O valor total suportado durante o ano de 2018 com serviços prestados pelo pessoal de outras Companhias foi de m EUR 8.077 (2017: m EUR 8.079).

27.2.6 Saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2018

Designação Social	Empréstimos concedidos correntes	Empréstimos concedidos não correntes	Empréstimos obtidos correntes	Contas a receber	Acréscimos de proveitos	Rendimentos a reconhecer	Contas a pagar	Acréscimos de custos
Empresas subsidiárias								
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	4.655	-	-	5	7	-	474	-
Caterplus – Com. Dist. Produtos Consumo, Lda.	-	-	-	43	1	-	-	-
Desimo – Desenv. Gestão Imobiliária, Lda.	-	-	-	30	-	-	-	-
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	-	-	-	1	-	-	-	-
EVA - Soc. Invest. Mobiliário Imobiliários, Lda.	-	-	-	1	-	-	-	-
Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-	-	-	-	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	-	1	-	-	-	-
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	-	1.069	-	-	-	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	-	2	48	-	36	-
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	-	5	4	-	-	-
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	2.460	-	-	82	3	-	165	-
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	-	4	-	-	-	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	-	76	1.667	-	59	-
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	2.500	-	-	33	2	-	-	-
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	500	-	70	-	-	-	2.941
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	88.105	-	-	57	156	-	-	-
JMR - Prestação Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	-	162	21	-	58	-
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	-	-	1	-	-	39	-
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
Lidosol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	-	47	9	-	-	-
Masterchef, S.A.	-	-	-	-	-	-	10	-
New World Investments B.V.	-	423.450	-	-	-	-	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	91.195	-	-	-	-	-	-
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	-	140	1.669	-	57	-
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	327.500	7.241	437	17	209	-
Recheio, SGPS, S.A.	-	-	-	1.354	-	-	-	-
Seaculture - Aquicultura, S.A.	3.395	-	-	3	4	-	231	-
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	-	950	-	-	-	-	-	-
Terra Alegre - Lactícínios, S.A.	15.865	-	-	45	23	-	1.678	-
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	951.880	-	-	-	-	-	-
Subtotal	116.980	1.468.145	327.500	10.474	4.059	17	3.016	2.941
Outras entidades relacionadas								
JMDB - Repr. e Distribuição Marcas, Lda.	-	-	-	-	-	-	1	-
Marismar Aquicultura Marinha S.A.	-	-	-	6	-	-	-	-
Unilever Fima, Lda	-	-	-	-	-	-	5	-
Subtotal	-	-	-	6	-	-	6	-
Total	116.980	1.468.145	327.500	10.480	4.059	17	3.022	2.941

27.2.7 Saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2017

Designação Social	Empréstimos correntes	Empréstimos não correntes	Contas a receber	Acréscimos de proveitos	Rendimentos a reconhecer	Contas a pagar	Acréscimos de custos
Empresas subsidiárias							
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	15.705	-	15	19	-	267	-
Caterplus – Com. Dist. Produtos Consumo, Lda.	-	-	71	1	-	-	-
Desimo – Desenv. Gestão Imobiliária, Lda.	-	-	19	-	-	-	-
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	-	-	1	-	-	-	-
Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-	-	-	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	3	-	-	3	-
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	865	13	-	-	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	3	51	-	-	-
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	46	4	-	-	-
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	3.540	-	46	3	-	-	-
Jerónimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	6	-	-	-	-
Jerónimo Martins Polska S.A.	-	-	9	2.094	-	19	-
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	2.180	-	6	2	-	-	-
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	500	8	-	-	35	2.790
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	141.370	-	-	164	-	-	-
JMR - Prestação Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	184	46	-	72	-
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	-	-	-	-	26	-
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	-	2	-	-	-
Lidosol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	131	9	-	-	-
Masterchef, S.A.	-	-	-	-	-	204	-
New World Investments B.V.	-	362.450	-	-	-	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	24.620	-	-	-	-	-
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	2.304	1.602	-	25	-
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	7.047	381	16	16	-
Recheio, SGPS, S.A.	11.195	-	244	15	-	-	-
Seaculture - Aquicultura, S.A.	1.935	-	2	2	-	236	-
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	-	63.750	1	-	-	-	-
Terra Alegre - Lactínios, S.A.	16.955	-	14	17	-	719	-
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	200.880	-	-	-	-	-
Subtotal	192.880	652.370	11.025	4.425	16	1.662	2.790
Outras entidades relacionadas							
JMDB - Repr. e Distribuição Marcas, Lda.	-	-	21	-	-	2	-
Marismar Aquicultura Marinha S.A.	-	-	2	-	-	-	-
Unilever Fima, Lda	-	-	-	-	-	5	-
Soc. Francisco Manuel Santos SGPS, S.E.	-	-	5	-	-	-	-
Subtotal	-	-	28	-	-	7	-
Total	192.880	652.370	11.053	4.425	16	1.669	2.790

27.2.8 Remunerações dos Administradores

	2018	2017
Salários e prémios	1.320	1.329
Plano de pensões	284	299
Total	1.604	1.628

O Conselho de Administração é composto por 9 elementos. As remunerações apresentadas incluem os montantes pagos aos membros do Conselho de Administração, que exercem funções na Comissão de Auditoria, cujo montante anual ascendeu a m EUR 60 (2017: m EUR 60).

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no Governo da Sociedade, no Relatório e Contas Consolidado.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores, fazendo parte dos planos descritos na nota 4.2.

28. Riscos financeiros

JMH encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente, risco de mercado (que inclui os riscos de taxa de juro), risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Companhia. A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

28.1 Risco de taxa de juro

Todos os passivos financeiros estão, de forma directa ou indirecta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe JMH a risco de cash flow. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe Jerónimo Martins a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma dinâmica. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas forward, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro.

28.2 Risco de crédito

O risco de crédito é gerido de forma centralizada. As principais fontes de risco de crédito são depósitos bancários, aplicações financeiras e derivados contratados junto de instituições financeiras.

Relativamente às instituições financeiras, a JMH selecciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

A seguinte tabela apresenta um resumo, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, da qualidade de crédito dos depósitos bancários e aplicações de curto prazo:

Instituições financeiras	Rating	2018	2017
		Saldo	Saldo
Standard & Poor's	[A+ : AA]	-	20
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	172	7
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	302	1.286
Standard & Poor's	[B+ : BB]	10	23
Standard & Poor's	[B]	-	10
Moody's	[Caa2 : Caa1]	46	43
Fitch	[A- : A+]	-	34.023
Fitch	[BBB- : BBB+]	-	16
Fitch	[B- : BB-]	17	13
Total		547	35.441

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Standard & Poor's, pela Moody's e pela Fitch. A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de Dezembro de 2018 e 2017, é o respectivo valor de balanço dos activos financeiros.

28.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam, não apenas assegurar o desenvolvimento normal das actividades de JMH, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques externos à actividade.

Na gestão deste risco, JMH recorre, por exemplo, a derivados de crédito, com o intuito de minimizar o impacto do incremento de spreads de crédito, resultantes de efeitos exógenos a JMH. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo, realizado diariamente, tendo subjacente os planos financeiros anuais, que são revistos pelo menos duas vezes ao ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades de JMH por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Exposição ao Risco de Liquidez				
	2018	Menos 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos				
Empréstimos concedidos por companhias do Grupo		328.205	-	-
Papel comercial		33	115	25
Credores		4.712	-	-
Responsabilidades com locações operacionais		407	407	-
Total		333.357	522	25
	2017	Menos 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos				
Empréstimos bancários		1	-	-
Papel comercial		-	-	-
Credores		4.400	-	-
Responsabilidades com locações operacionais		373	476	-
Total		4.774	476	-

Os fluxos de caixa apresentados para os programas de papel comercial incluem despesas fixas incorridas com estes programas, independentemente de estarem a ser utilizados ou não.

29. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto no termos do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes, que não se encontrem reflectidas no balanço ou descritas nestas notas;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2018 foi de m EUR 100, dos quais m EUR 90 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que dos restantes, no montante de m EUR 10, foram relativos a serviços de apoio em matérias de recursos humanos;
- A nota 27 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

30. Eventos subsequentes à data do balanço

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2019

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 2.305.067 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.923.869 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 759.485 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração dos Rendimentos Integrais, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Partes de capital e Empréstimos a subsidiárias

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O montante total de investimento em Partes de capital e Empréstimos a Subsidiárias registado nas demonstrações financeiras individuais de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. ascende, a 31 de dezembro de 2018, a 2.133.161 milhares de euros.</p> <p>Tal como divulgado na Nota 2.3 às demonstrações financeiras, os investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias são registados inicialmente ao custo e analisados, a data de cada balanço, de</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Procedemos à compreensão e avaliação dos processos de monitorização e controlo dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias;▶ Obtivemos os testes de imparidade preparados pela Gestão, relativamente aos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, e efetuamos uma validação dos mesmos, através da verificação dos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>forma a detetar a existência de indicadores de possíveis perdas por imparidade.</p> <p>Se foram identificados indicadores, o valor recuperável do ativo é testado pela Gestão, utilizando um modelo de fluxos de caixa descontados. Os dados das avaliações para cálculo do valor de uso são suportados por desempenhos passados e por expectativas de desenvolvimento do mercado para cada um dos investimentos, baseado em projeções de fluxos de caixa, taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade.</p> <p>Pela relevância dos montantes envolvidos, assim como pela complexidade e julgamento inerentes ao modelo adotado para a avaliação de imparidade, consideramos que a valorização dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias constituiu uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none">▶ Analisámos, com o suporte de especialistas internos, os pressupostos e metodologias utilizados pela Gestão, nomeadamente o modelo utilizado para teste, as taxas de desconto e as taxas de crescimento na perpetuidade;▶ Efetuámos procedimentos substantivos para avaliar a existência de indícios de imparidade nos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, nomeadamente comparando os Capitais Próprios das subsidiárias, ou o valor de uso calculado de acordo com os modelos preparados pela Gestão, com o seu valor contabilístico; e▶ Revimos os montantes de perdas por imparidade reconhecidas pela Entidade relativamente a investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias e avaliámos a sua razoabilidade. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Conforme previsto no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

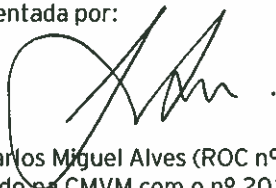
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato em curso correspondente aos exercícios de 2017 e 2018;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria da Entidade em 25 de fevereiro de 2019; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 7 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)
Registado na CMVM com o n.º 20160515



Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.,

Introdução

1 Fomos contratados pela Administração de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (“Jerónimo Martins” ou “Empresa”) para a realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre os indicadores identificados no parágrafo 4, que integram a informação de sustentabilidade incluída no Capítulo V. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, do Relatório e Contas 2018, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, preparada pela Empresa para efeitos de divulgação do seu desempenho anual em matéria de sustentabilidade.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação dos indicadores identificados no parágrafo 4 abaixo, incluídos no Capítulo V. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas 2018, de acordo com as diretrizes para reporte de Sustentabilidade “Global Reporting Initiative”, versão GRI Standards, para a opção “De acordo – Essencial”, e com as instruções e critérios divulgados no mesmo, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

3 A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados no parágrafo abaixo.

Âmbito

4 O trabalho que realizámos foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) “Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica”, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants*. Esta Norma exige que planeemos e executemos o trabalho de garantia limitada de fiabilidade com o objetivo de obter um grau de segurança limitado sobre se os indicadores GRI e específicos identificados no subcapítulo 10. “Tabela de Indicadores”, do Capítulo V. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas 2018, como “✓ Indicador submetido a verificação externa”, estão isentos de distorções materialmente relevantes.

5 Para tanto o referido trabalho consistiu em:

- (i) Indagar a gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
- (ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;
- (iii) Verificar, numa base de amostragem, a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- (iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- (v) Executar, numa base de amostragem, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
- (vi) Comparar os dados financeiros e económicos incluídos na informação de sustentabilidade com os auditados pelo auditor externo, no âmbito da revisão legal das demonstrações financeiras da Jerónimo Martins do exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- (vii) Analisar o processo de definição da materialidade dos temas de sustentabilidade, com base no princípio da materialidade previsto nas diretrizes GRI Standards, de acordo com a metodologia descrita pela Empresa no Relatório;
- (viii) Verificar que a informação de sustentabilidade a incluir no Relatório cumpre com os requisitos das diretrizes da GRI Standards, para a opção “De acordo – Essencial”.

6 Os procedimentos efetuados foram mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, foi obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

7 Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a nossa conclusão.

Qualidade e independência

8 Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade, incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento dos requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

9 Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

10 Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os indicadores identificados no parágrafo 4 acima, incluídos no Capítulo V. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas 2018, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, não tenham sido preparados, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos das diretrizes GRI Standards e com as instruções e critérios divulgados no mesmo e que a Jerónimo Martins não tenha aplicado, na informação de sustentabilidade incluída no Relatório, as diretrizes GRI Standards, na opção “De Acordo – Essencial”.

Restrições de uso

11 Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Empresa, para efeitos da divulgação do Capítulo V. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas 2018, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além de Jerónimo Martins, pelo nosso trabalho e pela conclusão expressa neste relatório, o qual será anexado ao Relatório e Contas 2018 da Empresa.

7 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'António Brochado Correia', with a horizontal line extending from the end of the signature.

António Brochado Correia, R.O.C.

Jerónimo Martins

Jerónimo Martins 2018
Rua Actor António Silva, n.º 7
1649-033 Lisboa
Tel.: +351 21 753 20 00
Fax: +351 21 752 61 74
www.jeronimomartins.com